

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS
LINHA DE PESQUISA: TRABALHO, POLÍTICA E SOCIEDADE

ROBERTO RIGAUD NAVEGA COSTA

ENTRE O LEÃO E AS FORMIGAS:

Fronteiras Dialéticas do Contrabando e do Descaminho

FOZ DO IGUAÇU-PR

2021

ROBERTO RIGAUD NAVEGA COSTA

ENTRE O LEÃO E AS FORMIGAS:

Fronteiras Dialéticas do Contrabando e do Descaminho

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *campus* de Foz do Iguaçu, para obtenção do título de Mestre, no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Nível Mestrado. Área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras. Linha de pesquisa: Trabalho, Política e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Eric Gustavo Cardin

FOZ DO IGUAÇU-PR

2021

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Navega-Costa, Roberto Rigaud

ENTRE O LEÃO E AS FORMIGAS : Fronteiras Dialéticas do Contrabando e do Descaminho / Roberto Rigaud Navega-Costa; orientador(a), Eric Gustavo Cardin, 2021.
242 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu, Centro de Educação, Letras e Saúde, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2021.

1. Circuito Sacoleiro. 2. Contrabando e Descaminho. 3. Dialética. 4. Fronteiras. I. Cardin, Eric Gustavo. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Foz do Iguaçu

Avenida Tarquínio Joslin dos Santos, 1300 – Polo Universitário

Fone: 3576-8100 – CEP 85870-650 – Foz do Iguaçu – Paraná

www.foz.unioeste.br

CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS
–MESTRADO E DOUTORADO**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DE
DEFESA DE DISSERTAÇÃO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA,
POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, **PROFESSOR DOUTOR ERIC GUSTAVO CARDIN**, declaro como **ORIENTADOR** que **presidi os trabalhos de defesa à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de Defesa de Dissertação do mestrando **ROBERTO RIGAUD NAVEGA COSTA**, deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição dos membros da banca examinadora, **formalizo como orientador** para fins de registro, por meio desta declaração, a decisão da banca examinadora de que o mestrando **ROBERTO RIGAUD NAVEGA COSTA** foi considerado: (X) Aprovado () Reprovado, na banca realizada na data de 25 de fevereiro de 2021, às 14:00.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Destaco que o trabalho realizado pelo acadêmico atende a todas as exigências estabelecidas para uma pesquisa de mestrado, não apresentando restrições ou problemas que exijam modificações estruturais.

Atenciosamente,

Foz do Iguaçu, 25 de fevereiro de 2021.

ERIC GUSTAVO CARDIN

UNIOESTE – Campus de Toledo

Programa de Pós-Graduação em

Sociedade, Cultura e Fronteiras – Mestrado e Doutorado

Dedico esta obra às seguintes pessoas:

aos que se foram (por ordem de partida)

João Aquiles Costa (pai)
Dr. Carlos Velloso (médico)
Alberto Rodrigues Pereira (amigo)

e aos que estão (por ordem de chegada)

Eny Navega (mãe)
Tatiane dos Santos Navega Costa (esposa)
Rian dos Santos Navega Costa (filho)

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Eric G. Cardin, pela paciência e orientação.

Aos membros da banca de dissertação que aprovaram este texto: Prof. Dr. Samuel Klauck (Unioeste), Prof. Dr. Micael Alvino (Unila) e Prof.^a Dr. Kelly Cardoso (UDC).

A Max André de Araújo Ferreira, colega do PPGSCF, pela atenção e sugestões nos momentos de indecisão, também a Ricardo Pereira, outro colega do PPG, pela ajuda com alguns entrevistados.

À secretaria, na pessoa de Vania Maria da Costa Valle, e à coordenação do PPGSCF, na pessoa de Prof.^a Dra. Silvana Aparecida de Souza, pelo competente trabalho durante esta caminhada.

Aos entrevistados da RFB, PM-PR, PC-PR, PRF, PNP, A.T.A.C.A, FETACE, SINTRAMOTOS FOZ, além dos 21 apenados da Justiça Federal em Foz do Iguaçu.

Aos Professores do PPGSCF.

À Unioeste – Foz do Iguaçu.

Especialmente à minha esposa, Tatiane Navega, pela: dedicação, apoio, paciência, companheirismo, compreensão, amizade e amor.

O meu muito obrigado!

Ao modificar a definição do que está sendo estudado, modificamos o que vemos; e quando diferentes definições são utilizadas para mostrar o mesmo território, o resultado vai diferir, como nos mapas topográfico, político e demográfico, cada qual revelando certo aspecto da realidade em função de desconsiderar outros.

Wallace Martin

O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. [...] Os homens, embora devam morrer, não nascem para morrer, mas para começar.

Hannah Arendt

NAVEGA-COSTA, Roberto Rigaud. **Entre o Leão e as Formigas: Fronteiras Dialéticas do Contrabando e do Descaminho**. 2021. 242 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu.

RESUMO

No presente trabalho buscamos, inicialmente, em uma perspectiva dialética histórico-materialista, abordar a temática do combate institucional ao chamado circuito sacoleiro, enfatizando a pesquisa no combate ao contrabando e ao descaminho, relacionando-o às políticas públicas nacionais, estaduais e municipais, do Estado em suas diferentes escalas espaciais, mais especificamente observando a região Oeste do estado do Paraná, na faixa do território que compreende o município de Foz do Iguaçu em sua articulação fronteiriça com Ciudad del Este, no Paraguai. Para tal, procuramos descrever as definições do conceito de fronteira, publicados por pesquisadores relevantes do tema, em uma pesquisa bibliográfica que tem o intuito de estabelecer qual acepção deste conceito nos utilizaremos nesta dissertação de mestrado. Partimos da constatação de que na fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este há, historicamente, uma associação direta com o contrabando e o descaminho e que tais atividades ilegais dividem com o Estado brasileiro, em suas diferentes escalas, uma relação dialética que afeta marcadamente a territorialidade local. Temos, assim, alguns problemas de pesquisa a resolver: por que, apesar da enorme estrutura para combater o crime em Foz do Iguaçu e região, não há resultados significativos? Como se dá o combate ao Contrabando e ao descaminho neste território? Como funciona, por parte dos sacoleiros e laranjas, o chamado circuito sacoleiro? Queremos, então, explicitar a relação dialética entre o Estado e o chamado circuito sacoleiro, entre os órgãos estatais de fiscalização e controle fronteiriço e os praticantes de ilícitos na mesma fronteira; encontrar, explicitar, estabelecer, onde está a contradição fundamental que justifique a afirmação de que há uma relação dialética entre ambas as partes deste cenário de conflito fronteiriço; dar voz, ou visibilidade, aos discursos das partes envolvidas na criação, ampliação e manutenção da contradição por nós apontada como objetivo geral de nosso estudo de caso. Partimos do pressuposto de que há, na área por nós estudada, uma relação mal explicada, onde os ilícitos fronteiriços são parcialmente punidos, parcialmente tolerados, sendo necessário que compreendamos este cenário. Para dar conta do trabalho proposto utilizaremos um referencial teórico amplo, com autores e obras que subsidiem a pesquisa, como: Marx, Politzer, Sartre, Certeau, Cardin, Elias, Geertz, Albuquerque etc. Nossa metodologia utilizará uma Abordagem dialética histórico materialista, buscando dados da realidade objetiva oriundos de trabalhos de campo, fazendo entrevistas com representantes da Polícia Militar-PR, Polícia Civil-PR, Receita Federal do Brasil, Polícia Rodoviária Federal, Sindicato dos Mototaxistas de Foz di Iguaçu e região, Sindicato dos taxistas de CDE (FETACE), Sindicato de vans de CDE (A.T.A.C.A.), Policía Nacional del Paraguay (PNP) e com mais 21 apenados da Justiça Federal em Foz do Iguaçu, que cumpriam pena de trabalhos comunitários no 14º BPM-PM. Esperamos que ao final da dissertação tenhamos contribuído para um maior entendimento científico dos problemas que envolvem ilegalidades fronteiriças no território estudado, como para apresentarmos uma forma de se utilizar a lógica dialética neste tipo de pesquisa de campo, onde acreditamos ser de muita valia.

PALAVRAS-CHAVE: Fiscalização na fronteira, Dialética, Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, Circuito Sacoleiro, Contrabando e Descaminho.

NAVEGA-COSTA, Roberto Rigaud. *Entre el León y las Hormigas: fronteras dialécticas del contrabando y la malversación*. 2021. 242 f. *Disertación (Maestría en Sociedad, Cultura y Fronteras)* – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu.

RESUMEN

En el presente trabajo se busca, inicialmente, desde una perspectiva dialéctica histórico-materialista, abordar el tema de la lucha institucional contra el llamado circuito sacoleiro, enfatizando la investigación en el combate al contrabando y la malversación de productos, relacionándolo con las políticas públicas nacionales, estatales y municipales del Estado en sus diferentes escalas espaciales, observando más específicamente la región occidental del estado de Paraná, en el franja de territorio que comprende el municipio de Foz do Iguaçu en su articulación fronteriza con Ciudad del Este, en Paraguay. Con este fin, hemos tratado de describir los definiciones del concepto de frontera, publicados por investigadores relevantes en la materia, en una investigación bibliográfica que pretende establecer qué sentido de este concepto utilizaremos en esta tesis de maestría. Partimos de la constatación de que en la frontera entre Foz do Iguaçu y Ciudad del Este existe, históricamente, una asociación directa con el contrabando y la malversación de productos y que esas actividades ilegales comparten con el Estado brasileño, en sus diferentes escalas, una relación dialéctica que afecta marcadamente a la territorialidad local. Por lo tanto, tenemos algunos problemas de investigación que resolver: ¿por qué, a pesar de la enorme estructura de lucha contra la delincuencia en Foz do Iguaçu y la región, no hay resultados significativos? ¿Cómo se está luchando contra el contrabando y la malversación de productos en este territorio? ¿Cómo funciona el llamado circuito "sacoleiro", por parte de los "sacoleiros" y "laranjas"? Queremos, pues, hacer explícita la relación dialéctica entre el Estado y el llamado circuito "sacoleiro", entre los organismos estatales de inspección y control de fronteras y los autores de actividades ilícitas en la misma frontera; encontrar, hacer explícita, establecer, dónde está la contradicción fundamental que justifica la afirmación de que existe una relación dialéctica entre ambas partes en este escenario de conflicto fronterizo; dar voz, o visibilidad, a los discursos de las partes involucradas en la creación, expansión y mantenimiento de la contradicción señalada por nosotros como objetivo general de nuestro estudio de caso. Partimos del supuesto de que existe, en la zona estudiada por nosotros, una relación mal explicada, en la que los infractores fronterizos son parcialmente castigados, parcialmente tolerados, y es necesario que entendamos este escenario. Para dar cuenta del trabajo propuesto utilizaremos una amplia referencia teórica, con autores y obras que subvencionan la investigación, como: Marx, Politzer, Sartre, Certeau, Cardin, Elias, Geertz, Albuquerque etc. Nuestra metodología utilizará un enfoque histórico materialista dialéctico, buscando datos objetivos de la realidad a partir del trabajo de campo, haciendo entrevistas con representantes de la Policía Militar-PR, Policía Civil-PR, Receita Federal de Brasil, Policía Federal de Carreteras, Unión de Mototaxistas de Foz do Iguaçu y región, Unión de Taxistas de CDE (FETACE), Unión de Furgonetas de CDE (A. T.A.C.A.), la Policía Nacional del Paraguay (PNP) y con otros 21 condenados de la Justicia Federal en Foz do Iguaçu, que estaban haciendo trabajo comunitario en la 14ª BPM-PM. Esperamos que al final de la disertación hayamos contribuido a una mayor comprensión científica de los problemas relacionados con las ilegalidades fronterizas en el territorio estudiado, así como a presentar una forma de utilizar la lógica dialéctica en este tipo de investigación de campo, donde creemos que es de gran valor.

PALABRAS CLAVE: *Inspección Fronteriza, Dialéctica, Foz de Iguazú y Ciudad del Este, Circuito Sacoleiro, Contrabando y Malversación de Productos.*

NAVEGA-COSTA, Roberto Rigaud. *Among the Lion and the Ants: Dialectical Frontiers of Smuggling and Embezzlement*. 2021. 242 f. Dissertation (Master in Society, Culture and Borders) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu.

ABSTRACT

In the present work, we seek, initially, from a historical-materialist dialectic perspective, to approach the theme of the institutional fight against the so-called sacoleiro circuit, emphasizing research in the fight against smuggling and embezzlement, relating it to national, state, and municipal public policies of the State in its different spatial scales, more specifically observing the western region of the state of Paraná, in the stretch of territory that comprises the municipality of Foz do Iguaçu in its border articulation with Ciudad del Este, in Paraguay. To this aim, we have tried to describe the definitions of the concept of border, published by relevant researchers of the subject, in bibliographical research that has the purpose of establishing which meaning of this concept we will use in this Master's dissertation. We start from the observation that in the border between Foz do Iguaçu and Ciudad del Este, there is, historically, a direct association with smuggling and embezzlement and that such illegal activities share with the Brazilian State, in its different scales, a dialectic relationship that markedly affects the local territoriality. Thus, we have some research problems to solve: why, despite the enormous structure to fight crime in Foz do Iguaçu and the region, there are no significant results? How is the fight against smuggling and embezzlement carried out in this territory? How does the so-called "sacoleiro" circuit work on the part of the "sacoleiros" and "larajas"? We want, then, to make explicit the dialectic relationship between the State and the so-called "sacoleiro" circuit, between the state inspection and border control agencies and the perpetrators of illicit activities in the same border; to find, make explicit, establish, where do we point out the fundamental contradiction that justifies the statement that there is a dialectic relationship between both parties in this scenario of border conflict; to give voice, or visibility, to the speeches of the parties involved in the creation, expansion, and maintenance of the contradiction as the general objective of our case study. We start from the assumption that there is a poorly explained relationship in the area studied by us, where illicit border acts are partially punished, partially tolerated, and we must understand this scenario. To account for the proposed work, we will use a comprehensive theoretical reference, with authors and works that subsidize the research, such as Marx, Politzer, Sartre, Certeau, Cardin, Elias, Geertz, Albuquerque, etc. Our methodology will use a dialectic materialist historical approach, seeking objective reality data from fieldwork, making interviews with representatives of the Military Police-PR, Civil Police-PR, Federal Revenue Service of Brazil, Federal Highway Police, Union of Mototaxi drivers of Foz do Iguaçu and region, Union of taxi drivers of CDE (FETACE), Union of vans of CDE (A. T.A.C.A.), Policía Nacional del Paraguay (PNP) and with 21 other sentenced by the Federal Justice in Foz do Iguaçu, who was doing community work in the 14th BPM-PM. We hope that at the end of the dissertation we have contributed to a greater scientific understanding of the problems involving border illegalities in the territory studied, as well as to present a way of using dialectical logic in this type of field research, where we believe it is of great value.

KEYWORDS: *Border Control, Dialectics, Foz do Iguaçu and Ciudad del Este, Smuggler Circuit, Smuggling and Embezzlement.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Inscrição em Guarani, Espanhol e Português feita no muro da aduana da RFB em Foz do Iguaçu/PR	27
Figura 02 – Operação Muralha em São Miguel do Iguaçu/PR	36
Figura 03 – Porto do Nepom no Rio Paraná – Foz do Iguaçu	98
Figura 04 – Sede da PRF em Foz do Iguaçu	102
Figura 05 – Reunião da Operação Ágata no Centro Integrado de Operação de Fronteira	106
Figura 06 – Comboio de ônibus	137
Figura 07 – Mototaxistas pedindo mais fiscalização na região da Ponte da Amizade	148
Figura 08 – Ponto de Mototaxistas onde houve a entrevista.....	149
Figura 09 – Atuação na aduana da RFB na Ponte da Amizade	152
Figura 10 – Porto Clandestino no Rio Paraná	153
Figura 11 – Notícia a respeito da concorrência entre taxistas e motoristas do MUV	155
Figura 12 – Conflito entre RFB e taxistas paraguaios	156
Figura 13 – Distribuição de alimentos na sede da A.T.A.C.A	158
Figura 14 – Distintivo da PNP	162

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
AD	Análise do Discurso
AMOFI	Associação de Moradores de Foz do Iguaçu
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASCOM	Assessoria de Comunicação da RFB
A.T.A.C.A	Asociación de Transporte Alternativo Corredor A
BPFRON	Batalhão de Polícia de Fronteira
Cogep	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DIEP	Departamento de Inteligência do Estado do Paraná
ENAFRON	Estratégia Nacional de Fronteiras
EUA	Estados Unidos da América
FAOC	Fichas de Atendimento de Ocorrência
FETACE	Federación de Taxistas CDE
FOZTRANS	Instituto de Transportes e Trânsito de Foz do Iguaçu
GGIF	Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira
GGIM	Gabinete de Gestão Integrada Municipal
GMFI	Guarda Municipal de Foz do Iguaçu
GOT	Grupamento Ostensivo de Trânsito
GTA	Grupo Tático de Apoio
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDESF	Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras
II	Imposto de Importação
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
JF	Justiça Federal
MBA	Mandados de Busca e Apreensão
MP	Medida Provisória
MPF	Ministério Público Federal
Nepom	Núcleo Especial de Polícia Marítima
NHC	Nova História Cultural
OMC	Organização Mundial do Comércio
PC-PR	Polícia Civil do Estado do Paraná
PEF	Plano Estratégico de Fronteiras
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PM-PR	Polícia Militar do Estado do Paraná
PNP	Polícia Nacional do Paraguai
PPG	Programa de Pós-Graduação
PRF	Polícia Rodoviária Federal
RFB	Receita Federal do Brasil
ROTAM	Rondas Ostensivas Táticas Motorizadas
RTU	Regime de Tributação Unificada
SCB	Sistema de Controle de Bagagens
SESP/PR	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná

Sindprf	Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais
Sintramotos Motocicletas,	Sindicato dos Trabalhadores Condutores de Veículos do Tipo Motonetas, Bicicletas e Triciclo Motores de Foz do Iguaçu e Região
Sucor	Subsecretaria de Gestão Corporativa
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TTU	Terminal de Transporte Urbano
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VANT	Veículo Aéreo Não Tripulado

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 DA FRONTEIRA	26
3 ABORDAGEM METODOLÓGICA	44
3.1 Da Natureza do Objeto	45
3.2 Da Fundamentação	46
3.3 Do Circuito Sacoleiro	49
3.4 Da Dialética	50
3.5 Da Consideração a Respeito da Complexidade da Realidade e da Totalidade	59
3.5.1 Da Complexidade	60
3.5.2 Da Totalidade	63
3.6 Das Partes Envolvidas	69
3.6.1 O Lado da Lei	69
3.6.2 O Lado Ilegal	71
3.7 Da Abordagem das Partes	74
3.8 Das Entrevistas com os Sacoleiros, Laranjas e Correlatos	77
3.9 Do Discurso	80
3.10 Das Relações de Poder e seus Meios de Ação	86
4 A TESE	90
4.1 O Discurso da Receita Federal do Brasil	92
4.1.1 As Operações Muralha	95
4.1.2 Entrevista com um Representante da Receita Federal do Brasil	98
4.2 O Discurso da Polícia Rodoviária Federal	105
4.2.1 Alguns Dados Provenientes do Entrevistado na PRF	107
4.2.2 Entrevista com um Representante da Polícia Rodoviária Federal	108
4.3 O Discurso da Polícia Militar do Estado do Paraná	114
4.3.1 Entrevista com um Representante da Polícia Militar do Estado do Paraná	116
4.4 O Discurso da Polícia Civil do Estado do Paraná	121
4.4.1 Entrevista com um Representante da Polícia Civil do Estado do Paraná	126
4.5 O Discurso da Guarda Municipal de Foz do Iguaçu	131
4.5.1 Entrevista com um Representante da Guarda Municipal de Foz do Iguaçu	132
4.6 O Discurso da Polícia Federal do Brasil	132
4.6.1 Entrevista com um Representante da Polícia Federal do Brasil	136
5 A ANTÍTESE	137

5.1 Entrevista com o Representante do Sindicato dos Mototaxistas de Foz do Iguaçu	149
5.2 Entrevista com um Representante do Grêmio de Taxistas em Ciudad del Este	154
5.3 Entrevista com um Representante de uma Associação de Motoristas de Vans em Ciudad del Este	162
5.4 Entrevista com um Representante da Polícia Nacional do Paraguai em Ciudad del Este	165
5.5 Entrevistas Realizadas com Sacoleiros, Laranjas e Outros Apenados da Justiça Federal em Foz do Iguaçu	168
5.5.1 Características	170
5.5.2 Ingresso no Circuito Sacoleiro	173
5.5.3 Mudança de Função Dentro do Circuito Sacoleiro	175
5.5.4 Remuneração	177
5.5.5 Táticas	180
5.5.6 Patrão	189
5.5.7 Nomenclatura	191
5.5.8 Ocorrência que os Levou à Condenação e Pena	193
5.5.9 Movimento	196
5.5.10 Avaliação da Experiência	197
5.5.11 Atividade Atual e Perspectivas Futuras	200
5.5.12 Pontos Fora da Curva	202
6 A SÍNTESE	205
6.1 1ª Lei da Dialética	211
6.2 2ª Lei da Dialética	216
6.3 3ª Lei da Dialética	220
6.4 4ª Lei da Dialética	223
CONSIDERAÇÕES FINAIS	227
REFERÊNCIAS	229
ANEXO 1 – Ley 624/60	242

1 INTRODUÇÃO

O título de nossa dissertação de mestrado relaciona metaforicamente dois tipos de animais, o leão, poderoso, ameaçador, o chamado rei da selva, que é o símbolo escolhido pela Receita Federal do Brasil (RFB) para a representar perante a sociedade brasileira, os chamados contribuintes. Este leão, que está mais para um “leão de chácara”, que o punirá se agir contra os interesses de seu patrão, o Estado, apesar de sua força e tamanho, combate nas fronteiras nacionais um outro ser, pequeno em poder, esquivo no comportamento, sempre visto carregando algo de um lado para outro da fronteira, que tem em seu número a sua força, já que o leão não pode parar todos de uma vez, enquanto ele para algumas formigas as demais passam por entre suas garras.

O símbolo do leão foi escolhido pela RFB e lançada em dezembro de 1979, tendo o intuito de dar uma ideia de que havia um guardião do Tesouro Nacional, que seria ao mesmo tempo imponente, justo e pacato, ao qual a RFB aludia como: “o leão é manso, mas não é bobo” (EZEQUIEL, 2014).

Já quanto a utilização do símbolo das formigas, aliado à atividade de contrabando e descaminho, esta é bem mais antiga, sendo que temos uma referência advinda de uma comunicação diplomática emitida pelo consulado norte-americano em Porto Alegre/RS, endereçada ao governo daquele país, informando conflitos ocorridos entre gendarmes argentinos e contrabandistas brasileiras na fronteira entre *Paso de los Libres*/AR e Uruguaiana/RS, em 1952, onde tais contrabandistas foram nomeadas como sendo “*minor smugglers*”, havendo no texto a tradução para o termo “formiguinhas”¹² (COSTA, 2020a).

A fronteira do Brasil com o Paraguai abriga um ponto que tem múltiplas significações, tanto reais, quanto no imaginário da população brasileira. Tal local é a parte desta fronteira entre a cidade de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. Das imagens mais recorrentes que podemos perceber em relação a Foz do Iguaçu, temos: cidade das Cataratas; usina de Itaipu; destino turístico internacional; Parque das Aves; complexo hoteleiro; Tríplice Fronteira etc.

No entanto, o que mais nos interessa em nossa pesquisa é o fato de este trecho de demarcação territorial ser o ponto mais associado ao contrabando e ao descaminho, tanto na realidade, quanto no imaginário popular, fazendo desta região do oeste do Paraná um dos locais mais bem vigiados do território nacional, onde várias forças policiais e fiscalizatórias, nos três

¹ File No. 511.2 – CIA. 13 ago. 1952. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP08C01297R000800150004-6.pdf>.

² A ocorrência foi discutida no texto *Conflito de Fronteira entre Argentina e Brasil em 1952*, apresentado ao Latinidades – Fórum Latino-Americano de Estudos Fronteiriços, em 2020.

níveis de governo: federal, estadual e municipal, concorrem e se unem para dar conta do desafio de controlar coercitivamente os fluxos ilegais de dinheiro e de mercadorias.

Dentre os fluxos de mercadorias que perpassam esta fronteira internacional estão produtos legais que não pagam os impostos e as taxas obrigatórias, estabelecidas pelos governos citados acima, como eletrônicos, brinquedos, informática; produtos ilegais, que não são admitidos no território nacional, mas podem ser produzidos no Brasil, como cigarros paraguaios, pneus, agrotóxicos, remédios, anabolizantes, munições e armas de fogo; como também itens completamente proibidos de serem fabricados ou vendidos no território nacional, como as chamadas drogas ilícitas: maconha, cocaína, crack, haxixe, lança perfume etc.

Mesmo com todo o aparato policial e fiscalizatório, com todas as regras impostas pelos governos que gerem o território que compreende Foz do Iguaçu e região, o contrabando e o descaminho ainda resistem e acontecem diuturnamente nesta parte da fronteira nacional. Nosso³ intuito com esta pesquisa, que resultará numa dissertação de mestrado, é tentar entender as dinâmicas históricas, sociais, culturais e fronteiriças-territoriais, que contribuem para tal manutenção de atividades ilícitas, numa escala ainda significativa.

Para dar conta do trabalho ao qual nos propusemos, teremos que fazer alguns recortes na realidade da fronteira local, deixando de lado um grande conjunto de dados e de possibilidades de pesquisa, e nos concentrar em um conjunto outro de informações que o campo nos traz, e que por si só já é rico o bastante para gerar um cenário onde o leitor deste texto poderá reconhecer a miríade de possibilidades de leituras da realidade local, neste espaço extremamente rico em possibilidades de interpretações.

Assim, nosso recorte na realidade, nosso problema principal, girará em torno da porção da realidade concernente ao fato de haver, de um lado, um constante fluxo de mercadorias e de capitais passando ilegalmente por nossas fronteiras nacionais, principalmente no ponto em que Paraguai e Brasil se encontram, especialmente em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, e por outro lado, um aparato estatal, multiescalar, de controle e combate a tais fluxos ilegais.

Mais precisamente, nos concentraremos nas atividades ilegais de contrabando e de descaminho, deixando de lado o tráfico internacional de drogas, de armas de fogo e munições, de pessoas e de animais. Nosso foco são os produtos pelos quais a cidade de Foz do Iguaçu passou a ser sinônimo – junto com Ciudad del Este e o próprio Paraguai –, as chamadas

³ Utilizaremos, em nosso texto, a primeira pessoa do plural. Isto se dará por ser uma forma de descrevermos nossa pesquisa de uma forma pessoal e ao mesmo tempo reconhecer que, embora haja apenas uma pessoa pesquisando e escrevendo, nada é feito de forma solitária, já que há um orientador, um programa de pós-graduação, uma secretaria, uma universidade, um órgão de fomento e, em última análise, toda a academia. Todos participam do processo e nossa postura em adotar tal voz vai de encontro a este reconhecimento.

muambas, os produtos industrializados produzidos em massa na Ásia, principalmente na China, que variam de brinquedos de US\$ 1,00 a sofisticados produtos eletrônicos de milhares de dólares, como smartphones, computadores pessoais e drones.

A outra parte da pesquisa se dedicará a estudar o aparato estatal de controle, combate e fiscalização destas atividades ilegais acima mencionadas, tentando entender como este combate se dá na prática, quais são os agentes do mesmo, como interagem em suas atividades, mas prioritariamente quais são os discursos⁴ legitimadores de tais ações, em um esforço a dar voz a este lado obscuro, até então, dos agentes do Estado.

Desta forma, podemos afirmar que o nosso principal objetivo com esta dissertação de mestrado, nosso objetivo geral, é dar conta de explicitar a relação dialética entre o Estado e o chamado sacoleiro, entre os órgãos estatais de fiscalização e controle fronteiriço e os praticantes de ilícitos na mesma fronteira.

Para fazer frente a tal desafio precisaremos estabelecer outros objetivos secundários, outros objetivos mais específicos, que no caso de serem bem demarcados e no caso de serem realizados, ajudarão a dar conta de alcançarmos o objetivo mais geral, acima descrito, o que nos daria o tão almejado aumento no conhecimento da realidade em nossa fronteira de estudos humanos.

O primeiro destes objetivos específicos se encontra na ação de localizarmos, de explicitarmos, de estabelecermos, onde está na relação entre os combatentes e os combatidos, no caso do contrabando e do descaminho em Foz do Iguaçu e região, a contradição fundamental que justifique a afirmação de que há uma relação dialética entre ambas as partes deste cenário de conflito fronteiriço.

Como veremos no capítulo dedicado à metodologia, há certas particularidades na lógica dialética que nos força a encontrar uma contradição e daí traçar os caminhos que a construíram, além das forças que a mantêm. A literatura referente à dialética do materialismo histórico tem diversos exemplos de contradições e o nosso caso será mais uma tentativa de trazer luz a tais tipos de abordagem, acrescentando mais um exemplo ao rol dos tradicionalmente elencados pela academia.

Em objetos de estudo onde a lógica dialética é aplicada, na abordagem do materialismo histórico, os discursos das partes em oposição têm de ser também explicitados ao leitor, pois a contradição se encontra nestes mesmos discursos. Tais discursos, como veremos, nem sempre

⁴ Nosso intuito não será o de fazer uma análise do discurso, mas sim apresentar as falas dos sujeitos entrevistados em um conjunto onde poderemos encontrar os pontos em comum e os divergentes. Na parte 3.9 desta dissertação abordaremos com maiores detalhes o tema do discurso.

são constituídos de palavras, mas podem se apresentar na forma de ações, posições e omissões, que em conjunto são tratadas como sendo uma espécie de discurso.

Então, podemos afirmar que mais um de nossos objetivos específicos é o de dar voz, ou visibilidade, aos discursos das partes envolvidas na criação, ampliação e manutenção da contradição por nós apontada como objetivo geral de nosso estudo de caso. Assim, trataremos entrevistas com representantes de cada parte envolvida nos acontecimentos referentes a nosso objeto de estudo, buscando uma unificação dos discursos, de ambos os lados, para termos um cenário mais compreensível.

Tal medida vai de encontro a nosso terceiro objetivo específico, o de apresentar uma forma de análise da realidade que contemple e valorize o princípio da complexidade, como trataremos de explicar no decorrer do texto, no capítulo dedicado à metodologia que aplicaremos à nossa pesquisa.

Outro objetivo específico, que podemos apontar como sendo necessário para a boa conclusão de nossos trabalhos, repousa na consideração interdisciplinar de nosso objeto de pesquisa, que por si só já carece de tal abordagem, mas que pela natureza rica de nosso programa de pós-graduação, em Sociedade, Cultura e Fronteiras, já nutrimos desde os primeiros contatos com a academia em nossas aulas, sendo então natural para nós trabalharmos desta forma.

Para darmos conta de nossa proposta de trabalho de pesquisa teremos de lançar mão a um conjunto de conceitos-chave, que em grupo podem vir a esclarecer os problemas aos quais nos propusemos debruçar nesta dissertação. Tais conceitos, individualmente, não foram criados com o intuito de servirem a este tipo de questões que levantamos, mas encadeadas numa sequência lógica particular podem facilitar nossa tarefa.

Iniciaremos nossa exposição, no primeiro capítulo, discutindo o conceito de fronteira, repassando o que foi escrito a respeito do tema por vários autores. Abordaremos as concepções múltiplas que este conceito vem adquirindo com o tempo e o acúmulo de concepções a respeito do tema. Ao final do capítulo informaremos ao leitor qual das acepções, que o conceito de fronteira apresenta, nós usaremos, para evitar confusões mais à frente.

Outro conceito importante para nossa pesquisa é o de dialética, termo que sofre do mesmo vício que o de fronteira, porém com um histórico muito mais longo e tortuoso. Não discorreremos a respeito das diferentes abordagens de dialética, indo direto ao ponto, indicando qual dos tipos de dialética utilizaremos para dar andamento à nossa pesquisa.

Podemos adiantar que optamos, por força da maior qualidade de resultados práticos, por utilizarmos a dialética histórico materialista, desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels, que tem as virtudes de nos deixar acompanhar o desenrolar do desenvolvimento histórico do

objeto de estudos, ao mesmo tempo que parte da realidade material, não a ideal, para podermos chegar a uma conclusão sintética ao final do processo.

Em uma aproximação mais direta ao campo de estudos onde se encontra nosso objeto de interesse, utilizaremos o conceito de circuito sacoleiro, desenvolvido em tese de doutorado por Eric G. Cardin, em 2011, para descrever como se organizam os grupos de sacoleiros, laranjas, olheiros, barqueiros, motoristas, batedores etc. Uma associação de esforços que resulta no contrabando e no descaminho e que ocorre no cotidiano de Foz do Iguaçu e região há décadas.

Exemplificaremos, paralelamente ao desenvolvimento do texto, as ocorrências do que se costuma chamar de complexidade, uma forma de ver múltiplas variáveis concorrendo, ao mesmo tempo, para a criação da realidade perceptível para o pesquisador. Tal ponto de vista chama a atenção para o fato de a realidade ser multifacetada, e que não há uma explicação fácil, óbvia e cômoda para os fenômenos que podem ser observados.

Ainda na tentativa de abarcar mais elementos explicativos da realidade, e lembrando que o método dialético prevê um estudo histórico do objeto, aproveitamos para frisar que nos baseamos no trabalho de Norbert Elias em sua obra *O Processo Civilizador*, de 1939, que se aproveita de fatos simples do cotidiano para tecer um cenário rico que será extrapolado, em um segundo volume, para a compreensão da formação do Estado Moderno na França, protótipo dos demais Estados, modelo para o que reconhecemos hoje.

Desta forma, falar sobre sacoleiros e fiscais pode parecer pueril, mas uma análise mais cuidadosa pode nos fornecer, em um dado momento, subsídios para considerações mais ambiciosas, onde poderemos analisar a realidade partindo não de ideologias, como Hegel, mas com dados materialmente relevantes.

Para Silvana Musella (2010) olhando pelo ponto de vista da nova história cultural (NHC), a história do cotidiano tem sido cada vez mais explorada desde a década de 1940, fugindo-se de categorias estanques como política ou economia, pontos de vista clássicos, que deixavam de fora muitos detalhes ricos da cultura de um determinado ponto de vista. Desta forma, fatos do cotidiano, que pareciam carecer de história passaram a ter lugar na academia, dando voz a parcelas anteriormente pouco estudadas.

Conforme Renato Ortiz (2001) nos informa em *Cultura e Modernidade*, para Marx a história é um processo criativo, de satisfação e recriação, voltado para as necessidades humanas, mostrando o que nos distinguiria dos demais animais, cujas necessidades são fixas e determinadas, baseadas em instintos, o que reforça nossa posição em defender o uso sistemático

de uma descrição histórica do cotidiano para dar maior embasamento ao que puder ser inferido em campo pelo pesquisador.

Também fomos inspirados, durante nossas pesquisas, pelo modo de Clifford Geertz descrever a realidade em *A Interpretação das culturas* (2008), utilizando-se do que ele chamou de descrição densa, onde um grande número de variáveis aparece no texto para dar ao mesmo a maior quantidade possível de dados sobre o objeto de estudos, aumentando a quantidade de variáveis observáveis, fornecendo um panorama mais rico e completo.

Então, para darmos partida efetiva a nossas considerações, para fazermos frente ao desafio que impusemos a nós mesmos, o de fazer frente aos objetivos descritos acima, partimos de uma hipótese abrangente, que apenas ficou clara para nós com as primeiras idas ao campo, embora já estivesse insinuada no cotidiano da cidade estudada.

Assim partimos da hipótese de que há, na relação entre as forças de combate ao contrabando e ao descaminho, na fronteira do Brasil com o Paraguai, entre as cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, e os sacoleiros – como também seus ajudantes diretos e indiretos – uma relação tal, que de acordo com a bibliografia científica pesquisada, pode ser chamada de dialética.

Nela há um conflito central, e nele repousa uma contradição que ao mesmo tempo separa e une os discursos de cada um dos lados em conjunto, havendo uma mútua dependência de ambos, em um jogo de estratégias e de táticas, em um complexo de ações que se autoalimenta, gerando o cotidiano diferenciado da fronteira local, se compensando e se ajustando às mudanças, mas nunca havendo um domínio total de cada um sobre o outro.

Acreditamos que este nosso trabalho ganha alguma importância para a academia e, conseqüentemente, para a sociedade, por inscrever-se ao lado do esforço de um grande grupo de outros pesquisadores que já passaram por esta fronteira, pesquisando e descrevendo sua porção recortada da realidade, para podermos formar um mosaico mais rico de pontos de vista.

Há, em nosso PPG em Sociedade, Cultura e Fronteiras, um grande conjunto de dissertações e de teses a respeito do tema mais geral que estamos tratando que – acreditamos e defendemos esta opinião – podem estar contribuindo para o surgimento de uma escola Foz Iguaçuense de pensamento a respeito de fronteiras e seus temas correlatos, que unidos com a produção da Unila, outra instituição pública local, poderá marcar, em um futuro próximo, reforçando as iniciativas decoloniais, um cenário de produções de longo alcance.

Podemos destacar várias produções, que em grau diverso, colaboraram para nossas bases bibliográficas e demonstram o vigor da iniciativa acadêmica das instituições locais, onde

se disponibilizou um rol bem rico de trabalhos girando em torno do tema das fronteiras, preenchendo, com o tempo, as lacunas do entendimento.

Com Deise Baumgratz (2019), em sua dissertação *Brasil e Paraguai: Uma relação subimperialista?* Analisa-se a relação entre os dois países, fazendo uma pesquisa tanto do conceito de imperialismo, quanto do modo que o Brasil interfere nos assuntos internos do país vizinho, o que poderia ser enquadrado como uma espécie de imperialismo local.

Já Giuliano Silveira Derrosso (2018), traz em sua tese *Vivências nas Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu* um estudo a respeito da forma única que a região de Foz do Iguaçu tem, relativamente à sua territorialidade, onde sociedade, cultura e história local, se unem para formar uma territorialidade particular, que pode ser percebida por quem vem de fora.

Temos também a contribuição de Josiane Nava (2018), com sua dissertação de mestrado: *Migração, Memória e Literatura: lembranças de um barrageiro de Itaipu*, trabalho que discute, a partir das memórias de um personagem chave, as experiências dos construtores da barragem de Itaipu, que propiciou a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, os chamados barrageiros.

Josiel Alan Leite Fernandes Marques (2017) discute a difícil prática da integração territorial na Tríplice Fronteira, contando a história da região, os problemas enfrentados por cada um dos Estados limítrofes e os desafios de se gerir uma fronteira entre três países, tendo de colaborar de forma integrada para dar conta de suas dificuldades em comum.

Pudemos contar com a consulta ao trabalho de Luciane Neitzel Friedrich (2014) que em sua dissertação de mestrado já trazia a preocupação com o estado de coisas a que os detentos na fronteira, em Foz do Iguaçu, estão submetidos. A autora traz exemplos de processos judiciais e seu andamento, discutindo a forma com que os detentos são tratados na cidade.

Desde 2012 temos à nossa disposição a dissertação de Nara Regina Olmedo de Oliveira, que já vinha discutindo a alteridade multicultural em Foz do Iguaçu, utilizando as narrativas do cotidiano fronteiriço, apresentando os personagens que criam o dia a dia da cidade, vindos de várias partes do mundo, de culturas variadas.

Também temos o ótimo trabalho de dissertação de Nelson Figueira Sobrinho (2019), que nos demonstrou a mudança de discurso que a mídia nacional, no caso a revista *Veja*, teve em relação à sua descrição das notícias referentes ao Paraguai, que passou de uma criminalização generalizada, numa essencialização deletéria do país, para um discurso de elogio, associando o progresso ao país vizinho, após o aumento dos investimentos brasileiros naquele país.

Orlando Bispo dos Santos (2016) nos trouxe uma importante contribuição, pois nos colocou a par da organização e do modo de agir de uma das forças de combate ao contrabando e ao descaminho na fronteira brasileira, o Exército, e como se dá sua interação na formação das territorialidades da Tríplice Fronteira.

Numa perspectiva voltada para o setor de turismo presente na cidade de Foz do Iguaçu, que tem sido impulsionado por iniciativas privadas e governamentais, tendo as cataratas, a usina de Itaipu, a proximidade com a Argentina e o turismo de compras em Ciudad del Este como atrativos principais, Viviane da Silva Welter (2018) faz um panorama da hospitalidade local, o que complementa nosso estudo com um ponto de vista extra.

Já Valdirene Reimann (2013) nos traz uma dura imagem: de que a realidade que podemos enxergar nas grandes cidades brasileiras também podia ser vista em Foz do Iguaçu. Com sua dissertação *As Crianças da Ponte: o trabalho de Crianças e adolescentes no comércio fronteiriço de Foz do Iguaçu – Paraná*, a autora nos insere na realidade da desigualdade mais penosa, a que atinge até às crianças.

No entanto, mais que o embasamento e a contribuição para a formação de um cenário mais completo da realidade fronteiriça em Foz do Iguaçu e região, alguns trabalhos foram diretamente referenciados em nossa dissertação, pois sua pertinência e qualidade de informações foram essenciais para a estruturação dos discursos presentes no texto que descreve nossa pesquisa.

O primeiro deles é o trabalho de Rafael Dolzan (2019), que em sua dissertação de mestrado lançou mão de sua posição privilegiada como funcionário da Receita Federal do Brasil (RFB) para fornecer à academia e à sociedade uma quantidade de dados pertinentes a mudanças populacionais relevantes em Foz do Iguaçu, aventando a hipótese de que a ação mais contundente da Receita Federal pode ter influenciado em tal variação no número de habitantes locais e o aumento em outros pontos da fronteira nacional.

O outro trabalho que impactou fortemente nossos estudos é o de Fabiano Bordignon (2019) que, utilizando-se de sua função como delegado da Polícia Federal (PF), pôde nos trazer detalhes de tão grande qualidade, por estar no centro dos acontecimentos, que um outro pesquisador teria dificuldades em conseguir ter acesso, a respeito das dificuldades e modos de organização do Comando Tripartite na Tríplice Fronteira.

O terceiro trabalho que poderemos elencar como sendo de importância fundamental para nosso estudo é o de Marcos Araguari de Abreu (2015), que em sua dissertação de mestrado, também se utilizando de um ponto de vista muito bem localizado, o de delegado da Polícia Civil do Estado do Paraná (PC-PR), pôde fazer um estudo de caso bem fundamentado a respeito da

possibilidade de haver uma espécie de subcultura criminal na cidade de Foz do Iguaçu, gerada e mantida pela atividade de contrabando, descaminho e tráfico.

Cada um destes trabalhos, reunidos em um único *campus*, uma produção voltada para o mesmo espaço, abrangendo um conjunto tão grande de vieses, sem contar os trabalhos que não tinham ligação direta com nosso tema e, portanto, foram deixados de lado, é uma riqueza intelectual considerável, um trabalho institucional relevante, que – acreditamos – trará bons frutos em um futuro a médio e longo prazo. E com isto queremos agora contribuir.

De acordo com o citado acima, nossa metodologia de pesquisa relaciona trabalhos de campo, formado por entrevistas e observações, com um arcabouço teórico que contempla a dialética histórico materialista, o princípio de complexidade, junto com a abordagem interdisciplinar no trato com o objeto de pesquisa.

Tal abordagem interdisciplinar já está naturalmente elencada no nosso modo de encarar a pesquisa, por força do conteúdo estudado em nosso programa de pós-graduação, o que pode ser desafiador, pois uma maior quantidade de disciplinas a serem conhecidas leva, inevitavelmente, a dois fatos observáveis: por um lado uma certa superficialidade inerente ao fato de se considerar ao mesmo tempo pontos de vista antropológicos, historiográficos, sociológicos e geográficos etc. – e no nosso caso, por força de formação, filosófico – em um cadinho de possíveis abordagens, nem sempre convergentes; por outro lado fornecendo um cabedal mais rico de ferramentas utilizáveis durante o processo de pesquisa.

Daí, deste tipo de consideração, poderemos afirmar que temos a obrigação de considerar o princípio de complexidade inerente tanto à realidade, quanto aos modelos ideais por nós descritos, como recorte privilegiado de nosso viés de pesquisa científica, no contato com o campo.

Assim, para fazer frente ao desafio hercúleo ao qual nos propusemos, fomos levados a abraçar o modo de encarar a realidade como sendo paradoxal em muitos pontos, contendo contradições que, longe de travarem os discursos e ações, são o motor dos mesmos, o que nos levou a adoção da metodologia dialética do materialismo histórico como filtro por onde passaremos a ver a realidade onde se insere nossa pesquisa.

Para darmos conta de cumprirmos com os objetivos aos quais nos propusemos e descrevemos acima, vamos organizar o texto desta dissertação de forma a no primeiro capítulo descrever alguns apontamentos referentes ao conceito de fronteira, com o intuito de informar ao leitor do que estaremos falando quando citarmos este conceito, que é tão caro a nós.

A seguir, traremos um capítulo contendo a explicação de nossa metodologia de trabalho, contendo um estudo proveniente de autores que se dedicaram a nos fornecer meios de

analisarmos a realidade, propiciando uma síntese explicativa final mais rica e fiel de nossa fronteira de conhecimento.

No capítulo seguinte, o terceiro, faremos uma referência explícita à dialética, apresentando separadamente um conjunto de discursos que caminham na mesma direção, proferidos por agentes diversos, mas que têm em comum o combate ao contrabando e ao descaminho na região de Foz do Iguaçu, na fronteira de nosso interesse, e que chamaremos de “tese”.

Já o quarto capítulo agruparemos os discursos dos agentes que defendem ou que dependem da atividade sacoleira, de contrabando e descaminho, para contrapormos ao primeiro conjunto de discursos descritos. Desta forma teremos uma “antítese”, que será uma descrição de nossos trabalhos de campo mais ricos.

O quinto capítulo, que tradicionalmente traz a discussão dos resultados, virá em forma de síntese da comparação da tese e da antítese anteriormente descritas, e onde trataremos de colocar nossas observações particulares, mais do que descrever o que vimos em campo.

Ao final, faremos as considerações de praxe, torcendo para que, em conjunto, o trabalho realizado e apresentado por nós (pesquisador/mestrando, orientador/professor, docentes, funcionários técnicos de apoio, programa de pós-graduação, universidade, e extrapolando, em último caso, a academia) venha a ter alguma utilidade para as ciências humanas em conjunto.

2 DA FRONTEIRA

A fronteira pode ser traduzida como a capacidade humana de produzir descontinuidade em um espaço natural contínuo.

Georg Simmel, 2001.

Fazer uma dissertação de mestrado que tenha por natureza fundamental ser interdisciplinar apresenta muitos desafios. Neste caso o que mais se apresenta à nossa frente quando construímos tal dissertação, é o fato de haver muitas vozes, de diferentes tradições e disciplinas, falando de um mesmo tema: a fronteira.

Por um lado, temos a tradição da Geografia, uma das primeiras a tratar deste assunto, que vê a fronteira como algo mais material, algo construído que pode ser encontrada nas bordas do território, como limite, como pele, separador, marco divisório entre locais (FERRARI, 2014).

Com o tempo esta visão mais rígida incorporou outros elementos, um novo vocabulário, mas sempre tratando de algo ligado ao espaço, ao território, aos lugares adjacentes, ainda como delimitador.

A Antropologia também se estendeu ao tema das fronteiras, trazendo seus métodos e diferentes termos e pontos de vista explicativos, focando nas relações pessoais, interpessoais, deixando de lado a rigidez trazida na perspectiva geográfica, deixando tudo mais maleável, o que não facilitou nada em termos de entendimento, apenas aumentou a complexidade para quem tenta apreender a realidade e descrevê-la ao leitor (MARTINS, 1996).

Temos a abordagem da Economia para dar mais elementos ao tema, discutindo fluxos e trocas, diferenciais, moeda, comércio, agronegócio etc. (ROCHA, 2013). Também a História (FIOROTTI, 2015), trazendo o tempo como componente de observação, estudo, consideração e descrição. Podemos acrescentar o Direito e Segurança Pública (ARAÚJO FILHO, 2020), como também Ciências Políticas (FIGUEIREDO, 2008) ao cadinho de olhares possíveis.

Se pararmos apenas aqui, já temos muitas contribuições para o estudo das fronteiras, no entanto não chegamos a lugar algum, pois cada abordagem parece retirar da realidade o seu objeto de estudos e dele fazer sua descrição parcial, deixando de lado as demais possibilidades.

O que é então uma fronteira? Se em cada local há uma fronteira diferente, com suas características únicas, onde estão as características comuns a todas elas? Se são reconhecíveis deveríamos ser capazes de descrever tais características comuns a cada uma delas e a todas as fronteiras.

Destacamos abaixo um conjunto de afirmações provenientes de especialistas no tema, que se dedicaram a responder a estas, e a outras, questões referentes ao tema. Veremos que há uma ampla descrição das características que enunciámos, sendo que cada pesquisador enfocou um conjunto delas, deixando os demais a cargo de outros colegas.

A descrição do conceito não resolverá, por si, o problema de nos informar do que falamos quando dizemos fronteira, possivelmente trará mais dificuldades do que respostas, mas presta uma homenagem a quem já trilhou este caminho, numa tentativa de facilitar os estudos de quem venha a seguir, para que possa encontrar o “caminho das pedras”, chegando mais longe do que chegamos até aqui.

As fronteiras nacionais demarcam territórios repletos de significados políticos, econômicos, culturais, jurídicos e simbólicos. Os limites entre os Estados expressam as divisões entre soberanias, cidadanias, legislações e punições, línguas e símbolos nacionais, instituições políticas, militares, jurídicas e sociais. Esses limites estatais territorializados possibilitam a produção de variadas distinções entre “nós” e “eles” e alteram a nossa condição objetiva e subjetiva entre cidadão nacional e estrangeiro em um breve deslocamento por uma ponte internacional, uma rua ou um simples marco no terreno nas “fronteiras secas” entre os Estados nacionais. (ALBUQUERQUE, 2012, p. 188)

José Lindomar Coelho Albuquerque (2013) já explicava uma certa dificuldade, pois etimologicamente falando, o termo fronteira remete a front, estar frente a algo, expressando também um sentido de movimento, expansão, enfrentamento, acontecimentos em um dado local diante de um adversário. Estas características do termo dificultam uma definição, já que delimita mais que define. A fronteira ainda tem uma dupla função, ela se fecha defendendo o interior ao mesmo tempo que se abre ao exterior, e estas aberturas e fechamentos variam de local a local, em contextos históricos diversos. (ALBUQUERQUE, 2013, p. 72)

Temos um bom exemplo, um bem atual, de fechamento de fronteiras, causado neste caso pela pandemia do chamado Covid-19⁵, um vírus da família corona que surgiu nos “radares” das autoridades chinesas no final de 2019 e se espalhou pelo mundo. Já em 2020 resultou no fechamento de fronteiras nacionais em vários locais, como na Europa, América do Norte, América do Sul. Especificamente, o nosso local de pesquisa foi fechado em 16 de março de 2020 pelo Paraguai⁶, já o Brasil fechou o seu lado da fronteira um pouco depois, mais

⁵ <https://jamanetwork.com/journals/jama/article-abstract/2762130>

⁶ https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/03/17/interna_internacional,1129845/paraguai-fecha-ponte-da-amizade-com-brasil.shtml

precisamente em 19 de março de 2020⁷. Apenas mercadorias puderam circular entre as fronteiras nacionais, demonstrando que o fechamento foi parcial.

Tempo e espaço são distintos numa zona de fronteira, onde o primeiro pode ser condensado no segundo, e o segundo pode ser inscrito no primeiro. Estes processos podem levar séculos se definindo e redefinindo. As fronteiras guardam diferentes memórias: as dos espaços centrais, com suas expansões, acordos e conflitos entre nações; e as das localidades, com múltiplas memórias e histórias locais, narrativas pessoais de moradores, reais construtores das fronteiras sociais, atravessados pelas fronteiras legais e jurídicas dos Estados (ALBUQUERQUE, 2013).

Outro exemplo de tempos diferenciais na fronteira, que pudemos averiguar em campo e que transformamos em um relato de atividade, é o fato de os veículos de transporte públicos de linha, os ônibus internacionais, que ligam Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, apresentarem um comportamento diferente em cada um dos sentidos do deslocamento dos mesmos. Quando partem do território brasileiro agem como as empresas locais, com agilidade, indo de ponto em ponto, só parando o tempo necessário para embarque e desembarque. Já quando parte do território paraguaio, indo ao Brasil, têm um deslocamento lento, param para que o motorista converse, compre lanches, mantendo o motor ligado gastando combustível por vários minutos, parando no microcentro para esperar por passageiros, como se fosse uma das vans de lotação que fazem ponto no local. Agem como se estivessem em outra realidade, mas quando passam a Ponte da Amizade voltam a agir do “modo brasileiro” de se conduzir um ônibus (COSTA e COSTA, 2020).

Os estudos antropológicos sobre as fronteiras sociais e simbólicas dos grupos étnicos na Europa e na América Latina a partir dos anos 1960 vieram lançar novas luzes e novos horizontes de leitura dos fenômenos específicos que ocorriam nas fronteiras étnicas e internacionais. As fronteiras passaram então a ser compreendidas como zonas de contatos que produzem identificações contrastivas por meio de fricções interétnicas e fortalecimentos políticos simbólicos das diferenças entre “nós” e “eles” (BARTH, 1998; OLIVEIRA, 1972). Desde então, a noção de fronteiras amplia seus significados e se desloca dos territórios de expansão econômica e dos limites políticos para os mais distintos espaços de interação entre grupos sociais (entre índios e brancos, afrodescendentes, imigrantes, refugiados etc.) (ALBUQUERQUE, 2013, p. 74).

Albuquerque (2013) orienta aos demais pesquisadores que atentem para o fato de que suas pesquisas podem dar a entender que a fronteira que estudam pode apresentar apenas características de um certo tipo, como política, ou econômica, ou apenas social. Não. Uma

⁷ <https://veja.abril.com.br/mundo/brasil-fecha-fronteiras-com-8-paises-da-america-do-sul/>

fronteira apresenta estas e outras características juntas, ao mesmo tempo, a despeito do recorte que o pesquisador estiver fazendo na realidade (ALBUQUERQUE, 2013).

Em consonância com o dito na introdução desta parte do trabalho, a fronteira possivelmente fornecerá dados para qualquer pesquisador, com qualquer viés, de qualquer especialidade, o que demonstra, a nosso ver, a riqueza caleidoscópica deste tipo de configuração da realidade.

O termo fronteira também sofre uma espécie de inflação de usos e significados, pois começa a ser usado para designar muitas coisas, o que por si pode gerar mais paradoxos. Mas, um termo que pode significar tudo não explica nada, “precisamos então recuperar velhos conceitos e imaginar novas noções que possam traduzir em palavras essas complexas relações de identidades e alteridades que movimentam os territórios entre os Estados nacionais” (ALBUQUERQUE, 2013, p. 84).

Para Silvio Antônio Colognese (2012), as identidades podem ser classificadas tradicionalmente em dois grandes tipos: objetivistas e subjetivistas. A primeira seria a que se adquire por meio do nascimento em uma determinada cultura, como algo essencial, de raiz, uma dimensão atributiva. A segunda se construiria em um sentimento de vinculação e identificação a coletividades imaginárias, apresentando mais liberdade de escolha neste processo de classificação social (COLOGNESE, 2012). No entanto, já que um ponto de vista exclui o outro necessariamente, eles se mostram limitados e redutores. Por este motivo o autor acima, Colognese (2012), assume a definição de Fredrick Barth (1998), que concebe a identidade como manifestação relacional, sendo uma construção, onde os grupos classificam para organizar suas relações.

Resultante das interações entre diferentes grupos, as identidades formam-se na utilização de traços distintivos dentro do grupo em contraste com os outros. Sendo construídos e reconstruídos no interior dos grupos, as identidades não são perenes, nem são apenas determinadas pelas raízes culturais. Temos então, uma auto identidade (auto definida) e uma hetero identidade (definida pelos outros), que são sempre contrapostas na construção da identidade individual (COLOGNESE, 2012).

A seguir, Colognese (2012) cita Pierre Bourdieu (2007), que considera que apenas quem tem autoridade legítima consegue impor suas próprias definições de identidade, e impor a de outros, sendo que tal legitimidade nasce das relações de força entre os grupos em disputa. Nas regiões fronteiriças, dependendo de que lado da fronteira você esteja observando, estas relações de autoridade podem diferir muito (COLOGNESE, 2012).

Tradicionalmente a identidade legítima era aquela gerada no processo de criação da identidade nacional, sendo um assunto de Estado. O que se pretendia era a criação de uma única identidade no interior do Estado-Nação, sufocando as possíveis identidades locais, numa tentativa de homogeneização (COLOGNESE, 2012).

Partindo-se da constatação de que sem a existência de fronteiras não se pode identificar as diferenças, nelas é mais marcante o fenômeno da identidade, local onde se opõem e se separam.

As zonas fronteiriças são espaços privilegiados para a apreensão das construções e reconstruções de identidades em seus conflitos e estigmatizações. Sem as fronteiras simplesmente não existiriam diferenças. [...] Para a apreensão das relações entre identidades, as fronteiras não são focadas a partir de determinado centro. As próprias fronteiras são convertidas em centro analítico através do qual as diferentes identidades são enfocadas e analisadas. (COLOGNESE, 2012, pp. 147-148)

Acreditamos que deveria haver um conjunto de características que definissem as fronteiras em qualquer situação, onde o que as difeririam seriam suas particularidades locais. Assim, de posse de uma definição geral, o pesquisador passaria a descrever e a analisar o que há de único em seu objeto de pesquisa em cada caso, evitando a inflação acima mencionada, fazendo avançar a discussão, ao invés de apenas depender da criatividade do pesquisador.

Em relação ao tema Fronteira, articulado com o limite geográfico, há para Gottmann, segundo Arriaga-Rodríguez (2014, p. 16), seguindo o que afirmava Claude Bernard (1813-1878), uma dualidade interessante. Um lado diz respeito ao exterior, ao entorno do homem, o que diz respeito ao meio ambiente que o cerca e no qual ele atua materialmente. Já o outro lado se refere a seu interior, ainda não muito bem definido na época em que Gottmann escreveu, onde o homem atua com um sistema integrado complexo com elementos históricos, étnicos, religiosos, sociais, econômicos e culturais que configuram a vida em sociedade.

Conclui-se daí que, para Gottmann, antes de definirmos o ambiente externo ao homem, devemos definir seu ambiente interno, identificando seus elementos permanentes, os elementos fluidos (mudanças políticas, sociais e culturais que se registraram) e o que o move. Daí, este ambiente humanizado se materializa, originando espaços geográficos, que são dinâmicos e estão em permanente interrelação. Assim, por fim, pode-se identificar as diferenças entre tais espaços, o uso social de seus recursos e a organização gerada pelo ambiente humano interno (ARRIAGA-RODRÍGUEZ, 2014).

Neste caso, a dicotomia entre interior e exterior pode configurar o que Albuquerque nos alertou acima, como foco de inflação, já que o exterior humano tem seus limites, mas o interior, sua psiquê, pode apresentar uma fonte inesgotável de criação imaginativa, que poderia

acrescentar características ilimitadas a qualquer assunto, bastando para tal a criatividade do pesquisador, o que nos distanciaria da ciência empírica.

A partição do espaço geográfico é a categoria central na concepção de fronteira para Gottmann, onde o espaço geográfico acessível aos grupos sociais é organizado, dividido, neste processo de partição. As comunidades humanas, quando ocupam e transformam áreas no planeta, de posse de certa capacidade técnica e material de o fazer, geram esta partição (ARRIAGA-RODRÍGUEZ,2014).

Arriaga-Rodríguez, ainda sobre o trabalho de Gottmann, traz mais dois conceitos, o de circulação e o de iconografia, para dar conta dos mecanismos de partição do espaço, onde: quando a circulação trunfa um espaço regional se forma, se unifica; já quando não há a circulação e quando as iconografias locais são reforçadas, há a partição de regiões ou os fragmentos já existentes são reforçados (ARRIAGA-RODRÍGUEZ, 2014).

Para Arriaga-Rodríguez, citando Marcio Antonio Cataia, a iconografia pode ser vista como uma ação autodefensiva, com cada lugar tendo uma política de valor simbólico, cimentando os membros de uma dada comunidade atando-a a um território. Assim, a iconografia estimula a circulação no interior do território, porém a dificulta ao exterior. Um território pode ser repartido caso a comunidade que o habita sinta que a circulação em seu interior não lhe seja favorável. Assim, temos um exemplo de como a variável cultural pode ser introduzida na análise fronteira, usando-se uma perspectiva da geografia do poder, tendo a iconografia como meio (ARRIAGA-RODRÍGUEZ,2014).

O autor não cita as intrusões que acontecem na fronteira, onde as iconografias de um de seus lados estão presentes, de forma mais branda, que do outro lado. Assim, temos em Foz do Iguaçu um bairro chamado de Vila Paraguaia, além de uma série de frases em guarani, um dos idiomas oficiais do Paraguai, inscritas em muros pela cidade, em locais de muito movimento de pessoas, a exemplo do trecho entre o final da Ponte da Amizade e a aduana brasileira, e muros próximos ao terminal de transporte urbano (TTU) no centro de Foz do Iguaçu. É como se a iconografia de um dos lados se infiltrasse para o outro, a exemplo da quantidade de informações em português em Ciudad del Este, bandeiras do Brasil e de times de futebol, e camisas destes mesmos times, como o Corinthians, Palmeiras e o Flamengo, por exemplo. Não parece haver um corte abrupto, mas uma diluição no espaço.



Fonte: Divulgação de Simpósio no 57^oICA 2021.

Na escala local, as iconografias são como cola, unindo membros da comunidade cultural, moldando-a ideologicamente a uma comunidade política. As iconografias são amálgamas de coisas materiais e imateriais (mais do que apenas história, meio ambiente e crenças) e sua importância é função do valor simbólico que lhe atribuem os grupos sociais.

Las cosas materiales se refieren a los paisajes sociales, los objetos para ritos religiosos, la comida, los utensilios de trabajo, la vestimenta, entre otros; en tanto que las inmateriales tienen que ver con las ideas, ideologías, costumbres, mitos, valores sociales, etcétera. La combinación infinita de estos elementos produce no una, sino muchas iconografías, aunque es sólo una es la que enraíza en cada grupo social específico i la reclama como parte de su identidad. La categoría de análisis identidad es fundamental para entender el concepto iconografía, pues sirve para explicar cómo son transformadas las mentalidades de los sujetos para convertirlos en ciudadanos de determinada entidad política. (ARRIAGA-RODRÍGUEZ, p. 27-28)

Uma observação no texto de Arriaga-Rodríguez chama atenção, ele alega que o comércio modifica os termos de uma dada economia, quando um produto novo e mais barato é introduzido neste mercado a competição é mudada, afetando a economia dos produtos locais (ARRIAGA-RODRÍGUEZ, 2014). Isto é o que vemos ocorrer cotidianamente em nossa fronteira de estudos, em Foz do Iguaçu, onde, devido ao comércio de produtos industrializados provenientes do exterior, temos uma modificação das relações internas ao espaço anteriormente organizado.

Gottmann difere limite e fronteira, apresentando o primeiro como sendo uma construção jurídica e a segunda como uma zona de interação dos homens. A primeira função de ambos, limite e fronteira, é a diferenciação das partições do mundo, incluso os territórios, sendo um

instrumento estatal de divisão, marcação e diferenciação. Cada um dos limites e fronteiras historicamente construídos está relacionado ao equilíbrio entre forças da circulação e da iconografia (ARRIAGA-RODRÍGUEZ, 2014).

O método sugerido por José Lindomar C. Albuquerque para apreendermos a fronteira é o de por um lado estranhar o conhecido, e por outro tornar familiar o estranho:

Por um lado, estranhar e problematizar, isto é, por em suspensão nação, a língua nacional, a região, a fronteira, as identidades e todos esses termos facilmente essencializados em nossos discursos cotidianos. Por outro lado, aproximar-se, tornar familiar tudo aquilo que se apresenta à primeira vista como estranho, esquisito, diferente, repugnante, e geralmente localizado do “outro lado da fronteira”: a nação vizinha, suas diferenças regionais, suas línguas nacionais, seus valores e costumes, em suma, a alteridade e o esforço antropológico de abertura hermenêutica para o outro. (ALBUQUERQUE, 2014a, p. 63)

Eric G. Cardin (2014), também acrescenta à nossa discussão que é necessário ter em mente que as fronteiras são fluidas, dinâmicas, que conflitos e diferenças a constroem, e sempre se formatam e adaptam a novas situações. Nelas as hegemonias são constantemente desafiadas, sendo que para manter a ordem exigem-se medidas diretas e indiretas. Portanto, os conhecimentos mais significativos nos estudos de fronteiras passam pela tentativa de compreendê-las como um todo, mesmo não sendo uma tarefa fácil (CARDIN, 2014).

A fronteira nacional é um fenômeno plural, paradoxal, heterogêneo e dinâmico, não é uma realidade simples e homogênea, e seu estudo científico carece de rigor e sutileza. Para Cardin, as populações que vivem nos lugares fronteiraços têm de ser o foco dos estudos nestes lugares, numa abordagem metodológica que aproxime ao mesmo tempo distintas fronteiras nacionais, sociais e simbólicas. Temos de ser capazes de apreendermos, com esta abordagem, a dimensão social, cultural e simbólica de forma profunda, não apenas os processos econômicos, jurídicos e políticos (CARDIN, 2014).

As ciências sociais vizinhas à sociologia já vêm fazendo muitas leituras a respeito do tema das fronteiras nacionais, mas a própria sociologia necessita fazer mais no campo metodológico, aprimorando e fazendo uso de outras formas de abordagem do objeto, seja com o viés qualitativo ou quantitativo, utilizando para tal técnicas de pesquisa como entrevistas, questionários, *surveys*, trabalhos de campo etc. (CARDIN, 2014).

É importante destacar que para alguma parcela da população que vive nas fronteiras pode ter uma justificativa para lá viver atrelada às oportunidades únicas que cada fronteira pode fornecer:

A fronteira política muitas vezes funciona como um recurso e sistema de complementaridade para as populações fronteiraças. Viver na fronteira é também viver da fronteira. As diferenças de preços de alimentos, bebidas, roupas, gasolina fazem

com que os fluxos se intensifiquem de um lado a outro da fronteira. (VALCUENDE, 1998, apud ALBUQUERQUE, 2014a)

Diferenças de taxações e demais impostos, diferenças cambiais, mudanças políticas e econômicas em países vizinhos, facilitam um movimento pendular de deslocamentos humanos, fruto de um cálculo que leva em conta risco e possibilidade de ganho, atrelado a um diferencial de preços e ofertas de itens de um dos lados da fronteira. Cria-se assim a possibilidade de poupar custos, por um lado, ou de auferir lucro, por outro.

No caso das relações fronteiriças entre o Brasil e o Paraguai, por exemplo, há a política de cobrança de impostos no Paraguai que deixa os produtos industrializados com preços mais baixos em relação aos cobrados no Brasil, o que atrai uma grande quantidade de compradores. Por outro lado, a baixa arrecadação de impostos deixa a população do país vizinho com pouca cobertura de serviços sociais básicos, como é o caso da saúde, o que acarreta a busca, por parte de paraguaios, da utilização dos serviços de saúde pública do lado brasileiro da fronteira. Desta forma, não só os diferenciais em recursos são uma marca das fronteiras, mas também há a marca da geração de táticas e de estratégias nas relações entre cidadãos e os Estados nacionais (CARDIN, 2014).

Não podemos esquecer que há uma relação direta entre Estado e fronteira, como assinala María Lois (2014). Desde o surgimento dos estudos sobre fronteira, com Ratzel, a fronteira tem sido associada com o conceito de limite, que estaria na periferia do Estado, seu ponto de avanço, seu contato com as demais nações, um local a ser protegido, que está sujeito a sofrer todas as mesmas transformações que sofre o organismo estatal (LOIS, 2014).

Se partirmos para as considerações a respeito das dinâmicas internas às fronteiras, poderemos ganhar algum entendimento de como a ilegalidade nasce nesta parte do território. Nas palavras de Rabossi (2004), há grande variedade de atividades que se desenvolvem devido à existência das fronteiras, que funcionam apenas ao burlar as regras criadas para manter as mesmas. O contrabando é o melhor exemplo deste caso, pois pressupõe a passagem pela fronteira, e é uma das práticas que justifica a própria existência da fronteira.

O ilegal, longe de ser o resultado do funcionamento anormal ou amoral da sociedade, faz parte das possibilidades abertas em um mundo definido pela lei. Isto é, legal / ilegal não é uma clivagem que permita diferenciar a priori setores do funcionamento do social ou universos preexistentes, mas sim que constitui o operador através do qual se produzem distinções, se reproduzem desigualdades e se aproveitam oportunidades. (RABOSSI, 2004, p. 16)

Rabossi cita Michel Foucault (1999), que afirma que a lei não foi feita para evitar o ilegal, impedindo uma ação, mas para determinar como ela mesma pode ser torneada, já que há

sempre espaços onde se pode burlar uma lei, e isto já é assentado na própria estratégia da sociedade a que se aplica, não sendo tal característica algo acidental ou imperfeito, mas previsível (RABOSSI, 2004).

Novas configurações territoriais são inseridas no ordenamento social por uma série de medidas legais que têm por força de sua natureza não diminuir o ordenamento, mas aumentá-lo, como é o exemplo das áreas de livre comércio, de incentivos à produção, maquila, paraísos fiscais. Este ordenamento é o que se busca aproveitar com a criação de alternativas de ganho (RABOSSI, 2004).

Rabossi (2004) nos lembra que com a visita de Vargas a Asunción em 1941, iniciou-se um processo de aproximação entre Brasil e Paraguai, mudando a dinâmica regional. Acordos firmados inscreveram definitivamente Foz do Iguazu no mapa, com a abertura da rodovia entre Coronel Oviedo, no Paraguai, até a margem do rio Paraná, a construção da Ponte da Amizade unindo a cidade a Puerto Presidente Stroessner, a inauguração da rodovia BR-277 que a uniu a Curitiba, ligando o centro do Paraguai com o Atlântico.

Além disso, o autor nos trouxe um exemplo de aproveitamento das leis conjugadas com os diferenciais fronteiriços, unido a uma visão estratégica comercial extremamente acertada, quando a empresa Foreign Markets Trading Corporation adquiriu o direito de explorar comercialmente uma parte do território, do lado paraguaio da fronteira, onde passaria a ligação rodoviária acima citada, e onde se construía a ponte sobre o Rio Paraná, prevendo que o potencial para novos negócios seria imenso (RABOSSI, 2004).

Esta parte da fronteira parece ter recebido atenção especial do governo Stroessner, tanto que a cidade fundada no ponto de nosso interesse, nesta dissertação, recebeu o nome deste ditador paraguaio:

A cidade foi fundada como Puerto Presidente Stroessner em 3 de fevereiro de 1957. Quando em 1973 foi designada capital do Departamento del Alto Paraná passou a chamar-se Ciudad Presidente Stroessner, ainda que o uso do nome anterior continuou, especialmente na imprensa. Em 3 de fevereiro de 1989, com a queda de Stroessner, a cidade passou a chamar-se Ciudad del Este. (RABOSSI, 2004, p. 36)

Sandra Cristiana Kleinschmitt (2016) contribui ao citar em sua tese de doutoramento as noções de Abínzano (2014), que nos lembra que na essência as fronteiras são simbólicas, e as exceções são as linhas político-jurídicas criadas pelo Estado. As linhas são apenas um dos vários aspectos de múltiplas interações histórico espaciais entre sociedades. A fronteira, neste aspecto, não se constitui como barreira, sendo a realidade transfronteiriça contínua em fluxos (KLEINSCHMITT, 2016).

Caso Abínzano (2014) esteja correto, em sua afirmação acima descrita, isto implica necessariamente que o conceito de fronteira remete ao campo das ideias, não ao dos objetos materiais, o que justificaria a dificuldade na circunscrição de sua definição, por não se tratar de algo real, mas apenas imaginário.

Agora citando Luiz Eduardo Catta (1994), podemos concordar que as cidades situadas nas fronteiras internacionais são diferenciadas em relação às demais em um país, tendo uma maior quantidade de relações culturais, políticas e sociais, que interferem no cotidiano das populações que aí se encontram, singularizando estes espaços.

Trazendo a contribuição, neste momento, de Brígida Renoldi (2013), observa-se o fato dos governos de diferentes Estados fazerem, para as cidades de fronteira, planos, mapas, medidas de mobilidade, de delitos, jurisdições, ações especiais, pensando a favor ou contra tais espaços, faz com que os habitantes destas fronteiras vão criando sentidos próprios, usufruindo da trama tecida no cotidiano, dialogando ou silenciando, com as instâncias do controle dos Estados (RENOLDI, 2013).

A afirmação acima, de que o Estado intensificaria uma espécie de “sentido” de fronteira, devolve ao Estado o protagonismo na criação e na manutenção das mesmas fronteiras, o que colide com algumas acepções de que os habitantes teriam tal papel relevante. Parece haver discursos contraditórios conforme se olha do centro às bordas, ou das bordas ao centro, demonstrando nosso ponto de que não se encontrou algo palpável onde possamos nos apoiar na elaboração de um conceito mais abrangente e não tão maleável.

Albuquerque (2018), aludindo ao trabalho de Balibar (2005), nos informa a respeito do fato de que houve nas últimas três décadas um aumento no interesse pelo assunto fronteira, e que tal se daria pelos acontecimentos na Europa Oriental (fim da URSS, queda do muro de Berlim e reunificação alemã), consolidação da União Europeia, tentativa de acordos comerciais paralelos, como o Nafta, o surgimento do Mercosul etc. Junto a estes fatores há a mobilidade humana entre as fronteiras que se rearrumaram e as tentativas de conter as mesmas (ALBUQUERQUE, 2018).

Albuquerque (2018) acrescenta que:

As fronteiras nacionais têm sido pensadas menos como limites de soberanias territoriais firmados em tratados internacionais e mais como zonas e regiões transfronteiriças concretas, heterogêneas, múltiplas, dinâmicas em suas configurações econômicas, sociais, culturais e políticas. (ALBUQUERQUE, 2018, p. 286)

Albuquerque (2016) nos traz a correlação entre a fronteira e a identidade dos moradores deste espaço. Dialogando com Giménez (2009) e Silva (2000), Albuquerque nos informa que

tais identidades nas fronteiras nacionais são marcadas profundamente por relações, não sendo então definitivas, essenciais nem primordiais. O indivíduo se permite construir, designar, imaginar, formas de pertencimento com a coletividade, contrastando com outros grupos. Assim, tais identidades ganham um caráter relacional, dinâmico, que contrasta com os demais, individual ou coletivamente (ALBUQUERQUE, 2016).

Ao introduzir mais um conceito, o de identidade, o pesquisador aumenta a complexidade já anunciada e inerente ao conceito de fronteira, ao invés de se aproximar de uma definição objetiva. Parece evidente que há uma identidade própria às populações em faixa de fronteira⁸, mas a questão é: onde não há identidade? Nos parece claro que onde houver um grupo de pessoas que possam se comparar a outro haverá identidade. Descrever a identidade fronteiriça nos parece ser muito louvável cientificamente, no entanto utilizar um fenômeno universal não necessariamente parece avançar o debate a respeito do tema principal, o conceito de fronteira.

Albuquerque e Paiva (2015) nos chamam a atenção para o fato de que as áreas de fronteira nos dão a oportunidade de pensarmos “separações, conexões e circulações entre inúmeros agentes sociais, econômicos, culturais, políticos, regionais, nacionais e transnacionais” (ALBUQUERQUE e PAIVA, 2015, p. 118).

Os autores também nos informam que além do Estado, os meios de comunicação são agentes privilegiados de produção da fronteira como espetáculo, onde tráfico, contrabando, assassinatos, medo, prisões, fugas, operações formam o imaginário. Daí gera-se o discurso de preocupação, que por sua vez desemboca na criação de barreiras e em um maior controle de tais locais. “As fronteiras entre nações são sempre férteis para pensar os trânsitos e contradições das práticas ilegais e a vasta economia criada por elas em suas negociações cotidianas e lutas políticas estruturantes da lei, da ordem e da moral vigente.” (ALBUQUERQUE e PAIVA, 2015, pp. 122-123)

As práticas dos moradores de regiões de fronteira conflitam constantemente com as determinações governamentais, desafiando a lógica dos códigos legais, desconhecendo as moedas, os códigos trabalhistas, políticas tributárias, impostos, tudo para se auferir lucro a partir das disparidades de preços entre os lados da fronteira, sendo um local paradoxal do ponto de vista dos códigos simbólicos, podendo haver hibridismo cultural e de formas de se ganhar dinheiro (ALBUQUERQUE e PAIVA, 2015).

⁸ LEI Nº 6.634: “Art. 1º. – É considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 Km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que será designada como Faixa de Fronteira.”

O termo paradoxo, utilizado pelos autores destacados, tem sido muito utilizado e indica uma contradição na lógica da realidade que se apresenta a nós nas fronteiras nacionais. Contradições, por seu lado, remetem à impossibilidade de se tirar uma conclusão lógica simples da mesma realidade. Uma alternativa que temos à nossa mão é a de utilizarmos de ferramentas lógicas que contemplem as contradições como sendo o material com o qual podemos obter conclusões válidas, ou seja, a lógica dialética histórico-materialista.

Para os autores, há uma tensão entre lógicas: por um lado há a lógica estatal; de outro a lógica dos moradores da fronteira. Uma proíbe e a outra transgride tais limites legais e normativos. Daí, há a rotulação de traficante, contrabandista, muambeiro, que estas populações passam a carregar por exercer as atividades que uma fronteira, que pode conviver com dois ou mais câmbios de moedas, permite (ALBUQUERQUE e PAIVA, 2015).

O que é destacado como sendo uma lógica estatal e uma lógica dos moradores locais, pode ser traduzido, acreditamos, por discursos e comportamentos, leis e costume, normas e cotidiano, órgão da administração pública e redes informais de contrabando e descaminho. Daí, aparentemente, subjaz o conflito tradicional nestas zonas privilegiadas de um espaço, onde tudo parece se apresentar de forma mais marcante, pois pode ser comparado com o “outro lado”, com outras práticas, outros discursos, outras leis, outros costumes, outros órgãos administrativos etc.

Os mesmos autores assinalam que não há na natureza fronteiras dadas, elas são construções permanentes, com redefinições que atingem várias escalas, desde as zonas fronteiriças, até os centros de poder nacionais, e mesmo em instâncias internacionais. As mesmas fronteiras são produzidas não apenas por agentes estatais, sendo necessário rediscutir a fixação no Estado como produtor de fronteiras (ALBUQUERQUE e PAIVA, 2015).

As fronteiras, apesar de estarem em posição periférica nos mapas, têm participação central na produção do próprio Estado, pois abriga realidades relacionais com as faixas de fronteira dos países vizinhos, contendo um universo de micro relações entre diversos agentes na fronteira (ALBUQUERQUE e PAIVA, 2015).

Para Albuquerque (2015), Michel Foucault (1999) contribui com nosso tema quando traz a ideia de dispositivo, que seria um conjunto heterogêneo englobando “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentárias, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”, onde o dito e o não dito fazem parte do chamado dispositivo, sendo este uma rede que liga tais elementos. Assim, pode-se pensar no conjunto de fatores que contribuem para a “fronteirização”, como sendo um exemplo de dispositivo (ALBUQUERQUE, 2015, p. 118).

Os dispositivos são relações de forças, mecanismos de dominação que englobam discursos e práticas que podem ser desenvolvidos, bloqueados, controlados, contornados e utilizados em determinada direção. São jogos de poder e saber com funções estratégicas de produção da realidade social (AGAMBEN, 2011; REVEL, 2005, apud ALBUQUERQUE, 2015, p. 119)

Acima, aparentemente, temos mais um exemplo de inflação, aos moldes do que foi anteriormente citado, onde a um problema já existente e complexo acrescenta-se mais uma categoria de análise, a categoria de dispositivo, neste caso uma que tenta englobar uma série de outras variáveis, numa espécie de metavariável analítica, o que pode vir a ser mais um peso para o pesquisador carregar, e que parece não resolver nenhum dos problemas anteriormente citados.

Há muitas fronteiras atravessando as fronteiras nacionais, as primeiras sendo simbólicas trazem discursos conflitantes, como: “as fronteiras entre desenvolvimento e atraso, limpeza e sujeira, original e falsificado”, e revelam saberes sutis entre nós e os outros, jogos de poder, possibilitando apreender as táticas, as estratégias, os diversos dispositivos controladores, partindo de um olhar local para os processos e situações sociais nas zonas fronteiriças, permitindo ver e praticar a fronteira (ALBUQUERQUE, 2015).

Albuquerque (2014b) nos alerta que embora sejam centros de conflitos e disputas entre nações, os espaços fronteiriços são vistos como espaços periféricos justamente por se localizarem necessariamente na parte mais afastada dos centros de decisão, sendo geralmente pouco conhecidos pela maior parte da população de uma nação (ALBUQUERQUE, 2014b).

Fronteiras são lugares onde o Estado mostra sua presença nos controles de fluxos, pois precisa atingir a população com instituições públicas que garantam alguns direitos, apesar dos múltiplos intercâmbios e disputas culturais, econômicas e políticas. “Para além da presença do Estado, a zona de fronteira também alcança centralidade em relação à identidade e à diferença nacionais no cotidiano das pessoas que vivem nesses territórios limítrofes.” (ALBUQUERQUE, 2014b, p. 54)

No caso que nos diz respeito nesta dissertação, Albuquerque – se referindo às reportagens que analisou relativas às fronteiras do Brasil com seus vizinhos – assinala que há um reforço da imagem do Paraguai como sendo um país perigoso, devido ao crime organizado, ao tráfico de armas e drogas, como país da falsificação, tornando o Paraguai sinônimo de falsificação (ALBUQUERQUE, 2014b).

No que interessa diretamente ao tema de nossa dissertação, podemos fazer algumas considerações para tentar enriquecer a discussão a respeito do conceito de fronteira e suas implicações concernentes ao combate do contrabando e do descaminho na cidade de Foz do Iguaçu e região.

Como será visto no decorrer do trabalho, em outro capítulo, podemos adiantar que a fronteira não está estabelecida apenas no marco territorial que pode ser visto e atravessado, ela acompanha o sacoleiro e o laranja, desde sua saída na odisseia de ir comprar em Ciudad del Este, até a sua volta para sua cidade de residência. A possibilidade de ser parado e fiscalizado existe em qualquer parte do território nacional, onde a Receita Federal tem jurisdição.

Um exemplo da movimentação da fronteira pode ser visto quando das operações especiais de fiscalização e repressão ao contrabando, descaminho e tráfico, a exemplo das operações “Muralha”, que desde 2 de maio de 2016 tem se utilizado da estratégia de fazer um bloqueio de fiscalização mais rigoroso, se aproveitando da existência de um gargalo de trânsito formado pelo pedágio na rodovia BR-277, na altura do município de São Miguel do Iguaçu/PR.

Tal providência funciona como se houvesse outra fronteira, temporária, dentro do território nacional, para dar conta da repressão que não pôde ser feita na fronteira tradicional, entre o Brasil, em Foz do Iguaçu, e o Paraguai, em Ciudad del Este. E, se extrapolarmos esta medida, poderemos pensar que cada barreira da PRF (Polícia Rodoviária Federal) Brasil adentro, cada veículo de alguma força policial etc., carrega em si a possibilidade da fiscalização, da apreensão, do prejuízo, da responsabilização pecuniária e criminal.

Figura nº 02: Operação Muralha em São Miguel do Iguaçu/PR.



Fonte: <https://estradas.com.br>, 24/11/2018.

Se mantivermos a imagem em mente, podemos admitir que há escalas diferenciais desta mesma fronteira, e há diferentes desafios impostos pela realidade. Passar pela fiscalização em Foz do Iguaçu é um grande passo para o praticante de ilícitos, mas está longe de ser o derradeiro.

O que temos de impactante em relação às fronteiras estabelecidas pelo Estado é que estas mesmas fronteiras parecem ter como resultado um hiper foco nas diferenças entre as culturas, que parecem ficar bem mais exacerbadas, pois o outro está logo ali à nossa frente.

Outro fato a ser considerado, e que pode ser verificado por qualquer pessoa que venha a atravessar a Ponte da Amizade, por exemplo, é o fato de parecer haver duas fronteiras para o sacoleiro, o laranja e o turista, uma que vai de Foz do Iguaçu a Ciudad del Este: tranquila, acolhedora, solícita, amigável; e outra que vai de Ciudad del Este a Foz do Iguaçu: repressiva, insegura, arbitrária, inesperada, tensa.

Assim, podemos afirmar, de acordo com nossas observações em campo, que passar do Brasil ao Paraguai não é a mesma coisa que passar do Paraguai ao Brasil, ou seja, o sentido do deslocamento, do fluxo, interfere na experiência de passagem pela fronteira, mesmo sendo o local por nós atravessado exatamente o mesmo.

Após repassarmos as definições e os comentários dos pesquisadores especializados no estudo do conceito de fronteira, acabamos com a sensação de que sabemos menos do assunto do que sabíamos antes de iniciarmos o estudo bibliográfico. Este fato se deve ao grande número de características que foram levantadas a respeito das particularidades do objeto de estudo.

As fronteiras foram apresentadas como sendo algo que abriga temporalidades distintas, partindo do ponto de vista de Albuquerque. Como tendo relação direta com o espaço, o território, os limites políticos, oriundo dos estudos de Gottmann. Vimos fronteiras como algo dinâmico, sempre sendo reconstruídas, local de conflitos, na acepção de Cardin. Já Lois nos lembra da estreita ligação entre Estados-Nacionais e fronteiras, voltando à ideia de limite. Rabossi nos traz fronteiras como locais de práticas de ilegalidades, apoiando-se em Foucault, aproximando-se do objeto de nossa pesquisa nesta dissertação de mestrado. Kleinschmitt já retrata a fronteira com sua característica simbólica.

Se continuássemos a colecionar autores em sequência provavelmente teríamos um fluxo constante de informações, que em cada autor nos forneceria mais uma característica do que seria uma fronteira. E a cada uma teríamos menos certeza do que afinal é uma fronteira.

Então qual é o problema? Como resolver esta questão? Já que a cada passo que damos parecemos ter menos certezas. A cada novo viés encontramos mais características inauditas, mais facetas deste objeto.

O que nos parece, e é claro que não se trata de uma conclusão definitiva, é que estamos diante de um problema linguístico, mais do que material. Aparentemente, cada um dos autores está se referindo à palavra fronteira, e daí retira suas conclusões. No entanto, cada um parece estar olhando para objetos distintos, que apenas coincidem no fato de serem referidos pela mesma palavra. Assim, um fala fronteira como resultado de identidades distintas, outro fala fronteira como resultado de limites acordados ou forçados pelo Estado ou culturas diferentes, outro ainda tem como fronteiras um local com fluxos e ícones congruentes.

Nenhum pesquisador que nos trouxe, no estudo acima, um ponto de vista, um resultado de pesquisa, um texto contemplando o tema fronteira, falou do mesmo objeto, apenas usou a mesma palavra, que nos parece agora ser um termo polissêmico e muito complacente, que por ser uma invenção humana (a palavra fronteira) não tem um referencial fixo no mundo natural, aceitando assim vários adjetivos e descrições de natureza.

Se fôssemos extrapolar, poderíamos dizer inclusive que não existe “a” fronteira, como coisa, o que existe é uma percepção coletiva de diferenças, onde, no nosso caso, o Estado construiu um conjunto de meios de controle – ineficientes – para dar conta de seus interesses.

Teríamos assim, várias coisas chamadas de fronteira, uma que se refere a identidades, uma que se refere a territórios (a mais tradicional), outra que se refere a fluxos, outra que se refere a iconografias, uma outra ainda que se refere a representações imaginárias entre nós e eles, e o termo pode ser tão elástico que pode vir a aceitar mais variantes ainda.

Tentaremos não nos esquecer destas considerações acima quando estivermos lidando com a palavra fronteira, e tentaremos explicitar qual viés estaremos utilizando a cada referência. Possivelmente nos utilizaremos mais da aproximação de fronteira como limite, ligada a uma porção recortada do território, pois nos parece ser a acepção que tem maior ligação material com a realidade objetiva.

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Para explicarmos ao leitor quais serão os passos que adotaremos na presente pesquisa nos basearemos nas referências apontadas por Antônio Carlos Gil em seu livro *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* do ano de 2008, o que nos dará um norte e poderá ajudar na organização das partes do texto, tornando-o mais academicamente correto, evitando confusões e mal entendidos no processo. Assim, conforme Gil nos recomenda, passaremos a elucidar que tipo de pesquisa faremos, e como procederemos até chegarmos ao texto final.

Nossa pesquisa pode ser descrita como sendo eminentemente exploratória, por se tratar de pesquisa que pretende, nas palavras do mesmo Gil (2008) “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias”, aumentando a precisão dos problemas e das hipóteses a eles relacionados, apontando possíveis pesquisas posteriores. Para tal, lançamos mão de levantamento bibliográfico pertinente aos assuntos correlatos, como também fizemos incursões ao campo, buscando dados da realidade junto aos sujeitos envolvidos ao objeto de estudo.

Como se trata de uma realidade fronteiriça, que tange a assuntos relacionados com a legalidade e a ilegalidade, não foi possível fazer um procedimento amostral, numa abordagem quantitativa, sendo apenas possível termos uma visão mais geral do problema – o que não significa uma visão pobre ou simplista – nos aproximando qualitativamente dos fatos da realidade que envolve o tema.

Nosso interesse, então, é dialogarmos com os especialistas nesta área, juntando uma visão pessoal obtida em trabalhos de campo, gerando ao final do processo um problema mais bem definido, possibilitando que em uma nova etapa possam ser feitas pesquisas mais profundas e amplas, traçando um quadro mais fiel do problema que se constitui no combate ao contrabando e ao descaminho na fronteira.

Para a coleta de dados no trabalho de campo, utilizamo-nos de entrevistas semiestruturadas, contendo questões pertinentes aos sujeitos envolvidos e sobre a atividade que exerciam (ou exercem) referente à fronteira, combatendo ou agindo no contrabando e no descaminho em Foz do Iguaçu. No decorrer do texto desta dissertação as questões serão descritas.

As pessoas que responderam a nossas entrevistas serão organizadas no texto, para facilitar o entendimento do cenário em que vivemos, em dois grupos: os que combatem os ilícitos fronteiriços; e os que praticam tais ilícitos. No primeiro grupo estão os funcionários da Receita Federal do Brasil (RFB), da Polícia Federal do Brasil (PF), da Polícia Rodoviária Federal (PRF), da Polícia Militar do Estado do Paraná (PM-PR), da Polícia Civil do Estado do

Paraná (PC-PR), da Guarda Municipal de Foz do Iguaçu (GMFI), etc. Já o segundo grupo é constituído por sacoleiros, laranjas, mototaxistas, taxistas, motoristas de vans, motoristas de carros com mercadorias ilegais etc.

3.1 Da Natureza do Objeto

Uma das primeiras coisas a serem determinadas quando nos propomos a fazer uma pesquisa é a delimitação, a mais precisa possível, de qual é o objeto desta e qual é a sua natureza. Tal natureza diz respeito principalmente à delimitação deste objeto, ao qual nos referiremos em toda a pesquisa, já que toda análise girará em torno desta delimitação inicial, e a qualidade do texto final dependerá de quão bem explicitado estará tal objeto.

Assim, nesta parte do texto, passaremos à execução da tarefa acima enunciada, tentando estabelecer, para o leitor deste trabalho, o que afinal de contas pretendemos entregar objetivamente ao completarmos nossa tarefa e, como foi insinuado pelo título desta obra e inicialmente tratado na introdução da mesma, podemos localizar o nosso objeto, ao qual nos propomos estudar, situado na fronteira entre Foz do Iguaçu, no Brasil, e Ciudad del Este, no Paraguai.

Nosso objeto de pesquisa tem uma natureza extremamente curiosa, pois embora resulte de condições materiais de existência, ele não é materialmente constituído, sendo fruto da relação entre sujeitos pertencentes a diferentes grupos, que ora se aliam, ora se opõem, gerando no meio do processo uma atividade considerada ilegal, que cria em seu movimento de realização uma parcela importante da própria realidade fronteiriça entre os dois municípios acima citados.

Daí, da atividade de contrabando e de descaminho, atividades ilegais de acordo com a legislação vigente no Brasil, e da atividade de combate a este contrabando e a este descaminho, surge algo que é conhecido como circuito sacoleiro, que tem suas raízes rastreáveis desde a China (principalmente, mas não exclusivamente), passando por entrepostos comerciais internacionais, chegando ao Paraguai, principalmente a Ciudad del Este, e que tem em Foz do Iguaçu um dos principais nós de uma intrincada rede de distribuição de mercadorias por todo o território nacional brasileiro.

Então, nosso objeto de pesquisa, neste trabalho, não pode ser confundido com as pessoas que executam o contrabando e o descaminho, nem com os facilitadores destes praticantes, menos ainda com os responsáveis pela repressão a tais atividades ilegais. Nosso objeto, imaterial por natureza, reside entre um grupo e outro, sendo fruto da relação das duas

práticas, tanto da ilegalidade quanto de seu combate, podendo ser descrito como a fronteira dinâmica do contrabando e descaminho.

Situamos assim nosso foco na relação existente entre o ilegal e o legal, relação esta que é fruto de um grande conjunto de outras relações, e dá fruto a um outro grande conjunto de relações, e que no cômputo geral de ações e reações constroem o cotidiano da fronteira entre os dois países acima citados, construindo redes dinâmicas de práticas de ilícitos e de combate a tais ilícitos.

Temos a presença destes irmãos siameses, ação ilegal e o seu combate, um nascido junto com o outro, se alimentando e se reforçando mutuamente, numa dinâmica que arrasta um grande número de pessoas envolvidas em cada polo desta equação e que, veremos mais adiante, nunca se fecha totalmente, nunca se resolve completamente, pois o dinamismo de sua natureza leva sempre à perda de equilíbrio de um dos lados e a busca de reequilíbrio pelo outro, sendo a homeostasia do sistema praticamente impossível.

3.2 Da Fundamentação

Quando pensamos em método, em especial no tipo de trabalho ao qual nos vinculamos e nos propusemos executar, pensamos imediatamente a qual das grandes escolas de pensamento, muito didaticamente discutidas por Giddens em sua obra *Capitalismo e Moderna Teoria Social*, do ano de 2005, relativo às ciências sociais, poderemos vir a nos vincular para dar conta da realidade presente em nossa pesquisa. Levando-se em conta que há, a nosso dispor, três fortes representantes em iguais condições de serem utilizados – e bem aceitos – pela comunidade acadêmica em geral, a saber, a perspectiva oriunda de Karl Marx, a oriunda de Emile Durkheim, e a de Max Weber.

Cada uma destas “escolas de pensamento” tem seus defensores e detratores, que argumentam pró e contra seus métodos, e quando há liberdade para o pesquisador escolher dentre uma delas caímos numa encruzilhada, pois a adoção de uma representa o abandono das demais, e conseqüentemente podemos perder uma ferramenta de descrição da realidade, caso escolhamos mal.

Para dar cabo deste problema, optamos por iniciar nosso trabalho colhendo informações, tanto bibliográficas, ouvindo o que nossos colegas mais experientes tinham a nos contar a respeito dos mesmos problemas aos quais nos dedicamos agora, e fomos a campo buscando dados da realidade que viessem a nos subsidiar de informações úteis para a confecção deste texto.

E o que tal abordagem nos mostrou, afinal? Passamos, cada dia, a ver que a natureza de nosso objeto se enquadrava numa relação de forças que poderíamos chamar de dialéticas, pois podíamos perceber claramente que havia dois tipos de natureza de ação aplicada ao contrabando e ao descaminho, a saber, uma contra a atividade e outra a favor dela. Tal fato poderemos demonstrar mais facilmente no decorrer do trabalho.

Neste contexto, o mais lógico que podíamos fazer era optar pelo pensador que privilegiou a abordagem dialética para tratar da compreensão da realidade em seus trabalhos, assim foi fácil buscarmos em Karl Marx os subsídios mínimos para analisarmos os fatos que verificamos, e podermos apresentar um conjunto mais robusto de análises de uma realidade material e historicamente encontrada em campo.

Giddens (2005) nos informa que para Marx a relação dialética sujeito/objeto condiciona a consciência humana, levando o homem a formar o mundo, que, por sua vez, o forma também. Assim, as necessidades humanas seriam criadas, satisfeitas e recriadas, em um processo histórico, sendo esta uma das nossas diferenças em relação aos demais animais, onde as necessidades são fixas.

Pode ser que o leitor venha a se perguntar do que estamos falando quando citamos o termo dialética. Sabemos que há uma grande confusão quando se trata de se abordar o tema da dialética em qualquer ramo de atividade ao qual se aplique tal abordagem, e tal confusão se dá pela própria natureza do método, que tem a característica de tentar concluir a partir da apresentação de ideias contrárias, o que por si só já traz uma confusão. Por não se tratar de uma lógica aristotélica baseada em silogismos, mas em uma lógica que busca na contradição, que busca no diálogo entre ideias contrárias, uma conclusão que não é uma média exata entre as duas proposições anteriores, é que torna a lógica dialética de difícil aplicação prática.

Na lógica aristotélica você poderia apresentar uma premissa, depois apresentar outra premissa, e de uma relação entre as duas premissas anteriores, dependendo de um conjunto de pressupostos básicos, chegar a uma conclusão também lógica, desde que a resposta já estivesse oculta na relação entre as duas premissas anteriormente colocadas em análise. O que é um avanço em termos civilizatórios, principalmente advindo da antiguidade, pode não ser útil em todos os tipos de questões a que estamos expostos na realidade.

A falha na utilização da lógica silogística começa a aparecer quando nós temos que lidar com questões mais complexas, onde pela própria natureza do objeto estudado encontramos muitas variáveis dispostas irregularmente no espaço e no tempo. Assim, uma mesma variável pode se apresentar de diferentes formas quando mudamos o local de análise ou a escala da

mesma, e quando observamos tal variável em tempos distintos, mesmo que mantenhamos o espaço invariável.

Portanto, podemos encontrar, caso analisemos a Receita Federal brasileira, em sua atividade de combate ao contrabando e ao descaminho, formas diferentes de atuação e de resultados se compararmos o período anterior ao ano de 2003, com o aperfeiçoamento tecnológico e de legislação desde então. Verificaríamos, também, diferenças da mesma natureza se comparássemos a atuação em outros pontos da fronteira brasileira fiscalizados pelo mesmo órgão.

Desta forma, não há como fazer afirmações a respeito de tal órgão federal de uma maneira generalizada, universalizada, que possa ser utilizada como se fosse um objeto monolítico, invariável, e que não fosse composto por pessoas que têm internamente seus próprios interesses e uma vida além da própria atividade da Receita Federal. Evitamos assim uma “essencialização” que poderia ser perniciososa em uma análise da realidade.

E, se há um problema em relação a avaliação, como variável analisável, de um único órgão de combate ao contrabando e descaminho na fronteira entre Brasil e Paraguai, imaginemos o que se dá com os demais órgãos, que também ajudam na fiscalização da área de fronteira no município de Foz do Iguaçu – que é o nosso interesse aqui. Em outros termos, o mesmo conjunto de afirmações acima pode ser feito quando tratamos da Polícia Federal Brasileira, Polícia Militar do Estado do Paraná, da Polícia Civil do Estado do Paraná, da Guarda Municipal de Foz do Iguaçu, da ANTT, da Anvisa, Exército Brasileiro, Marinha do Brasil, ABIN, Força Aérea Brasileira (com a utilização do VANT (veículo aéreo não tripulado)) etc.

Imaginemos então, o que aconteceria se tentássemos “essencializar” os laranjas, os sacoleiros, os barqueiros, e os demais praticantes de ilícitos referentes a contrabando e descaminho na fronteira que estamos analisando neste trabalho. Estaríamos cometendo um lastimável engano e um enorme desserviço à ciência e à academia em geral, contribuindo não para o esclarecimento, mas para a simplificação de um espaço extremamente rico e inerentemente contraditório.

Assim, a partir desta constatação – de que a realidade se apresenta a nós, pesquisadores, forçosamente numa relação dialética entre as partes – optamos por descrevê-la também de uma forma dialética, o que será mais correto – e mais justo – além de ser um estimulante exercício de análise desta própria realidade, e que por si só se apresenta como um grande desafio, pois ao contrário da lógica aristotélica silogística, nem sempre a conclusão a que chegamos será evidente por si só.

3.3 Do Circuito Sacoleiro

Será de fundamental importância nesta dissertação a categoria de circuito sacoleiro, formulada por Eric G. Cardin. Quando citamos o adjetivo fundamental, queremos dizer que um dos fundamentos de nossa pesquisa é justamente o que o autor denomina por tal termo. Fundamento, nesta concepção, é o chão, a base onde construiremos nosso edifício teórico/explicativo, nossas análises e nossa síntese final. Assim, quando estivermos nos referindo às atividades ilegais de sujeitos pesquisados, sempre teremos em mente que eles compõem e produzem – ao mesmo tempo – tal circuito.

A essência do chamado circuito sacoleiro, para Cardin (2011a), se encontra nas possibilidades de se aproveitar favoravelmente das diferenças econômicas, dos recursos além fronteira. Algo muito longe de uma visão romântica de irmandade latino-americana, com relações sociais, culturais, políticas e econômicas amistosas. Tais diferenças propiciam inúmeros meios de sobrevivência, formas de trabalhar, tudo facilitado pela proximidade fronteiriça. “São trabalhadores, empresários, especuladores e mais uma quantidade incontável de ocupações que nascem exclusivamente no intuito de se aproveitarem das possibilidades oficiais e extraoficiais criadas pela situação de fronteira” (CARDIN, 2011a, p. 42).

Oriundo de uma estratégia comercial visionária – ainda com Cardin (2011a) – a chamada Foreign Markets Trading firmou contratos com o governo paraguaio para ter direito de exploração de uma parte de Ciudad del Este, a partir de 1960, ainda Puerto Stroessner. Tais contratos permitiram a exploração de atividades econômicas e o pagamento reduzido de impostos, legalizando, do lado Paraguai, o comércio local que conhecemos no microcentro de Ciudad del Este. Portanto, o circuito sacoleiro, no lado paraguaio da fronteira, tem amparo legal, pois as ilegalidades somente começam na passagem de contrabando e descaminho, com produtos ilegais ou além da cota (CARDIN, 2011a, p. 43).

Não sendo formado por práticas isoladas, o circuito sacoleiro tem sua sustentação numa espécie de rede de confiança, que no conjunto de todos os participantes dá uma impressão de que se trata de uma operação organizada e sistemática (CARDIN, 2011a, p. 73).

Em ressonância com nossa pesquisa, Cardin afirma que a entrada dos sujeitos participantes do circuito sacoleiro não se dá com a ocupação de altos postos no grupo que fazem parte. As posições de confiança têm de ser galgadas aos poucos, sendo raros casos de um início nestas posições. A maioria inicia como laranja, sendo indicados por outros laranjas, já participantes de um grupo, que introduz o novo sujeito, criando uma rede de conhecidos, que aumentam a confiança interna (CARDIN, 2011a, p. 76).

A alta rotatividade de capital dentro do circuito sacoleiro é a fonte de renda de vários trabalhadores, dentro e fora do circuito, apesar da condenação de sua existência por parte de governos e imprensa. A suspeita é de que tal capital termine financiando atividades de tráfico de drogas e grupos terroristas, além de certamente impactar, em alguma medida, a arrecadação de impostos por parte dos governos brasileiros. Então, temos este cenário de conflitos, onde os discursos e as práticas colidem, formando a história e o cotidiano da região de fronteira (CARDIN, 2011a, pp. 110-111).

Segundo Cardin:

O circuito sacoleiro possui algumas características marcantes como, por exemplo, a informalidade, a clandestinidade e a hierarquia interna que sustenta o seu funcionamento. Por sua vez, tais aspectos promovem reações peculiares entre os sujeitos nele inseridos, atingindo as relações sociais de uma maneira ampla. As amizades e os demais relacionamentos que ocorrem dentro da esfera do trabalho são marcados por desconfiança e precaução. Muito disto se deve à instabilidade e insegurança das ocupações, como também à vontade sempre presente de “melhorar de vida”. (CARDIN, 2011a, p. 118)

Deixemos de lado esta discussão e voltemos nossa atenção do conceito de circuito sacoleiro para a metodologia que utilizaremos para tratar deste mesmo conceito e de demais conceitos que viermos a nos referir no decorrer do texto.

3.4 Da Dialética

Poderíamos iniciar a explicação do que se trata a lógica dialética remontando à antiguidade clássica, pedindo ajuda de manuais de filosofia e buscando nos primórdios do nascimento da civilização grega os subsídios de uma explicação que teria forçosamente dois resultados: o primeiro seria o de encher este trabalho com grande conjunto de revisão histórico filosófica, que no final das contas não nos acrescentaria muita coisa; o segundo seria o de perdermos o nosso tempo e o tempo do leitor com minúcias que não contribuirão em nada no conjunto total dos argumentos deste trabalho.

Então deixaremos para trás Heráclito e Parmênides, Sócrates e Platão, toda a Escolástica da Idade Média, como também passaremos por Hegel – que será apenas citado em contraponto a Marx, não sendo trabalhado –, sem nos determos em nenhum deles. Não queremos insinuar que eles não sejam importantes, nem que sejam irrelevantes para uma análise da realidade, mas partiremos do pressuposto de que o método do materialismo dialético de Marx já traz inserido em si toda uma série de discussões de vinte e cinco séculos de idade, e que a explicação, e principalmente a aplicação de tal método, em si mesmo, já traz a devida homenagem e reverência a tais figuras ilustres da filosofia.

Daí podemos passar às considerações realmente importantes, no que diz respeito à pesquisa a que nos propusemos realizar, pois nesse caso específico temos como característica principal as relações econômicas e sociais, condições eminentemente materiais de vida, que trazem em seu bojo a marca do conflito e da contradição entre o que é permitido por lei e o que certos indivíduos fazem para "ganhar a vida".

Assinalamos, nesta parte, que a dialética por si só não traz respostas que não estejam inseridas nos próprios termos do conflito analisado, ela apenas traz à luz o que estava oculto no discurso de cada parte, o que precisa ser necessariamente ouvido além das palavras, o que pode ser verificado pelo movimento que a realidade apresenta, tanto no tempo, historicamente, quanto no espaço, territorialmente.

José de Souza Martins, em *O Tempo da Fronteira*, de 1996, já traz a dupla marca que queremos destacar aqui quando falamos das relações de fronteira, pois alia os diversos olhares disciplinares – que culminaram na atual interdisciplinaridade – com o reconhecimento do caráter dialético deste espaço, mesmo se referindo, no contexto de seu trabalho, a uma fronteira agrícola, cremos que o dito abaixo se aplica a nosso caso.

Assim, Martins comenta que:

Geógrafos e antropólogos, entre os anos 30 e 50, realizaram pesquisas de campo que se tornaram essenciais para uma concepção sociológica da fronteira enraizada no que há de historicamente singular e sociologicamente relevante no caso brasileiro. É a partir dessas referências que o autor formula a sua tese de que a fronteira é, simultaneamente, lugar da alteridade e expressão da contemporaneidade dos tempos históricos. A unidade do diverso, pressuposto metodológico da dialética, encontra aí o lugar mais adequado e mais rico para a investigação científica. (MARTINS, 1996, p. 25)

Sérgio Castanho, escrevendo a respeito da atualidade do método dialético, nos lembra os passos do processo desse mesmo método:

O caminho é feito pela análise e pela síntese, que são "momentos" em relação ao desenvolvimento do todo. A análise, ou momento analítico, consiste de decompor uma realidade complexa em seus elementos. A síntese, que é a operação da razão, consiste de situar os momentos reais no todo real, recuperando seu movimento. (CASTANHO, 1996, p. 16)

Para Castanho, a categoria central da dialética é a contradição, não devendo ser excluída de nossas vistas, pois devemos incluir o negado, superando-o numa síntese em um grau superior. Sendo o próprio modo de ser da realidade, a contradição não pode ser enquadrada como sendo uma categoria de pensamento, senão recairíamos em um idealismo. “Por ser contraditório, o real fornece ao pensamento o instrumento para sua própria explicação” (CASTANHO, 1996, p. 17).

Sobreira (2007) faz uma revisão histórica a respeito do tema da dialética, e afirma que para Marx “a dialética tem como ponto inicial e necessário a realidade socioeconômica de determinada época, como estrutura fundamental e articuladora das contradições, tendo como meio para a superação das contradições a luta de classes” (SOBREIRA, 2007, p. 12). Assim, encontramos ecos desta afirmação em nosso problema de pesquisa, já que o contrabando e o descaminho são atividades que têm um caráter eminentemente econômico, com reflexos sociais que se apresentam claramente na fronteira.

Já citando Gramsci, Sobreira (2007) afirma que seu modo dialético de pensamento defende uma visão de conjunto, não uma visão fechada, nem unilateral. Não havendo problema individual separado a ser analisado, tendo que se observar causas e consequências tentando encontrar as variáveis que possam estar relacionadas ao problema, direta ou indiretamente.

O autor, Sobreira (2007), citando como se dá o trabalho de síntese que Karl Marx defendeu: “o método dialético desenvolvido por Marx, o método materialista histórico dialético, o faz interpretando a realidade, visão de mundo e exercício” (SOBREIRA, 2007, p. 25). Esta abordagem vai contra o que era defendido, anteriormente por Hegel, para quem o “espírito” comandava a “matéria”. A abordagem materialista dá aos cientistas sociais ferramentas para seu ofício, aceitando a realidade como sendo complexa, mas analisável.

Karl Marx (1982) diz, em *O Capital*, que seu método, fundamentalmente, difere do de Hegel, sendo-lhe totalmente oposto. Para este último, o pensamento, como ideia, é sujeito autônomo, sendo criador do real, sendo esta sua manifestação perceptível. Para ele, Marx, a ideia apenas é o reflexo da realidade nas mentes dos homens, onde é interpretada.

Podemos assinalar outra contribuição importante na construção da imagem do que é o método dialético que empregaremos à pesquisa:

O pensamento dialético afirma em compensação, que nunca há pontos de partida absolutamente certos, nem problemas definitivamente resolvidos; afirma que o pensamento nunca avança em linha reta, pois toda verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar no conjunto, da mesma forma que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso no conhecimento das verdades parciais (GOLDMANN, 1991, p.05-06).

Desta forma, no assunto de nossa pesquisa, não temos um ponto de partida bem definido, havendo um ou outro marco assinalável, pois a realidade dos conflitos e contradições fronteiriças ocorrem no cotidiano. Portanto, nossa pesquisa terá como um destes marcos a assinatura da Medida Provisória nº 135, em 30 de outubro de 2003, como descrito por Costa e Costa (2019a), no artigo *O combate ao descaminho em Foz do Iguaçu na Letra Fria da Lei*,

que deu à Receita Federal as ferramentas legais para coibir o contrabando e o descaminho de forma nunca antes possível.

Veremos, também, como este marco histórico interferiu na dinâmica da fronteira, entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, forçando com que os sacoleiros e seus ajudantes se adaptassem à nova realidade. Confirmaremos esta afirmação com os relatos dos entrevistados, que trazem em suas histórias as marcas da MP nº 135, e como eles ignoram que tudo mudou a partir daí.

Semeraro (1999), em *Gramsci e a Sociedade Civil*, alega que com o método dialético pode-se enxergar na realidade a complexidade, reconhecendo suas múltiplas partes, suas fundamentais contradições, os nexos mais profundos, encontrando o caminho para uma explicação da mesma realidade em um nível mais avançado, em um nível superior de compreensão e unidade.

Para avançarmos ainda mais no estudo da Dialética, aprofundando nosso ferramental teórico, que se reverterá em aplicação prática no decorrer da pesquisa, contaremos com o auxílio de Georges Politzer (2004), e seu livro *Principios Elementales y Fundamentales de Filosofía*⁹, de onde obteremos informações relevantes de como proceder na análise, e posterior síntese, dos resultados de campo.

Para Politzer (2004) tem de haver um método não dogmático, sem soluções prontas, método que leve em conta que fatos e circunstâncias sempre variam, um método que una teoria e prática, à lógica da vida real. Para ele o materialismo dialético contém este método. Assim, o idealismo seria a concepção não científica, e o materialismo a concepção científica de mundo.

Para o autor acima:

... do ponto de vista dialético, tudo muda, nada fica onde está, nada permanece o que é, e, por consequência, tal ponto de vista está em perfeito acordo com a realidade. Nenhuma coisa permanece no lugar que ocupa, uma vez que mesmo o que nos aparece como imóvel se move. (POLITZER, 2004, p. 121)

Tal afirmação vai de encontro ao que observamos em campo a partir de nossas pesquisas, onde cada uma das leituras trazia ao mesmo tempo um laço com a leitura seguinte, e um dado novo, que por sua vez se repetia em campo, onde cada entrevista confirmava alguma afirmação passada, e trazia algo também de inédito. Criando, assim, uma rede de confirmações e de fatos a serem verificados adiante.

⁹ O livro de Politzer foi feito, após sua morte durante a ocupação nazista da França, por seus alunos da Universidade Operária, a partir de anotações de suas aulas.

Politzer também cita um conjunto de leis que auxiliam na prática do método dialético de pesquisa, separando algumas características que nos orientem durante o caminho a ser percorrido, sendo a primeira destas leis a da mudança dialética:

A primeira lei da dialética começa por constatar que nada fica onde está, nada permanece o que é. Quem diz dialética diz movimento, mudança. Por conseguinte, quando se fala de se colocar no ponto de vista da dialética, isso quer dizer colocar-se no do movimento, da mudança: quando quisermos estudar as coisas segundo a dialética, estudá-las-emos nos seus movimentos, na sua mudança. (POLITZER, 2004, p. 129)

Não há muita novidade neste ponto, que repete o que já havia sido dito anteriormente pelo próprio autor, mas agora há um caráter diferente, o de ser a característica do que ele, o autor, chama de lei, sendo então algo que tem que ser, algo como uma característica fixa do método.

A próxima lei, segundo Politzer, é a da ação recíproca:

O que constatamos atualmente é a existência, em todas as coisas, do encadeamento de processos que se produzem pela força interna daquelas (o auto dinamismo). É que, para a dialética, insistimos nisso, nada está acabado. É necessário considerar o desenvolvimento das coisas como não tendo nunca cena final. No fim de uma peça de teatro do mundo, começa o primeiro ato de uma outra. Para dizer a verdade, ele começa já no último da peça precedente... (POLITZER, 2004, p. 139)

Esta constatação, de que nada está acabado, fornece uma pista do porquê é tão difícil determinar momentos históricos relevantes no estudo de alguns processos, e no nosso exemplo de pesquisa no processo de ação e reação presente na atividade sacoleira e seu combate. Contamos apenas com ocorrências que têm consequências na fronteira, como no exemplo da MP nº 135, mas que não foram produzidas na fronteira, e que não são constantes no tempo e no espaço.

A próxima característica, apontada como lei por Politzer (2004), é a da contradição. Para ele: “Em todas as coisas, há forças que tendem para a afirmação e outras para a negação, e, entre a afirmação e a negação, há contradição” (POLITZER, 2004, p. 148). Sendo que esta lei cai como uma luva no problema que estamos tratando em nossa pesquisa, já que a interação das partes é naturalmente contraditória e elas estão em constante conflito.

A consequência do que diz Politzer é que a contradição se encontra nos fatos, pois quando surge uma lei brasileira que configura o que é contrabando e descaminho, imediatamente cria o contrabandista como figura a ser combatida, gerando a seguir os agentes deste combate. Daí, há uma sucessão de estratégias e de táticas, de lado a lado, buscando sucesso em sua atividade.

E sobre a percepção clara das teses, antíteses e das sínteses no mundo real:

Devemos prestar bem atenção a isto: a afirmação, a negação, a negação da negação são apenas expressões resumidas das várias fases da evolução dialética, não sendo preciso correr mundo para encontrar essas três fases por toda a parte. É certo que não as encontraremos sempre todas; mas, por vezes, só a primeira ou a segunda, não estando a evolução terminada. É desnecessário, pois, querer ver, mecanicamente, em todas as coisas, essas mudanças tal qual. Fixemos, sobretudo, que a contradição é a grande lei da dialética. É o essencial. (POLITZER, 2004, p. 153)

Para o autor, com o qual estamos dialogando, Georges Politzer (2004), cada coisa é formada por uma unidade de contrários, a mudança sendo solução e resultado dos conflitos, mudanças nascidas destes conflitos, de partes em conflito. Em resumo, as contradições parem as mudanças.

O autor cita uma outra lei, a da transformação da quantidade em qualidade, ou a de progresso por saltos. Assim, quando há o acúmulo de uma quantidade por um certo tempo pode haver uma mudança qualitativa no objeto estudado, como no caso de um ponto de ruptura por estresse, quando as forças acumuladas não podem mais ser detidas e há uma mudança perceptível no objeto. Um exemplo é quando um grupo de mototaxistas vê que a prefeitura de Foz do Iguaçu está fazendo alguma pressão de fiscalização sobre seus membros, eles podem fechar a ponte da Amizade pedindo providências ao Prefeito. A mudança de atitude não ocorre na primeira fiscalização, mas quando há um acúmulo perceptível, quantitativo, tal que provoque uma reação da categoria.

Politzer construiu um conjunto de procedimentos aos quais nomeou de método de análise dialética, onde para aplicar corretamente o método dialético se faz necessário conhecer muito bem seu objeto, estudando-o minuciosamente, para não fazer uma caricatura de julgamento. Assim, adaptando as páginas 200-201 do livro à nossa realidade:

- a) prestar atenção ao objeto, independentemente das questões sociais, pois nem tudo vem de conflitos ou da economia;
- b) observar os tipos sociais dos agentes do conflito, examinando suas ações;
- c) quando localizar tais agentes, deve-se observar os motivos econômicos de suas ações;
- d) agora pode-se identificar os discursos, as ideias e sentimentos, a maneira de pensar das partes envolvidas;
- e) criar uma explicação do conflito, quais são suas causas históricas e sociais.

Já para Lakatos e Marconi, em seu livro *Fundamentos da Metodologia Científica* de 2003, não há um consenso a respeito de quantas seriam as leis do método dialético, sendo que uma média seria como se segue: “a) ação recíproca, unidade polar ou "tudo se relaciona"; b) mudança dialética, negação da negação ou "tudo se transforma"; c) passagem da quantidade à qualidade ou mudança qualitativa; d) interpenetração dos contrários, contradição ou luta dos contrários” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 100). Nada muito distante do visto acima.

Lígia Márcia Martins faz as seguintes considerações a respeito do procedimento metodológico da dialética:

Este procedimento metodológico pode ser assim sintetizado: parte-se do empírico (real aparente), procede-se à sua exegese analítica (mediações abstratas), retorna-se ao concreto, isto é, à complexidade do real que apenas pôde ser captada pelos processos de abstração do pensamento. (MARTINS, 2007, p. 15)

Voltando a Antônio Carlos Gil (2008), temos que:

O materialismo dialético pode, pois, ser entendido como um método de interpretação da realidade, que se fundamenta em três grandes princípios: a) A unidade dos opostos. Todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos opostos. (...); b) Quantidade e qualidade. Quantidade e qualidade são características imanentes a todos os objetos e fenômenos e estão inter-relacionados. (...); c) Negação da negação. A mudança nega o que é mudado e o resultado, por sua vez, é negado, mas esta segunda negação conduz a um desenvolvimento e não a um retorno ao que era antes. (ENGELS, 1974, apud GIL, 2008, p. 13)

Já Jean Paul Sartre, em a *Crítica da Razão Dialética*, tem pontos de vista e propostas muito interessantes para nossa discussão em torno do tema da dialética aplicada à pesquisa científica. Para ele há uma dicotomia fundamental, ou há o sujeito ou o objeto, não sendo possível transcender este fato, não há terceiro termo (SARTRE, 2002).

Para Sartre:

(...) a antropologia continuará sendo um amontoado confuso de conhecimentos empíricos, induções positivistas e interpretações totalizantes, enquanto não tivermos estabelecido a legitimidade da Razão dialética, ou seja, enquanto não tivermos adquirido o direito de estudar um homem, um grupo de homens ou um objeto humano na totalidade sintética de suas significações e de suas referências à totalização em andamento, enquanto não tivermos estabelecido que todo conhecimento parcial ou isolado desses homens ou de seus produtos deve ser superado em direção à totalidade ou ser reduzido a um erro por incompletude. (SARTRE, 2002, p. 15)

Sartre adere à fórmula de *O Capital*, de Marx, que define o desenvolvimento da vida intelectual, social e política, como sendo, em geral, dominada pelo modo de produção da vida material, não sendo possível pensar este condicionamento fora dos laços de um movimento dialético. Mas ele critica a aceção de que há uma racionalidade no mundo, o que levaria a um

idealismo, como também que esta racionalidade recai sobre o homem comum como simples reflexo, o que acarretaria em um idealismo cético. Estas posturas acabariam por romper a relação do homem com a história, pois o conhecimento seria teoria pura na primeira acepção e, na segunda, um simples ser passivo, recaindo em um empirismo cético (SARTRE, 2002).

O autor faz uma crítica a como ele via sendo feita a análise dialética por parte dos pesquisadores de seu tempo. Para ele há objetivos implícitos nas análises e o que se passa por contradição seria má fé, não podendo confundir o vai e vem de ideias no texto com dialética. O método deles recusa-se a diferenciar, tendo por objetivo a assimilação total perante o menor esforço, suprimindo o diverso ao invés de integrá-lo conservando sua autonomia: “assim, o movimento perpétuo em direção à identificação reflete a prática unificadora dos burocratas”. Para este tipo de pesquisador, totalizar e pensar são o mesmo, substituindo a particularidade pela universalidade, “é pretender reconduzir-nos ao concreto e, nessa qualidade, apresentar-nos determinações fundamentais, mas abstratas” (SARTRE, 2002, p. 49).

Sartre lembra que Lefebvre observa a existência de uma complexidade “horizontal”, espacial, e uma complexidade “vertical”, ou histórica, sendo que uma complexidade reage à outra (SARTRE, 2002). A respeito deste trecho, procuraremos em nossa dissertação abarcar tanto a visão espacial, onde os fenômenos ocorrem, quanto histórica, quando ocorreram, para criar uma imagem mais fiel da realidade que nos cerca.

Para o autor, tanto o sociólogo, quanto seu “objeto”, formam um par dialético, sendo sua relação também dialética, sendo passível, tal relação, de ser estudada a seu turno (SARTRE, 2002). Isto acrescenta, a nosso ver, mais um grau de complexidade à pesquisa, pois é uma variável a mais a ser considerada, tornando-se o momento da pesquisa também um momento histórico.

Sartre considera que:

(...) não há senão homens e relações reais entre os homens (...), queremos dizer somente que o suporte dos objetos coletivos deve ser procurado na atividade concreta dos indivíduos; não desejamos negar a realidade desses objetos, mas pretendemos que ela é parasitária. (SARTRE, 2002, pp. 67)

Não se pode considerar nas análises dialéticas, as resultantes das forças contrárias como sendo média das mesmas, pois indivíduos não são moléculas, caso contrário não se explicariam os processos sistemáticos, como o capitalismo ou o colonialismo. Cada indivíduo, partindo de suas condições únicas, parte para coligar-se ou superar o projeto do outro, já que têm interesse ora convergentes, ora opostos: “é através dessas superações e das superações de superações que se pode constituir um objeto social que seja uma realidade provida de sentido e, ao mesmo

tempo, algo em que ninguém possa reconhecer-se inteiramente, em suma, uma obra humana sem autor” (SARTRE, 2002, p. 82).

Não podemos esquecer, como assinala Sartre, que “o homem alienado, mistificado, reificado etc., não deixa de ser um homem” (SARTRE, 2002, p. 85). Assim, em nosso caso, tanto os sacoleiros, laranjas, olheiros, mulas, patrões, motoristas, policiais, fiscais, etc., todos afinal, que estejam exercendo uma função pró ou contra a atividade sacoleira, continuam com sua humanidade, e têm que ser considerados com o respeito que merecem, independentemente de sua posição no processo de pesquisa.

Ainda a respeito das confusões feitas ao se interpretar a realidade:

O roubado não é o contrário do ladrão, nem o explorado o contrário (ou o contraditório) do explorador: explorador e explorado são homens em luta em um sistema cujo caráter principal é constituído pela escassez. É claro, o capitalista possui os instrumentos de trabalho e o operário não os possui: eis uma contradição pura. Mas, justamente, essa contradição não chega a dar conta de cada acontecimento: ela é seu enquadramento, cria a tensão permanente do meio social, o dilaceramento da sociedade capitalista; só que essa estrutura fundamental de qualquer acontecimento contemporâneo (...) não ilumina nenhum deles em sua realidade concreta. (SARTRE, 2002, p. 99)

Assim, o acontecimento, para Jean Paul Sartre, não se trata do resultado de ações hesitantes, deformadas, numa reação também incerta; sequer resulta de uma síntese escorregadia e fugidia de recíprocas má interpretações. Mesmo apesar das máscaras que falseiam a ação e o pensamento, cada qual é sujeito enquanto age e objeto enquanto suporta a ação dos demais, cada tática incita outra, e cada neutralização prevê a sua, deixando-se neutralizar. Cada comportamento grupal desvelado, supera o do grupo adversário, modificando-se por conta disto, em suas estruturas, o acontecimento real e concreto:

(...) é a unidade organizada de uma pluralidade de oposições que se superam reciprocamente. Perpetuamente superado pela iniciativa de todos e de cada um, surge precisamente dessas mesmas superações, como uma dupla organização unificada cujo sentido é realizar na unidade a destruição de cada um de seus termos pelo outro. (SARTRE, 2002, p. 100)

O método defendido por Sartre é o heurístico, que para ele é regressivo e progressivo, que nos ensina algo durante sua utilização, buscando o lugar do homem em seu contexto, que em qualquer parte deve sempre estar inteiro, sendo que “no plano de sua vida imediata, seu pensamento, contraído, implícito, já existe como o sentido de suas condutas” (SARTRE, 2002, pp. 106-107).

O autor francês termina afirmando que: “o homem define-se pelo seu projeto. Esse ser material supera perpetuamente a condição que lhe é dada; desvela e determina sua situação,

transcendendo-a para objetivar-se, pelo trabalho, pela ação ou pelo gesto” (SARTRE, 2002, p. 113). E é este homem fronteiro que buscamos apresentar no decorrer de nossa pesquisa. Esperamos que ao final tenhamos êxito.

Tendo nos detido algum tempo nas considerações do método materialista histórico da dialética, passaremos a outros assuntos, como o da consideração da complexidade inerente ao nosso tipo de pesquisa, ao local de estudo, com as particularidades que a fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este apresenta ao olhar atento do pesquisador, lembrando da necessidade de se tentar uma abordagem interdisciplinar do nosso objeto.

3.5 Da Consideração a Respeito da Complexidade da Realidade e da Totalidade

Aparentemente há nas ciências em geral, e parece haver fortemente nas ciências humanas, uma tendência de corroboração mútua de abordagem da realidade, onde uma determinada perspectiva geral, um campo da ciência e um discurso próprios, são arrumados de tal forma que os autores de um determinado campo são rotulados como sendo os legítimos representantes de um certo tipo de abordagem, em um arranjo onde tudo se harmoniza com tudo, não havendo margem para alguma voz discordante no apanhado dos trabalhos científicos.

Como exemplo poderemos citar o fato de se ter um conjunto de autores marxistas que conversam entre si, onde um outro autor divergente, ou que não se utilize dos mesmos métodos, terminologia científica, considerações e quem sabe conclusões, não é bem-vindo dentro de uma mesma pesquisa. O mesmo se daria com um trabalho que se enquadrasse como sendo pós-moderno, onde os autores deste campo, este tipo de abordagem da realidade, tivessem que se comportar de uma forma tal a refletirem apenas o pós-modernismo inerente ao grupo de autores, sendo uma espécie de falha do pesquisador trazer alguém de fora do campo da pesquisa.

Nosso entendimento é mais modesto neste assunto. Acreditamos que uma pesquisa que se pretende interdisciplinar pode – talvez deva – lidar com mais fontes bibliográficas do que as tradicionalmente permitidas pelo *establishment* da Academia tradicional, forçando as fronteiras (com ênfase no duplo sentido aqui aplicado a esta palavra) do tradicional, buscando nos espaços interdisciplinares as ferramentas que sejam necessárias para nosso trabalho.

Desta forma, apesar de estarmos trabalhando objetivamente com uma abordagem dialética histórico materialista não nos furtamos a lançarmos mão de autores com outros vieses, praticantes de outras abordagens, pois tais autores e seus conceitos não se confundirão com a abordagem principal, mas serão apenas (com ênfase no apenas) ferramentas de análise,

justamente por reconhecermos em tais conceitos virtudes tais que trarão maior qualidade à pesquisa como um todo, apesar de sua origem diversa do campo central da pesquisa.

Com este espírito e com estas considerações, incluímos tanto Edgar Morin, não como autor principal, mas como ferramenta, em sua defesa do princípio de complexidade, como também nos utilizaremos de Michel de Certeau, com sua distinção entre estratégia e tática, e sua consideração de que há certas práticas do espaço adotadas pelos sujeitos em um dado espaço que descrevem bem o que ocorre com o deslocamento tático dos sacoleiros e dos laranjas na região de fronteira entre Ciudad del Este e a região de Foz do Iguaçu.

3.5.1 Da Complexidade

Nossos estudos bibliográficos a respeito do tema de nossa pesquisa têm sempre nos avisado a respeito da complexidade inerente aos objetos da realidade a que nos propomos expor. A cada passo do caminho novos dados são inseridos na equação, tornando a resolução muito mais difícil e abrindo mais uma trincheira a ser escavada e analisada (“cada enxadada uma minhoca”).

Alguns autores, como Edgar Morin, têm se dedicado a esta particularidade das ciências, de se tornarem constantemente complexas ao avançarmos em direção ao objeto estudado, buscando uma epistemologia que nos incentive a buscarmos, também, explicações mais complexas, que deem conta da realidade, mantendo a coerência das explicações ao mesmo tempo.

Para Morin (2010), “é preciso criar um novo tipo de comunicação entre o problema do conhecimento científico e o problema, digamos, do cidadão” (MORIN, 2010, pp. 93-94). Assim, necessitamos traduzir o que encontramos em campo, mesmo que complexo, numa linguagem que possa ser compreendida pela sociedade, que seria a beneficiária final de nossas pesquisas.

Ainda com Morin:

(...) a ciência é, intrínseca, histórica, sociológica e eticamente, complexa. É essa complexidade específica que é preciso reconhecer. A ciência tem necessidade não apenas de um pensamento apto a considerar a complexidade do real, mas desse mesmo pensamento para considerar sua própria complexidade e a complexidade das questões que ela levanta para a humanidade. (MORIN, 2010, p. 10)

Seguindo a mesma linha de pensamento, Morin afirma que “Não haverá transformação sem reforma do pensamento, ou seja, revolução nas estruturas do próprio pensamento. O pensamento deve tornar-se complexo” (MORIN, 2010, p. 11). Portanto, a dialética do

materialismo histórico pode fazer jus à necessidade de complexificar nosso pensamento, procurando na contradição, e não na harmonia, a resposta para a elucidação de nossas questões.

A respeito da natureza dos estudos como os nossos, Morin afirma: “em sociologia, é muito mais difícil estabelecer a regra do jogo: a verificação experimental é quase impossível, a subjetividade está sempre comprometida” (MORIN, 2010, p. 25). Cabe, assim, ao pesquisador fazer um corte na realidade que observa e tentar ser o mais justo o possível, tentando não deformar os resultados.

Por este motivo, reunimos o maior número possível de variáveis observadas para formarmos uma imagem mais próxima ao real, no texto, mas tivemos de deixar de lado outras variáveis menos bem definidas, para não comprometermos a pesquisa como um todo. Assim, muitos possíveis agentes, contra e a favor do circuito sacoleiro, foram deixados de fora, pelas dificuldades de acesso ou pela suficiência que as variáveis escolhidas já forneciam.

Devemos assinalar que nosso trabalho tem caráter interdisciplinar. Primeiro devido à própria proposta de nossa pós-graduação, que nos incentiva a usarmos esta abordagem; e segundo devido à necessidade da própria pesquisa, já que o objeto se encontra a meio caminho de diversas disciplinas, sendo possível abordá-lo por vários lados, tendo vieses distintos de explicações possíveis, que se considerados por nós comporão uma melhor imagem final de como se movimenta a realidade que afeta e é afetada por nosso objeto de estudo.

Assim, concordamos com Gaudêncio Frigotto (2008), que afirma que “a questão da interdisciplinaridade se impõe como necessidade e como problema fundamentalmente no plano material, histórico e cultural e no plano epistemológico” (FRIGOTTO, 2008, p. 42). Portanto, sabendo que a academia ainda está aprendendo a trabalhar de forma interdisciplinar, tentaremos contribuir para este esforço epistemológico de descobrirmos a melhor maneira de pesquisar com este viés mais amplo e diversificado.

Ao mesmo tempo, temos que concordar com Olga Pombo, que nos diz:

Falar sobre interdisciplinaridade é hoje uma tarefa ingrata e difícil. Em boa verdade, quase impossível. Há uma dificuldade inicial – que faz todo o sentido ser colocada – e que tem a ver com o fato de ninguém saber o que é a interdisciplinaridade. Nem as pessoas que a praticam, nem as que a teorizam, nem aquelas que a procuram definir. A verdade é que não há nenhuma estabilidade relativamente a este conceito. (POMBO, 2008, pp. 9-10)

Então vemos que há outro fator a ser considerado, o de estarmos nos utilizando de uma maneira de produzir ciência que, por ser ainda inovadora, sofre dos vícios de não ter ainda um caráter definitivo. Cabe, então, a nós que pesquisamos abordando a realidade desta forma,

abrirmos o caminho, desbravando as possibilidades e testando o que funciona e o que não, para podermos fundamentar com a experiência os passos mais corretos.

Concordamos com Paulo Pimenta (2008), quando nos diz que “promover a interdisciplinaridade não é uma postura fácil, mas é profundamente necessária” (PIMENTA, 2008, p. 64), já que a realidade pede maior complexidade de análise. E que: “é preciso trabalhar arduamente para se obterem resultados científicos exclusivamente brotáveis de uma atividade interdisciplinar” (PIMENTA, 2008, p. 74), sabendo-se que quanto mais contribuições disciplinares anexamos à nossa pesquisa interdisciplinar, maiores são os desafios para não incorrer em erros de avaliação.

Em sua obra *Introdução ao pensamento complexo*, Edgar Morin (2007) faz uma série de considerações a respeito da ciência posta frente a um “Paradigma da Complexidade”, onde o pesquisador adiciona aos procedimentos das ciências clássicas procedimentos novos, pedidos pelo aumento da complexidade da realidade. Assim, “não se trata de abandonar os princípios da ciência clássica, mas de integrá-los de um modo mais amplo e rico” (MORIN, 2007, p. 62).

Desta forma, inspirados pela contribuição dos autores citados, principalmente por Morin, optamos por aumentar a complexidade de nossa análise contando com a ajuda de dois reconhecidos autores. Por um lado, nos inspiramos no trabalho do sociólogo alemão Norbert Elias em sua obra *O Processo Civilizador* (1939), em dois volumes; por outro no trabalho do antropólogo Clifford Geertz em seu livro *A Interpretação das culturas* (2008).

Segundo Peter Burke, em seu livro *O que é história cultural?*, de 2005, Elias tem no processo civilizador um texto essencialmente de história cultural, muito influenciado por Freud em seu *Mal-estar na civilização* (1930). Focalizando nos (aparentemente insignificantes) modos à mesa, Elias prepara o terreno para demonstrar como a civilização foi sendo adotada na Europa, atingindo e modificando o modo de agir das cortes, chegando a moldar o Estado francês.

O que admiramos em Norbert Elias é o fato de ele poder partir de um fato particular e chegar a conclusões mais gerais, usando no processo um conjunto de observações que contam uma história. Assim, do simples ele vai ao complexo, do acúmulo de ocorrências ele constrói um conjunto de argumentos que explicam o estado atual das coisas. Pretendemos, nos inspirando neste autor, fazer o mesmo, com o acúmulo de variáveis e depoimentos.

Já no caso de Clifford Geertz, nos inspirando em sua interpretação das culturas, com sua prática antropológica de descrição densa, pretendemos fornecer ao leitor um conjunto mais denso de fatos do que o comum para este tipo de trabalho, trazendo não só as vozes dos sacoleiros, mas as vozes dos que os fiscalizam e tentam coibi-los, juntamente com os que

lucram com sua atividade. Vemos assim, cada um destes personagens como uma variável que interfere negativa ou positivamente para a manutenção do circuito sacoleiro, e sua atuação aumenta o caos e a imprevisibilidade da contradição dialética das relações.

3.5.2 Da Totalidade

Para termos uma noção aproximada do que seria o conceito de totalidade, muito caro à abordagem da dialética histórico materialista, nos utilizaremos dos textos de alguns autores que abordaram tal temática e que teceram considerações relevantes a respeito. Desta forma apresentaremos definições de István Mészáros, em seu livro *Sobre O conceito de dialética em Lukács*, de 2013; de Karl Marx, no seu trabalho denominado *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*, publicação de 2015; de Karel Kosik, em a *Dialética do concreto*, de 1969; e György Lukács, no texto *Para uma ontologia do ser social II*, de 2013.

Lembramos que a totalidade seria uma espécie de síntese que se formaria na mente do pesquisador ao final do processo dialético de tentativa de entendimento da realidade material estudada por ele, sendo esta totalidade uma espécie de resultado, uma imagem formada pelo processo de se considerar a contradição dos contrários que deram origem ao processo em tela selecionado pelo mesmo pesquisador.

Esta imagem mais rica da realidade, esta chamada totalidade, resultado sintético-sintetizado pelo sujeito pensante em questão seria um todo compreensível, mas um todo referente ao recorte do pesquisador, sendo que se este mesmo pesquisador diminuísse a escala de sua observação ele encontraria uma outra totalidade, menor, que estaria contida na totalidade da escala anterior. Da mesma forma, caso o pesquisador escolhesse ampliar a escala de sua observação encontraria outra totalidade, onde aquela inicial seria uma parte constituinte, o que indica que a totalidade se liga à escala de observação e ao recorte escolhido da realidade que o pesquisador escolheu para sua pesquisa.

A concepção materialista dialética da totalidade significa, em primeiro lugar, a unidade concreta das contradições interagentes [...]; em segundo lugar, a relatividade sistemática de toda totalidade tanto para cima quanto para baixo (o que significa que toda totalidade é constituída de totalidades subordinadas a ela, e também que a totalidade em questão é, ao mesmo tempo, sobredeterminada pelas totalidades de complexidade maior) [...] e, em terceiro lugar, a relatividade histórica de toda totalidade, isto é, o caráter de totalidade de toda totalidade é mutável, desintegra-se, é limitado a um período histórico concreto e determinado. (MÉSZÁROS, 2013, np)

Para compreendermos a totalidade temos de aceitar que ela é composta de uma unidade formada por opostos em contradição direta. Sendo esta totalidade composta de outras totalidades particulares formadas também por contradições. Um exemplo tradicional é dado no seguinte trecho:

A contradição entre a produção e a valorização – da qual o capital, de acordo com seu conceito, é a unidade – ainda tem de ser apreendida de maneira mais imanente, simplesmente como a manifestação indiferente, aparentemente independente dos momentos singulares do processo, ou, melhor dizendo, da totalidade de processos opostos entre si. (MARX, 2015, p. 549)

Assim, podemos considerar que o circuito sacoleiro funciona como sendo uma totalidade, já que a cada passo dos sacoleiros, laranjas e demais agentes neste circuito, mais e mais passos são dados na realização de seus objetivos, produzindo e reproduzindo o próprio circuito por eles percorrido, passando de mão em mão mercadorias e capitais, mesmo sem terem noção completa de todo o processo que os cerca, ou das táticas de cada um dos agentes atuantes em suas redes informais de contrabando e de descaminho. Esta totalidade a qual estudamos seria uma síntese de múltiplas determinações internas das micro redes no interior do circuito estudado.

Na realidade, no processo de produção do capital, como se evidenciará ainda mais em seu desenvolvimento posterior, o trabalho é uma totalidade – uma combinação de trabalhos – cujos componentes singulares são estranhos entre si, de modo que o trabalho total como totalidade não é a obra do trabalhador singular, sendo obra dos diversos trabalhadores em conjunto exclusivamente se eles são combinados, e não porque em seu comportamento recíproco eles combinam seus trabalhos. (MARX, 2015, pp. 625-626)

Não só o que acontece dentro de um dado recorte estudado por nós deve ser explicitado, como também deve ser posto à luz as fazes por qual passou o objeto de estudo, seu desenvolvimento e história, articulando tais fatos a um quadro mais universal, não estanque, dos acontecimentos gerais. Desta forma um estudo dos acontecimentos ocorridos na fronteira deve ser articulado aos acontecimentos em outras escalas de observação, ao mesmo tempo em que se deve seguir tais acontecimentos no tempo, em seu desenrolar, até chegarmos ao momento da pesquisa.

Em cada discussão singular, é preciso que ele faça alusão ao menos “ao quadro geral, ao desenvolvimento sistemático e histórico” e, além disso (e assim retornamos ao princípio fundante da “totalidade”), que deixe sempre claro ter “conhecimento da conexão universal de todos os problemas entre si”. (LUKÁCS, 2013, pp. 13-14)

Este procedimento pode ser comparado às “babuskas”, àquelas bonecas russas que têm outra boneca quase idêntica dentro de si, e esta, por sua vez traz outra ainda, e outra, e mais

outra, como no caso de se descer escalas de observação, sendo cada escala um constructo complexo formado de outros internos a si. Assim, quando entrevistamos um sacoleiro e ficamos cientes de como ele operava no espaço, na busca de obtenção de lucro, aplicando tal e tal tática, ficamos sabendo de algo da realidade, ocorrendo em um determinado local e tempo, que se articula com outros sacoleiros, estes operando da mesma forma, de forma parecida ou de uma forma totalmente diferente, mas que em grupo constroem a realidade do circuito sacoleiro como um todo.

Assim sendo, até o estágio mais primitivo do ser social representa um complexo de complexos, onde se estabelecem ininterruptamente interações, tanto dos complexos parciais entre si quanto do complexo total com suas partes. A partir dessas interações se desdobra o processo de reprodução do respectivo complexo total, e isso de tal modo que os complexos parciais, por serem – ainda que apenas relativamente – autônomos, também se reproduzem, mas em todos esses processos a reprodução da respectiva totalidade compõe o momento predominante nesse sistema múltiplo de interações. (LUKÁCS, 2013, p. 120)

Desta forma poderíamos dizer que as variáveis que viermos a considerar em nossa pesquisa têm a virtude de nos encaminhar para uma análise das mesmas, quando passamos a encontrá-las em campo, culminando em um processo mental que nos levará a uma síntese e conseqüentemente à formação de uma totalidade construída de tais variáveis, de tais análises e de tal síntese de resultados.

Em primeiro lugar, o mais incipiente, o mais canhestro dos pores teleológicos no trabalho dá a partida em um processo cuja dinâmica de desenvolvimento – se a sociedade a que ele próprio deu origem não lhe oferecer alguma resistência estrutural insuperável – em si é irrestrita. Um pôr teleológico sempre vai produzindo novos pores, até que deles surgem totalidades complexas, que propiciam a mediação entre homem e natureza de maneira cada vez mais abrangente, cada vez mais exclusivamente social. (LUKÁCS, 2013, p. 150)

Da mesma forma que cada uma das partes de um todo tem alguma influência neste mesmo todo considerado, cada complexo analisável tem reflexo nos complexos de complexos existentes em um determinado conjunto de complexos considerados para estudo, cada totalidade. Ao mesmo tempo, cada totalidade considerada influencia seus complexos internos a ponto de gerarem interferências nos complexos menores contidos em si, em um movimento de subida e descida nas escalas observáveis de análise.

Conforme descrito, um grupo de contrabandistas, por exemplo, vendo que seus iguais adotaram uma determinada tática para se contrapor às estratégias aplicadas ao espaço pelos agentes do Estado, pode adotar a mesma tática ou adaptá-la a suas características e necessidades, podendo estes serem copiados por outros grupos, sendo que em pouco tempo

pode haver uma mudança perceptível de atitudes, provocando uma mudança na estratégia estatal, que gerará uma outra adaptação tática, em um jogo progressivo de mudanças.

Para isso, devemos retornar ao nosso ponto de partida, a saber, que o ser social é um complexo composto de complexos, cuja reprodução se encontra em variada e multifacetada interação com o processo de reprodução dos complexos parciais relativamente autônomos, sendo que à totalidade, no entanto, cabe uma influência predominante no âmbito dessas interações. (LUKÁCS, 2013, p. 201)

Se retornarmos à consideração de que a cidade de Foz do Iguaçu e seu entorno, articulada a Ciudad del Este, forma uma totalidade social única, própria de sua história em comum, sua condição de faixa de fronteira, e sua particularidade como ponto privilegiado de estudos fronteiriços, poderemos compreender que tal sociedade fronteiriça foi constituída em parte pelo fato de o circuito sacoleiro existir nela da forma que existe, fruto também da forma que o Estado brasileiro escolheu como forma de combater a existência deste mesmo circuito, sendo inescapável a formação de uma totalidade fruto de tais contrários em disputa pelo controle das práticas espaciais.

Essa totalidade é a respectiva sociedade como complexo contraditório que, na práxis humana, constitui o objeto e simultaneamente a única base real da sua ação. Esses dois aspectos reais da totalidade – reais porque não são meramente objetos do espelhamento da realidade, mas porque precipuamente desempenham papéis distintos no complexo desses atos, enquanto fundamentos da práxis – naturalmente constituem, no plano puramente objetivo, em todos os sentidos, uma unidade indivisível, de tal modo que, somente em decorrência de suas distintas funções nos complexos dos pores teleológicos, eles se transformam em componentes que atuam autonomamente. (LUKÁCS, 2013, p. 336)

Neste quadro, ir de encontro às histórias particulares dos sacoleiros e dos laranjas, entre outros, nos dará o ponto de partida da constituição da sociedade estudada, o indivíduo, que em se somando suas histórias parciais poderemos apoiar uma imagem geral, totalidade de histórias, fronteira da mínima unidade observável, complexo primário de constituição social, ponto de partida, ponto de chegada, de cada ocorrência na totalidade considerável para estudo.

A importância metodológica da investigação do que denominamos de ontologia da vida cotidiana repousa justamente no fato de que, nela, todas essas séries de influência recíproca – da totalidade até as decisões singulares, destas de volta à totalidade dos complexos, à sociedade e à sua totalidade – encontram uma expressão imediata, ainda que muitas vezes primitiva ou caótica. (LUKÁCS, 2013, p. 425)

O importante, quando se considera trabalhar com o conceito de totalidade, é ter a noção de que se irá além do que os fenômenos nos mostrarão como aparência externa, como o que se apresenta a nossos sentidos, mas que iremos às entranhas do objeto, tentando entender suas relações secretas, subterrâneas, o que se encontra além da vista. Deste modo, não poderemos ficar apenas com os dados estatísticos, notícias de jornal, ocorrências policiais, reciclando o que

se apresenta ao espectador de uma tragédia, mas devemos ir aos bastidores, aos mecanismos ocultos, atrás das cortinas, abaixo do palco, conhecer os atores em particular.

A posição da totalidade, que compreende a realidade nas suas íntimas leis e revela, sob a superfície e a casualidade dos fenômenos, as conexões internas, necessárias, coloca-se em antítese à posição do empirismo, que considera as manifestações fenomênicas e casuais, não chegando a atingir a compreensão dos processos evolutivos da realidade. Do ponto de vista da totalidade, compreende-se a dialética da lei e da casualidade dos fenômenos, da essência interna e dos aspectos fenomênicos da realidade, das partes e do todo, do produto e da produção e assim por diante. (KOSIK, 1969, pp. 32-33)

Utilizar da totalidade como categoria metodológica a ser aplicada a nosso objeto de estudo carece, antes de tudo, de nos perguntarmos o que é real a respeito deste objeto, somente a partir de então, com esta resposta em mãos, poderemos seguir a diante nas considerações do objeto de pesquisa, pois teremos um princípio epistemológico mais claro para podermos trabalhar em pesquisa (KOSIK, 1969).

Ao mesmo tempo, não é com a coleção, o agrupamento, a soma, o acúmulo de dados, fontes, entrevistas, observações de campo, que se terá a totalidade concreta do objeto estudado por nós em pesquisa. Há algo a mais a ser adquirido da realidade, a percepção de que a realidade como totalidade lança as bases das estruturas encontradas nesta mesma realidade.

Desta forma, se a totalidade implica na consideração das contradições, deve ter uma natureza interdisciplinar, deve abarcar também correntes de pensamento distintas, como a da complexidade. O nosso trabalho não estará completo sem a compreensão de como as estruturas de reprodução da realidade, o que faz com que se continue a contrabandear e a descaminhar na fronteira estudada, mesmo com toda a rede de repressão a tais atividades, mesmo com os riscos de prisão, roubos, multas, prejuízos etc. O que faz com que um sujeito parta periodicamente rumo a outro país, atravessando uma fronteira, gastando seu (muitas vezes parco) capital acumulado, desafiando as leis que vão contra tal atividade?

O concreto, a totalidade, não são, por conseguinte, todos os fatos, o conjunto dos fatos, o agrupamento de todos os aspectos, coisas e relações, visto que a tal agrupamento falta ainda o essencial: a totalidade e a concreticidade. Sem a compreensão de que a realidade é totalidade concreta – que se transforma em estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos – o conhecimento da realidade concreta não passa de mística, ou a coisa incognoscível em si. (KOSIK, 1969, p. 35)

A característica marcante da totalidade, como método para se compreender a realidade material, é sua dualidade intrínseca, pois ela permite, ao mesmo tempo, compreender um fenômeno em si e compreender o todo que o cerca, ampliando as possibilidades de análise, por um lado, e de síntese, por outro, considerando as escalas e a história envolvidas (KOSIK, 1969),

“no pensamento dialético o real é entendido e representado como um todo que não é apenas um conjunto de relações, fatos e processos, mas também a sua criação, estrutura e gênese”. (KOSIK, 1969, p. 41)

O que poderemos reconhecer, no caso de nosso objeto de pesquisa, é que foram os seres humanos que criaram as leis, que fazem o contrabando e o descaminho, que criam estruturas de combate aos mesmos ilícitos penais de contrabando e de descaminho, que vivem sob um mesmo arcabouço de conceitos de justiça e de crime, de território e de fronteiras, de compras, vendas, impostos, multas, penas judiciais, em um mesmo sistema econômico, tudo interagindo em um complexo de complexos que interagem dialeticamente em uma totalidade particularmente fronteiriça.

A relação dialética das contradições e da totalidade, as contradições na totalidade e a totalidade das contradições, a concreticidade da totalidade determinada pelas contradições e a lei própria das contradições na totalidade, constituem um dos limites que marcam a separação entre a concepção materialista da totalidade e a concepção estruturalista. Em segundo lugar: a totalidade como meio conceitual para compreender os fenômenos sociais permanece abstrata se não se põe em evidência que tal totalidade é totalidade de base e superestrutura, bem como de seu movimento, desenvolvimento e relações recíprocas, embora cabendo à base um papel determinante. E, afinal, também a totalidade de base e superestrutura permanece abstrata se não se demonstra que é o homem, como sujeito histórico real, que no processo social de produção e reprodução cria a base e a superestrutura, forma a realidade social como totalidade de relações sociais, instituições e ideias; e nesta criação da realidade social objetiva cria ao mesmo tempo a si próprio, como ser histórico e social, dotado de sentidos e potencialidades humanas, e realiza o infinito processo da "humanização do homem". (KOSIK, 1969, p. 50)

Uma última consideração que poderemos acrescentar ao problema inicial de se utilizar do conceito de totalidade ou o de complexidade, de se manter uma coerência entre os autores que se utilizam de uma abordagem dialética histórico materialista ou de se utilizar também de autores com outros vieses epistemológicos, mantemos nossa postura de fazer uma pesquisa interdisciplinar, livre de rótulos e de fronteiras acadêmicas, nos utilizando da complexidade, por exemplo, apenas como ferramenta metodológica analítica, não como fundamento sintético epistemológico. Além disto, se considerarmos que este é um trabalho eminentemente dialético é impossível chegar a uma síntese, a alguma conclusão, sem no processo acabar gerando um texto que inclua a totalidade nos resultados últimos. Mesmo se nunca disséssemos a palavra totalidade ela estaria lá reconhecível. Portanto, consideramos uma ênfase neste assunto tanto tautológica, já que o resultado de uma pesquisa dialética é uma imagem da totalidade do objeto, quanto pleonástica, como se disséssemos que iríamos “subir para cima” ou “descer para baixo”, já que dialética compreende totalidade e totalidade compreende dialética.

3.6 Das Partes Envolvidas

Dialética diz originalmente respeito a diálogo, onde pelo menos duas partes trazem seus argumentos à luz para que, a partir de um certo discurso, possa-se decidir pela pertinência de um sobre o outro. Sendo discursos contraditórios e antagônicos um em relação ao outro, podemos analisá-los separando de um lado quem faz um certo conjunto de afirmações, e de outro quem as contradiz, apresentando a seu turno outro conjunto de afirmações.

Em nosso caso, há um grupo de indivíduos, em instituições, que têm um discurso que defende a legislação vigente no país, que chamaremos de o “lado da lei”, e outro grupo de indivíduos, organizados ou não, que praticam ou dependem das atividades ilegais na fronteira, que chamaremos de “lado ilegal”. Isto facilitará na organização mental de quem profere qual discurso, e quais as consequências reais de seus atos. Esta organização diz respeito apenas aos discursos, não significando que cada um dos participantes pensa e age da mesma forma que os demais, nem de acordo com o próprio discurso proferido, em conformidade com a própria complexidade da realidade das relações humanas.

3.6.1 O Lado da Lei

Tendo percorrido a respeito da natureza incomum de nosso objeto de pesquisa, já que se trata de uma relação entre sujeitos, passemos então a fazer as considerações a respeito de tais sujeitos, para tentarmos entender melhor como se processa tal relação, o que nos ajudará a entendermos a lógica subjacente ao próprio conflito entre as partes – quando há conflito entre as partes – e como se dá a movimentação que gera a relação entre as mesmas partes.

Como tendo à nossa frente dois polos opostos – construção idealizada para facilitar nosso estudo, não refletindo exatamente a realidade –, que se encontram em conflito recíproco, podemos começar a elencar os participantes da relação partindo de qualquer um de tais polos, mais como um deles não tem como atribuição principal apenas uma natureza, começaremos exatamente por este, pois a participação nessa relação aqui estudada é apenas uma de suas ações possíveis.

Assim, começaremos a citar a Receita Federal do Brasil, que tem, de acordo com o texto de seu sítio de internet¹⁰, por missão: “exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”; como valores: “respeito ao cidadão, integridade, lealdade com a Instituição, legalidade, profissionalismo e transparência;

¹⁰ <http://receita.economia.gov.br/sobre/institucional>

como visão: "ser uma instituição inovadora, protagonista na simplificação dos sistemas tributário e aduaneiro, reconhecida pela efetividade na gestão tributária e pela segurança e agilidade no comércio exterior, contribuindo para a qualidade do ambiente de negócios e a competitividade do país".

A Receita é o principal órgão de combate às ilegalidades fiscais e aduaneiras em Foz do Iguaçu, organizando o cerco ao contrabando e ao descaminho, articulando-se aos demais órgãos auxiliares com o mesmo intuito, mas que têm outras atribuições além deste combate, assim como a própria Polícia Federal. Ou seja, a RFB não faz apenas isto, embora ela combata tais ilegalidades ela tem outras atribuições.

A Polícia Federal do Brasil, força policial subordinada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, tem como missão: "exercer as atribuições de polícia judiciária e administrativa da União, a fim de contribuir na manutenção da lei e da ordem, preservando o estado democrático de direito", como visão: "tornar-se referência mundial em ciência policial" e como valores: "coragem; lealdade; legalidade; ética e Probidade; respeito aos direitos humanos"¹¹.

A PF atua intimamente com a RFB no combate ao contrabando e ao descaminho na cidade de Foz do Iguaçu e região, sendo a parte da força nas engrenagens que se movem em direção a um controle aduaneiro maior na fronteira. A relação próxima destes dois órgãos tem sido primordial na obtenção de resultados favoráveis na repressão aos ilícitos que estamos estudando, conforme entrevistas apontarão.

Já a Polícia Rodoviária Federal (PRF), também uma força policial subordinada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, tem papel mais estratégico no cenário de nossa pesquisa, estando posicionada desde a cabeceira da Ponte da Amizade, no final da rodovia BR-277, passando por postos distribuídos nas rodovias que dão acesso a Foz do Iguaçu, fazendo operações isoladas ou em conjunto com a RFB e a PF, compondo mais um dos elos de uma corrente de esforços estatais para conter os ilícitos fronteiriços típicos.

Temos outro importante elo desta corrente na figura da Polícia Militar do Estado do Paraná (PM-PR), que conta com o trabalho do 14º Batalhão da PM localizado no próprio município de Foz do Iguaçu, atendendo várias outras cidades do oeste do Paraná. Sendo sua atuação no trato com o contrabando e o descaminho uma função secundária, se dedicando majoritariamente ao combate ao tráfico de drogas, apreensão de armas, aos roubos e furtos, agindo ostensivamente para coibir o crime. Mesmo assim, a PM-PR, do 14º BPM, conta com o

¹¹ <http://www.pf.gov.br/institucional/missao-visao-e-valores>

Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron), que formou um grupamento especializado nos ilícitos fronteiriços, e é um apoio importante em nossa região de interesse, junto à RFB.

Em nossa pesquisa também entrevistamos um delegado da Polícia Civil do Estado do Paraná (PC-PR), que nos deu informações importantes e nos forneceu seu ponto de vista a respeito do que ocorre na fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este em termos de ilícitos e da postura do Estado neste cenário. A PC-PR tem atuação semelhante à da PM-PR, não sendo o combate ao contrabando e ao descaminho seu foco.

Há outros órgãos governamentais que auxiliam no processo de coerção ao crime de contrabando e à contravenção do descaminho, mas que têm atribuições neste quesito bem laterais, não sendo uma atividade prioritária para eles. É o caso da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que pode resumir sua atuação em nossa cadeia anti-ilícitos da seguinte forma: “Tem por finalidade (...) preservado o interesse público, arbitrar conflitos de interesses e impedir situações que configurem competição imperfeita ou infração contra a ordem econômica”¹².

Podemos citar, também, grupos de interesse dentro e fora da cidade de Foz do Iguaçu, que se beneficiariam com a diminuição da força do descaminho e do contrabando nesta parte da fronteira. Um exemplo é o setor de turismo da cidade, interessada em desvincular a imagem de Foz do Iguaçu (para não dizer a da Tríplice Fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai) de tais ilegalidades.

Grupos industriais, comerciais e de importação, perdem muito com a concorrência dos produtos que atravessam a fronteira e são distribuídos Brasil a dentro, sem pagar impostos, podendo ser originais ou réplicas (produtos piratas), chegando ao mercado a preços que são proibitivos aos comerciantes estabelecidos, podendo haver até casos em que tais comerciantes façam uso dos mesmos expedientes de descaminho para competirem nas mesmas bases, como foi o exemplo da rede de lojas carioca Casa & Vídeo¹³.

3.6.2 O Lado Ilegal

No polo oposto ao da Receita Federal está a figura do sacoleiro, principal figura desse lado da disputa, que exerce sua atividade de contrabando e descaminho, quando ultrapassa a cota legal de US\$500¹⁴ por mês em compras no exterior, por vias terrestres, e que tem por

¹² <http://www.antt.gov.br/institucional/index.html>

¹³ <https://oglobo.globo.com/economia/pf-prende-13-em-operacao-contra-sonegacao-na-casa-video-3815216>

¹⁴ Durante metade da pesquisa a cota mensal de compras era de US\$ 300,00. A mudança ocorreu em 01/01/2020.

costume aplicação de táticas para efetuar a passagem pelos órgãos de fiscalização sem pagar os impostos exigidos por lei.

A categoria de sujeitos que chamaremos de sacoleiros, no decorrer do texto desta dissertação, é composta por pessoas muito diversas entre si. Não há um perfil claro e fixo, não há como dizer como ele entra para a atividade ilegal, pois cada história tem partes diferentes, podendo ser apenas organizadas por grupos de semelhanças, em um viés escolhido pelo pesquisador. Mais à frente nos depararemos com tais questões.

Há, neste grupo de perpetradores de ilegalidades fiscais e seus auxiliares, além da figura central do sacoleiro, o laranja (ou “*pasero*” – como chamado no Paraguai). Ele é fundamental na operação tática de passar as mercadorias além da cota¹⁵ pela fiscalização aduaneira, driblando toda a estratégia montada para impedir tal atividade. A quantidade de laranjas é bem maior que a de sacoleiros, pois cada um tenta passar a “cota” várias vezes para completarem sua renda, enquanto preparam a carga do sacoleiro.

Neste momento surge a figura mista do patrão. Este personagem não passa de um sacoleiro, mas seu *status* muda, pois ele contrata informalmente um ou mais laranjas para fazerem a “cota” em seu lugar, podendo assim aumentar sua carga e aumentar seus lucros, caso passe pelos agentes da lei. Assim, a distinção entre um sacoleiro – a figura típica das imediações da ponte da amizade – e um patrão reside na escala de sua operação, não na natureza da mesma.

Como veremos no decorrer da pesquisa, muitos patrões foram sacoleiros “normais”, passando suas próprias “cotas”, e outros ainda, foram laranjas, e no decorrer do tempo galgaram postos mais elevados em suas organizações no circuito dos sacoleiros, chegando em um momento, após aprenderem o “ofício”, a chefiarem seu próprio grupo de laranjas e demais auxiliares na atividade do contrabando e do descaminho.

Os lojistas de Ciudad del Este também compõem este grupo, embora em seu território não façam nada ilegal, sempre tentam facilitar a vida do sacoleiro, dando dicas, sugerindo produtos, apresentando laranjas, citando rotas e táticas possíveis, avisando a respeito de operações de fiscalização, levando produtos até a barranca do rio (como veremos), vendendo fiado¹⁶, etc. Tudo para manter um fluxo de vendas constante, que vença a fiscalização e as mudanças econômicas nos países de fronteira.

¹⁵ O laranja leva uma quantidade de mercadorias dentro da cota legal, a referência a “além da cota” se deve ao total de mercadorias que o sacoleiro reunirá ao final das passagens dos laranjas que o auxiliam pela alfândega.

¹⁶ Encontramos um caso em que um lojista abriu um crédito ao sacoleiro, velho conhecido. Voltaremos ao assunto mais tarde no texto.

Há, nos dois lados da Ponte da Amizade, a figura do mototaxista, que depende dos compradores, sejam “turistas-turistas¹⁷” ou sacoleiros, para poderem obter renda em sua atividade. Fizemos uma entrevista com o presidente do sindicato da categoria, e traremos mais detalhes a respeito na sequência desta dissertação. O que podemos adiantar é que há uma estreita relação entre a atividade sacoleira e estes trabalhadores legalizados.

Atuando em ambos os lados da ponte, assim como no exemplo acima citado dos mototaxistas, estão os taxistas, grupo de trabalhadores autônomos que têm nos sacoleiros uma importante fonte de renda. Também conseguimos entrevistar o presidente de um dos grêmios que representam esta categoria trabalhista em Ciudad del Este, o que nos forneceu muitos dados valiosos a respeito da dinâmica fronteiriça entre as cidades estudadas.

Outra categoria que abordamos em entrevista foi a de motoristas de vans, que fazem o transporte de passageiros de Ciudad del Este até Foz do Iguaçu, não havendo um serviço semelhante que faça o sentido contrário, como no caso dos mototáxis e dos táxis. Este serviço depende diretamente da atividade dos sacoleiros e sua organização é demonstração da força da atividade local.

Mudando a escala de observação, podemos citar interessados na atividade ilegal de contrabando e de descaminho que têm partes de seu lucro provenientes desta atividade, como no caso de indústrias localizadas no lado paraguaio da fronteira, principalmente as de cigarros – principal produto contrabandeado – que até facilitam o contrabando, como veremos na sequência do texto.

Olhando do ponto de vista político, em se tratando do Paraguai, há uma tolerância, e até displicência para com o contrabando e o descaminho, pois acontecem às claras, apenas não contrariam as leis locais, só as do país vizinho, o Brasil. Assim, tais atividades geram emprego e renda à população de Ciudad del Este, conseqüentemente para a província de Alto Paraná, como também para o Paraguai como um todo.

Veja-se o esforço, dos governos vizinhos (no Paraguai), de conseguirem investimentos vindos do exterior, mesmo à custa de renúncias fiscais fortes, como no caso da *Ley de Maquilas*, conjunto de incentivos fiscais aos moldes dos aplicados no México às empresas norte-americanas. Podemos ver mais detalhes a respeito deste assunto no texto *Fronteiras do Capital entre Brasil e Paraguai*, de Costa e Costa (2019b).

¹⁷ “o grande fluxo de compradores está composto por comerciantes ou intermediários e não por “turistas-turistas” – tal como costumam ser distinguidos dos primeiros aqueles que realizam compras sem o interesse de revender os produtos ali comprados.” (RABOSSI, 2004, pp. 38-39)

Por último, mas não menos importante, temos as indústrias asiáticas, principalmente as chinesas, principais beneficiárias de toda esta rede internacional de comércio ilegal, que têm no Brasil um mercado com potenciais enormes de consumidores (mais que duzentos milhões de habitantes), mesmo com todo o combate ao contrabando/descaminho, ainda são vários milhões de dólares por ano que circulam neste enorme circuito. Estima-se que no Brasil, de 2015 a 2017, houve um prejuízo da ordem de R\$ 345 bilhões¹⁸.

3.7 Da Abordagem das Partes

Para cada um destes dois grupos de interesse que pudemos organizar mentalmente, e que em campo pudemos avaliar como sendo aproximados à realidade das dinâmicas e dos conflitos da fronteira Brasil/Paraguai, entre Foz do Iguaçu/Ciudad del Este, houve abordagens de aproximação distintas, já que são diferentes em sua constituição e ação no território no qual agem.

Mesmo sendo legalmente estabelecidos, os órgãos de combate às ilegalidades listadas acima têm suas particularidades ao serem contatadas e abordadas, havendo uma burocracia associada a cada um deles. Tais particularidades apenas ficam claras com a tentativa de contato, para a marcação de entrevistas, daí seguir um certo rito faz-se necessário, e varia de caso a caso.

Para o contato com a Receita Federal, pedimos ajuda a nosso orientador, que contactou um colega, que pediu permissão a um funcionário da RFB – estudante da mesma pós-graduação – que assentiu em nos receber, mas que acabou nos encaminhando para outro colega, funcionário da RFB. Marcada a entrevista tivemos pouco mais de uma hora de conversa, o que nos revelou muitos fatos, ligando pontas soltas, e confirmou outras observações de campo.

Para o contato com a PM-PR, buscamos a intermediação de pessoas que tinham contato com a entidade, mas nunca recebíamos resultados concretos. Partimos para a solução mais óbvia: telefonamos para o 14º BPM e fomos desvendando a burocracia natural ao setor militar de segurança, até chegarmos ao Relações Públicas da corporação, o P5 – conforme a nomenclatura interna do batalhão – Capitão André, que nos recebeu muito bem, além de nos apresentar a estrutura do 14º BPM, e mostrar os projetos atuais e futuros para o mesmo.

Para contactar a PC-PR, pedimos ajuda de um colega de pós-graduação, que faz parte da PRF, pedindo o contato de alguém para entrevistar na Polícia Civil. Ele nos indicou o delegado Francisco Sampaio. Nossa comunicação foi truncada, e nunca conseguimos um

¹⁸ <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/03/contrabando-causa-prejuizo-de-r-350-bi-ao-pais-nos-ultimos-3-anos.html>

horário, mas na data em que entrevistamos um membro do RFB, aproveitamos que a delegacia da PC-PR, em Foz do Iguaçu, se localiza ao lado da Receita Federal, para marcarmos a entrevista pessoalmente. Para nossa surpresa, o delegado nos chamou e deu a entrevista naquele momento, enquanto chegava para seu turno.

Nosso contato com o representante da Polícia Rodoviária Federal (PRF) foi facilitado por nosso colega de PPG, que trabalha nesta corporação, e que em dois dias após nosso pedido já havia marcado local, dia e horário. Tudo ocorreu na sede regional da PRF, em um bairro que dá acesso fácil à BR-277, principal local de competência do órgão federal na região de Foz do Iguaçu. Fomos recebidos pelo PRF Raone e pudemos obter informações relevantes para nossa pesquisa.

Já para o contato com o outro lado da equação – ou inequação – que gera o contrabando e o descaminho e seu combate, tivemos que nos adaptar à realidade do campo de estudo, entendendo que como lidamos com ilícitos não poderíamos ser invasivos, para não sermos confundidos com agentes da lei.

Mesmo assim, a desconfiança era inevitável, e procedimentos adicionais tiveram que ser tomados, como: não gravar; repetir o que anotávamos; deixar o papel com as anotações visível; deixando o entrevistado notar que o que havia sido dito era o que escrevíamos; deixar mochilas longe, para não desconfiarem de gravador escondido; apresentar carteirinha estudantil com foto, nome e dados da instituição – fato desnecessário nos órgãos públicos de segurança, para nosso espanto.

Para a entrevista com o presidente dos mototaxistas de Foz do Iguaçu, tivemos alguns percalços, e alguma desconfiança da parte de um membro da categoria, mas com o representante eleito correu tudo bem, e a entrevista foi muito produtiva. Foi nossa primeira entrevista para esta dissertação, e nos deu muito material para continuarmos os procedimentos de campo.

Com o representante de um dos grêmios de taxistas de Ciudad del Este, dispendemos um considerável esforço e tempo, indo de ponto em ponto de taxistas no microcentro, buscando pelo local onde o senhor Derlis tem seu ponto de táxi. Lá marcamos para a manhã do dia seguinte a entrevista, às dez horas, no mesmo local, e tivemos uma das melhores recepções, com respostas bem francas e diretas.

O mesmo não ocorreu com presidente da A.T.A.C.A, uma espécie de sindicato de vans em Ciudad del Este, que atende apenas na pista principal do microcentro, que dá direto na Ponte da Amizade. O representante, recém eleito, estava muito desconfiado, tentando nos indicar outro membro do grupo para a entrevista, mas como não nos retiramos do lugar que tomamos, mesmo com as saídas e voltas do mesmo senhor Daniel Lopez, conseguimos uma conversa bem

curta, mas foi mais um bloco em nossa construção de uma imagem mais real da atividade transfronteiriça na localidade de estudo.

Já para a entrevista com a Polícia Nacional do Paraguai (PNP) – um amálgama de competências da PF, PM, PC, Polícia Turística, Guarda Municipal, em uma única força – tivemos de usar de muito “jogo de cintura”. O escritório da PNP se localiza na cabeceira da ponte, no lado paraguaio (evidente), em um prédio anexo à aduana deste país. Pedimos informações no térreo e fomos dirigidos ao segundo andar.

Lá encontramos com um oficial saindo do banheiro, que nos questionou a respeito de nossa intenção naquele local. Nos apresentamos e pedimos informações de como marcarmos uma entrevista. Ele nos disse para esperar em frente a uma porta, onde um soldado estava atendendo a um cidadão paraguaio, e todos alternavam a fala entre o espanhol e o guarani. Demoramos muito para entendermos qual era a questão do atendimento, que cremos inicialmente se tratar de roubo de carro, mas que por fim se mostrou um caso de uso indevido de cartão de crédito, com uso de maquineta adulterada.

O soldado nos perguntou o que queríamos, se éramos “periodistas” e quando soube que não, que éramos da universidade, ele e o cidadão com problemas no cartão passaram a falar apenas em um muito claro espanhol, e ainda nos perguntou se falávamos o idioma, que alegamos conhecer pouco. Durante a mais de meia hora de pé no corredor esperando a marcação da entrevista, o oficial que vimos saindo do banheiro ficou vendo TV em uma sala em frente, sem fazer nenhum trabalho policial.

Finalmente o policial pôde nos atender e quando críamos que haveria a marcação de uma entrevista, ele começou a dar a entrevista. Demoramos um pouco para entendermos o contexto, tanto que não anotamos nada no caderno de campo, e sim em um bloco de telefones. Não perdemos a chance e continuamos a entrevista, pois o oficial refratário não faria melhor que aquele soldado de boa vontade.

Para conseguirmos entrevistar os sacoleiros, laranjas e demais subtipos das redes de contrabando e descaminho organizadas na fronteira de nosso interesse, Foz do Iguaçu/Ciudad del Este, precisamos contar com a ajuda da PM-PR. Críamos que não conseguiríamos colaboração de ninguém abordado na Ponte da Amizade, nem nas lojas do Paraguai, e a possibilidade de conseguirmos dados dos agentes principais do chamado circuito sacoleiro era muito baixa.

No entanto, viemos a saber que o 14º BPM da PM-PR desenvolvia um projeto chamado “Horta Solidária¹⁹”, e que os trabalhadores desta horta eram justamente apenados da Justiça Federal em Foz do Iguaçu, que os condenara à pena alternativa de prestação de trabalhos comunitários. Daí, pedimos permissão ao comandante do batalhão para entrevistá-los durante seu horário de trabalho – o que contou como parte do cumprimento da pena – em local reservado, para mantermos o sigilo das informações.

Fomos instruídos a produzirmos um ofício endereçado ao Tenente-Coronel responsável pela unidade, explicando nossa pesquisa, e pedindo as permissões necessárias, e em uma semana obtivemos a resposta positiva. Marcamos o início das entrevistas, e conseguimos ao todo vinte e um depoimentos a respeito do nosso tema de estudos, cujos detalhes serão apresentados mais à frente nesta dissertação, e compõem o material mais rico da mesma.

3.8 Das Entrevistas com os Sacoleiros, Laranjas e Correlatos

Nosso primeiro contato se deu em 19 de setembro de 2019, uma quinta-feira, por volta das nove horas da manhã. Houve três entrevistas, cada uma com duração por volta de uma hora. Elas ocorreram em um auditório pequeno, chamado de “sala de palestras”, ao lado do estande de tiros. O local era afastado dos policiais que faziam a manutenção do batalhão, dando bastante privacidade.

Nosso procedimento, desde o primeiro contato, até a última entrevista, foi basicamente o mesmo. Nos apresentamos, cumprimentamos o entrevistado, tentamos fazê-lo sentir-se tranquilo durante o processo. Explicamos do que se tratava a pesquisa, qual era nosso intuito, a que instituições estávamos vinculados, como utilizaríamos seu depoimento, sendo o mais honestos o possível, justamente para não causar desconfiança, e para recebermos as respostas de forma o mais real que o entrevistado pudesse fornecer.

Tomando os cuidados acima, e depois de respondermos a indagações vindas da parte dos entrevistados, pedíamos para que eles escolhessem um nome fictício para que pudéssemos identificá-los no texto, sem comprometer sua identidade verdadeira. Tal procedimento aumentava a segurança do entrevistado, já que ele próprio escolhia seu pseudônimo, além do fato de causar certa surpresa, pois eles chegavam tensos, sem saber o que aconteceria, e quando tinham que pensar em um nome, relaxavam, buscando em sua mente um personagem para fazer as suas vezes.

¹⁹ <http://www.projetoortasolidaria.social/>

Daí, começávamos com a entrevista, de forma mais informal, em forma de conversa, permitindo que o entrevistado seguisse a direção que quisesse, trazendo-o de volta ao assunto quando necessário. Assim, muitas vezes éramos nós os entrevistados. Algumas vezes a nós era feita a pergunta que eles responderam antes, outras respondíamos questões sem relação com a pesquisa, como o porquê de a nossa letra mudar com o tempo. Mas, a maioria dizia respeito à nossa vida particular, nossa fonte de renda, os propósitos da pesquisa, se não haveria problemas para eles ao serem francos nas respostas.

Tivemos que ser polidos ao negarmos informações pessoais, mas respondemos às questões a respeito de nossa pesquisa de forma o mais franca possível. O fato de realmente ser uma pesquisa acadêmica, de termos ainda muitos meses para confeccionar o texto, de não termos o interesse em prejudicar os entrevistados, de não ganharmos nada com a exposição das identidades dos mesmos, ajudava no convencimento e na obtenção da maior franqueza possível da parte deles.

Ao mesmo tempo, não podemos ser ingênuos a ponto de acreditarmos em tudo o que o entrevistado nos dizia. O procedimento foi o de ouvirmos tudo, quando em dúvida questionávamos novamente, se os dados não batiam confrontávamos com outros dados ou fatos conhecidos, tudo para diminuirmos ao máximo a possibilidade de sermos enganados. Mas, não há garantias absolutas de que tal não ocorreu.

Em relação a este fato, vários dos entrevistados mencionaram que, apesar de estarem pagando uma pena alternativa, por terem sido condenados por contrabando e/ou descaminho, muitos dos demais apenados continuariam a praticar estes ilícitos penais. A maioria alegou ter alguma outra ocupação (não as ilegais), e que desde que foram detidos e identificados como contrabandistas e/ou praticantes de descaminho, não voltaram a delinquir.

A alguns podíamos dar crédito, pois a justificativa era racional, e a atividade atual alegada dificultaria a prática anterior. Já outros estavam claramente mentindo, sendo que um deles fez um discurso muito fraco, alegando profunda humildade e ignorância, como se houvesse sido detido por engano, ao tentar ajudar a outra pessoa, e que vivia agora em penúria, tendo renda apenas do subemprego. Mas, uma semana após nossa conversa, o encontramos na entrada do 14º BPM guiando um veículo, o que pode indicar que sua condição não é tão humilde quanto afirmado anteriormente.

Para todos os efeitos, ficamos com a parte que descreve a organização do trabalho ilegal do entrevistado, o que condiz com outros depoimentos, e deixamos de lado o que não pudesse ser averiguado ou o que não era dito por outro entrevistado, como sendo um fato comum na fronteira. É o exemplo de um entrevistado que alegou fazer uma rota para a entrega de cigarros

no Uruguai, o que não fazia sentido. Ele alegou que era fato, mas mantivemos em suspenso, até conversarmos com um funcionário da Receita Federal, que nos informou que realmente não fazia sentido, e que nunca havia ouvido falar desta rota. No entanto, ao participarmos de um encontro científico online, com uma pesquisadora dos temas cigarro contrabandeado e fronteiras, tivemos a confirmação de que tal rota pode sim existir²⁰.

Alguns entrevistados afirmaram, que eles não, mas outros apenas da Justiça Federal, que pagavam as horas no 14º BPM, saíam do batalhão e iam direto ao Paraguai para “trazer muamba”. Por isto havia a desconfiança inicial, e mesmo a recusa de alguns apenas em conceder a entrevista, mesmo com todas as explicações. O medo de ser pego novamente era grande.

Um dos entrevistados foi bem ríspido, nos questionando se nossa pesquisa mudaria alguma coisa. Nossa resposta, franca, foi a de que provavelmente não mudaria nada, e que só ficaria restrita ao meio acadêmico, mas que, em algum momento poderia chegar a uma autoridade com capacidade de intervir na realidade, no entanto seria uma possibilidade remota.

A entrevista girava e torno do perfil do entrevistado, como: sua idade; local de nascimento; estado civil; se tinha filhos e (se sim) quantos eram; histórico do deslocamento até Foz do Iguaçu – caso não fosse nativo –; profissões que exerceu (ou exerce); instrução e/ou formação. Daí passávamos ao histórico do início do entrevistado no circuito sacoleiro, tentando saber datas aproximadas (os anos das ocorrências são importantes para criarmos uma cronologia de acontecimentos, e compararmos as fases do desenvolvimento histórico do processo).

As funções que os entrevistados exerceram durante sua história também eram informações cruciais, pois demonstravam – ou não – uma mobilidade nas pequenas redes de ilícitos locais. Tentávamos, nesta parte, não usar nomes para as funções que já conhecíamos, como as de sacoleiro, laranja, patrão, barqueiro, mula, *pasero*, batedor, segurança, olheiro etc., para ouvirmos do entrevistado como ele se denominava, de acordo com sua função à época.

A grande maioria utilizava da nomenclatura popular – citada acima – e apenas um considerava o termo laranja ofensivo, negando-se a reconhecer que era como a maioria chamava aquela atividade, sendo que admitia apenas que “passava cota”. Chamava, também, os contrabandistas de cigarro de “compristas” de cigarro. No entanto, a maioria dos demais utilizava-se dos termos populares, e até achava graça do fato de terem praticado tais atividades.

²⁰ Ver: Seminário Interno do LAFRONT: Sexto Encontro. Produção de LAFRONT - Fronteiras, Estado e Relações Sociais. 2020, 2 h 13 min 27 seg, son., color. Disponível em: <<https://youtu.be/FFKTr0FG5Dc>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

O material mais rico advinha desta parte da conversa, quando as redes de contrabando e de descaminho eram tecidas à nossa frente, quando descobríamos a riqueza, invisível aos de fora do grupo, da dificuldade e dos preparativos no arranjo das táticas empregadas pelos praticantes de tais ilegalidades. Da união de cada uma destas conversas, mesmo os que não tinham muito a informar, fomos, por nosso lado, tecendo um quadro de movimentos, relações, táticas, ganhos e perdas, aventuras e crimes.

Ao final da apuração da história do entrevistado, onde refazíamos várias vezes os passos que ele havia nos contado, com as datas e os acontecimentos principais, focando no quando, de onde, para onde, no como, mas nunca pedindo ou aceitando nomes de terceiros, coisa que já avisávamos desde o início, alegando que não nos importavam as demais pessoas envolvidas, que não era um interrogatório, e sim nos interessavam os papéis. Assim, se um patrão tinha o nome de José, por exemplo, a orientação era para referir-se a ele como sendo patrão, nunca usando seu nome.

Encerrávamos questionando a respeito do presente do entrevistado, como estava sua vida no momento da entrevista. Também, perguntávamos por seus planos e/ou expectativas futuras. Daí, passávamos para uma questão de interesse de quando nosso projeto de pesquisa foi composto, a saber, o de se o entrevistado considerava que havia feito algo ilegal, e se sua punição era justa ou não.

Os resultados destas entrevistas serão tratados e expostos no decorrer do texto da pesquisa, e poderemos ter acesso à toda riqueza que apenas o campo pode trazer ao estudo da realidade de um objeto. Nossas observações a respeito de tais resultados também comporão o texto final, podendo dar nossa interpretação desta mesma realidade, e talvez servir de subsídio para pesquisas futuras.

3.9 Do Discurso

Em nossa pesquisa de dissertação de mestrado utilizaremos muito do termo discurso, o que para nosso uso se referirá ao que foi dito pelos entrevistados, pelos órgãos que representam, pelo ambiente onde nos encontramos durante as entrevistas, e até pelo que foi omitido durante nossa conversa. No entanto existe um peso conceitual pairando sobre o termo, havendo uma parte da ciência especializada na chamada Análise do Discurso (AD), contando com seus autores, conceitos e procedimentos próprios para analisarem textos de várias origens. Iremos discorrer a respeito do que seria esta análise para podermos entender do que falamos quando dizemos a palavra discurso em nosso texto.

Um interessante trabalho que nos foi sugerido como fonte de esclarecimento a respeito desta linha de pesquisa, a respeito dos discursos, é o construído por Dominique Maingueneau, que tem no seu livro *Novas Tendências em Análise do Discurso*, de 1997, uma fonte confiável de esclarecimentos a respeito do tema, podendo ser útil a quem deseja se aprofundar utilizando-se de uma base mais consistente concernente a tal recorte possível da realidade.

Pudemos aprender com a leitura desta obra que a Análise do Discurso, mais que um fruto de um grupo de autores e pesquisadores atuais, é uma construção que envolve tanto a tradição francesa de se ater a tal detalhe, sendo fruto de uma prática intelectual consistente no tempo, quanto fruto de uma prática interna às escolas. (MAINGUENEAU, 1997)

Não se deseja, em Análise do Discurso, neutralizar o texto, mas formar interpretações a respeito dele, sem chegar a fazer interpretações de interpretações. Sendo dependente de um arcabouço conceitual proveniente das ciências sociais as ferramentas de tais análises estão sujeitas a uma dialética própria da evolução das práticas científicas. Assim, se a prática de analisar um discurso dado tiver como ferramentas as mesmas utilizadas por uma determinada ciência, cairá no problema de estabelecer as mesmas distinções internas do campo científico utilizado no processo de análise, estando sujeita às distinções de ramos e de escolas de pensamentos internos. (MAINGUENEAU, 1997)

Temos que ter em mente o fato de ser do interesse da Análise do Discurso os objetos em sua totalidade, tendo uma origem, um local em que foi proferido, uma ligação com o tempo em que foi construído o discurso, tendo uma história particular, onde havia uma determinada prática econômica, uma língua, uma ordem jurídica e política particulares.

Vale dizer que, fazendo variar este ou aquele parâmetro, pode-se construir uma infinidade de objetos de análise. Na realidade, seria melhor questionar o que poderia não ser “discurso”: não apenas os enunciados, mas também as análises destes enunciados, e assim *ad libitum*, oferecem a possibilidade de recortar um conjunto ilimitado de campos de investigação. Comparados à infinidade de objetos de análise possíveis, os objetos que a AD efetivamente constrói parecem irrisoriamente restritos. (MAINGUENEAU, 1997, pp. 16-17)

Algo problemático, a nosso ver, é a possibilidade de uma regressão *ad infinitum*, na prática da Análise do Discurso, já que ao analisar um discurso é produzido, necessariamente, um outro discurso, que se refere ao primeiro. Este, então, pode passar a ser objeto de uma nova análise, que produzirá, por força do ofício a que se dedica o analista, um terceiro discurso. Não precisamos mais nos alongar para entendermos o problema, já que há uma possibilidade de gerar uma inflação de discursos analíticos analisáveis e analisados, que cada vez mais se

distanciará do discurso inicial, perdendo sua ligação com a realidade material que gerou o primeiro texto.

Outra questão que se nos apresenta é a de se saber sobre o papel do analista na análise, na medida em que como se pode determinar o papel deste sujeito no processo de análise e produção de um resultado? Em que medida as posições do analista interferem em seu trabalho, como ele pode ajustar sua lente, ao examinar um discurso, e sua pena, ao descrever um resultado? Seria a Análise do Discurso relativística?

Como nosso objetivo, nesta dissertação de mestrado, não é o de produzir uma análise dos discursos proferidos por nossos entrevistados, podemos afirmar que nosso procedimento tentará ser fiel a duas ações concomitantes, analisando-se o que há de comum nos discursos (o que se repete, o constante, os lugares comuns, repetições de discursos públicos em voga na sociedade), como também o que há de diverso (o que é dito apenas por aquele sujeito entrevistado, o que é único, o inusual), para assim conseguirmos discernir uma voz de fundo, um discurso "único", algo que represente nosso grupo idealisticamente formado para fins de estudo.

Ao mesmo tempo, a experiência no campo da Análise do Discurso que Dominique Maingueneau disponibiliza a nós não pode ser desprezado, principalmente quando suas falas vão de encontro aos procedimentos já adotados em nosso trabalho:

Não é a presença de hipóteses muito específicas e de pressupostos que é prejudicial, mas a intenção de não os utilizar ou de fazê-lo minimamente. É o fato de levar em conta a singularidade do objeto, a complexidade dos fatos discursivos e a incidência dos métodos de análise que permite produzir os estudos mais interessantes. (MAINGUENEAU, 1997, pp. 16-17)

Um discurso pode ser interpretado como um acontecimento encenado, onde temos um enunciado e deste enunciado poderemos supor os personagens, onde há um enunciador, um sujeito a quem este enunciado é dirigido, uma relação com outros enunciados realmente ditos ou supostamente ditos, imaginados, estando perpassado por discursos implícitos. Tudo acontecendo ao mesmo tempo, numa organização simultânea, que condiciona o ato de proferir os discursos (MAINGUENEAU, 1997). Portanto, nossos entrevistados, ao nos fornecerem seus relatos e suas visões de mundo privilegiadas por seus pontos de vista a respeito de nosso tema, têm uma miríade de considerações internas para escolher o que dizer e o que omitir, escolhendo, como nós fazemos, o melhor discurso para a ocasião, para o ouvinte, para os seus pares, buscando o equilíbrio mais favorável a si mesmos em cada momento.

Quando entrevistamos representantes da Receita Federal do Brasil, policiais militares, policiais civis, policiais rodoviários federais, policiais nacionais do Paraguai e representantes sindicais, estamos falando com algo além das pessoas físicas que estão à nossa frente, estamos falando com as instituições que elas representam, contendo todas as permissões e proibições que tal representação implica a cada um deles, de acordo com a organização da qual fazem parte. Já quando entrevistamos um laranja ou um sacoleiro estando dentro de um órgão estatal de repressão ao crime, temos também um viés a ser considerado, pois este sujeito está sob os rigores de um fardo, uma pena judicial que o marca, em um local que foi constituído para coibir os atos que este sujeito praticava e pelos quais é estigmatizado naquele momento, o que pode modificar seu discurso, pois o próprio pesquisador é um agente do Estado, que se apresenta como representante de uma instituição de ensino e pesquisa estatal, sendo subsidiado por tal instituição, e que na imaginação do entrevistado pode ser alguém que pretende colaborar com a repressão a pessoas que praticam os atos pelos quais o entrevistado foi condenado. Tais suspeitas podem contribuir para omissões, acréscimos, mentiras propositais, sabotagens na forma de dados inventados, tentativas de agradar ao pesquisador pintando um quadro romantizado ou emocionante etc.

Desta forma, tendo os cuidados em relativizar os discursos, tendo em mente a possibilidade da interferência acima descrita, nas entrevistas fornecidas a nós por diversos sujeitos, estaremos realizando algo semelhante a uma relativização espacial dos discursos proferidos nas entrevistas, tentando compreender a significação do que foi dito, considerando tempo e espaço das construções semânticas das falas dos entrevistados (MAINGUENEAU, 1997), agrupando os relatos numa imagem mais fiel dos acontecimentos que envolvem a realidade fronteira em Foz do Iguaçu e região.

Em geral, e isto desde seu início, a AD prefere formular as instâncias de enunciação em termos de "lugares", visando a enfatizar a preeminência e a preexistência da topografia social sobre os falantes que aí vem se inscrever. Um conceito de lugar "cuja especificidade repousa sobre esse traço essencial segundo o qual cada um alcança sua identidade a partir e no interior de um sistema de lugares que o ultrapassa. (MAINGUENEAU, 1997, pp. 32-33)

Esta característica inconsciente que afeta os sujeitos em seus discursos tem duas resultantes, uma que transforma o sujeito em sujeito do discurso por ele proferido, sujeitando-o a uma imagem projetada de seu enunciado, ficando ele submetido ao seu discurso, reduzido momentaneamente a ele, por outro lado tal discurso serve para legitimar o sujeito, transferindo-lhe a autoridade própria do lugar de onde tal sujeito profere seu discurso (MAINGUENEAU, 1997). Desta forma, o policial (como exemplo) que nos dá uma entrevista, no seu local de

trabalho, com sua indumentária própria (uniforme, colete, distintivo), em seu gabinete, cercado de seus colegas de trabalho, está sujeitado a este papel e tende a nos enunciar um discurso atravessado e carregado de conteúdos próprios de tal função, ao mesmo tempo, o local de trabalho, seu uniforme, seus distintivos e insígnias, seus companheiros de trabalho servem para lhe investir de autoridade para falar a nós conteúdos de um enunciado próprio de quem detém tal lugar próprio de onde discursar. Portanto, não poderemos apartar o sujeito que fala de seu discurso, mesmo sabendo que há um viés, pois entrevistamos tais sujeitos justamente por serem eles os detentores dos discursos que desejamos ouvir, como se fosse apenas para estes sujeitos que separamos um espaço em nosso texto, apenas eles poderiam nos dar as respostas que buscávamos antecipadamente, de forma a vermos que também da parte do ouvinte há a projeção da imagem do detentor do discurso.

Nesta perspectiva podemos acrescentar a observação de que ambos, enunciador e ouvinte, estão unidos pelo discurso ao local de onde o discurso é proferido, sendo inútil e irreal tentar se abster de considerar este fato como sendo inescapável para ambos. De tal modo que o presidente de um sindicato de trabalhadores, seja em Foz do Iguaçu, seja em Ciudad del Este, dando uma entrevista para nós no seu local de trabalho, sendo assistido por seus representados imediatos, tende a produzir um discurso alinhado com sua posição, com o lugar próprio onde se encontra, "vestindo" a postura de seu campo de trabalho. O mesmo se dando com o pesquisador, que se investe da autoridade fornecida pela instituição que o abriga, que o autoriza a andar pelo campo de pesquisa "revirando" os objetos, procurando o seu objeto de estudos escolhido, "garimpando" na torrente de palavras ditas o que tem mais valor para ele.

Podemos acrescentar uma outra observação a respeito da natureza do ato de se prestar a atenção ao discurso, suas partes constituintes e o que o condiciona internamente, pois podemos concluir a partir do que foi expresso pelo autor em pauta que o lugar que condiciona o discurso, dando-lhe uma feição ligada a ele pode ser desejado pelo enunciador do discurso ou pode ser contingente, sendo portanto a enunciação, partindo-se deste critério, selecionada intencionalmente ou ser marcada pela necessidade. O que se vê de forma bem marcada, pois boa parte de nossos entrevistados escolheram o lugar de onde enunciam seu discurso, como no caso dos policiais e sindicalistas. No entanto, os laranjas e sacoleiros que se encontravam apenas pela Justiça Federal estavam numa posição contingenciada, movidos pela obrigação de lá estarem, o que, segundo o que estamos abordando aqui, influenciaria em seu discurso. Tais considerações são úteis, mas trazem uma responsabilidade extra ao pesquisador, que tem a incumbência de levar estes fatos em consideração em suas conclusões. "De fato, esta é uma

dificuldade, já que os lugares sociais só podem existir através de uma rede de lugares discursivos, os quais se apoiam em uma economia distinta. (MAINGUENEAU, 1997, p. 34)

A questão da legitimidade do discurso é um assunto correlato ao ponto que estamos abordando em nosso percurso na busca de entender o conceito de discurso apresentado pelo autor por nós elencado para nos elucidar a questão. Tal ponto, a legitimidade, é abordado por outro autor francês, Pierre Bourdieu (1975), que assinala que um discurso tem de ser reconhecido como sendo válido por seu ouvinte para ser considerado "autorizado", sendo esta uma forma de legitimação do discurso proferido, pois o enunciador é reconhecido como legítimo, em um dado arranjo legítimo, com um destinatário também legítimo (BOURDIEU, 1975, apud MAINGUENEAU, 1997). Desta forma nossa busca por sujeitos legítimos em cada campo escolhido de discurso foi predeterminada por nossa busca de um discurso legitimável, para, por fim, produzirmos nós mesmos um discurso autorizado pela academia, um discurso também legitimado.

O discurso, bem menos do que um ponto de vista, é uma organização de restrições que regulam uma atividade específica. A enunciação não é uma cena ilusória onde seriam ditos conteúdos elaborados em outro lugar, mas um dispositivo constitutivo da construção do sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem. À AD cabe não só justificar a produção de determinados enunciados em detrimento de outros, mas deve, igualmente, explicar como eles puderam mobilizar forças e investir em organizações sociais. (MAINGUENEAU, 1997, p. 50)

Temos como tarefa entender, portanto, o que o sujeito nos comunica em uma enunciação e o que a instituição a qual ele representa nos comunica na mesma enunciação, o que ocorre simultaneamente, sendo irreal pensar em termos de interior e exterior, de forma e conteúdo, sendo a descontinuidade entre o fazer e o dizer o ponto cego do ato de se proferir um discurso, o que é preenchido pela crença social de unicidade das enunciações. Desta forma, por exemplo, o texto em um jornal tem um contexto próprio da matéria escrita por um sujeito, com suas palavras, construindo uma imagem da notícia, e ao mesmo tempo tem o contexto do viés editorial do mesmo jornal, sendo tudo produzido sincronicamente com as mesmas palavras escritas (MAINGUENEAU, 1997). Tendo isto em mente, teríamos como descolar o discurso do pesquisador que produz um texto para um certo grupo de leitores, do discurso da instituição que o legitima?

A heterogeneidade enunciativa não está ligada unicamente à presença de sujeitos diversos em um mesmo enunciado; ela também pode resultar da construção pelo locutor de níveis distintos no interior de seu próprio discurso. Reconhecer-se-á aí os múltiplos fenômenos que resultam das glosas que acompanham o que o locutor diz. Com efeito, em um enunciado, nem tudo é produzido sobre a mesma frequência de onda: o dito é constantemente atravessável por um metadiscurso mais ou menos

visível que manifesta um trabalho de ajustamento dos termos a um código de referência. (MAINGUENEAU, 1997, pp. 92-93)

Durante o processo de síntese dos discursos enunciados por nossos entrevistados teremos como tarefa procurar entender os metadiscursos contidos nas enunciações diversas, procurando entender como cada sujeito articulou sua fala dentro de seu campo, aderindo ou se descolando dos demais enunciadorees em seu metacampo comum.

Mas um discurso supõe mais que uma memória das controvérsias que lhe são exteriores; à medida que aumenta o corpus de suas próprias enunciações, com o passar do tempo e com a sucessão das gerações de enunciadorees, vê-se desenvolver uma memória polêmica interna. Dessa forma, o discurso é mobilizado por duas tradições: a que o funda e a que ele mesmo, pouco a pouco, instaura. Ao cabo de um certo tempo, é inevitável que parte da tradição interna atinja o mesmo estatuto da primeira, ganhando a "autoridade" necessária para as produções de seus enunciadorees. (MAINGUENEAU, 1997, p. 125)

Procuraremos, conforme o método ao qual aderimos como meio de compreender a realidade na fronteira de nosso interesse, entender as contradições entre os discursos e as práticas, o que ao fim e ao cabo constituiu a realidade, em um processo de realimentação cotidiana, onde cada prática e cada discurso passa a compor uma parte da totalidade da realidade local, tornando-se parte constituinte da fronteira.

3.10 Das Relações de Poder e seus Meios de Ação

Nesta parte da nossa dissertação passaremos a destacar dois conceitos gêmeos, elaborados por Michel de Certeau, que parecem compartilhar uma relação dialética entre si, pois se opõem e se complementam, e numa relação de forças desiguais podem nos ajudar a estabelecer quem faz o que e como o faz, facilitando nossa análise das posições de cada parte da relação dialética.

Certeau focou sua atenção, em seu livro *A Invenção do Cotidiano*, na população mais pobre, à margem da cultura dominante de uma sociedade, desprovidos de meios de influenciar esta cultura, tendo que se adaptar a ela, fazendo, ao jeito dos indígenas, uma montagem com e na economia dominante cultural, utilizando-se de várias micro metamorfoses da lei, de acordo com seus interesses e regras. “Desta atividade de formigas é mister descobrir os procedimentos, as bases, os efeitos, as possibilidades” (CERTEAU, 1998. p. 40).

Para Certeau é necessário saber como, em uma sociedade onde a vigilância aumenta constantemente, a sociedade não se reduz totalmente a ela. “Que procedimentos, minúsculos e cotidianos, o cidadão comum emprega para driblar os mecanismos disciplinares, jogando com

eles sem alterá-los? Como eles fazem para contraporem-se aos processos que organizam e ordenam-nos sócio politicamente?” (CERTEAU, 1998, p. 41).

Os usuários se apropriariam do espaço através de “maneiras de fazer”, aplicando táticas detalhadas que se articulam no cotidiano, utilizando-se de uma criatividade dispersa para burlar as redes de vigilância tecnocráticas (CERTEAU, 1998). Assim, em Certeau temos que as táticas seriam “operações que caracterizam o consumo na rede de uma economia e (...) práticas de apropriação, os indicadores da criatividade que pulula justamente onde desaparece o poder de se dar uma linguagem própria” (CERTEAU, 1998, p. 44).

A figura atual de uma marginalidade não é mais a de pequenos grupos, mas uma marginalidade de massa; atividade cultural dos não produtores de cultura, uma atividade não assinada, não legível, mas simbolizada, e que é a única possível a todos aqueles que no entanto pagam, comprando-os, os produtos-espetáculos onde se soletra uma economia produtivista. Ela se universaliza. Essa marginalidade se tornou maioria silenciosa. (CERTEAU, 1998, p. 44)

Tendo a população marginal/marginalizada uma fraqueza de meios informativos, de capital e segurança, carece de um incremento de astúcia. Como agem com forças desiguais os resultados são diversos, carecendo também de ações diferentes no seio da rede de consumidores, criando margens, permitidas, de manobra distintas da parte dos usuários, pelas conjunturas onde operam. Assim, Michel de Certeau vê as táticas aplicadas pelos mais fracos na sociedade (CERTEAU, 1998). “As táticas do consumo, engenhosidades do fraco para tirar partido do forte, vão desembocar então em uma politização das práticas cotidianas” (CERTEAU, 1998, p. 45).

O autor em foco, Certeau, nos adverte quanto aos efeitos do trato puramente estatístico das práticas dos mais fracos na sociedade, de suas táticas – como ele nomeia -, que decompõe suas malandragens eficientes em unidades que tal tratamento define, montando e recompondo segundo seus códigos, encontrando assim apenas o homogêneo. Reproduzindo seu sistema deixa de fora as histórias e atos heterogêneos que compõem a construção do cotidiano. Fortalecido por sua capacidade de dividir, perde o que julgava procurar e definir (CERTEAU, 1998).

Certeau define agora o que considera como estratégia, que nos interessa muito em nossa dissertação por ser um contraponto ao conceito de tática acima definido. Assim, para o autor esta estratégia é um ato exercido por um sujeito de poder, de querer, identificável em um ambiente. Postulando um lugar próprio, este sujeito pode gerir suas relações com uma distinta exterioridade.

Podemos identificar tal sujeito – de poder e querer – com as instituições que nomeamos acima, no texto, como sendo as que ocupam o que denominamos de o lado da lei, como a Receita Federal do Brasil, a Polícia Federal, etc., que podem fazer valer suas atribuições e determinações, justificados que estão pelo fato de serem constituídos pelo Estado para tais fins. Outros grupos de interesse não estatais têm posições tais que exercem seu poder por meio, também, de estratégias, como é o caso de grupos empresariais, por exemplo.

Michel de Certeau volta ao assunto da tática para defini-la melhor:

Denomino, ao contrário, “tática” um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para “captar no vôo” possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões”. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos (...), mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a “ocasião”. (CERTEAU, 1998, p. 46-47)

Assim, de acordo com Certeau (1998), da mesma forma em que o desconhecimento das normas formais de se fazer a cultura clássica “força” o surgimento da cultura popular, com jeito próprio, as regras (estratégias) do Estado forçam a criatividade dos sacoleiros (táticas). O Estado tem e cria seu lugar próprio, o sacoleiro tem de reagir à sua falta de lugar, à sua condição de dependência das circunstâncias.

Desenquadrado e coagido cada vez mais, descolado e sem poder escapar, o indivíduo tem apenas a astúcia no trato com os estrategistas, dando golpes, tem de aplicar, nas cidades – e no nosso caso nas fronteiras – informatizadas, “a “arte” dos caçadores ou dos rurícolas antigos” (CERTEAU, 1998, p 52).

Podemos abordar, para auxiliar na compreensão dos resultados de se padecer de falta de um lugar próprio, o conceito de prática do espaço, onde os praticantes das táticas têm de se movimentar no espaço, não para dele tomar posse, mas por não terem justamente um lugar de onde exercitar um poder próprio (CERTEAU, 1998).

Caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio. A errância, multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social da privação de lugar – uma experiência, é verdade, esfarelada em deportações inumeráveis e ínfimas (deslocamentos e caminhadas), compensada pelas relações e os cruzamentos desses êxodos que se entrelaçam, criando um tecido urbano, e posta sob o signo do que deveria ser, enfim, o lugar, mas é apenas um nome, a Cidade. A identidade fornecida por esse lugar é tanto mais simbólica (nomeada) quanto, malgrado a desigualdade dos títulos e das rendas entre habitantes da cidade,

existe somente um pulular de passantes, uma rede de estadas tomadas de empréstimo por uma circulação, uma agitação através das aparências do próprio, um universo de locações frequentadas por um não-lugar ou por lugares sonhados. (CERTEAU, 1998, p. 183)

Desta forma, por não terem um lugar próprio, onde poderiam tecer estratégias de controle do espaço, os sacoleiros e laranjas (principalmente, mas não só estes sujeitos) têm de se deslocar nos espaços não ocupados pelos representantes do Estado (estes com local próprio e estratégias definidas) para poderem realizar suas práticas ilícitas, utilizando-se de táticas às mais variadas, indo a outro país e se aventurando Brasil adentro, tentando auferir uma renda que se aproxime de suas aspirações de cidadania.

Veremos quais caminhos os sujeitos estudados no capítulo dedicado à antítese tomaram em suas práticas do espaço na tentativa de burlar os espaços já ocupados pelos agentes estatais, recortando tal espaço, percorrendo caminhos, encobrando suas atividades, delegando a terceiros suas mercadorias, tendo de caminhar desta forma por não terem um lugar seu, permitido ou reconhecido, onde a única recompensa é a de poder ser consumidor, se achar trabalhador, mesmo sendo considerado criminoso. Onde o único lugar que o Estado lhe reconhece como seu é o de prestador de serviços obrigatórios como apenado da Justiça Federal numa repartição do próprio Estado, como se fosse uma lição a ser aprendida pelos praticantes deste espaço subterrâneo da ilegalidade e por quem ousar fazê-lo.

Tendo feito estes autores, acima citados, conversarem entre si, algumas vezes concordando, outras discordando, muitas vezes mudando o ponto de vista para discutir algo a mais que estava perdido no fluxo de pesquisas possíveis, sem nos darmos conta fazíamos um exercício dialético. Estas teses levantadas, e as antíteses apresentadas, carecem de uma síntese. Esta tarefa ficará para mais tarde nesta dissertação, quando pudermos apresentar nossas pesquisas de campo, para daí concluirmos a respeito da pertinência de cada ideia para o avanço em conhecimento a respeito de nosso objeto de estudo e da fronteira como tema de fundo.

4 A TESE

Em uma abordagem dialética da realidade, temos que estabelecer quais são os discursos que serão utilizados no processo de se investigar os movimentos relevantes do diálogo. Tais discursos nem sempre se apresentam na forma de palavras faladas ou escritas, mas podem aparecer em comportamentos, ações, omissões, tradições, inovações etc.

No exemplo clássico da relação dialética entre patrão e empregado, temos uma ausência quase total de um diálogo nos moldes filosóficos da antiguidade grega clássica. Vemos uma relação econômica, onde, segundo a análise do materialismo histórico dialético, o patrão tem a posse dos meios de produção e o trabalhador tem a posse de sua força de trabalho.

Nada de conflituoso precisa ser dito nesta relação e a contradição apontada por Karl Marx (2011), se encontra subjacente no próprio processo de trabalho, de produção de mercadorias, onde as ações do patrão são o seu discurso, algo como uma iniciativa de empregar capital em prol da produção e atração de trabalhadores mediante promessa de pagamento de algum salário. Já o discurso do trabalhador se encontra em sua ação de se vincular a um emprego, a um patrão, trabalhando numa certa rotina de produção, com regras estabelecidas, visando receber o mesmo pagamento prometido acima.

Segundo Marx (2011), a contradição estaria no fato de o trabalhador gerar a chamada mais-valia, que será apropriada pelo patrão, o que acarretaria numa exploração da força de trabalho do primeiro por parte do segundo, trazendo o enriquecimento progressivo do patrão e o empobrecimento progressivo do trabalhador.

Muito se pode acrescentar ou retirar de tal exemplo, havendo muitas críticas a esta visão, mas esta discussão não nos interessa diretamente aqui nesta dissertação. A parte que nos cabe é apenas demonstrar como não há a necessidade de se emitir uma conversação, uma fala, para termos um discurso, basta analisarmos os movimentos, as ações discerníveis de agentes, procurando as interações e as contradições nestas relações.

Outro problema a resolver é o de se achar o ponto inicial de nossa descrição da relação dialética, pois tratando-se de um processo nem sempre é possível determinar quem ou quando houve o início do mesmo. O mais comum é agir de forma arbitrária e criar um corte, temporal e espacial, e dali começar a análise propriamente dita.

Esta arbitrariedade pode modificar todo o modo de se analisar o problema escolhido, pois pode trazer dados de uma fase do processo e dispensar ou encobrir outras, gerando uma distorção nos resultados. Isto é resolvido focando-se na contradição, e não na aparência do processo.

Um exemplo hipotético pode ser visto na ecologia²¹. Se observarmos um predador A e sua presa B, a relação é clara, A depende de B para se alimentar, a contradição é que quanto mais B mais A e quanto menos B menos A (ou pelo contrário: quanto mais A menos B e quanto menos A mais B), o que gera um equilíbrio. Assim, se iniciarmos a análise por um tempo t onde A tem crescimento populacional, veremos B decair em população, e teremos como resultado que A diminuiu B. Já em um tempo t', onde B é pequeno, veremos A diminuindo e teremos como resultado que B diminui A.

Se apenas olharmos t sem olhar o t' ou t' sem olharmos t, teremos um resultado parcial, que não descreverá a contento a realidade, sendo um o contrário do outro, em termos de conclusão. Dialeticamente, teríamos de olhar o quadro todo e verificaríamos que há uma relação de dependência nas populações, onde o quadro geral nos traria uma imagem de um fluxo, se fizéssemos um gráfico, de duas senóides que teriam picos e vales se alternando em t e t', onde t mostraria um movimento e t' outro.

Desta forma, temos de estabelecer de onde parte a análise, que no nosso caso chamamos de tese. Daí poderemos estabelecer, de acordo com a nossa avaliação, a tese contrária àquela, a antítese. Com a observação dos discursos, dos conflitos, dos movimentos, das estratégias, de um lado, e das táticas, de outro, numa pesquisa durante um tempo suficiente para vermos algumas repetições de padrões dominantes, poderemos fazer uma síntese dos resultados, apresentando as contradições da relação, ganhando em entendimento no processo.

No nosso caso, nesta dissertação de mestrado, nos propusemos a observar a relação entre os agentes de repressão ao contrabando e ao descaminho, em Foz do Iguaçu e região, e os agentes praticantes deste mesmo contrabando e descaminho. O primeiro grupo nos fornecerá um discurso e o segundo o seu contrário, sendo o primeiro a nossa tese e o segundo a nossa antítese.

Tais discursos – que são mais ações do que palavras – já estão dados na realidade, bastando o pesquisador coletar tais informações e agrupar em um texto compreensível para apresentar ao leitor. Nada precisa ser inventado, nada pode ser omitido – do que for percebido em campo – para trazer uma imagem mais próxima ao real o possível.

O tratamento posterior destes discursos, da tese e da antítese, será um trabalho de síntese, onde as contradições têm de ser apresentadas e tratadas, e onde o pesquisador poderá mostrar, e demonstrar, seu ponto de vista a respeito da relação dialética das partes, em um esforço de acrescentar um grau maior de entendimento ao tema de estudo.

²¹ Ver estudo de PEIXOTO; BARROS; BASSANEZI, Um modelo Fuzzy Presa-Predador em citros: pulgões e joaninhas em Biomatemática, v. 14, p. 29-38, 2004.

Apesar de já termos tratado deste assunto na parte concernente à metodologia desta pesquisa, acreditamos ser pertinente relembrar os passos necessários a este tipo de pesquisa, com um foco dialético, para que não haja confusão da parte do leitor, pois entendemos que este tipo de abordagem é pouco utilizada, infelizmente, nos trabalhos acadêmicos, por acarretar mais desafios ao pesquisador, tanto logicamente como no levantamento de dados, não sendo uma descrição linear de fatos, mas uma tortuosa caminhada em um terreno acidentado, com idas e vindas na tentativa de um entendimento mais profundo da realidade, que no nosso caso é fronteiriça, envolvendo distintas sociedades e suas culturas.

4.1 O Discurso da Receita Federal do Brasil

Nos parece inegável que de todos os personagens elencados como sendo proferidores de discursos (e ações) anticrime na fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, a instituição Receita Federal é a mais relevante no combate ao contrabando e ao descaminho, sendo a responsável pela organização da maioria das iniciativas deste combate, tendo atribuições legais para tal.

Como é a responsável pela fiscalização das movimentações financeiras, tem a atribuição de cobrar os impostos federais relativos a compras no exterior, focando no combate à evasão de divisas, combate à pirataria, ao contrabando e ao descaminho. Para tal conta com o amparo da lei nº 13.008 que modificou o Código Penal²²:

LEI Nº 13.008, DE 26 DE JUNHO DE 2014. Dá nova redação ao art. 334 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e acrescenta-lhe o art. 334-A. Art. 1º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações: “Descaminho – Art. 334. Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria: Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos. § 1º Incorre na mesma pena quem: I – pratica navegação de cabotagem, fora dos casos permitidos em lei; II – pratica fato assimilado, em lei especial, a descaminho; III – vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira que introduziu clandestinamente no País ou importou fraudulentamente ou que sabe ser produto de introdução clandestina no território nacional ou de importação fraudulenta por parte de outrem; IV – adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira, desacompanhada de documentação legal ou acompanhada de documentos que sabe serem falsos. § 2º Equipara-se às atividades comerciais, para os efeitos deste artigo, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras, inclusive o exercido em residências. § 3º A pena aplica-se em dobro se o crime de descaminho é praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial.” “Contrabando – Art. 334-A. Importar ou exportar mercadoria proibida: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos. § 1º Incorre na mesma pena quem: I – pratica

²² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13008.htm

fato assimilado, em lei especial, a contrabando; II – importa ou exporta clandestinamente mercadoria que dependa de registro, análise ou autorização de órgão público competente; III – reinsere no território nacional mercadoria brasileira destinada à exportação; IV – vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria proibida pela lei brasileira; V – adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria proibida pela lei brasileira. § 2º Equipara-se às atividades comerciais, para os efeitos deste artigo, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras, inclusive o exercido em residências. § 3º A pena aplica-se em dobro se o crime de contrabando é praticado em transporte aéreo, marítimo ou fluvial.” (BRASIL, 2014)

A lei acima é uma modificação feita durante o segundo governo Dilma Rousseff, possivelmente numa tentativa de aumentar as receitas do Estado. Contudo, anteriormente houve modificações nesta parte da lei, mais precisamente em 14 de julho de 1965²³, para lidar com o contrabando e o descaminho. Foi durante o primeiro governo militar pós 1964, do presidente Castello Branco, demonstrando que este novo regime identificara o problema desde seu início, e tentou melhorar a lei já existente.

A coincidência de fatos históricos é grande, pois o código penal já previa punições para o contrabando e ao descaminho desde 1940, no primeiro governo de Getúlio Vargas, mas – como vimos no parágrafo anterior – o governo militar pós 1964 amplia penas poucos meses após a inauguração da Ponte Internacional da Amizade, em 27 de março de 1965²⁴, o que pode indicar que já haviam percebido o fluxo de produtos entrando pelas fronteiras de forma indesejada pelo governo àquela época.

Contando com o amparo legal para poder agir repressivamente em relação aos sacoleiros, laranjas e demais associados no contrabando e no descaminho pelas fronteiras nacionais, ainda faltavam ferramentas à Receita Federal. Tais ferramentas foram fornecidas no primeiro governo Lula, com a assinatura da Medida Provisória nº135 (MP nº 135²⁵), resultando na virada no jogo de forças em prol do combate aos ilícitos fronteiriços, se mostrando como uma estratégia eficaz por parte do governo à época.

Apesar de ter recebido o reforço de uma legislação mais eficiente, os servidores que trabalham na Receita Federal do Brasil, como auditores fiscais e analistas tributários, têm uma série de reivindicações trabalhistas, muitas delas referentes às condições de trabalho, outras referentes à pouca quantidade de funcionários, o que acarretaria por um lado sobrecarga de tarefas, por outro numa menor eficiência por parte dos servidores do órgão federal.

²³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4729.htm#art5

²⁴ <http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2015/03/ponte-da-amizade-completa-50-anos-com-reforma-e-melhoria-na-estrutura.html>

²⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2003/135.htm

Rafael Godoi e Sérgio Castro (2011) produziram um estudo para o sindicato da categoria, o Sindreceita, chamado Fronteiras abertas: um retrato do abandono da aduana brasileira, onde tentam demonstrar como trabalham os fiscais da Receita, quais seus desafios diários e suas reivindicações.

Segundo a legislação brasileira, a Receita Federal do Brasil (RFB) tem a precedência sobre os demais órgãos no controle aduaneiro, ou seja, cabe prioritariamente à RFB e aos seus servidores controlar a entrada, a permanência, a movimentação e a saída de pessoas, veículos e mercadorias de portos, aeroportos, pontos de fronteira e recintos alfandegados, ou embarque e desembarque de viajantes, procedentes do exterior. (GODOI; CASTRO, 2011, pp. 17-18)

Quando da publicação do trabalho de Godoi e Castro, em 2011, havia na Receita Federal cerca de 19.600 servidores, sendo 12.300 auditores fiscais e 7.300 Analistas-Tributários. Destes, apenas 596 funcionários (cerca de 3%) estavam lotados nos 31 pontos de passagem terrestre ao longo da fronteira brasileira, onde, do Chuí/RS ao Oiapoque/AP, a RFB contava com 245 auditores, menos de 2% do efetivo, e 351 Analistas-Tributários, cerca de 5% do quadro dos servidores do cargo à época. (GODOI; CASTRO, 2011)

Os dados atuais do site da Receita Federal²⁶ trazem os seguintes dados: Total de funcionários em outubro de 2018: auditores – 9.068, com 119 cedidos; analistas – 6.549, com 12 cedidos; administrativos – 5.400, com 32 cedidos; externo-Serpro – 1.586; estagiários – 1.490; outros – 37.

É com esse efetivo que as 31 Inspetorias da Receita Federal do Brasil atuam na fiscalização, vigilância e controle de veículos, cargas e pessoas que entram e saem do território brasileiro. Esses servidores também são os responsáveis por despachos de importação, exportação, controle do chamado comércio de balcão ou “comércio formiga”, atendimento ao turista, mas, principalmente, pelo combate ao contrabando de bebidas, cigarros, combustíveis, tráfico de drogas, armas, munições e a repressão ao descaminho e à pirataria. A própria Receita Federal admite que somente para atender a essas 31 Inspetorias seriam necessários 1.032 servidores, sendo 380 auditores e 652 Analistas-Tributários. Apenas nessas unidades, o déficit de Analistas-Tributários passa de 70%, conforme estudo da Subsecretaria de Gestão Corporativa (Sucor) e da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) da Receita Federal do Brasil. (GODOI; CASTRO, 2011, p. 18)

À época do estudo citado havia na Delegacia da Receita Federal em Foz do Iguaçu um efetivo de 203 servidores, sendo 68 Auditores Fiscais e 135 Analistas-Tributários. A estimativa era de uma necessidade de 253 funcionários, onde 79 seriam Auditores Fiscais e 174 Analistas-Tributários. (GODOI; CASTRO, 2011)

²⁶ <http://receita.economia.gov.br/sobre/servidores/quantitativo-de-cargos>

Os autores descrevem o prédio da aduana, em Foz do Iguaçu, inaugurado em outubro de 2006, que conta com 7 pistas de rolamento, sendo 4 para automóveis, 1 para ônibus, uma para motos e mais uma para pedestres. A imigração que ocorre no local é de responsabilidade da Polícia Federal. Há uma agência do Banco do Brasil na aduana, para facilitar o recolhimento de impostos. Estão integrados, também, Vigilância sanitária, Ministério da Agricultura e do Turismo. (GODOI; CASTRO, 2011)

Embora as obras tenham custado cerca de R\$ 7,5 milhões, e tenha sido implantado um sistema de câmeras para controle e segurança, estas mesmas câmeras já não estavam funcionando quando da morte de um sacoleiro, Ademir Gonçalves Costa²⁷, de 39 anos, em janeiro de 2017. Tanto que em 2019 houve a inauguração de mais um sistema de câmeras²⁸, agora com tecnologia de reconhecimento facial.

Mesmo com toda a infraestrutura e a tecnologia, o fator humano ainda está prejudicando o trabalho:

Mas, de acordo com relatos colhidos pela equipe do Sindireceita, mesmo com a melhoria na infraestrutura e com a presença de servidores de outros órgãos de Estado, como Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, a falta de servidores da Receita Federal no local fragiliza os trabalhos de vigilância, fiscalização e repressão ao contrabando, tráfico de drogas e armas e ao combate à pirataria. (GODOI; CASTRO, 2011, p. 133)

A seguir teremos dados a respeito de uma das mais bem estruturadas operações de combate ao contrabando e ao descaminho montadas na fronteira, inicialmente em Foz do Iguaçu, que tem na sua continuidade uma prova de sua eficácia em número de apreensões. Poder-se-á verificar os números destas apreensões, fornecidos pela RFB, o que dará uma ideia do tipo de trabalho realizado pelos órgãos de repressão aos ilícitos fronteiriços.

4.1.1 As Operações Muralha

Mesmo com todas estas dificuldades acima alegadas pelo sindicato da categoria, a RFB tem desenvolvido muitas ações na fronteira, entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, no intuito de minimizar a entrada de produtos ilegais, piratas e sem o devido recolhimento de impostos.

Um bom exemplo desta iniciativa é a chamada Operação Muralha, que segundo o site da Receita Federal:

A Operação Muralha é coordenada pela Receita Federal em parceria com Justiça Federal de Foz do Iguaçu, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Exército, Marinha, Aeronáutica, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Agência

²⁷ <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2018/12/10/caso-ademir-familiares-de-homem-que-morreu-na-ponte-da-amizade-contestam-conclusao-de-inquerito-da-pf.ghtml>

²⁸ <https://cbncuritiba.com/ponte-da-amizade-ganha-sistema-de-monitoramento-inteligente/>

Brasileira de Inteligência (Abin), Secretaria de Segurança Pública do Paraná (Polícia Militar do Paraná, Polícia Civil e Departamento de Inteligência do Estado do Paraná – DIEP), Justiça Estadual e Ministério Público Estadual da Comarca de São Miguel do Iguçu e Departamento de Estradas de Rodagem (DER). (RECEITA FEDERAL, 2018)²⁹

A Assessoria de comunicação da RFB (ASCOM) nos enviou alguns dados consolidados das operações Muralha desde 2016 até 2019. A primeira destas operações teve início em 2 de maio, indo até 18 de junho de 2016, totalizando 78 dias. Os resultados, em termos de apreensões, nesta primeira intervenção coordenada do território foram: R\$ 8.800.000,00 em valores totais; 3.207 volumes de mercadorias; 130 automóveis; 29 ônibus; 6 caminhões; 3.771,81 Kg de maconha; 7,59 Kg de cocaína; 4,51 Kg de crack; 1,17 Kg de haxixe; 508 mil unidades de medicamentos e anabolizantes; 33 armas; 23 carregadores; 1416 munições; com 85 prisões.

A segunda Operação Muralha ocorreu entre 3 de maio e 30 de junho de 2017, totalizando 60 dias de operação, onde foram apreendidos: R\$ 12.083.342,59 em valores totais; volumes de mercadorias não foram informados; 73 automóveis; 28 ônibus; 5 caminhões; 555 Kg de maconha; 137 Kg de cocaína; sem informações sobre crack; 17 Kg de haxixe; 13.034 unidades de medicamentos e anabolizantes; 15 armas; 26 carregadores; 730 munições; com 36 prisões, sendo 6 menores de 18 anos de idade. Tirando os valores totais, a cocaína e o haxixe, todos os demais números decaíram.

A terceira operação foi executada entre 3 de outubro e 28 de novembro de 2017, durando 57 dias. As apreensões foram: R\$ 13.655.483,00 ao todo; 99 automóveis; 19 ônibus; 7 caminhões; 373,78 Kg de maconha; 1 Kg de cocaína; sem informações sobre crack, nem sobre haxixe; 461.416 unidades de medicamentos e anabolizantes; 24 armas; 25 carregadores; 1919 munições; com 34 prisões, sendo 2 menores de 18 anos de idade apreendidos. O que chama a atenção é a baixa na apreensão de cocaína e haxixe, e o aumento na de medicamentos.

A quarta operação do mesmo nome se deu em 30 de abril, e encerrou em 25 de junho de 2018, completando um total de 57 dias. As apreensões foram: R\$ 20.890.201,84 ao todo; 93 automóveis; 66 ônibus; 3 caminhões; 1.525,1 Kg de maconha; 426.700 maços de cigarro; 68,3 Kg de haxixe; 173.694 unidades de medicamentos e anabolizantes; 1 arma; 1 carregador; 149 munições; com 36 prisões, sendo 3 menores de 18 anos de idade apreendidos. Nesta lista temos a ausência da cocaína, a volta do haxixe e o aparecimento do cigarro, além do aumento do valor total em reais.

²⁹ <http://receita.economia.gov.br/noticias/ascom/2018/novembro/receita-federal-lanca-nova-fase-da-operacao-muralha>

A quinta versão da operação Muralha se deu entre os dias 30 de outubro e 10 de dezembro de 2018, somando-se 41 dias, a mais breve delas. Foram computadas as seguintes apreensões: R\$ 10.195.148,37; 60 automóveis; 13 ônibus; nenhum caminhão; 4 Kg de maconha; 111.000 maços de cigarro; nenhum haxixe; nenhuma unidade de medicamentos e anabolizantes; 4 armas; 6 carregadores; 291 partes e peças de armas de fogo; 353 jogos de dies para recarga de munição; 50 munições; com 1 prisão. Vemos, de acordo com estes dados, uma grande variação nos padrões.

O que chama mais a atenção é o aparecimento dos chamados jogos de die (peças de equipamentos de recarga de cartuchos de munição), o que pode apontar para mais uma tática da parte dos contrabandistas, por um lado, e uma nova tática da parte dos criminosos nos destinos finais do circuito sacoleiro (CARDIN, 2011a), buscando aproveitar os cartuchos utilizados no crime, o que pode ser mais barato do que comprar cartuchos novos.

A sexta versão da operação muralha traz novidades em relação à anterior, pois ocorre em locais diferentes do tradicional pedágio em São Miguel do Iguaçu-PR, ocorrendo também em Guaíra-PR e em Mato Grosso do Sul. Os dados de Foz e de Guaíra estão consolidados juntos, já os do Mato Grosso do Sul não informam a cidade onde ocorre.

O site da Receita Federal completou este hiato na informação com o seguinte texto³⁰:

No período de 13 de maio a 8 de julho, que correspondeu aos 57 dias da Operação Muralha, as atividades na região oeste do Paraná foram realizadas principalmente nas duas barreiras de fiscalização fixas, uma instalada próximo à praça de pedágio no município de São Miguel do Iguaçu/PR e outra na PR-163 em Guaíra/PR, e nas estradas secundárias da região. No Mato Grosso do Sul, o trabalho foi desenvolvido por equipes volantes que fiscalizaram toda a região de fronteira com o Paraguai. (RECEITA FEDERAL, 2019)

Na operação feita no Paraná ocorreram as seguintes apreensões: R\$ 36.600.758,51; 144 automóveis; 43 ônibus; 28 caminhões e 53 caminhonetes; 17 motocicletas; 6 furgões; 8 embarcações; 2325 Kg de maconha; 2.025.333 maços de cigarro; 30.051 unidades de medicamentos e anabolizantes; 8 armas; 6 carregadores; R\$ 42.755,95 em espécie. Não há menção a munições nem a prisões.

Já no estado de Mato Grosso do Sul, a Operação Muralha trouxe os seguintes resultados: R\$ 8.380.832,33 em apreensões; 84 veículos apreendidos (sem discriminação de tipo); 316.760 maços de cigarro; 500 Kg de maconha; 5.160 unidades de medicamentos e anabolizantes.

³⁰ <http://www.receita.economia.gov.br/noticias/ascom/2019/julho/receita-federal-divulga-balanco-final-da-operacao-muralha>

A ampliação dos locais de operação acrescenta valores que dificultam a análise dos dados, pois não fica claro o que vem da região de Foz do Iguaçu e o que vem da região de Guaíra. Já na fronteira entre o Mato Grosso do Sul e o Paraguai, temos uma área tão grande que não é possível saber, apenas com os dados, de onde vem a apreensão, deixando de lado uma análise espacial das táticas dos sacoleiros, laranjas e traficantes.

Mesmo assim, algo pode ser dito a respeito da estratégia empregada pela Receita Federal, pois, após 5 operações em apenas um local, a ampliação do escopo espacial da mesma parece obedecer a uma tentativa de cercar os locais mais problemáticos, em relação à passagem de produtos pela fronteira, fato demonstrável se analisarmos os números de apreensão de maços de cigarro, que foram de 111.000 na 5ª operação, para 2.025.333 quando se acrescentou a região de Guaíra. A receita parece ter aprendido com o tempo como se comporta o praticante de ilícitos fronteiriços e se adaptou a isto. A estratégia de se fazer o cerco na BR-277, em São Miguel do Iguaçu, provocou a tática de se usar a região de Guaíra como caminho do contrabando, o que gerou a mudança da estratégia da receita, que passou a abranger tal região, em um jogo de gato e rato, típico de uma relação dialética.

No entanto, além dos dados, temos ainda a possibilidade de ouvir diretamente de um dos funcionários da RFB seu relato a respeito do combate feito pelo Estado brasileiro aos atos ilícitos de contrabando e de descaminho por nossas fronteiras. Um relato obtido diretamente em campo pode se revelar uma contribuição importante a nossa pesquisa. Segue então a descrição de nossa entrevista com tal representante.

4.1.2 Entrevista com um Representante da Receita Federal do Brasil

As circunstâncias a respeito da marcação desta entrevista já foram tratadas em outra parte desta dissertação, sendo que a mesma se deu em 31 de outubro de 2019, cabendo a nós irmos direto ao encontro das informações que pudemos obter com o entrevistado, um funcionário da Receita Federal, o Agente Administrativo Neri Antônio, que exerce esta função desde 1997.

O entrevistado começa a nos informar a respeito de sua visão do problema do contrabando e do descaminho nesta parte da fronteira, formada pelas divisas de Foz do Iguaçu e de Ciudad del Este, separadas pelo rio Paraná, e unidas pela Ponte Internacional da Amizade.

Para o senhor Neri, houve um conjunto de fatores que vieram a acarretar a nossa situação típica em relação a ilícitos transfronteiriços, começando com a chamada década perdida³¹, compreendida entre os anos 80 e 90 do século XX.

Também aponta para o fato de a finalização das obras da usina hidrelétrica de Itaipu terem gerado um contingente de por volta de 40 mil pessoas desempregadas³², em um cenário nacional com um percentual de 20% de desempregados à época.

Assim, a união destes fatores, crise político-econômica no país, somada ao fim das obras de Itaipu, lançando pessoas ao mercado de trabalho, onde já havia 20% de desemprego, teria criado uma espécie de exército de reserva de trabalhadores desempregados que viram no contrabando e no descaminho, na atividade de sacoleiro e de laranja, uma oportunidade de gerarem renda para si e para suas famílias.

Diante deste cenário descrito pelo entrevistado, lembramos a ele que há muitas pessoas que vêm nestas atividades ilegais, típicas de fronteira, uma forma de se minorar os efeitos do desemprego, e perguntamos a ele sua opinião a respeito, se o Estado deveria permitir ou não a atividade.

Sua resposta foi tranquila e rápida, não precisando pensar muito, pois já tinha uma opinião formada a respeito, a de que contrabando e descaminho são crimes, não tem jeito de fazer vista grossa ou de ignorar. Para o senhor Neri, o contrabandista não se importa com a lei, nem com a punição, pois mesmo com a lei mudando, aumentando em um ano a pena, a atividade se manteve da mesma forma.

Outro ponto levantado por nosso entrevistado é o do efeito da implantação das regras do Mercosul no município de Foz do Iguaçu, pois tais regras prejudicaram um tradicional comércio de importação e de exportação que havia na cidade, principalmente na região da Vila Portes, ocasionando muitas demissões.

O agente administrativo que entrevistamos nos informou que a atividade de contrabando e de descaminho era facilitada, nas décadas de 1990 e de 2000 pela corrupção entre os responsáveis pelo combate a tais ilícitos. Tal informação vai de encontro ao que pudemos apurar em outras entrevistas com sacoleiros e laranjas.

³¹ Conforme Silva (1992): “Já existe hoje consenso de que o comportamento errático da economia nos anos 80 marcou a inflexão das taxas de crescimento acelerado ininterrupto que prevaleceram nas três décadas anteriores. Cunhou-se até mesmo a expressão "década perdida" para caracterizar esse período conturbado para a sociedade brasileira.”

³² Este número não parece ser correspondente à verdade, já que não houve tal contingente de trabalhadores na construção de Itaipu ao mesmo tempo. Pode ser que o entrevistado tenha estimado familiares de ex-empregados e/ou empregos indiretos que foram extintos ao final da construção da usina.

O ponto de virada nas ações de combate a tais crimes típicos de fronteira se deu com uma nova forma de gestão na Receita Federal, com a integração de vários órgãos públicos de segurança, no intuito de coibir as ilegalidades. Na visão do senhor Neri, ninguém confiava em ninguém, hoje há uma interação, onde cada uma das forças de segurança faz a sua parte de forma coordenada.

Mas o que teria induzido a esta modificação de atitude por parte dos órgãos responsáveis pela segurança e fiscalização na região de fronteira em Foz do Iguaçu? Para Neri Antônio, houve um agente externo importante, a Organização Mundial do Comércio (OMC), que teria feito pressão sobre o governo federal à época das mudanças implementadas no trato com os problemas fronteiriços, forçando a mudança nas atitudes de cada um daqueles órgãos, levando-os a trabalharem unidos para gerar um resultado positivo.

A OMC, pressionada por países detentores de patentes industriais, prejudicados pela pirataria de produtos, ameaçava países como o Brasil para que combatessem a pirataria ou passassem a constar em um rol de países que toleravam tais práticas, uma espécie de lista negra. EUA e União Europeia também tinham suas listas e pressionavam diretamente os governos mundo afora, Brasil no meio (COSTA, 2020b).

Devido a toda a pressão e a toda mudança de postura que se seguiu a ela, a gestão de risco mudou e as apreensões aumentaram, com o protagonismo da Receita Federal. Também recebemos como exemplo de toda esta nova postura, a implantação do chamado “*fusion center*” a ser coordenado a partir do Ministério da Justiça.

Quando questionado a respeito da influência do novo governo federal iniciado em 2019, com a presença do ex-juiz Sérgio Moro como ministro, se havia mudado algo na administração que estivesse aparecendo no aumento da eficiência dos trabalhos de combate aos crimes típicos de fronteira, o entrevistado afirmou que não houve esta influência e as medidas que adotavam hoje já estavam em andamento e a algum tempo sendo planejadas e implantadas.

Encontramos a mesma afirmação em mais duas entrevistas, com o representante da Polícia Militar do Estado do Paraná, o Capitão André, e com o representante da Polícia Rodoviária Federal, o policial Raone. Todos os três negaram alguma influência do governo Bolsonaro em suas atividades e nos bons números que vêm apresentando em Foz do Iguaçu e região.

O representante da Receita Federal em nossa pesquisa nos informou que seu trabalho, frente ao combate ao contrabando e ao descaminho, é sem fim, pois, a respeito dos praticantes destes ilícitos penais, “eles têm tempo, dinheiro e gente”. Esta afirmação dava um tom de que haveria um trabalho infundável em nossa fronteira de estudos, ao mesmo tempo que dá uma

ideia de organização criminosa aos sacoleiros e laranjas, que nem sempre se verifica em campo, pois há vários pequenos sacoleiros que não têm tal estrutura.

O senhor Neri nos aponta a lei 10.833³³ de 2003 (antiga MP nº 135, que mudou de nome após aprovação pelo Poder Legislativo Federal) como um marco no combate aos comboios de ônibus de viagem que saíam diariamente de Foz do Iguaçu, sendo que nos dias de maior movimento, aos sábados e às quartas-feiras, há quem diga que havia 100 veículos seguindo juntos, outros citam até 200 veículos, e outros falam em até 400 ônibus em comboios pela BR-277, quando a rodovia ainda não era duplicada, engarrafando o trânsito e gerando uma impossibilidade logística da parte da Receita Federal em fiscalizar, um a um, cada ônibus daqueles com mercadorias compradas no Paraguai.

A lei citada acima previa uma multa de R\$ 15 mil para o proprietário do ônibus com mercadorias contrabandeadas ou descaminhadas, transferindo o ônus da ilegalidade ao transportador, diminuindo o trabalho do fiscal, que agora não focava individualmente em cada um dos sacoleiros ou laranjas, mas ia direto no bolso das empresas de transporte.

Na reincidência do crime, a multa dobrava, podendo chegar à apreensão do veículo, o que aumentava o prejuízo e impossibilitava o uso do ônibus em mais ilegalidades fiscais. O golpe foi forte e certo, havendo uma redução grande nos comboios, já que aumentou a eficiência e as empresas arcaram com um grande prejuízo financeiro, onde muitas deixaram a atividade ou fecharam as portas.

A medida de se lacrar o veículo para levá-lo a um barracão de fiscalização foi outra estratégia com resultados marcantes, já que evitava o contratempo de se fiscalizar, no local de parada, cada bagagem, cada passageiro, procurar fundos falsos etc. Passou-se a delegar a um outro momento tal atividade.

Outra estratégia prevista e autorizada por esta lei, foi a de se integrar as forças policiais e os órgãos fiscais em operações conjuntas, assunto já tratado acima, onde a Operação Muralha serve como exemplo claro deste tipo de ação.

No entanto, a cada mudança na estratégia da parte dos órgãos do Estado, pode ser esperada uma mudança tática da parte dos sacoleiros e seus ajudantes, na tentativa de manter o circuito em funcionamento, fazendo o dinheiro continuar a circular entre os membros do mesmo. Assim, o senhor Neri nos informa que para fazer frente à possibilidade de serem multadas, as empresas de transporte passaram a cobrar um seguro da parte dos sacoleiros, onde o possível prejuízo com a fiscalização era coberto com o aumento dos custos de cada um.

³³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.833.htm

Outra medida que o senhor Neri nos informa que foi relevante, diz respeito à criação da lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005, que é conhecida como a “Lei do Bem³⁴”, que cria uma série de facilidades, em forma de incentivos fiscais, para empresas que se dediquem à pesquisa e ao desenvolvimento no setor de tecnologia. Tal medida facilita a substituição de importações, onde os produtos de tecnologia podem ser feitos com preços mais competitivos dentro do próprio país, desincentivando a compra além da fronteira e o ilícito penal associado ao contrabando e ao descaminho.

As medidas por parte do Estado não pararam aí, houve a melhoria nas condições da aduana na cabeceira da Ponte da Amizade em 2006, com a melhora nos sistemas de informatização, podendo-se cadastrar os CPFs dos compradores que excediam a cota dentro de 30 dias, aplicando-se a eles multas ou gerando a apreensão de suas mercadorias.

Com a intensificação das ações na saída da ponte, muitos sacoleiros mudaram suas táticas e passaram a usar o rio Paraná como meio de evitar a aduana. Muitos portos clandestinos foram incorporados à dinâmica do circuito sacoleiro (CARDIN, 2011a), aumentando os custos, gerando ocupações para muitos ajudantes no processo de se evitar a fiscalização.

A estratégia do Estado passou a ser a de intensificar as batidas da Polícia Federal nas barrancas do rio, medida que discutiremos mais adiante, pois está mais bem descrita pelos sacoleiros e laranjas do que nesta entrevista. Mas, o que nos passou o entrevistado é que a estratégia de se implantar uma base do Núcleo Especial de Polícia Marítima (Nepom³⁵) à beira do rio Paraná, abrigando barcos de patrulha, coibiu a maioria das atividades de transporte de mercadorias pelo rio. No entanto, segundo nossa fonte, ainda há a atividade, só que em locais mais afastados, como o lago de Itaipu, tanto que o comércio de Salto del Guairá-PY teria crescido às custas desta tática evasiva.

Figura nº 03: Porto do Nepom no Rio Paraná – Foz do Iguaçu

³⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11196.htm

³⁵ <https://sinpefpr.org.br/nepom-policia-federal-foz-do-iguacu/?v=19d3326f3137>



Fonte: <https://www.radioculturafoz.com.br>, 10/05/2020.

O entrevistado defende o trabalho realizado pela Receita Federal apresentando alguns argumentos relevantes. Lembra que uma das atribuições da RFB é a de arrecadar impostos, que serão revertidos ao governo federal, que daí deverá custear uma série de órgãos de assistência social, como também, obras e polos de educação por todo o território nacional.

Quanto aos procedimentos legais que a Receita Federal tem de adotar quando autua alguma pessoa por contrabando e/ou descaminho, o senhor Neri nos informou que um funcionário do órgão prepara um processo e o encaminha para o Ministério Público, que se encarregará dos procedimentos legais no âmbito da Justiça Federal, o que pode gerar uma condenação do sacoleiro ou laranja, transformado em réu, possível apenado.

Nosso entrevistado nos deu, a seguir, um exemplo de empresário da região de fronteira, que foi acusado de prática de contrabando, no caso um dos sócios da casa de shows Ono³⁶, situada na cidade de Foz do Iguaçu. O exemplo foi dado para demonstrar que os contrabandistas podem ter táticas de lavagem de dinheiro diversificadas, passando-se por empresários de sucesso na sociedade local. A notícia que o senhor Neri tem é a de que o mesmo acusado estaria abrindo outra casa de shows, agora em Ciudad del Este, onde ele não é acusado de nada, e pode ficar livre de operações da Receita Federal.

Também, ficamos sabendo que quando há operações especiais na fronteira, na região de Foz do Iguaçu, a Receita Federal recebe o auxílio de outros funcionários do órgão, vindos de outros postos no Brasil. Tal medida reforça o efetivo de fiscais contra o crime e melhora a renda

³⁶ <https://www.h2foz.com.br/noticia/policia-federal-deflagra-operacao-dupla-face-em-foz-do-iguacu-e-regiao-32523>

do funcionário, pois há um auxílio, acrescido ao salário do mesmo, de R\$ 92,00 por dia. Isto incentivaria o agente a aceitar melhor a distância do lar nas semanas de trabalho longe de casa.

Ao final de nossa entrevista, questionamos o senhor Neri a respeito de os agentes da Receita receberem ameaças, ou se temem alguma represália da parte de contrabandistas por atuarem contra seus esquemas ilícitos. O entrevistado nos informou que não teme tais ameaças, e que quando acontecem a Receita Federal, ao invés de diminuir a pressão, ela a aumenta, e que os próprios contrabandistas que são prejudicados “somem” com quem fez a ameaça.

Na contramão desta informação, comunicamos ao entrevistado que um dos sacoleiros com quem falamos, cuja entrevista constará em capítulo reservado ao discurso antitético, nos disse que os fiscais da Receita Federal mudaram a forma de tratar os sacoleiros e laranjas após começarem a andar armados. De um tratamento formal e educado, passou-se a um tratamento policialesco e truculento. De cumprimentos e por favores, passou-se a um tratamento grosseiro, utilizando-se termos como “vagabundo” ao lidarem com os fiscalizados. O entrevistado mostrou surpresa e desconforto com o informe, e disse que procuraria averiguar e instruir os fiscais para retornarem ao tratamento anterior, alegando desconhecer este procedimento.

Em seguida nos deu um exemplo de como ele próprio age em abordagens a suspeitos, contou-nos o caso de uma apreensão de cigarros, onde o motorista pediu para se livrar, contando uma série de dificuldades financeiras pelas quais estaria passando e informou ser formando em direito em um estado na região Norte do país. O senhor Neri, apesar de solidário, teria feito sua obrigação em autuar o suspeito, o aconselhando a deixar a atividade e se dedicar aos estudos.

Fomos informados, também, que há olheiros por toda a cidade, nos pontos chave, como aduanas, pontes, delegacias, estradas, barrancas do rio etc. Inclusive o entrevistado informou que as organizações criminosas sabem da rotina dos funcionários da RFB por tais olheiros, mesmo na frente da aduana da avenida Paraná, onde fazíamos a entrevista. O intuito é o de saberem antecipadamente a respeito de alguma operação conjunta e evitarem perder mercadorias.

A respeito da eficácia das operações, o senhor Neri nos disse que em época de Operação Muralha, por exemplo – já que é a mais conhecida e tradicional operação na região de Foz do Iguaçu –, muitos sacoleiros tiram férias, “vão para a praia”, pois sabem que podem ter prejuízos.

Mesmo com o aumento das apreensões, com o sucesso nas operações, com um cálculo rápido feito por nosso entrevistado, fomos informados de que apenas por volta de 3% dos produtos contrabandeados são recuperados pelo esforço estatal em deter sua circulação pelo território nacional. Um número assustador, mas que pode ser real, pois foi descrito por quem faz o combate direto aos ilícitos fronteiriços.

Resumindo, podemos descrever da seguinte forma o discurso da RFB em relação ao combate às práticas de descaminho e de contrabando nas fronteiras em estudo:

- A RFB é o principal agente no combate ao contrabando e ao descaminho, entre outras atribuições legais;
- A RFB conta com um número insuficiente de funcionários dedicados à fiscalização das fronteiras nacionais;
- As apreensões feitas pela RFB, principalmente nas operações conjuntas, servem como vitrine dos trabalhos realizados pelo órgão, como tentativa de valorizarem seu esforço;
- A última Operação Muralha que registramos seguiu o mesmo movimento que os sacoleiros fizeram para fugir à fiscalização, que migraram suas tentativas de passagem pela fronteira mais a norte. A tática reage à estratégia, que reagem em seguida à tática;
- O entrevistado articula dados históricos, econômicos e sociais para dar base a seus argumentos;
- O discurso é claro: contrabando e descaminho são crimes, devendo ser combatidos;
- O entrevistado cita a corrupção de décadas passadas como um dos problemas, alegando que com a interação das forças de segurança passou a haver maior confiança no trabalho mútuo;
- A RFB é a protagonista no combate ao contrabando e ao descaminho;
- Mudanças de governos não afetam o trabalho da RFB;
- Citação à MP nº 135 como marco no combate aos comboios de ônibus;
- Táticas citadas no circuito sacoleiro: cobrar seguro dos sacoleiros para cobrir prejuízo com possíveis multas para as empresas de transporte. Passar pelo rio Paraná. Empresários lavando dinheiro. Utilização de olheiros por toda a cidade. Adoção de "férias" quando da ocorrência de operações especiais na fronteira.

4.2 O Discurso da Polícia Rodoviária Federal

Pôde-se apurar, mediante a pesquisas, que o sindicato da categoria, o Sindprf³⁷, no estado da Paraíba, considera que a Polícia Rodoviária Federal (PRF) teria sido criada no

³⁷ <https://www.sinprf.pb.com/historia-da-prf>

governo de Washington Luis, para quem governar era “abrir estradas³⁸”, com o decreto nº 18323, de 24 de julho de 1928.

Tal decreto traz as seguintes informações – em português da época:

Da policia das estradas – Art. 25. A fiscalização das estradas de rodagem, para execução das medidas de segurança, commodidade e facilidade de transito, será feita pelas autoridades federaes, estadaues ou municipaes, conforme a estrada esteja sob o dominio da União, dos Estados ou dos municipios. [...] Art. 54. Para o policiamento efficiente das estradas, serão destacados guardas uniformizados, montados em motocicletas ou voiturettes automoveis providas de velocimetros exactos. [...] Art. 56. Nos pontos determinados para os guardas, a que se refere o art. 54, serão construidos abrigos adequados, que poderão comportar morada do respectivo guarda. Art. 57. Os guardas a que se refere o art. 54, bem como os funcionarios de que trata o art. 55 deverão ser mantidos de dia e de noite. (BRASIL, 1928)

Como podemos verificar, não há menção direta à carreira de PRF, há apenas rudimentos de uma previsão de que haja policiais nas estradas, nada mais. A carreira de PRF foi efetivamente criada, setenta anos após a iniciativa de Washington Luis, com a lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998. Onde no “Art. 1º: Fica criada, no âmbito do Poder Executivo, a carreira de Policial Rodoviário Federal, com as atribuições previstas na Constituição Federal, no Código de Trânsito Brasileiro e na legislação específica.” (BRASIL, 1998)

Esta corporação policial apresenta características especiais, pois apenas atua nas estradas e rodovias federais e suas proximidades, tendo uma atuação chave em nosso local de estudos, pois há, no município de Foz do Iguaçu e região, um gargalo viário, onde uma das poucas opções de passagem é a rodovia BR-277, local que compreende a jurisdição da PRF.

Nesta configuração espacial, acreditamos que se a PRF tivesse contingente para realizar um trabalho mais intensivo, o sucesso dos sacoleiros e laranjas ficaria muito prejudicado. Mas, como já apuramos com o nosso entrevistado na Receita Federal, por volta de apenas 3% das mercadorias – descaminhadas e contrabandeadas – são apreendidas pelas forças de combate aos ilícitos transfronteiriços, podemos supor que há muito ainda a ser feito no enfrentamento desta questão.

No prédio da PRF, em Foz do Iguaçu, há duas placas inaugurais numa parede da recepção. Uma delas data da inauguração da construção do prédio, de 11 de março de 1997, trazendo o nome do primeiro delegado, o sr. Enio Rossi. A outra placa trazia o nome de Dilma Rousseff, que era a presidente à época da reforma e ampliação sofrida pelo edifício da sede da PRF. Pudemos anotar a designação daquela repartição: 7ª Superintendência da PRF e 5ª Delegacia da PRF.

³⁸ <https://acervo.oglobo.globo.com/rio-de-historias/washington-luis-inaugura-primeira-rodovia-asfaltada-do-pais-rio-petropolis-8849272>

Figura nº 04: Sede da PRF em Foz do Iguaçu



Fonte: <https://foz.portaldacidade.com>, 21/05/2020.

4.2.1 Alguns Dados Provenientes do Entrevistado na PRF

Pedimos ao nosso entrevistado na PRF que nos fornecesse alguns dados a respeito de apreensões, tendo em mente os dados a respeito do escopo de nossa pesquisa, o contrabando e o descaminho. O mesmo nos forneceu dados que estão no site da própria PRF, que traz informações a respeito de todo o estado do Paraná, não apenas da parte atendida pela delegacia regional da PRF em Foz do Iguaçu.

No entanto, descreveremos estes dados como exemplo da atuação da corporação no estado, além do fato de que houve muito boa vontade da parte do entrevistado em nos subsidiar de informações para nossa dissertação, tanto que disponibilizou seu tempo de trabalho para nos receber, mesmo com muitas tarefas evidentes a realizar, já que a cada cinco minutos, em média, alguém entrava em sua sala para comunicar algo a respeito de trabalho.

A série histórica, referente a apreensões da PRF, teve início em 2010 e em 2019 teve os melhores resultados da mesma. Foram apreendidos 62.994 Kg de drogas ilícitas em todo o Paraná. O total chegou a de 58.259 Kg de maconha; 4.087 Kg de cocaína e 648 Kg de crack.

Houve a apreensão, também, pela PRF de 39,7 milhões de carteiras de cigarro provenientes do Paraguai, 199 armas de fogo, 26,7 mil munições de vários calibres, 448 pessoas presas por tráfico de drogas, e mais 376 envolvidas em contrabando e em descaminho.

Na comparação com o ano anterior, o de 2018, houve um aumento significativo na apreensão destes tipos de ilegalidades, com uma diferença de 23,5% nas apreensões de drogas, 115,8% da quantidade de carteiras de cigarro, 40,1% na apreensão de armas de fogo e 29,1% na de munições.

São valores muito expressivos, e à primeira vista melhores que os apresentados pelas Operações Muralha, no entanto, não há como comparar os dois conjuntos de dados, pois um deles foi obtido durante um ano inteiro, e os outros por períodos próximos a dois meses, além disto, os primeiros dados que apresentamos, os da Receita Federal (em conjunto com outros órgãos, inclusive a PRF), se referem a um ponto do território paranaense, no caso da região de Foz do Iguaçu, ou dois, quando se junta a região de Guaíra, sem contar com a operação em Mato Grosso do Sul, o que seria mais leviano de se comparar, pois muda de estado e de forma de se fazer a operação. Enquanto isto, os números da PRF dizem respeito a todo o território do estado do Paraná.

Poderemos observar a opinião e o discurso de um representante da PRF na cessão abaixo, o que nos permitirá ter acesso a um agente de frente nas operações de combate ao contrabando e ao descaminho na fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, o que subsidiará nossa pesquisa com informações obtidas diretamente da fonte, alguém inserido no processo organizado pelo Estado brasileiro.

4.2.2 Entrevista com um Representante da Polícia Rodoviária Federal

Nossa entrevista se deu no dia 30 de janeiro de 2020, e foi realizada com o PRF Raone, às 15 horas. Ele nos informou que é natural de Recife/PE, tinha no momento da entrevista 33 anos, ingressou na corporação em 2009, tendo iniciado a carreira lotado em Altamira, no Pará, e desde 2010 está trabalhando no posto de Foz do Iguaçu/PR.

Foram explicados ao entrevistado as necessidades da pesquisa, qual o assunto principal da mesma, a utilidade das informações que ele prestaria, nossos passos anteriores, como as entrevistas com os representantes da Receita Federal do Brasil, da PM-PR, da PC-PR e quais eram os planos para as próximas entrevistas.

O senhor Raone nos informou que as ações que a Polícia Rodoviária Federal realizava nas estradas e rodovias federais do Brasil, e principalmente, no caso da circunscrição da

superintendência à qual estava ligado, na região de Foz do Iguaçu, recebiam suporte dos artigos 334 e 334-A do código penal – já apresentados anteriormente.

Nosso entrevistado nos frisou bem que o combate ao contrabando e ao descaminho, assim como ao tráfico de drogas ilícitas, conforme a lei citada acima, era atribuição direta dos membros da PRF, não cabendo a eles decidirem se tomariam providências no sentido de coibir tais práticas ou não.

Um dado muito importante nos foi revelado nesta entrevista, pois o PRF nos informou que há uma medida prática, da parte dos policiais rodoviários federais – que cremos ser a adotada por outras forças –, em avaliar se o valor dos produtos apreendidos em uma fiscalização será ou não transformada em uma ação de ilícito penal.

O PRF Raone nos informou que, como os custos de uma ação penal completa, com o intuito de se processar um contrabandista ou praticante de descaminho, giraria em torno de R\$ 20 mil, quando um PRF faz um cálculo mental de que a mercadoria apreendida está abaixo deste valor tal apreensão não vira processo.

Assim, uma ação de ilícito fiscal, de contrabando ou descaminho, vai se configurar em crime, na prática, quando o valor do tributo elidido for maior que o que seria gerado pela declaração de importação de R\$ 20 mil em produtos, citados pelo entrevistado. Tal acordo teria sido firmado entre as forças de combate a tais ilícitos fronteiriços, em reuniões entre as mesmas forças, em conjunto com o Ministério Público Federal em Foz do Iguaçu.

Em casos onde se configure a necessidade de se abrir uma ação penal, a PRF encaminha a apreensão para a Receita Federal do Brasil, seja por contrabando ou por descaminho. Postura semelhante encontramos na prática da Polícia Militar e na Polícia Civil do Estado do Paraná, embora não tenha havido menção ao valor, acima descrito, para se proceder à ação penal. Não sabemos se por desconhecimento ou por prudência.

O PRF Raone nos informou que a rotina dos demais agentes da corporação a que pertence é a de agir como age uma polícia ostensiva, fazendo paradas de veículos suspeitos quando os agentes acreditam ser necessário. Que quando encontram contrabando têm que apreender, mas que quando há produtos descaminhados em pouca quantidade, podem aplicar o “princípio da insignificância”, liberando o praticante do ilícito.

As mudanças ocorridas na sociedade e os reflexos que causaram no Direito, portanto, permitiram fosse dado aos delitos de contrabando e descaminho um novo tratamento, descriminalizando-se determinadas condutas que formalmente se enquadrariam na descrição daqueles tipos penais tendo em vista a mínima lesão causada ao bem jurídico tutelado, ante a incidência do princípio da insignificância ou o reconhecimento, no caso específico do descaminho, da extinção ou da inexigibilidade do tributo em tese devido. (MAZUR, 2005, p. 6)

Perguntado a respeito da jurisdição da 7ª Superintendência e da 5ª Delegacia da PRF em Foz do Iguaçu, nosso entrevistado nos disse que ela compreende as rodovias federais BR-277, do quilômetro 602 até ao meio da Ponte Internacional da Amizade, a BR-600, conhecida como Avenida Tancredo Neves, que liga a Avenida Juscelino Kubitschek à usina hidrelétrica de Itaipu, e a BR-469, conhecida como rodovia das Cataratas, que liga a Avenida Paraná ao Parque Nacional do Iguaçu, onde há o ponto turístico mais conhecido na cidade de Foz do Iguaçu, as cataratas.

As atribuições da PRF, nestas rodovias, vão muito além das concernentes ao combate ao contrabando e ao descaminho, mas engloba a atividade de se fiscalizar o trânsito, fazendo cumprir as leis que o regem, além de apreenderem veículos roubados e furtados, coisa comum na Ponte da Amizade, quando há a tentativa de se levar tais veículos ao Paraguai.

Lembramos ao PRF entrevistado que estava havendo uma enorme publicidade, no que diz respeito a apreensões da PRF, nos meios de comunicação. Daí, perguntamos se o fato de ter havido mudança de governantes, tanto do governador do estado, quanto do presidente da república, foi determinante para o aumento dos números de apreensões.

O senhor Raone nos informou, da mesma forma que o senhor Neri, na Receita Federal, e o Capitão André, na PM-PR, que não houve influência dos novos governantes nos resultados, que medidas internas já estavam em gestação e os resultados só apareceram agora, não havendo, da parte destes novos governantes, nenhuma mudança significativa que interferisse nos números positivos.

Foi neste momento que pedimos alguns dados da PRF, para que pudéssemos informá-los em nossa dissertação. Mas, o PRF nos informou que os dados de apreensões de sua corporação policial eram contabilizados pela Receita Federal, não por eles. Mesmo assim, ele nos passou os dados anteriormente citados, o que nós agradecemos muito.

Questionamos, a seguir, qual era o critério que os PRF utilizavam para saber qual veículo parar e revistar, e quais deixar passar. Ele nos informou, que atualmente o trabalho de inteligência traz maiores resultados, onde os agentes em campo recebem informações de quem interceptar nas estradas. Mas, há ainda lugar para a intuição e para a experiência de cada agente.

Perguntou-se a respeito de como eram criadas as operações na fronteira, a exemplo da Operação Muralha – já descrita – e o PRF Raone nos informou que cada órgão que tem a

iniciativa tem também o ônus de gerenciar as ações. Deu o exemplo da operação Ágata³⁹, que é gerenciada pela Marinha do Brasil.

Figura nº 05: Reunião da Operação Ágata no Centro Integrado de Operação de Fronteira (CIOF)



Fonte: Ministério da Defesa, 17/09/2020.

Passou-se a questionar a respeito de como se dá a integração de órgãos tão distintos, com tantas atribuições diferentes, numa mesma operação de repressão a crimes. Nosso entrevistado nos disse que o grande problema é logístico, havendo dificuldades nesta integração, mas que o normal é manter cada órgão fazendo o que já faz, só que com mais informações, provenientes de quem gerencia cada iniciativa.

O PRF nos disse que o ponto de maior reforço de sua jurisdição é o posto da PRF de Santa Terezinha de Itaipu. Perguntamos se ele sabia qual era o apelido que os sacoleiros e laranjas deram para este posto da PRF. O entrevistado confirmou nossa informação de campo, onde ficamos sabendo que aquele local tinha o apelido de “mosquiteiro” (segundo um sacoleiro entrevistado, o motivo seria óbvio, o fato de haver muitos mosquitos no local, nada a mais. Já na dissertação de mestrado de Rosana Pinheiro-Machado há outra explicação para o apelido, o que trataremos no capítulo dedicado à antítese).

Perguntamos, a seguir, se havia o conhecimento da parte do PRF se os contrabandistas, quando da época de crise, partiam para o tráfico de drogas. A percepção do entrevistado era de

³⁹ <https://www.marinha.mil.br/noticias/capitania-fluvial-do-rio-parana-inicia-operacao-agata>

que isto ocorria sim, devido ao aumento de apreensão de drogas em alguns momentos, quando o contrabando apreendido caía. No entanto, o entrevistado não nos deu nenhum argumento, sejam casos exemplares desta ocorrência, ou dados quantitativos, que justificassem sua afirmação a respeito, podendo ser apenas uma opinião não fundamentada.

Já quanto à relação de descaminho e de contrabando, o entrevistado nos informou que parecia haver uma separação, onde quem praticava o descaminho, com eletrônicos, brinquedos, jogos, mantinha um tipo de produto. Já os contrabandistas, principalmente de cigarro, davam exclusividade a este tipo de item, não havendo muita mistura.

Quando se perguntou a respeito do comportamento do sacoleiro em relação aos PRF, quando da abordagem e descoberta dos itens, fomos informados que eles tentam fazer chantagem emocional, contando alguma história triste, as dificuldades que teria etc. Eles têm um comportamento diverso do contrabandista, pois o sacoleiro típico, que pratica o descaminho, sempre para ao ser abordado pela PRF.

Já o contrabandista, o “cigarreiro” – conforme falado por nosso entrevistado – não para ao ser abordado, tem carros preparados para correr, usando como tática emitir fumaça para dificultar a visão do policial, jogar “miguelitos⁴⁰” – pregos soldados em forma de estrepe – para furar os pneus das viaturas policiais, entre outras medidas.

Como tática, o senhor Raone nos deu um exemplo de como os contrabandistas de pneus agem para passar pela fiscalização na região de fronteira. Eles colocam um pneu dentro de outro, isto várias vezes, depois os coloca na roda do veículo, que assim disfarça o volume dos mesmos, passando desta forma pela fiscalização. O olhar atento e experiente do policial, segundo o PRF, pode identificar tal tática e interceptar o veículo.

Perguntou-se ao nosso entrevistado, já que o representante da Receita Federal havia dito que não se preocupava com atos de violência provenientes dos contrabandistas, se o mesmo se dava com os membros da Polícia Rodoviária Federal locados na fronteira, em Foz do Iguaçu. Ele nos confirmou que não havia tal preocupação, mas que já houve a ocorrência de um assassinato de um membro da PRF, só que em Ciudad del Este. Parece que o policial foi reconhecido e sofreu tal violência por conta deste fato. Infelizmente não encontramos notícias a respeito do fato nos periódicos consultados.

Quando lembramos ao nosso entrevistado que há um discurso na sociedade de que o Estado deveria permitir que pessoas comprassem produtos no Paraguai para revender, sem serem punidos por este fato, que seria mais barato permitir que desempregados fossem

⁴⁰ <https://foz.portaldacidade.com/noticias/policial/policia-recupera-dois-carros-roubados-e-acha-miguelitos>

sacoleiros do que gastar dinheiro coibindo tais comportamentos. O PRF nos disse que se os “muambeiros” pudessem fazer isto “o Estado perderia muito com o contrabando e com o descaminho”.

Perguntamos se o termo “muambeiro” era o mais utilizado pelos PRF, o entrevistado confirmou que sim, que é mais utilizado do que sacoleiro ou laranja. O termo “cigarreiro” também nos chamou a atenção, se referindo aos contrabandistas que transportam cigarros pela fronteira.

Perguntado sobre sua percepção a respeito do movimento de produtos contrabandeados ou descaminhados pelas rodovias patrulhadas pela PRF, nosso entrevistado afirmou que houve uma queda nas quantidades gerais, que na sua percepção tanto o valor maior do dólar, quanto uma crise econômica nos últimos anos, teriam tido efeito nestas atividades. Assinalou que os produtos descaminhados mudaram, indo dos tradicionais brinquedos e decoração, para o celular e outros eletrônicos.

Nosso entrevistado, também afirmou que a PRF tem incrementado o combate aos ilícitos fronteiriços em nosso local de estudos, e que isto se refletiria nos números de compradores dispostos a se arriscarem nesta atividade. Ao mesmo tempo, a inteligência do “muambeiro” teria ficado maior.

O que vai de encontro ao dito acima pelo senhor Neri, quando de nossa entrevista com ele, onde foi afirmado que os praticantes de ilícitos tinham informantes pela cidade. Inteligência aqui tem que ser entendida como maior qualidade de informações para se tirar conclusões de como agir, algo em grupo, não individual, mas coletivo.

Um outro exemplo de tática aplicada pelos contrabandistas e praticantes de descaminho, é a utilização de “batedores” à frente de um comboio de veículos carregados de produtos frutos de ilícitos. Ao perguntarmos ao PRF se este personagem, o batedor, ainda existia na fronteira, ele confirmou que sim, e que usa agora o Whatzapp para se comunicar, não mais o rádio amador ou walkie-talkie.

Ao chegarmos ao final de nossa entrevista, questionamos o senhor Raone se havia alguma pergunta que não havíamos feito, mas que ele quisesse responder. Ele nos disse que um tema para a pesquisa, a respeito do trabalho da PRF, seria analisar um buraco nas atribuições dos poderes municipais, estaduais e federais, que a PRF tem tentado tapar, que é a falta de clareza quanto ao policiamento das estradas vicinais, as estradas rurais, não havendo articulação suficiente entre os poderes, nem entre as forças de fiscalização e de segurança.

Para resumirmos o discurso da PRF, descrito acima, podemos descrever os tópicos da seguinte forma:

- A PRF atua nas estradas, rodovias federais e algumas vias adjacentes;
- A PRF também se utiliza das apreensões como vitrine de seu trabalho;
- Seu trabalho com os sacoleiros tem o suporte dos artigos 334 e 334A do Código Penal Brasileiro;
- Não há margem para se questionar as ações, os PRF têm que cumprir as leis;
- Há um limite mínimo para a apreensão de R\$ 20 mil para se iniciar um processo penal contra um sacoleiro;
- O "princípio da insignificância" divide os sacoleiros que sofrerão apreensão ou não;
- A PRF atua em muitas outras frentes, não só contra os sacoleiros;
- A PRF não sofre influências externas de governantes em suas diretrizes;
- O trabalho de inteligência é o principal, somado ao *know-how* de cada agente;
- Quem propõe a operação conjunta tem o ônus de gerenciar a mesma;
- Os problemas logísticos dificultam as operações;
- O posto da PRF de Santa Terezinha de Itaipu é conhecido como "mosquiteiro";
- Sacoleiro pode migrar para o tráfico;
- Parece haver uma especialização do sacoleiro em relação ao produto transportado;
- Táticas: praticantes do descaminho param ao serem abordados, fazendo chantagem emocional para tentar se livrar das apreensões; os contrabandistas tentam fuga, usam carros com motor potente, podem emitir fumaça, jogar "*miguelitos*" na estrada; contrabandistas colocam vários pneus dentro de outros para fazer menor volume e disfarçar a carga ilegal; há batedores usando smartphones;
- A liberação da atividade sacoleira prejudicaria o Estado;
- O sacoleiro tem inteligência;
- PRF atua além de suas atribuições, patrulhando vias rurais.

4.3 O Discurso da Polícia Militar do Estado do Paraná

Uma corporação policial, mesmo sofrendo várias mudanças ao longo das décadas, pode ter uma história contada, sendo que nela poderemos encontrar alguns traços que nós poderemos associar a acontecimentos atuais, o que poderá enriquecer nosso conhecimento a respeito do

tema, conforme o método que vimos ser aplicado por Norbert Elias (1939), já defendido por nós em um capítulo anterior, como sendo um método valioso para nosso maior entendimento da realidade.

A Lei nº 7, de 10 de agosto de 1854, é considerada a lei que criou a Polícia Militar do Estado do Paraná, com o nome de Companhia de Força Policial. Tal medida foi tomada pelo presidente da província do Paraná à época, Zacarias de Goes e Vasconcellos. O efetivo total previsto em lei teria o número de sessenta e sete praças, com salários já previstos nesta mesma lei. A companhia seria formada com um capitão, um tenente, um alferes, um primeiro sargento, dois segundos sargentos, dois furriéis (algo entre cabo e sargento, ligado à área de logística), oito cabos, dois corneteiros e cinquenta soldados (ZATTI, 2017).

O site da corporação da PM-PR traz alguns fatos marcantes da história da mesma, desde sua criação. Por exemplo, a participação de 65 membros da Força Policial na Guerra do Paraguai⁴¹, sendo: 3 oficiais; 3 sargentos; 4 músicos; 4 corneteiros; e 51 cabos e soldados.

Mais tarde, a Polícia Militar do Estado do Paraná teve importante participação na Revolução Federalista⁴², de 1893. Seus membros lutaram ao lado das tropas da república, sendo apelidados de Pica-paus, contra as tropas federalistas, os chamados Maragatos. O fato interessante é que na coleção de expressões utilizadas pelos sacoleiros gaúchos, descritas na dissertação de mestrado de Rosana Pinheiro-Machado (2004), uma destas expressões é a de pica-pau como sendo sinônimo de policial militar paranaense. Não sabemos se a autora se deu conta desta particularidade histórica que liga a população destes dois estados brasileiros, mas nos parece muito relevante que algo assim permaneça vivo na linguagem popular.

Na sequência de sua história, a PM-PR, sob a denominação de Regimento de Segurança do Paraná à época, participou da chamada Campanha do Contestado⁴³, combatendo os rebelados movidos por influência messiânica. Para atuar em campo de batalha na região contestada por Santa Catarina e Paraná o Regimento formou o Batalhão Tático. Esta participação ocorreu de 9 de novembro de 1914 até o fim das hostilidades, em 1916.

Já em 1924, a PM-PR teve participação na chamada Revolta Paulista⁴⁴ de 1924, ou Revolução Esquecida, Revolução do Isidoro, Revolução de 1924 e de “Segundo 5 de julho”, conforme a fonte. Tratou-se de uma revolta tenentista, motivada por problemas econômicos e políticos. A PM-PR lutou ao lado do governo federal contra os revoltosos.

⁴¹ <http://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Guerra-do-Paraguai>

⁴² <http://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Revolucao-Federalista>

⁴³ <http://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Campanha-do-Contestado>

⁴⁴ <http://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Revolucao-de-1924>

Mais tarde, com a Revolução de 1930⁴⁵, a Força Policial do Estado do Paraná, após consultas ao comando da corporação, acabou aderindo ao movimento, apoiando a iniciativa de impedir a posse de Júlio Prestes como presidente do Brasil. Mais uma vez a PM-PR, segundo o site da instituição, interveio no cenário nacional.

Poucos anos depois, em 1932, a PM-PR participou de mais um momento de conflito político no país. Tal momento foi a Revolução Constitucionalista de 1932⁴⁶, também chamada de Guerra Paulista. A tropa foi posta à disposição do governo Vargas, com o objetivo de combater os rebeldes oriundos do estado de São Paulo.

O último ponto relevante na história da PM-PR, apontado pelo site da própria instituição, foi sua adesão ao chamado Golpe de 64, que para o texto da corporação foi a Revolução Democrática de 1964⁴⁷. Com os acontecimentos políticos à época, a PM-PR ficou de prontidão, inclusive os quadros reformados, para auxiliarem na tomada do poder estatal por parte dos militares.

Assim, vimos como a corporação, mesmo antes de ter a denominação atual, sempre teve alguma atuação como força armada a serviço do Estado, no âmbito do Paraná, atuando mesmo fora de seu território. O combate ao contrabando e ao descaminho, mesmo estando associado à esfera criminal federal, tem como força opositora a PM-PR, o que corresponde à sua história de apoio a causas que estão além de sua obrigação imediata.

4.3.1 Entrevista com um Representante da Polícia Militar do Estado do Paraná

Quando fizemos contato com o capitão André, responsável pelas Relações Públicas do 14º BPM-PR, setor P5 da corporação, ele se prontificou a conseguir dados estatísticos a respeito de nosso tema de estudos, além de nos receber muito bem durante nossa visita ao batalhão de Polícia Militar, em Foz do Iguaçu, fato que nos surpreendeu, pois o ambiente militar sempre remete à ideias de rigidez e impessoalidade.

Tendo dezoito anos de corporação policial, o nosso entrevistado, o Capitão André, trabalha a quinze anos em Foz do Iguaçu, sendo natural de Curitiba. Desde sua chegada pôde presenciar a evolução das atividades criminosas na região de fronteira, junto às ações governamentais de combate às mesmas.

⁴⁵ <http://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Revolucao-de-1930>

⁴⁶ <http://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Revolucao-de-1932>

⁴⁷ <http://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Revolucao-Democratica-de-1964>

Fomos informados que a prioridade da PM-PR é o combate ostensivo a crimes contra a propriedade, contra a vida e de tráfico de drogas e armas. Já o combate ao contrabando e ao descaminho são secundários, mas sempre que têm contato com tais ilícitos os membros da corporação procuram encaminhar a ocorrência à Receita Federal para as devidas providências, por se tratar de crimes do âmbito federal. O normal nestes casos é que se liberem os detidos e se lacre os veículos para revista posterior da parte da Receita Federal, e posterior responsabilização criminal na esfera federal.

O Capitão André, o P5 do 14º BPM-PR foi muito claro ao nos responder uma questão recorrente em nossa pesquisa, a de saber se os representantes das instituições responsáveis pelo combate ao contrabando e ao descaminho, em Foz do Iguaçu e região, acreditavam que seria melhor para a sociedade brasileira, para os desempregados e suas famílias, se o Estado parasse de coibir os atos ilícitos nas fronteiras, se concentrando apenas no tráfico de drogas e armas. A resposta foi direta, em sendo crimes a PM-PR tem que combater sem questionar.

Na explicação do Relações Públicas por nós entrevistado, há uma malandragem por parte dos sacoleiros e laranjas, que ao invés de trabalharem por salários em atividades legalizadas, preferem correr o risco de serem detidos e de terem seus produtos apreendidos. Preferem trabalhar alguns dias e conseguir um lucro alto, do que trabalhar honestamente, como a maioria das pessoas.

O Capitão André foi testemunha dos comboios de ônibus que lotavam a BR-277, e afirmou que não acreditava que haveria um meio de se pôr fim àquele estado de coisas na fronteira. Nesta altura o entrevistado se referiu aos ônibus de viagem utilizados para se transportar as mercadorias contrabandeadas e descaminhadas como “dinão”. Ao perguntarmos o motivo deste apelido, ele nos disse que eles lembravam dinossauros, por serem ônibus antigos, do tipo da viação cometa.

Recebemos, a seguir, alguns dados de apreensões que o entrevistado levantou para nos subsidiar de informações a respeito de apreensões. O curioso foi o fato de ele nos ler as informações, pois não estavam publicadas, era um levantamento agrupado com a Polícia Civil e com a Guarda Municipal, não sendo possível saber quem apreendeu que quantidade de material. No ano de 2017 houve ao todo 352 ocorrências. Já em 2018 o número se elevou a 538. De janeiro a agosto do ano de 2019 – quando da entrevista –, as ocorrências caíram para 171.

Como o ano estava pouco mais da metade contabilizado, não havia maneira de compararmos os números numa série histórica relevante. Mesmo assim, o Capitão André nos informou que devido a operações da Receita Federal, em conjunto com outros órgãos de

fiscalização e policiamento, o número seria menor de qualquer maneira, o que não pudemos averiguar.

O porta voz da PM-PR no 14º BPM nos informou que há um grupo especializado no combate aos crimes típicos de fronteira, o BPFRON, que é um apoio importante às atividades da PF e da Receita Federal na região de Foz do Iguaçu, principalmente atuando na fronteira do Brasil com Paraguai.

Questionamos o capitão André a respeito da influência dos governos, o estadual e o federal, na forma em que atua a PM-PR, já que em 2019 havia mudado o governador do Paraná e o presidente da república, mas o entrevistado nos afirmou que não houve mudança na forma de atuação de seu batalhão, já que a diretriz é dada pelo comandante e não muda em cada governo.

Já citamos que houve respostas semelhantes da parte dos representantes da Receita Federal, senhor Neri, e da parte do representante da PRF, senhor Raone. Com este terceiro depoimento temos uma espécie de padrão de respostas, mas não estamos totalmente convencidos de que é assim que funcionam as engrenagens da administração pública, mesmo se tratando da área da segurança, sendo um ponto nebuloso em nosso entendimento, pois seria interessante saber como uma determinada força de segurança se comporta quando um governo muda suas diretrizes de ação, se há alguma resistência ou adesão, se depende do governante ou se o modo de trabalho já pré-estabelecido no órgão público é mais relevante para a adoção de mudanças ou manutenção de comportamentos tradicionais.

Neste ponto, o Capitão André nos informou de uma tática que os contrabandistas e praticantes de descaminho na fronteira, na região de Foz do Iguaçu, lançam mão para diminuir suas perdas quando ocorre a apreensão de suas mercadorias, a saber, a tática de um veículo levar produtos de vários sacoleiros ao mesmo tempo, o que o entrevistado nomeou de “consórcio”. Assim, na ocorrência de uma apreensão, o prejuízo é diluído, já que o veículo fiscalizado não teria produtos de um sacoleiro apenas. O prejuízo fica sendo proporcionalmente menor para cada um dos envolvidos.

Além disso, fomos informados que há trabalho comunitário prestado por apenados da 4ª Vara Federal de Foz do Iguaçu nas dependências do 14º BPM-PR, e em outros locais, com o objetivo de pagarem suas penas por terem sido processados por prática de ilícitos na esfera federal. Assim, temos trabalhando por toda a cidade, e no batalhão da PM-PR, pessoas que foram condenadas por contrabando e por descaminho, o que se afigura bem irônico. De qualquer forma é uma alternativa a ficar encarcerado por algum tempo em um dos presídios da cidade.

O entrevistado nos disse que em muitas repartições públicas, a exemplo de colégios, no município de Foz do Iguaçu, há o receio de utilizar-se deste tipo de trabalhador em serviços comunitários, pois vários deles têm origem em grupos criminosos, ou fingem ter, para pressionar os administradores públicos a abonarem suas faltas, burlando o sistema. Já em um batalhão de polícia este tipo de expediente seria inútil, sendo um local onde a disciplina seria levada a sério.

Há duas funções principais para os apenados que prestam serviços comunitários no 14º BPM, uma delas está vinculada a uma horta que foi implementada nos fundos do terreno do batalhão. A outra se localiza em um pátio, onde a fabricação de “pavers” acontece, numa espécie de fábrica deste tipo de calçamento. Em ambas as funções trabalham apenados da justiça federal e apenados da justiça estadual, estes últimos não têm condenação por contrabando ou descaminho, que tem competência federal, eles respondem por outros crimes.

Há outras obras, estruturais e de ampliação, ocorrendo no batalhão, como a reforma do refeitório, o projeto de um lava-jato com aproveitamento de água e contenção de resíduos químicos e o projeto de construção de uma oficina mais moderna. Estes dois últimos projetos do BPM têm como meta atender a todas as viaturas de segurança pública do município de Foz do Iguaçu, não somente à PM.

Dezessete dos apenados que cumprem a sentença de trabalhos comunitários no 14º BPM-PR, oriundos da justiça estadual, recebem uma ajuda monetária, no valor de R\$ 1.014 mensais – números de outubro de 2019 – que é paga pelo Patronato Penitenciário de Foz do Iguaçu, com a contrapartida da presença do apenado de segunda-feira a sexta-feira. Para maiores detalhes acompanhemos o que diz o parágrafo 2º da Lei 4438/15⁴⁸:

O Programa "Auxílio Qualificação" implementa-se com a participação financeira do Município, no incentivo aos Egressos das medidas privativas de liberdade e semiliberdade, penas alternativas, vulneráveis sociais, bem como aos familiares destes que são assistidos pelo Patronato Penitenciário de Foz do Iguaçu, com a finalidade de auxiliar na (re)inserção familiar, educacional, sanitária, profissional, cultural, esportiva e ocupacional do Assistido e do Egresso. (FOZ DO IGUAÇU, 2015)

Durante a entrevista, havia no batalhão, oriundos da justiça federal, cerca de cento e quarenta apenados, cumprindo uma condenação que partia de 365 horas de serviços prestados à comunidade, que de fato são serviços prestados ao poder público dos três níveis de poder – o municipal, o estadual e o federal – sem custos salariais, exceto o descrito acima. Já os apenados

⁴⁸ <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2015/443/4438/lei-organica-foz-do-iguacu-pr>

provenientes da justiça estadual tinham penas que giravam em torno de trinta horas, já que se tratava de delitos menos graves.

Em nossa visita à “horta solidária⁴⁹” constatamos que o projeto contou com o planejamento de um engenheiro civil e outro florestal, numa estrutura de excelente qualidade, com estufa, irrigação programada, hidroponia e tubulação com materiais com a aparência de serem de boa qualidade. Além disso, verificamos que a verba para tal estrutura, e também os demais projetos, é oriunda da chamada prestação pecuniária, montante que provém das multas pagas pelos próprios apenados que trabalham em tais projetos. Todo este sistema é apoiado em lei, como poderemos averiguar a seguir no texto do código penal brasileiro⁵⁰:

Artigo 45º § 1º A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social, de importância fixada pelo juiz, não inferior a 1 (um) salário mínimo nem superior a 360 (trezentos e sessenta) salários mínimos. O valor pago será deduzido do montante de eventual condenação em ação de reparação civil, se coincidentes os beneficiários. (BRASIL, 1940)

A produção realizada na horta do batalhão tem variada destinação, desde projetos sociais, escolas públicas, Oncofó, Um Chute para o Futuro, Lar dos velhinhos, e venda direta a consumidores, em um esquema de confiança. Cada hortaliça é vendida por R\$ 2,00, mas não há vendedor. Cada comprador é responsável por depositar o dinheiro em um caixa, cabendo a ele pagar ou não pela mercadoria.

O Capitão André nos informou que é frequente o pagamento de mais do que o esperado pelas hortaliças, já que quando se compra duas delas e só se tem R\$ 5,00, o comprador deixa R\$ 1,00 a mais para o cofre do projeto. No decorrer de nossas entrevistas com os apenados da 4ª Vara da Justiça Federal de Foz do Iguaçu, nas dependências do 14º BPM-PR, tivemos a oportunidade de ir várias vezes à horta do batalhão, e vimos sua ampliação para a parte dos fundos do Lar dos Velhinhos de Foz do Iguaçu⁵¹, numa demonstração de que o projeto estava em plena expansão, como nos havia garantido o relações públicas do batalhão.

Podemos sintetizar o discurso obtido junto à PM-PR da seguinte forma:

⁴⁹ <https://www.amai.org.br/noticia/3042/conheca-a-horta-solidaria-do-14o-bpm-em-foz-do-iguacu>

⁵⁰ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm

⁵¹ <http://www.projetohortasolidaria.social/2019/08/30/nova-administracao-do-lar-do-velhinhos-visita-o-projeto-horta-solidaria/>

- O contrabando e o descaminho são ilícitos federais, mas a PM-PR atua como força auxiliar nestes casos;
- A corporação não questiona a lei, ela a cumpre;
- Sacoleiros e laranjas preferem se arriscar na ilegalidade do que trabalhar honestamente como os demais;
- Os ônibus de viagem que participavam de comboios eram conhecidos como "dinões";
- Dados de apreensões da PM-PR são consolidados juntos aos da PC-PR e GMFI;
- Há o BPFRON para se dedicar aos crimes típicos de fronteira;
- Os governos não mudam a forma de trabalho dentro da PM-PR;
- Tática: uso de consórcio, usando veículos com produtos de vários sacoleiros, diminuindo o prejuízo caso haja apreensão;
- A PM-PR tem serviços prestados à comunidade, como fábrica de “pavers” e horta comunitária.

Passaremos, na sequência de nosso texto, a descrever nossa experiência com a Polícia Civil do Estado do Paraná, trazendo a contribuição de um de seus membros à Academia, com uma pesquisa que abordou temas correlatos ao que estamos abordando no momento e que pode enriquecer nosso trabalho com um ponto de vista interno à PC-PR. Traremos, também, uma entrevista feita com um delegado da PC-PR, acrescentando, assim, mais dados ao estudo ao qual nos propusemos.

4.4 O Discurso da Polícia Civil do Estado do Paraná

Para dar conta desta parte de nossa pesquisa, contamos com a presença no banco de dados de nossa pós-graduação de um trabalho de um delegado de Polícia Civil do Estado do Paraná, que mais do que nos dar alguns dados, nos informará desde o interior da estrutura estatal da qual faz parte, informações mais importantes do que as mesmas que apresentamos em seções acima contidas neste capítulo a respeito dos agentes alinhados com o combate ao contrabando e ao descaminho.

Marcos Araguari de Abreu, em sua dissertação de mestrado “Análise criminológica da subcultura delinquencial em Foz do Iguaçu: para além da fronteira entre o crime e a repressão” de 2015, defendida na pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, na Unioeste, em Foz do Iguaçu, apresenta a fronteira de nosso estudo em comum em um viés de pesquisa em subculturas, tentando argumentar se os grupos delinquentes em Foz do Iguaçu podem

corresponder às características apresentadas na literatura científica especializada a respeito do tema.

Abreu (2015) apresenta o desafio de se levar segurança pública à região Oeste do Paraná, nos informando que, mesmo um ente da federação de segunda ordem, como o estado do Paraná, empreende esforços no sentido de se combater os ilícitos próprios de tais áreas fronteiriças – como vimos citando acima no texto – dando o exemplo da implantação de um Batalhão de Polícia de Fronteira, no Município de Marechal Cândido Rondon, em 6 de junho de 2012.

Medidas como estas estão atreladas ao Plano Estratégico de Fronteiras e são coordenadas desde o Ministério da Justiça. Que organiza os esforços de polícias locais, Receita Federal, Polícia Federal, Forças Armadas etc., no fito de se combater os ilícitos transfronteiriços, que no caso de interesse de tal plano, vai além dos crimes de contrabando e descaminho (ABREU, 2015).

Marcos Abreu (2015) também afirma que no âmbito municipal, a Guarda Municipal de Foz do Iguaçu efetua um verdadeiro papel de destaque na segurança pública da cidade, atuando onde há as lacunas deixadas por outras forças de segurança trabalhando no mesmo espaço. Tal papel de destaque foi reconhecido, de forma que a Guarda Municipal passou a fazer parte, como convidada, do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), e membro efetivo do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM).

Abreu (2015) passa a citar a pesquisa feita pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF⁵²), que estimou o montante de 15.000 a quantidade de pessoas atuando diretamente com o contrabando na região de Foz do Iguaçu. Os dados teriam sido obtidos junto ao Ministério Público Federal pelo IDESF (2015). Tal número nos dá uma ideia da questão que envolve nosso objeto de estudo.

Para o mesmo IDESF (2015), o tráfico de cigarros seria o mais representativo, abarcando cerca de 67,44% de todo o contrabando que atravessam nossa fronteira, o que totalizaria, em 2015, um valor de R\$ 6,4 bilhões em tributos não recolhidos e de prejuízos causados à indústria brasileira do setor.

A fronteira entre as atividades legais e as atividades ilegais na cidade de Foz do Iguaçu é sempre lembrada, mesmo quando se tenta colocar à frente o fato de se estar criando uma

⁵² IDESF: “O Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF) é uma instituição civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com sede em Foz do Iguaçu (PR), que tem como objetivo a criação de mecanismos para promover igualdade, integração e desenvolvimento das regiões fronteiriças.” <https://www.idesf.org.br/quem-somos/>

economia voltada para o turismo ecológico e o turismo de compras. O passado e o presente da cidade (como cidade de sacoleiros) ainda fica vivo nas memórias (ABREU, 2015).

Há uma contradição nos anseios da população da cidade de Foz do Iguaçu. Por um lado, clama-se por uma redução nos índices de violência – mesmo se neste sentido tenha-se que agir violentamente –, por outro lado, reclama-se quando esta redução na violência atinge ao setor que depende do contrabandista, do sacoleiro em geral, pois isto atinge também à economia local (ABREU, 2015).

As operações de combate direto do contrabando e do descaminho, como a Operação Muralha, por exemplo, implementadas pela Receita Federal, junto à Polícia Federal, com o apoio de demais corporações de segurança e de fiscalização na fronteira, têm este efeito duplo, de ser uma resposta ao crime e uma fonte de descontentamento de parte da população. Aceita-se até que se mate o criminoso, desde que não se altere o fluxo financeiro entre as atividades comerciais da cidade (ABREU, 2015).

Esta contradição, uma contradição própria desta fronteira, que é o ponto de partida do trabalho de dissertação de Marcos A. Abreu. Quais são as lógicas subjacentes à atividade criminosa, no caso à atividade do contrabando que contribuem para a formação de uma cultura:

(...) que reverencia a ilegalidade como premissa fundamental, propiciando a existência de uma ambientação criminógena em que a contraposição entre o legal e o ilegal acaba suplantada por interesses econômicos, cujo motor pode ser traduzido pela própria necessidade de sobrevivência diária dos atores sociais. A percepção de que nesse contexto estão presentes elementos psicossociais fundamentalmente ligados à ilicitude originada das atividades de contrabando, bem como a constatação de que estas atividades, no âmbito das representações mentais ou dos “atos de percepção” (BOURDIEU, 2008) de seus protagonistas, são corriqueiramente entendidas como um “trabalho lícito” na fronteira levam a uma configuração sociocultural peculiar em que o Estado exsurge com uma imagem “miscigenada”, um misto de amigo e inimigo, desejando-se que em certas circunstâncias imponha sua autoridade de maneira inegociável e policialesca, para logo em seguida negociar-se esse mesmo rigor policial. (ABREU, 2015, p. 40)

Do ponto de vista privilegiado de Abreu, parte-se para a constatação de que a atividade de contrabando tem um efeito potencializador de incentivar novos crimes na região de fronteira, muitas vezes com os chamados “acertos de contas” entre os membros de alguma organização criminosa constituída com este fim (ABREU, 2015).

No contexto fronteiriço, o contrabando pode ser considerado uma atividade extremamente virulenta, verdadeira carga iniciadora de violentíssimas combustões sociais, devido não somente à ambientação criminal por ele engendrada, mas principalmente à sua notável força motriz criminógena, fomentadora das condições subculturais necessárias para a perpetração de ações violentas. (ABREU, 2015, p. 43)

Para dar conta de descrever e de compreender o cenário à sua volta, Abreu (2015) lança mão do conceito de subcultura. Ele afirma que não se trata de um traço de inferioridade, mas sim de um recorte em que se pode verificar um traço muito marcante da presença de atividades ilícitas, que no caso em estudo pelo autor é o contrabando o fator primordial da construção desta realidade.

Para a observação de que há uma subcultura presente em um recorte da sociedade estudada, segundo Abreu (2015), parte-se da constatação de haver uma lógica laboral própria a este grupo estudado, que responde às necessidades da realização deste trabalho ilegal. Há uma ideologia desviante da norma legal e esta ideologia é compartilhada entre os integrantes do recorte social estudado.

Embora tenha havido a pressuposição de que pessoas que cometem delitos criminais pudessem ser criminosos natos, Abreu (2015) nos diz que na sua visão do problema, o que há é a convivência entre várias formas de agir e pensar, onde diferentes atores sociais interagem, sejam criminosos com os representantes do Estado, sejam criminosos com os demais criminosos de seu meio, havendo assim “a implementação de verdadeiros diálogos das práticas sociocriminais” (ABREU, 2015, p. 57).

Assim é que o contrabandista, como leitor ativo e mesmo que inconsciente dos sistemas sociais, constrói representações decorrentes de adaptações a mundos diferentes, ora em seu “gueto” originário, a “barranca do rio”, ora perante as autoridades fiscalizatórias com as quais inclusive se imiscui, em jogos entre perseguidores e perseguidos, entre corruptos e corruptores, num processo de (re)interpretação constante dos sistemas e realidades, de modo a perceberem-se todos mutuamente na leitura recíproca de interlocutores. (ABREU, 2015, p. 58)

Como sua atividade ilegal é vista pela sociedade local, de Foz do Iguaçu, como sendo uma atividade laboral normal, o contrabandista assume uma dupla postura em relação à suas ações: por um lado assume sua atividade ilegal, sua condição de transgressor da lei, por outro assume uma postura de vítima, de perseguido pelos órgãos de segurança pública, que neste caso o perseguem injustamente (ABREU, 2015).

Misse (2010a) trabalha com a ideia de que o bandido, já categorizado como tal, torna-se indiferente ao negativismo gerado pela estigmatização, e chega a utilizar-se do rótulo até mesmo com o fim de se impor pelo medo, talvez como estratégia de sobrevivência. No que atine ao contrabandista, por outro lado, os processos de rotulação são algo diferentes. Há uma inversão de referências valorativas e a sociedade como um todo, de certa forma, não os condena. Considera-os, ao contrário, até mesmo inofensivos. São tidos como transgressores de reduzido potencial ofensivo, e ainda hoje essa percepção permanece, apesar do advento da recente Lei Federal nº 13.008. (ABREU, 2015, p. 67)

Apesar de a mídia, cotidianamente, apresentar o cigareiro, o muambeiro, o contrabandista, como sendo criminosos de baixo poder ofensivo à sociedade, sendo os seus crimes perdoáveis pela mesma, a experiência de Abreu como delegado o põe em condições de afirmar o contrário, já que há várias provas de que há um potencial de violência muito grande nestas atividades de contrabando e de descaminho na região de fronteira (ABREU, 2015).

Como exemplo da afirmação acima, Abreu (2015) nos traz a descrição do funcionamento de um grupo de contrabandistas, envolvidos em uma série de homicídios ocorridos em Foz do Iguaçu, que atingiram alguns participantes deste mesmo grupo de contrabandistas e pessoas de seu entorno:

As atividades por ele desenvolvidas, segundo as informações das fontes policiais consultadas, consistiam em contrabandear mercadorias diversas, todas oriundas do Paraguai, introduzindo as mesmas em território brasileiro a partir da margem do rio Paraná. A dinâmica do contrabando naquela região é tradicionalmente desenvolvida de maneira profissional – ligada a redes nacionais, e até internacionais, de fornecimento e distribuição de produtos contrabandeados –, mas quase artesanal na sua execução. Por meio de pequenas embarcações, certos indivíduos, denominados de “barqueiros” – em geral, paraguaios especialmente designados para o serviço de transporte de mercadorias –, trazem os produtos da margem oposta do rio em caixas lacradas que, posteriormente, vêm a ser descarregadas por trabalhadores braçais já em Foz do Iguaçu. Tais carregadores operam sob a supervisão de outro funcionário de hierarquia mediana (uma espécie de “gerente” ou “braço direito”), ligado diretamente ao indivíduo responsável pelo “porto”, designado comumente como “dono do porto”. Neste local (o “porto”), as caixas são desembarcadas de forma rústica e improvisada, ainda na barranca do rio. Dali, os produtos são levados barranco acima por outros carregadores (“puxadores” ou “formiguinhas”), em atividade extremamente extenuante, até locais onde podem ser novamente embarcados, agora em veículos automotores, e desse ponto em diante é realizado o transporte para outros locais secundários, quando não é pertinente, de acordo com cada situação, armazená-los provisoriamente em esconderijos próximos ao rio. Atuam nesse contexto, também, os chamados “olheiros”, que se posicionam em lugares estratégicos em meio a matagais, ou mesmo em pontos próximos às vias de acesso ao rio (rústicas ou pavimentadas), para desempenharem uma função de sentinela, devendo avisar aos demais contrabandistas sobre a aproximação de viaturas, agentes policiais ou da Receita Federal, ou mesmo para informar movimentações suspeitas que possam ocasionar prejuízos à atividade de “guindar” as mercadorias “barranco acima”. (ABREU, 2015, pp. 86-87)

Abreu (2015), em vista da descrição acima citada, nos chama a atenção para a existência, neste tipo de organização criminosa, de uma espécie própria de lógica organizacional, que não seria imposta de cima abaixo, mas que é compartilhada pelos membros do grupo, que mantém a coesão e regulação interna das atividades do contrabando, demonstrando a existência de uma subcultura local, expressão de organização que ocorre fora das vistas do Estado que normatiza a sociedade.

Para o autor (ABREU, 2015) a sujeição criminal a que o sujeito que participa destas atividades criminais é exposto, submerge o mesmo a uma lógica de incriminação tal que há a

inscrição deste comportamento à personalidade do sujeito, o que comporia a subcultura delinquencial, como resultado.

Admitindo fazer parte dessa verdadeira cultura de grupo – ou gueto –, o indivíduo assume voluntária ou mesmo involuntariamente a sua qualidade de marginal, de delinquente, e percebe a si próprio como elemento inserido num ambiente algo diferenciado do ponto de vista social. Em resumo, assume ostensivamente o seu papel de bandido, o que faz também em vista das circunstâncias sociocriminais, dos discursos produzidos pelos atores sociais e, também, das construções engendradas pelo próprio Estado, quando este último permite nos seus instrumentos persecutórios – dos quais o inquérito policial e o processo criminal são as expressões mais marcantes – que as representações (BOURDIEU, 2008) sejam cunhadas no sentido de tornarem-se plenas. O bandido, nesse contexto de sujeições, acaba por admitir-se como tal, mas tem a sua origem em um personagem descrito e construído por processos de subjetivação orquestrados pelo Estado, para, logo depois, ganhar corporeidade no meio social. (ABREU, 2015, p. 95)

Se o crime é definido pelo Estado, que o descreve e o categoriza, há uma aplicação deste critério de cima para baixo, do Estado à sociedade, em um movimento que depende também de uma rotulação do sujeito delinquente, uma construção do que é o crime, havendo um processo de construção social, complexo e específico, em um processo de incriminação do sujeito. Sendo assim, não é algo objetivo, mas sim um processo que depende de critérios subjetivos para ser implementado (ABREU, 2015).

Mesmo assim, a mídia local tende a ser voltada para a relativização do crime de contrabando e descaminho em Foz do Iguaçu e região, vendo nela tanto pontos positivos, quanto pontos negativos. Desta forma, “pune-se o transgressor, mas não se condenam as lógicas de transgressão na sua totalidade, a fim não comprometer a própria funcionalidade fronteiriça” (ABREU, 2015, p. 138).

Para Abreu (2015), os fatos descritos acima demonstram o paradigma a que a sociedade fronteiriça está exposta, havendo uma contaminação dos discursos, tanto os culturais, quanto os midiáticos, ora defendendo o ilícito, pelos benefícios econômicos que traz, ora condenando, pelo aumento da criminalidade local.

4.4.1 Entrevista com um Representante da Polícia Civil do Estado do Paraná

As considerações a respeito da forma em que chegamos a esta entrevista, com o delegado Francisco Sampaio, já foram tratadas em trecho acima. Agora podemos ir à entrevista propriamente dita, assinalando inicialmente a atmosfera da delegacia em que realizamos a mesma.

O prédio da 6ª SDP – 12ª AISP – Polícia Civil / Divisão Policial do Interior – lembra muito a de uma repartição pública comum. Não tem a aparência imponente da alfândega, onde entrevistamos o representante da Receita Federal do Brasil, senhor Neri, nem o ar de caserna que encontramos nos prédios que compõem o 14º BPM-PR, onde encontramos o Capitão André e onde realizamos as entrevistas com os sacoleiros e laranjas – apenas prestadores de serviços no batalhão –, sequer o jeito mais bem construído, e reformado, do prédio da PRF, onde entrevistamos o PRF Raone.

Havia algo mais parecido com uma repartição pública carioca da década de 1980, algo de cartorial, algo como no Sistema Único de Saúde (SUS), um local escuro, um balcão de informações, cadeiras de espera, retratos de antigos delegados na parede, televisor ligado em um canal quase sem som. Depois que entramos, ao passar por um portão eletrônico, caminhamos com a secretária do delegado por um corredor cheio de salas, onde esperamos em mais cadeiras. Quando o delegado nos chamou, continuou a vestir o colete, mal nos olhando.

Rapidamente o delegado Francisco ia lendo vários papéis, atendia ao telefone celular, mexia nas gavetas, auxiliares entravam na sala e falavam das pendências do dia, ele respondia e os despachava rapidamente também. Daí, após alguns instantes ele nos olhou e perguntou do que se tratava nossa presença ali. O lembramos de seu colega, da PRF, que havia dito que nós o procuraríamos. Ele não demonstrou surpresa, sabia quem éramos, estava apenas se introduzindo no diálogo.

Enquanto explicávamos nossas intenções e do que se tratava a pesquisa e a entrevista que faríamos com ele, o delegado continuava a atender o telefone, a ler e a falar com os demais policiais. Seu ritmo era frenético, tanto que anotamos a palavra “hiperativo” no topo da página de anotações.

Lembramos que esta entrevista se deu no mesmo dia em que entrevistamos o senhor Neri, membro da Receita Federal, pois estávamos no prédio ao lado da alfândega, e queríamos marcar uma data e horários mais apropriados. Percebemos rapidamente que ocorreria ali e naquele momento a entrevista e perguntamos a respeito da origem do delegado e sobre sua carreira.

O delegado Francisco Sampaio é natural de Jacarezinho-PR. Após sua entrada na PC-PR ele atuou em Barracão, Capanema, Santa Helena, Palotina, São Miguel do Iguaçu, encontrando-se agora em Foz do Iguaçu. Sua presença é constante nos programas jornalísticos das TVs locais.

Quando perguntamos ao entrevistado a respeito da participação da Polícia Civil no esforço de combater o contrabando e o descaminho na cidade de Foz do Iguaçu e região, ele se

levantou e falou: “vem aqui comigo”. Saiu de sua sala e entrou na do lado, onde uma secretária estava trabalhando, a cumprimentou e se virou para a parede, para um quadro de avisos. Apontou para um ofício pregado com alfinetes no tal quadro e disse: “Lê”.

Lendo em voz alta, mas bem rápido, pois a cena era um pouco estranha, pudemos ver que o texto do Ofício Circular 01/16, assinado pelo, também, delegado Alexandre Macorin de Lima, datado de 4 de outubro de 2016, e assinado, em Foz do Iguaçu, pelo mesmo, trazia o seguinte texto:

Srs. Policiais Civis: Lembrando inicialmente que a repressão ao contrabando e descaminho não é a atividade finalística da Polícia Civil e que em Foz do Iguaçu existem diversas outras instituições que podem ser comunicadas sobre informações de delitos dessa natureza, o delegado-chefe desta Unidade Policial determina que a partir dessa data, quando houver a necessidade de atuação em qualquer ocorrência envolvendo apreensão de produtos oriundos de contrabando ou descaminho seja imediatamente comunicada ao delegado de plantão, bem como a apreensão porventura existente seja, imediatamente após confecção de boletim de ocorrência apresentada à Receita Federal de Foz do Iguaçu, devendo o recibo de entrega ser juntado ao respectivo boletim. Apreensões de outras forças policiais também não deverão ser recebidas na delegacia de polícia civil. (POLÍCIA CIVIL do Estado do Paraná, 6ª SDP – 12ª AISP – Polícia Civil / Divisão Policial do Interior – Ofício Circular 01/16 de 4 de outubro de 2016)

Após nossa leitura, o entrevistado disse: “Taí. Tira uma foto”. Informamos que não utilizamos aparelho celular ou semelhante. Ele fez as brincadeiras típicas de quem recebe esta informação, puxou o ofício da parede e deu para a secretária xerocopiar. Após isto, nos deu a cópia e repôs a sua versão ao quadro. “Pronto, é isso daí” – nos disse sorrindo.

Voltamos à sala do delegado Francisco. Como ele não parava de falar, desistimos de abrir nosso caderno de anotações e viramos o verso de nossa cópia xerox, que acabáramos de receber de suas mãos, para fazer as notas da entrevista.

Relembrando o que ele sabia a respeito do combate ao contrabando e ao descaminho na região de Foz do Iguaçu, na fronteira de nosso interesse nesta pesquisa, o delegado que nos forneceu a entrevista informou que o marco da virada de jogo, do governo sobre os contrabandistas, foi a extinção dos comboios de ônibus de viagem, citados por outros entrevistados e tratado por Costa e Costa (2019a). Teria sido o trabalho do delegado federal Mauro, o responsável por tal sucesso.

Nosso entrevistado também nos forneceu uma informação a mais a respeito do destino dado aos ônibus de excursão que eram efetivamente apreendidos após a MP nº 135 ter sido implementada na fronteira, acabando com os comboios de “dinões” pela BR-277 afora. Estes veículos teriam sido doados para prefeituras de municípios do interior do Brasil, ajudando tais governos locais.

Quando tocamos numa questão comum que fazemos aos entrevistados, quanto ao fato de se o entrevistado acredita que por serem delitos menores, por seus praticantes serem pessoas com poucos recursos e desempregadas, não seria melhor liberar o contrabando e o descaminho? O delegado foi taxativo – a exemplo dos demais entrevistados listados até o momento – ele afirmou que não mensura crimes, que não faz diferença entre eles.

Além disso, parece haver uma série de atividades que dependem do fato de a atividade ser ilegal, que no caso de haver liberação sem punição uma cadeia de “empregos” se quebraria. Isto demonstra a percepção por parte do entrevistado da existência factual do circuito sacoleiro (CARDIN, 2011a), muito tratado por nós acima.

Para o delegado, não vale a pena importar, sendo que a “lei do sacoleiro⁵³ é para inglês ver”. Não haveria margem de lucro suficiente para manter o importador sacoleiro com este sistema. Além disso, o volume de importação máximo é bem abaixo do volume já praticado pelos sacoleiros.

Francisco Sampaio afirma: “ou a atividade é ilegal ou não se mantém”, tendo como justificativa o que foi citado nos parágrafos anteriores. É uma questão matemática. Se for mais barato comprar no Paraguai do que produzir e vender no Brasil a indústria e o comércio nacional quebrariam.

O entrevistado diz que não devemos pensar na população das fronteiras apenas, mas nos moradores dos demais cinco mil municípios brasileiros. Seus empregos estariam ameaçados, já que a economia do país já está configurada desta forma, com tais exigências para a indústria e para o comércio, que uma concorrência dos produtos contrabandeados seria um desastre.

O entrevistado repetiu várias vezes: “para arrumar uma casa não pode deixar a porta aberta”, “o que adianta limpar a casa e deixar a porta aberta”, “nossa porta é aberta”. A ideia que ele queria frisar é a da impossibilidade de se combater o contrabando e o descaminho da forma que se faz atualmente, parecendo defender medidas mais severas em relação ao controle das fronteiras.

Com relação aos sucessos de operações policiais que estão acontecendo na fronteira, o delegado Francisco afirmou que “só cai quando é caguetado”, numa referência ao fato de ser muito difícil para um agente da lei ficar sabendo das táticas empregadas pelos sacoleiros mais sofisticados sem o auxílio de informações internas à operação de tais esquemas táticos.

O delegado nos informou que quando prende alguém com drogas e contrabando, o preso prefere ser processado por tráfico, por causa da severidade e dos meios de investigação da

⁵³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11898.htm

Justiça Federal. Tal justiça teria uma verba maior para fazer seu trabalho, além de uma fila menor de processos, o que se reverteria em maior celeridade e em penas maiores, devidas a uma maior qualidade do processo em sua fase de acusação.

Quando perguntamos se a mudança de nosso entrevistado do posto que ocupava, de São Miguel do Iguaçu para Foz do Iguaçu, havia sido uma promoção, se era algo bom para sua carreira, ele nos informou que o município é uma vitrine, que “Foz é a menina dos olhos do governador”, dando a entender que a resposta é positiva, e que a responsabilidade deve ser proporcional (nas eleições municipais de 2020, o delegado Francisco Sampaio foi eleito vice prefeito de Foz do Iguaçu⁵⁴).

Após algumas recomendações a nosso conhecido em comum, que tentou arranjar a entrevista, e que nos ajudou muito, com recado a dar a ele, o delegado Francisco Sampaio se despediu de nós, continuando a fazer tudo ao mesmo tempo, como antes já estava fazendo. Agradecemos a entrevista e a ajuda com mais este importante depoimento de alguém em um posto chave para o entendimento do que ocorre nas fronteiras, mas de um ponto de vista do Estado e de seus servidores.

Tendo acompanhado as informações acima fornecidas pelos membros da PPR, pudemos fazer o seguinte resumo:

- A imagem de local de ilegalidades sempre fica ligado à fronteira;
- A população tem duplo padrão de comportamento: quer segurança enquanto quer a manutenção das ilegalidades;
- O Estado é visto como amigo/inimigo;
- As atividades ilícitas formam uma subcultura local;
- A sociedade não condena os contrabandistas;
- A repressão aos crimes de contrabando e descaminho não é uma prioridade da PC-PR;
- A extinção dos comboios de ônibus foi o início da virada do Estado no combate ao contrabando e descaminho;
- Para a PC-PR não há diferença nos ilícitos;
- A atividade tem de ser ilegal para se manter;

⁵⁴ Sessão Solene de Posse do Prefeito e Vice-prefeito
(<https://www.fozdoiguacu.pr.leg.br/institucional/eventos/sessao-solene-de-posse-do-prefeito-e-vice-prefeito>)

- As fronteiras nacionais são muito abertas;
- Tem de haver delação para se conseguir desbaratar uma rede de contrabando e descaminho;
- O preso prefere ser processado pela justiça estadual do que pela federal.

Em seguida apresentaremos alguns dados a respeito da Guarda Municipal do município de Foz do Iguaçu e sua participação como apoio no combate ao contrabando e ao descaminho na cidade.

4.5 O Discurso da Guarda Municipal de Foz do Iguaçu

Segundo as informações do site da prefeitura municipal da cidade⁵⁵, a Guarda Municipal de Foz do Iguaçu (GMFI) foi instituída a 23 de novembro de 1987, pela lei municipal nº 1370⁵⁶, na forma de uma autarquia, mas só veio a funcionar efetivamente a 5 de maio de 1994, com a formação dos primeiros 120 guardas, todos homens. Após isto, houve mais três concursos, com a segunda turma formando 95 homens, a terceira formando 32 mulheres e 66 homens e a quarta turma formando 15 mulheres e 35 homens. Este último concurso foi feito no ano de 2003.

Houve mudanças na estrutura da Guarda Municipal em 2001, em 23 de janeiro, de acordo com a lei nº 2362⁵⁷, que extinguiu a autarquia descrita acima e criou a Secretaria Municipal de Cooperação para Assuntos de Segurança Pública. Outra mudança ocorreu mais recentemente, em 14 de fevereiro de 2013, onde apenas a denominação da secretaria à qual a GMFI está subordinada foi alterada pela lei nº 4069, sendo que a GMFI passou a ser uma de suas diretorias.

O site da prefeitura de Foz do Iguaçu nos informa também que há uma grande rotatividade de guardas em seu quadro, sendo que a GMFI parece funcionar como um degrau na carreira de muitos de seus funcionários, na busca de melhores oportunidades nos quadros do funcionalismo público. Assim, 92 guardas municipais já deixaram a instituição, sendo que destes 9 foram demitidos, 10 deles faleceram, 2 foram aposentados por invalidez, um grupo se tornou PRF, um é delegado da Polícia Civil, uma é escritã da PF, um passou para a Receita Federal, vários estão trabalhando na Justiça Federal. Restaram, efetivamente, 268 integrantes

⁵⁵ <http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/?idMenu=450>

⁵⁶ <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/1987/137/1370/lei-ordinaria-n-1370-1987-institui-a-guarda-municipal-de-foz-do-iguacu-e-da-outras-providencias>

⁵⁷ <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2001/236/2362/lei-ordinaria-n-2362-2001-dispoe-sobre-a-reestruturacao-organizacional-da-prefeitura-do-municipio-de-foz-do-iguacu-estado-do-parana-e-da-outras-providencias>

ativos da GMFI, onde 237 são homens e 31 mulheres. Apesar de se requerer o ensino médio para o ingresso na corporação, 95% dos guardas municipais têm ensino superior completo.

A GMFI tem por principal atribuição fazer rondas ostensivas na cidade, organizando-se em 10 equipes que fazem um policiamento comunitário, travessia segura de estudantes (em locais de muito fluxo de veículos) e acompanhamento de 14 projetos sociais. Há também um Grupamento Ostensivo de Trânsito (GOT), trabalhando com operações especiais e fiscalização de trânsito, equipe de escolta, Projeto K9⁵⁸ (com o uso de cães), Grupo Tático de Apoio (GTA) e monitoramento de áreas de risco, em conjunto com a Defesa Civil.

Em seus anos de funcionamento a GMFI já cadastrou mais de 200 mil Fichas de Atendimento de Ocorrência (FAOC), o que não refletiria a realidade, pois nem todos os acontecimentos atendidos pela guarda são registrados, apenas os principais. A lei nº 3297⁵⁹ criou uma Corregedoria da GMFI, e a lei nº 3298⁶⁰ uma Ouvidoria para a mesma, ambas de 11 de dezembro de 2006. Tal corregedoria realizou, só em 2013, 155 audiências, numa demonstração de efetividade de trabalhos.

4.5.1 Entrevista com um Representante da Guarda Municipal de Foz do Iguaçu

Infelizmente esta parte de nossa dissertação ficará incompleta, já que não houve tempo hábil para se proceder com mais trabalhos de campo, devido à obrigatoriedade de medidas de distanciamento social preconizadas pela prefeitura da cidade de Foz do Iguaçu e pelo governo do estado do Paraná. Em consequência destes fatos, nossos trabalhos de campo tiveram de ser suspensos, acarretando um golpe em nossas pretensões de fazermos o melhor trabalho possível durante nossa passagem pelo corpo discente do PPGSCF da Unioeste, campus Foz do Iguaçu. Lamentamos tal inconveniente e esperamos que a parte que conseguiremos apresentar seja suficientemente boa para fazermos jus ao título de Mestre.

4.6 O Discurso da Polícia Federal do Brasil

⁵⁸ <https://foz.portaldacidade.com/noticias/educacao/projeto-k9-da-guarda-municipal-de-foz-do-iguacu-e-referencia-no-parana>

⁵⁹ <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2006/329/3297/lei-ordinaria-n-3297-2006-dispoe-sobre-a-criacao-da-corregedoria-da-secretaria-municipal-de-cooperacao-para-assuntos-de-seguranca-publica-e-da-outras-providencias>

⁶⁰ <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2006/329/3298/lei-ordinaria-n-3298-2006-cria-a-ouvidoria-da-secretaria-municipal-de-cooperacao-para-assun-tos-de-seguranca-publica-e-da-outras-providencias>

O delegado da Polícia Federal do Brasil, Fabiano Bordignon, produziu em nosso programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, um trabalho excelente, contando sua experiência trabalhando conjuntamente com demais órgãos de segurança pública da chamada Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina.

Para o autor, que é nossa referência em termos de representante da Polícia Federal brasileira, os trabalhos de cooperação entre forças policiais internacionais nesta fronteira, entre Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este, devem ser estabelecidos localmente, em detrimento de um controle centralizado, proveniente das capitais dos três países. Tais centralizações deveriam ser estabelecidas posteriormente, em um ponto onde os dados deveriam ser colhidos, organizados e apresentados (BORDIGNON, 2019).

Mais adiante Bordignon (2019, p. 17) fala a respeito das particularidades das redes, partindo do ponto de vista de Claude Raffestin (1993) que afirma:

A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta às variações do espaço e às mudanças que advêm no tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o ‘instrumento’ por excelência do poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 204)

Assim, tanto as redes de colaboração das autoridades de repressão ao contrabando e ao descaminho podem apresentar tais características: mobilidade, adaptação, criação e renovação etc., quanto as redes que compõem o circuito sacoleiro (CARDIN, 2011a). Estas últimas são exemplos até melhores dos aspectos elencados por Raffestin (1993) e destacados por Bordignon (2019).

Ainda com Bordignon (2019), podemos verificar que conceitos caros à autoridade do Estado como os de competências, circunscrições, territórios, o que compõem a soberania, não podem ser impeditivos para a ação compartilhada horizontalmente dos membros das forças de segurança em seu conjunto. “O crime organizado se fortalece nos espaços vazios do poder Estatal que nas fronteiras atua de forma desarticulada, desconfiada e burocratizada com vizinhos que há tempos não representam mais ameaças” (BORDIGNON, 2019, p. 18).

O comando tripartite, aos olhos de Bordignon, já funciona desta forma no caso da Tríplice Fronteira de Argentina, Brasil e Paraguai, desde 1996, onde há uma organização formal de cooperação internacional de polícias, atuando na escala local. Sendo que no Brasil, desde a assinatura do decreto que institui a Estratégia Nacional de Fronteiras (ENAFRON), em 2011, o termo integração virou uma espécie de mantra na busca da resolução dos problemas de segurança nas fronteiras do país com seus vizinhos (BORDIGNON, 2019, p. 20).

No entanto há problemas no meio do caminho de tal realização de trabalhos integrados. Um deles é a formação dos profissionais de segurança, como assinala o autor:

O sistema de seleção, formação e atuação das polícias não favorece a atuação cooperativa, a busca de convergências, o compartilhamento de meios e conhecimentos, mas, ao contrário, favorece a competição, atritos, divergências e duplicação de esforços e retrabalho. (BORDIGNON, 2019, p. 22)

Entendendo as redes como um complexo de teias, como as tecidas por aranhas, e ao compararmos com as redes tecidas pelas forças de segurança estabelecidas nas regiões de fronteiras, com as tecidas pelos criminosos que aí agem, veremos que as primeiras são frouxas e mal construídas, enquanto que as segundas se aproveitam destes defeitos e se articulam de forma mais ágil, se aproveitando do vácuo de poder e ação gerado pelos defeitos das redes dos primeiros. “Nesses espaços, nessas sombras, criam-se alguns refúgios para a criminalidade que vai além da obra tosca e que, na dificuldade do empreendimento delituoso e na busca de maiores lucros, tecem tessituras mais fortes às policiais” (BORDIGNON, 2019, p. 23).

As fronteiras, longe de serem empecilhos para o crime, são na verdade o apoio para suas táticas, usando-as como proteção para suas atividades, já que não praticam qualquer formalidade para lidar com as mesmas. Ao contrário das forças de segurança, que têm que realizar etapas burocráticas para poderem agir nestes espaços multiterritoriais (BORDIGNON, 2019).

O autor, a esta altura de seu trabalho, reconhece a natureza multifacetada deste tipo de organização política, a região de fronteira, e as dificuldades próprias de seu estudo. “A fronteira, pois, é uma territorialidade interdisciplinar por excelência, lugar em que a diversidade se encontra, entrelaça-se, dialoga, discute, repele-se e funde-se” (BORDIGNON, 2019, p. 34).

Há uma inerente fragilidade no Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), instituído em 2011, reconhecido até pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que verificou que não há uma real integração entre os órgãos que são responsáveis pela fiscalização e o monitoramento das fronteiras, as funções não são evidentes, há pouca participação social e poucos investimentos da parte dos governos envolvidos, com carências de recursos humanos, material e financeiro, o que demonstraria o estado a que os espaços de fronteira estão sujeitos (BORDIGNON, 2019).

Um bom exemplo de integração bem sucedida de combate ao contrabando e ao descaminho, ocorrido na região de Foz do Iguaçu e lembrada por Bordignon (2019), foi a conhecida operação Comboio Nacional, que teve início em 2003. O autor usa o termo “atuação interdisciplinar” para descrever a forma de trabalho dos órgãos envolvidos.

Inicialmente de forma multidisciplinar, coordenada, iniciaram-se tratativas no sentido da união de esforços, de convergência de atuações interdisciplinares entre a Receita Federal do Brasil (RF), a Polícia Federal (PF), a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná (SESP/PR), bem como o Ministério Público Federal (MPF) e Justiça Federal (JF). Resumo da operação consta da notícia abaixo, publicada no site da RF: Nos estudos que antecederam à operação, realizados no final de 2003, constatou-se que mais de 90% das mercadorias irregulares deixavam a cidade de Foz do Iguaçu através de ônibus que se travestiam de transporte de fretamento turístico. A partir desse estudo, ações foram desenvolvidas para que se pudesse atingir a logística do contrabando, descaminho e pirataria. No decorrer de 2004, foram apreendidos ou retidos, somente em Foz do Iguaçu, 386 ônibus que transportaram o valor estimado de aproximadamente US\$ 1 bilhão, nos doze meses que antecederam a sua apreensão. (BORDIGNON, 2019, p. 73)

Para Bordignon (2019), a forma que se dava a operação dos comboios na região de Foz do Iguaçu era uma afronta à sociedade, pois os ônibus de viagem chegavam pela manhã, eram carregados, como se fossem contêineres, e partiam em fila pela rodovia BR-277 impunemente, às claras, e muitas vezes o tráfego pesado de veículos causava acidentes, até fatais.

Os dados que resultaram dos esforços conjuntos dos órgãos de fiscalização e de segurança trabalhando em conjunto são impressionantes e falam por si: após a formação de dossiês de empresas de transporte implicadas em atividades ilícitas, o Ministério Público enviou à Justiça federal 108 denúncias; a mesma Justiça Federal emitiu 364 Mandados de Busca e Apreensão (MBA) de veículos de 81 empresas (a ANTT contabilizou que, em 2004, foram realizados, por tais veículos, 9832 viagens a Foz do Iguaçu, que teriam transportado mais de US\$ 1 bilhão em mercadorias); buscas e apreensões foram feitas no Distrito Federal e mais seis estados, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás e São Paulo em 17 de junho de 2005; apreendeu-se, só em 2005, 641 ônibus, com um montante de US\$ 62 milhões em contrabando e descaminho (aumento de 86% comparando-se ao ano anterior); desde a operação Comboio Nacional, até a data da confecção da dissertação do autor, apreendeu-se mais de 3300 ônibus, em um total de mais de 35.000 veículos sujeitos à apreensão (BORDIGNON, 2019).

Fabiano Bordignon (2019) nos fornece uma perspectiva dos problemas enfrentados pelas forças de combate aos ilícitos fronteiriços típicos, principalmente em Foz do Iguaçu, uma visão de dentro das entranhas da máquina estatal, do ponto de vista de um Delegado da Polícia Federal, o que traz a relevância de seu trabalho à nossa consideração:

As principais dificuldades à cooperação policial local na Tríplice Fronteira são estabelecidas há muitos quilômetros de distâncias destas Faixas de Fronteira, normalmente nos centros de poder e burocracias das Capitais dos Estados Nacionais. Para o caso do CT, esses centros são: Buenos Aires, Brasília e Asunción. Salvo para o caso da capital do Paraguai, que fica a aproximadamente 300 quilômetros da Tríplice

Fronteira, as capitais da Argentina e do Brasil estão a mais de 1.000 quilômetros. A distância geográfica gera percursos difíceis para a agilização das cooperações locais, conforme se verá a seguir: A primeira dificuldade de colaboração em investigações é a extrema burocracia que representa a obtenção de autorização para missão policial no exterior a partir das fronteiras. No Brasil, para que um servidor possa atuar em outro país, é necessária autorização prévia do Presidente da República, Presidente dos Órgãos do Poder Legislativo e Presidente do Supremo Tribunal Federal, a depender da sua vinculação profissional com o Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário. (BORDIGNON, 2019, p. 99)

Abaixo iríamos acrescentar a entrevista que pretendíamos fazer com algum representante da Polícia Federal do Brasil. Infelizmente tal ato foi dificultado pela chamada pandemia de Covid-19. Lamentamos muito a lacuna existente.

4.6.1 Entrevista com um Representante da Polícia Federal do Brasil

Infelizmente, conforme caso anteriormente informado, esta parte de nossa dissertação ficará incompleta, já que não houve tempo hábil para se proceder com mais trabalhos de campo, devido à obrigatoriedade de medidas de distanciamento social preconizadas pela prefeitura da cidade de Foz do Iguaçu e pelo governo do estado do Paraná. Em consequência destes fatos, nossos trabalhos de campo tiveram de ser suspensos, acarretando um golpe em nossas pretensões de fazermos o melhor trabalho possível durante nossa passagem pelo corpo discente do PPGSCF da Unioeste, *campus* Foz do Iguaçu. Lamentamos tal inconveniente e esperamos que a parte que conseguiremos apresentar seja suficientemente boa para fazermos jus ao título de Mestre.

5 A ANTÍTESE

Este capítulo apresenta e analisa as vozes, os discursos, do grupo (ideal) de sujeitos que, direta ou indiretamente, são beneficiados pela existência da atividade do contrabando e do descaminho em Foz do Iguaçu e região, que, como consequência, são prejudicados pela existência das ações de combate a tais ilícitos penais.

Por diretamente beneficiados entendemos os patrões/sacoleiros, os laranjas, olheiros, mulas, batedores, motoristas a serviço dos patrões, seguranças de portos, barqueiros etc. Já os beneficiados indiretamente corresponderiam aos sujeitos legalmente constituídos, que supostamente não fazem nada de ilegal, mas possuem a rentabilidade, de suas atividades econômicas, ampliada devido a existência do circuito sacoleiro, como no caso de mototaxistas, taxistas, empresas de ônibus internacionais e de turismo, motoristas de vans, rede hoteleira, comerciantes e os próprios governos locais, por exemplo.

Voltando a considerar a fronteira em Foz do Iguaçu, podemos citar o trabalho de Adriana Stormoski Lara (2017), que estudou as condições dos presos estrangeiros na fronteira, que nos lembrou, em sua pesquisa, que as colônias militares, a exemplo da implantada no local que viria ser a cidade de Foz do Iguaçu, tinham como função, além de proteger a fronteira, controlar as populações locais e fortalecer a nação, assim “sutilmente vão sendo anunciados os desejos de que ao exército fosse facultada a missão de criar o homem brasileiro, dirigi-lo e governá-lo integralmente” (LENHARO, 1986, p. 80 apud LARA, 2017, p. 25).

Da data deste fato para os dias de hoje, o Estado brasileiro passou a, cada vez mais, se consolidar no território que compreende a faixa de fronteira, mais fortemente na área que compreende a chamada Tríplice Fronteira⁶¹, motivada por razões aparentemente estratégicas, aumentando o controle e criminalizando comportamentos.

Para continuarmos nossa discussão lançaremos mão do texto do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF), *A Lógica Econômica do Contrabando* (2017), que tem por objetivo abordar a questão do contrabando de um ponto de vista que foca na política tributária aplicada pelo governo brasileiro aos produtos industrializados. Para tal, o IDESF compara o comportamento do governo federal em relação à tarifação de dois distintos setores industriais, o de tabaco e o de informática.

⁶¹ Esta fronteira formada pelo encontro dos territórios da Argentina, do Brasil e do Paraguai, não é a única tríplice fronteira brasileira. No entanto, por ser a mais movimentada e a que ocupa um lugar proeminente no imaginário da população brasileira ela recebeu status de nome próprio, sendo que quando citamos Tríplice Fronteira (com maiúsculas) estamos falando desta em particular.

O setor industrial voltado para a fabricação nacional de produtos de informática teve um grande incentivo fiscal, que já mencionamos quando da descrição da entrevista com o representante da Receita Federal, no capítulo anterior, com a chamada “Lei do Bem”. Um de nossos contatos, dentre os sacoleiros, nos informou qual a atitude tomada (tática adotada) pelos membros do circuito sacoleiro em resposta a tal estratégia governamental, o que veremos abaixo no texto.

Já o setor industrial voltado à produção de artigos de consumo utilizando o tabaco sofreu uma grande pressão, quando as tarifas a tais itens foram majoradas com o intuito de coibir o consumo de tais produtos.

O IDESF (2017) parte, neste artigo, de alguns pressupostos, de algumas hipóteses, para argumentar a respeito do problema do contrabando de cigarros no Brasil, onde o aumento dos impostos levaria ao aumento no contrabando; tal combate ao contrabando oneraria o Estado; a diminuição nos impostos e o aumento da produção interna levariam à diminuição no contrabando; e a saúde dos consumidores sofreria com o consumo de cigarros não controlados pelos órgãos de fiscalização nacionais.

A arrecadação e indústria nacionais seriam prejudicadas diretamente pela competição dos cigarros contrabandeados, mas o contribuinte perderia também com os custos do combate a tal contrabando, pois há elevados custos associados aos processos criminais que correm na Justiça Federal quando há apreensões de itens contrabandeados. Quanto custaria para processar criminalmente os (por volta de) 15.000 praticantes de contrabando, apenas em Foz do Iguaçu, conforme avaliou o mesmo Instituto (IDESF, 2015a).

Os contrabandistas estariam ocupando um nicho de mercado criado pela excessiva tributação e exigência de algum nível de qualidade, deixando espaço para o produto fabricado no país vizinho, o Paraguai. A questão parece girar exclusivamente em torno do preço do produto nos dois lados da fronteira.

Em um estudo que tinha como intuito medir os impactos que as operações de segurança em nossas fronteiras produziram, em termos de arrecadação, foi relacionada à Operação Ágata um crescimento de 3,7% na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e de R\$ 3 bilhões no Imposto de Importação (II) (IDESF, 2015b)

Para o IDESF (2017) o Estado deveria investir mais em ações de combate aos ilícitos fronteiriços típicos, o que compensaria, tanto financeiramente, quanto socialmente, trazendo segurança, empregos, arrecadação, desenvolvimento industrial, bem estar social etc. Ao contrário do que o aumento de carga tributária faria, dando uma impressão de maior arrecadação, mas que estaria gerando diferenciais de preços, que seriam aproveitados pelos

contrabandistas. O setor de informática apareceu como exemplo bem sucedido de diminuição de imposto que impulsionou o setor no Brasil e diminuiu o contrabando.

Teremos de tecer algumas considerações a respeito destas afirmações no capítulo que dedicaremos à síntese das discussões apresentadas pelos sujeitos que contribuem para a totalidade concreta de nossa realidade fronteiriça. O que poderemos adiantar é que, embora estejamos utilizando do texto do IDESF como meio de introduzir o lado da equação dialética que se beneficia do circuito sacoleiro, tal instituto poderia facilmente ser colocado no capítulo anterior, por ter um discurso voltado para a legalidade, ou ser mantido aqui, neste capítulo, por se beneficiar do fato de haver tal circuito ilegal, fonte de seus dados e, em última análise, sua razão de ser como instituição.

Poderíamos levar a discussão até mais longe: onde estaria melhor posicionado o pesquisador, de acordo com o arranjo aqui proposto? E a Universidade? E a Academia? Partindo-se do pressuposto de que não há como ser neutro quando se faz uma pesquisa, qual seria nossa posição?

Voltando à pesquisa, para Cardin, Camal-Cheluja e Arriaga-Rodriguez (2015), as próprias matérias de jornais revelam ao leitor tanto a posição estatal, via declarações de representantes da Receita Federal, quanto do setor empresarial nacional, que confirma a posição apresentada pelo IDESF, de descontentamento com a ocorrência do contrabando em nossas fronteiras e sua escala.

A questão, para grande parte das autoridades que lidam com o contrabando e o descaminho, não é apenas combater o ato em si, mas de estigmatizar seus praticantes, e em última medida, os consumidores de produtos desta procedência (CARDIN; CAMAL-CHELUJA; ARRIAGA-RODRIGUEZ, 2015). Assim, uma publicidade com o viés deletério, tanto da qualidade duvidosa do produto, quanto da prática de se vender e comprar mercadorias contrabandeadas e descaminhadas teria um alcance maior do que apenas combater tais ilícitos nas fronteiras.

Trabalhos de campo realizados por pesquisadores do tema relacionado aos sacoleiros e suas práticas revelaram que o ato de aderir a tais práticas está ligado à falta de opção econômica mais regular, e que havendo alguma chance de sair do chamado circuito sacoleiro, o praticante do contrabando e do descaminho tenta ingressar na economia formal, por vezes se utilizando de recursos acumulados durante seu período como trabalhador ilegal (CARDIN; CAMAL-CHELUJA; ARRIAGA-RODRIGUEZ, 2015).

Já as características para que um determinado trabalhador, que tenha ingressado no circuito sacoleiro, se mantenha nele, dizem respeito ao fato de estes sujeitos não se enquadrarem

no perfil de trabalhador esperado pelas empresas que operam legalmente no mercado. Além disso, o fato de parte da população residente na fronteira ter uma opinião favorável à atividade ilegal, do contrabando e do descaminho, demonstra uma moral local favorável à manutenção das atividades ilegais sem tanta pressão social. Pode ser citada a flexibilidade e a adaptação que tais sujeitos têm em lidar com o inusitado rotineiro da fronteira (CARDIN; CAMAL-CHELUJA; ARRIAGA-RODRIGUEZ, 2015). Mais abaixo veremos como nossas fontes encaram a atividade, e esta última característica se revestirá de maiores detalhes.

Confirmando a possibilidade de haver uma espécie de cultura presente nas zonas de fronteira, de forma que os moradores locais tenham um olhar diferenciado para as atividades ilegais próprias de tais locais, haveria uma espécie de cultura formada historicamente e determinada pelo hábito de se utilizar da fronteira como fonte de renda (CARDIN, 2014), esta proveniente de diferenciais econômicos determinados pelos centros políticos de decisão de cada lado da fronteira considerada.

Nestas zonas de fronteira haveria uma economia tradicionalmente voltada para o aproveitamento de diferenciais tributários, sendo um local de encontro, de conflito, de diferentes dimensões sociais, que desde os centros de poder disputam espaços e posições privilegiadas de ação, aproveitando-se de seus capitais acumulados para realizarem melhores e mais vantajosas articulações, procurando ocupar as posições centrais em tais arranjos. Como exemplo deste estado de coisas pode-se dizer que é “notório o processo de criminalização dos processos de circulação de mercadorias na fronteira do Brasil com o Paraguai no começo do Século XXI” (CARDIN, 2014, p. 55).

A condição fronteiriça é entendida aqui como um *savoir passer* [saber passar] adquirido pelos habitantes da fronteira, acostumados a acionar diferenças e semelhanças nacionais, linguísticas, jurídicas, étnicas, econômicas, religiosas que ora representam vantagens, ora o cerceamento de trânsito ou direitos. (DORFMAN, 2013, p. 107)

Criminalizados e rotulados, associados aos mesmos estigmas impressos aos traficantes de armas, munições e drogas, os grupos ligados à compra, transporte e venda de produtos provenientes do Paraguai, passaram a ser alvos das políticas públicas voltadas a dismantelar suas redes insipientes de contrabando e de descaminho (CARDIN, 2014).

Como exemplo, podemos citar a observação de Cíntia Fiorotti (2015) a respeito da Lei nº 11.898, que visava disciplinar o trabalho dos sacoleiros, com uma tentativa de classificar tais trabalhadores fronteiriços entre os que podem pagar impostos e os que não podem, separando os legalizados dos ilegais e clandestinos.

Fernando Rabossi (2004) nos informa que mesmo havendo um grande fluxo de mercadorias provenientes do Brasil que eram, à época de sua pesquisa, contrabandeadas do Brasil, passando por Foz do Iguaçu para o Paraguai, via Ciudad del Este, tanto a mídia, quanto os governos, apenas focalizavam o fluxo do Paraguai ao Brasil, pela mesma fronteira.

Já em 1989 o chefe da Receita Federal em Foz do Iguaçu admitia o fato citado acima, em uma entrevista, onde o assunto era o contrabando. Para ele cerca de 15 a 20 milhões de dólares em mercadorias eram mensalmente contrabandeados para o Brasil nesta fronteira, algo em torno de 20% das exportações paraguaias ao Brasil. Mas, o contrabando do Brasil ao Paraguai era maior, sendo que o papel da Receita Federal à época era de modular este incômodo trânsito de mercadorias (RABOSSI, 2004).

Como os produtos comprados no Paraguai pelos brasileiros e contrabandeados ao Brasil eram de baixa qualidade à época, não havia impacto na indústria nacional. O dinheiro que era despejado no Paraguai pelo contrabando e descaminho feito por sacoleiros retornava ao Brasil, pois os paraguaios acabavam se abastecendo com produtos brasileiros, sendo que o saldo era positivo ao Brasil (RABOSSI, 2004).

Nem tudo é uma questão de números que se vão somando, mas sim que a forma em que o movimento é realizado está na base de sua multiplicação, a qual responde a uma preocupação qualitativa: minimizar os riscos a partir da adequação relativa ao que estabelece a lei. O paradoxal é que a multiplicação que esta preocupação gera – transportes e laranjas – dificulta o controle. A quantidade impõe, de fato, um limite ao controle sistemático, em parte pela impossibilidade concreta de ser realizado, assim como porque a decisão de realizá-lo tem muitas implicações: enfrentar-se com milhares de pessoas, interromper o fluxo entre os países, deter o movimento de uma série de circuitos a partir dos quais milhares de pessoas ganham sua vida. Elementos estes que necessitam, além da infraestrutura necessária para poder realizá-los, da decisão política para intervir em um espaço no qual se cruzam interesses que se localizam municipal, estadual, nacional e internacionalmente. (RABOSSI, 2004, p. 93)

Ao mesmo tempo, já havia uma série de riscos inerentes à atividade de fazer o contrabando e o descaminho na fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, tanto que Rabossi (2004) já apontava para uma reportagem, de 1987, que cita a morte suspeita de um certo comprista nesta região.

Outro obstáculo às atividades no circuito sacoleiro são as ações capitaneadas, muitas vezes, pela Receita Federal do Brasil, principal agente na fiscalização do fluxo de mercadorias e dinheiro pelas fronteiras nacionais:

Os funcionários da Receita Federal confirmam o crescimento e, considerando os 100 ônibus interestaduais e de turismo que chegam em Foz do Iguaçu, eles calculam que uns 5.000 compristas estariam chegando diariamente para realizar compras na cidade vizinha. Desempregados, subempregados e pessoas que procuram completar a renda

familiar, os compristas são descritos na matéria como possuidores de um pequeno capital que investem na compra de produtos importados e que depois revendem entre grupos de conhecidos ou entre comerciantes das suas cidades. Segundo a descrição do jornalista, eles ingressam no Brasil tentando se adequar à quota de US\$ 150 por pessoa para poder ingressar suas mercadorias, sofrendo muitas vezes as arbitrariedades dos funcionários encarregados da fiscalização. (RABOSSI, 2004, p. 238)

Outro fator de conflito é o fato de o chamado comprista, que no caso poderemos denominar como sacoleiro, ser um problema para o grande contrabandista, que atua nos grandes centros, abastecendo locais como a Galeria Pagé⁶² (conjunto de lojas, referência na venda de eletrônicos no bairro do Brás), em São Paulo, pois concorrem com estes atacadistas quando operam em larga escala, pulverizando o mercado e controlando os preços dos produtos contrabandeados e descaminhados (RABOSSI, 2004, p. 239).

Durante o biênio 94-95, a escala das vendas e o número de compristas alcançam seu topo. O movimento é descomunal. Durante um sábado de fins de 1994, por exemplo, 1.200 ônibus de excursão – só de excursão – chegam a Foz do Iguaçu trazendo compristas para realizar as compras de final do ano em Ciudad del Este. (RABOSSI, 2004, p. 239)

Figura nº 06: Comboio de ônibus



⁶² <http://galeriapagebras.com.br/>

Fonte: <https://receita.economia.gov.br>

O aumento do número de pessoas que começaram a praticar o contrabando e o descaminho de forma individual, ou formando pequenos grupos em redes informais no circuito sacoleiro, passaram a trazer visibilidade ao fluxo que já havia na fronteira, só que realizado por grandes contrabandistas, que abasteciam o comércio informal em todo o território nacional, mas passavam despercebidos do grande público e não atraíam a atenção da mídia nacional (RABOSSI, 2004, p. 250).

Em algum momento teríamos de definir quem é o sacoleiro, sujeito já citado diversas vezes durante esta pesquisa. Para tanto poderemos nos beneficiar das palavras de Fernando Rabossi, que já havia, desde 2004, se dedicado ao estudo do tema, e pode nos emprestar sua valiosa contribuição:

Ainda que sacoleiro e Paraguai sejam palavras associadas pela maioria dos brasileiros, a categoria sacoleiro transcende o movimento de compras ao Paraguai e engloba genericamente todo aquele que vai fazer compras numa outra cidade para revender as mercadorias compradas na sua cidade de origem ou em outras cidades. Práticas comerciais que supõem viagens e expectativas de lucros derivados de diferenciais de preços ou da disponibilidade de produtos em outros lugares. Observando os sacoleiros de outras partes do Brasil nos encontramos com o mesmo universo de práticas e personagens. Os mesmos transportes (ônibus de turismo alugados para viagens) e perigos (assaltos e acidentes) inseridos em lugares parecidos com Ciudad del Este que geram retratos peculiarmente similares: o mesmo incômodo com o movimento, a sujeira, o abarrotamento de imagens, produtos e pessoas. (RABOSSI, 2004, p. 253-254)

Há uma grande gama de possibilidades de táticas possíveis que um sacoleiro pode se utilizar para tentar passar pela fiscalização da Receita Federal na aduana da Ponte Internacional da Amizade. Ele pode tentar passar a pé, pode tentar passar de mototáxi, de van, de táxi, de ônibus internacional regular, de ônibus de viagem, de carro de passeio. Cada uma das opções tem seu risco associado, e tal risco varia de acordo com a iniciativa do fiscal em ser mais ou menos minucioso no procedimento de fiscalização (COSTA e CARDIN, 2019).

No entanto, o problema na “odisseia” empreendida por estes sujeitos que denominamos de sacoleiros, que se lançam às estradas como “argonautas” do interior brasileiro, não está só em chegar à Foz do Iguaçu, nem mesmo apenas em passar pela fiscalização na aduana na cabeceira da Ponte da Amizade:

“O problema, mais que passar é chegar. Esse é o problema.” Uma vez com a mercadoria em território brasileiro, a volta a casa se abre como uma frente de incertezas encarnadas em cada posto de fiscalização dos organismos de segurança e de controle ou nos operativos desencadeados para controlar o movimento de compristas. (RABOSSI, 2004, p. 266)

Ciudad del Este, neste contexto de incertezas para cada um dos sacoleiros, é uma espécie de nó principal nas redes de contrabando e de descaminho, que se articula até ela e a partir dela. Mais que um ponto de comércio, é o local onde milhares de pessoas ganham a vida cotidianamente através do comércio. “Antes que um lugar de relações e distensões, um lugar de passagens e tensões” (RABOSSI, 2004, p. 268).

Há mais na realidade do sacoleiro, e demais participantes das redes informais criadas no circuito sacoleiro, do que a figura unidimensional do infrator da lei. Há o desempregado, o semiempregado, o sem formação, sem qualificação profissional, o aventureiro, a pessoa que não se adapta a uma rotina regular de emprego, que quer ser seu próprio patrão, e o é, de forma efêmera, em Ciudad del Este, quando (para agradecer) um vendedor ou prestador de serviços paraguaio o chama de “*Patron*”:

As vidas dos sacoleiros são sacrificadas. Há que viajar, há que investir tempo e dinheiro em uma aposta com muitos riscos. Pode-se perder tudo em um assalto ou em um acidente ou, simplesmente, em alguma das tantas fiscalizações. Mas também é um desafio com incentivos significativos: a liberdade de outros espaços e outras relações ou, a possibilidade de aceder a certo consumo que de outra maneira seria impossível. Comprar os brinquedos para os filhos ou os equipamentos para a casa. Fazer dinheiro não é a única explicação das motivações que levaram tantas pessoas a empreender longas viagens com o objetivo de comprar para revender na sua cidade de origem. Contudo, antes que outras causas ‘mais reais’ ou ‘mais profundas’, é o que há mobilizado tantas pessoas, jogando no limite do permitido e do proibido. Uma vida melhor entre aquilo que é tolerado e aquilo que é reprimido. Aprendendo a ganhar a vida no limite. (RABOSSI, 2004, p.269)

Ainda na tentativa de pensarmos a atividade sacoleira para além do convencional, devemos considerar os custos envolvidos em cada etapa do chamado circuito sacoleiro, onde o responsável pelo financiamento da operação tem que despender cada vez mais capital no fito único de chegar ao seu destino e poder revender sua mercadoria. Um dos custos escondidos é a possibilidade de ser processado e condenado pela Justiça Federal no Brasil, o que acarretaria multa e alguma pena, de serviços à sociedade ou encarcerado.

Michel Foucault discute o problema da mensuração da pena em *Vigiar e Punir* (1999) quando diz que:

Encontrar para um crime o castigo que convém é encontrar a desvantagem cuja ideia seja tal que torne definitivamente sem atração a ideia de um delito. É uma arte das energias que se combatem, arte das imagens que se associam, fabricação de ligações estáveis que desafiem o tempo. Importa constituir pares de representação de valores opostos, instaurar diferenças quantitativas entre as forças em questão, estabelecer um jogo de sinais-obstáculos que possam submeter o movimento das forças a uma relação de poder. (FOUCAULT, 1999, p. 123)

Foucault também nos informa o que escreveu Marquet-Wasselot em 1841 em *Ethnographie des prisons*: “Os condenados são... outro povo em um mesmo povo: que tem seus

hábitos, seus instintos, seus costumes à parte” (MARQUET-WASSELOT apud FOUCAULT, 1999, p. 280). Isto soa como as subculturas estudadas por Marcos Araguari de Abreu (2015), já citado em capítulo anterior.

Podemos especular, neste ponto, de acordo com o já exposto em nossa pesquisa, que se o trabalho constrói uma segunda natureza (GRAMSCI, 2008), o descaminho pode também operar esta modificação, já que para caminhar à margem da legalidade o sacoleiro tem que criar táticas (CERTEAU, 1998) para burlar o sistema legal, sendo que sua atividade o marginaliza e cria um grupo marcado pela ilegalidade dentro da sociedade em geral que o contém (ABREU, 2015).

O problema de se definir quem é criminoso e o que seria um crime pode ser visto de forma mais profunda. Assim, para Foucault (1999) “A criminalidade não nasce nas margens e por efeito de exílios sucessivos, mas graças a inserções cada vez mais rigorosas, debaixo de vigilâncias cada vez mais insistentes, por uma acumulação de coerções disciplinares” (FOUCAULT, 1999, p. 327).

Segundo Foucault (2014, p. 274), [...] a existência de uma proibição legal cria em torno dela um campo de práticas ilegais, sobre a qual se chega a exercer controle e a tirar um lucro ilícito por meio de elementos ilegais, mas tornados manejáveis por sua organização em delinquência. Esta é um instrumento para gerir e explorar as ilegalidades. (FOUCAULT apud ALBUQUERQUE, 2015, p. 122)

Após se estabelecerem nas brechas e nas margens da legalidade, as atividades ilícitas praticadas nas fronteiras passam a compor uma diversificada economia de práticas, envolvendo agentes de controle, operadores do direito, servidores do Estado etc. Considerando que a lei é um constructo social, derivado de padrões morais de uma dada sociedade, a legalidade não tem origem em um dado objetivo da realidade. Além disto, a severidade idealizada do cumprimento restrito da lei é mais uma fantasia, pois das práticas surge a ilegalidade, que não pode ser combatida de maneira uniforme. Assim, a ilegalidade de uma certa prática pode ser negociada e revisada, cabendo transformações e adaptações, já que ela pode ser moralmente aceita numa dada sociedade (ALBUQUERQUE, 2015).

É importante ter clareza sobre algumas diferenças importantes, evitando uma criminalização generalizada das práticas sociais fronteiriças. O descaminho de eletrônicos, perfumes, brinquedos, roupas etc. é um crime somente contra as receitas do Estado brasileiro na entrada de produtos sem o pagamento de tributos. São produtos ilegais sob esse ponto de vista, mas não são ilícitos ou proibidos e nem são vistos socialmente como condenáveis pela maioria da sociedade brasileira. Desde uma perspectiva jurídica, o descaminho é uma atividade fraudulenta de importação e exportação de mercadorias que se caracteriza pela circulação clandestina de bens de um lado ao outro da fronteira sem o pagamento de impostos ao Estado nacional. Desse modo, pode ser entendido como “crime contra o Estado e não contra a propriedade

dos indivíduos” (GODINHO, 2009, p. 32). Entretanto, desde o ponto de vista das relações sociais e das representações simbólicas, o descaminho adquire múltiplos sentidos para as pessoas que vivem e circulam pelas fronteiras. (ALBUQUERQUE, 2014, p. 60)

Ainda para Albuquerque (2014) a prática de descaminho tem uma natureza tão diferenciada em relação ao tráfico de drogas e armas, que é injusto criminalizar compradores, vendedores e transportadores de mercadorias descaminhadas da mesma forma que se faz normalmente com tais traficantes citados acima (ALBUQUERQUE, 2014).

Polarizar a discussão a respeito de se liberar totalmente a prática das ilegalidades na fronteira, por um lado, e se proceder de forma mais dura do que já acontece, por outro, é uma simplificação do panorama concreto da totalidade da realidade transfronteiriça, onde legal e ilegal se alternam, como se fossem faces de uma mesma moeda (ALBUQUERQUE, 2014).

De uma maneira mais geral, podemos dizer que contrabando e descaminho são elementos constitutivos das fronteiras, assim como os postos de fiscalização e o estabelecimento de barreiras alfandegárias. A palavra contrabando significa ir contra o bando (mandato, edito, lei de cobrança de impostos) e está presente desde a origem do estabelecimento moderno das fronteiras nacionais (GARCÍA, 2009; ROVISCO, 2009). E ao longo da história moderna, o fortalecimento de mecanismos de controles fronteiriços tem gerado sempre formas mais sofisticadas de determinados agentes fronteiriços fugirem a esses controles. (ALBUQUERQUE, 2014, p. 61)

Além da questão essencialmente criminal que envolve a atividade sacoleira, há a rotulação social a que os praticantes da atividade são submetidos. Rosana Pinheiro-Machado já discutia o tema em sua dissertação de mestrado, *A Garantia Soy Yo*, de 2004, quando lembra que o sacoleiro é ridicularizado no cotidiano nacional, pois tem no produto pirata e em sua fonte imaginária, o Paraguai, a marca do ilegal, do falso, do engodo.

O foco de Pinheiro-Machado (2004) é o grupo de camelôs que atuam em Porto Alegre, RS, onde cerca de 420 deles eram regularizados, e de 200 a 3000 (dependendo das condições econômicas nacionais, da fiscalização e da sazonalidade) eram ilegais, além de vendedores de alimentos (a maioria legalizados) que dividiam uma espécie de "camelódromo" na cidade. Todos estes ligados, direta ou indiretamente, ao circuito sacoleiro.

Em sua pesquisa surgem mais três grupos, o dos produtores de itens copiados e pirateados, o poder público que é o responsável pela fiscalização e, também, os meios de comunicação nacionais, como a grande mídia que mostra a fronteira e a situação do contrabando e do descaminho nas grandes capitais (PINHEIRO-MACHADO, 2004).

A autora cita o fato curioso de o Paraguai ser um dos países com a menor economia na América Latina, mas com uma cidade fronteiriça, Ciudad del Este, com uma circulação enorme de dinheiro, onde “estima-se que circulam entre 20 e 40 milhões de dólares por dia (dependendo

da época) e 12 bilhões anuais (o que equivale a 42% do PIB)” (PINHEIRO-MACHADO, 2004, p. 18).

Um ponto comum nas pesquisas de Fernando Rabossi e de Rosana Pinheiro-Machado é o fato de haver uma perceptível solidariedade entre os sacoleiros, uma espécie de código de honra, de código de conduta, pois haveria uma certa união dos sacoleiros frente ao poder fiscalizatório do Estado, com atitudes que vão do silêncio frente ao fiscal, passando por divisão de responsabilidades, com uns assumindo as mercadorias dos outros, até o extremo de levarem autuações e processos criminais (PINHEIRO-MACHADO, 2004; RABOSSO, 2004). Tal fato chegou a formar um movimento organizado de reivindicação por direitos: “Queremos trabalhar e o governo não quer deixar (...) Chega de imposição. Abaixo a repreensão! (*sic*) Viva a nossa união! (Chamada para mobilização. Folheto distribuído na Ponte da Amizade em 17/11/2003)” (PINHEIRO-MACHADO, 2004, p. 55).

No jogo pela justificativa de suas ações cada uma das partes alega ter algum tipo de razão para agir da forma que fazem. Assim, os comerciantes alegam que cumprem as leis; os camelôs afirmam estar legalizados; os vendedores de rua irregulares dizem apenas estar trabalhando e não roubando; os fiscais do Estado alegam estar apenas fazendo seu trabalho (PINHEIRO-MACHADO, 2004). No entanto, não há como todos estarem certos ao mesmo tempo, seguindo esta lógica parcial.

Pinheiro-Machado (2004) chega a afirmar que se surpreendeu com o fato de não encontrar, a partir de seu trabalho de campo junto aos sacoleiros que iam ao Paraguai para fazer suas compras, o personagem mal, o contrabandista criminoso que a mídia divulgava. Ela apenas reconhecia dentre os sacoleiros pequenos comerciantes, abastecedores de produtos para um pequeno comércio, pessoas que se viam como trabalhadores e criam ter uma atividade digna.

Antes de haver os fortes efeitos da MP nº 135 sobre a estrutura de transporte no circuito sacoleiro, estava se formando uma união de sacoleiros que reivindicava melhor tratamento para o grupo:

No final de novembro de 2003, recebi um folheto, na entrada da Ponte da Amizade, que dizia exatamente o seguinte: Prezado Companheiro “SACOLEIRO” – Nesta Quarta-Feira, dia 19/11/2003, vamos nos mobilizar e fazer uma grande manifestação pacífica contra os abusos aplicados pelo Governo Federal. Queremos Trabalhar e o Governo não quer deixar. O Governo não distribui renda e não gera empregos, e não quer que o povo trabalhe! Chega de Imposição! Abaixo a repreensão! Viva a nossa união! Local da manifestação: cabeceira da Ponte da Amizade! Das 8:00 às 12:00hs. Vamos lá! (PINHEIRO-MACHADO, 2004, p. 76)

Embora a iniciativa, da parte dos sacoleiros, de criarem uma associação que os representasse e perdurasse até os dias de hoje tenha fracassado, o fato de estes sujeitos terem

aventado a hipótese de se organizarem é mais um exemplo da solidariedade dentro do grupo, o que já foi exposto pelos autores citados acima, confirmando a identificação mútua em meio à fiscalização, que tem o intuito de separar para enfraquecer, mas acaba criando uma unidade insipiente.

Pinheiro-Machado encerra sua dissertação de mestrado com a seguinte conclusão:

Enfim, pensando sobre todas essas margens possíveis de negociações, percebemos que, indivíduos em interação encontram brechas para o entendimento, a troca e o acordo. Não há sociedade que se sustente somente pelo conflito. Dentro da “figuração” do comercial do Centro e da fronteira, os indivíduos estão presos e dependentes a tantos outros. A própria propina é um exemplo disso: uma forma de retroalimentação. As relações pessoais extragrupo dos camelôs e dos sacoleiros são de extrema importância, pois sem elas não teriam como continuar no ofício: não iriam ao banheiro, não ultrapassariam os limites da banca, não cruzariam a fronteira, etc. Da mesma forma, os outros grupos também necessitam dos comerciantes. Enfim, retornando a Elias (1994, 2000), todos estão presos a uma cadeia de interdependência. (PINHEIRO-MACHADO, 2004, p. 83)

Temos de reconhecer que o tema de nossa pesquisa não é novo e é importante destacar as contribuições mais relevantes, principalmente quando estas contribuições se refletem em nosso modo de encarar o mesmo tema. Neste caso podemos citar a pesquisa do professor Max André de Araújo Ferreira, que resultou em sua dissertação de mestrado, em 2015.

O intuito de Ferreira (2015) foi o de investigar o chamado comércio formiga entre cidades gêmeas na fronteira do Brasil com seus vizinhos, tendo as cidades de Pacaraima e Santa Helena como local de trabalhos de campo. Buscou-se entender os aspectos de difusão e contenção, conforme o fluxo de dinheiro e mercadorias ocorria, gerando ora integração, ora fragmentação, nas relações fronteiriças.

O que se chama aqui de comércio formiga pode ser encarado como o que vínhamos dando o nome de circuito sacoleiro, onde este comerciante formiga se enquadra nas características que atribuímos ao sacoleiro tradicional da fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este.

Comércio formiga, comércio incipiente, contrabando formiga, sacoleiros ou ainda formigas da mundialização são conceitos inovadores nos trabalhos acadêmicos. Trata-se de conceitos ainda não regulamentados pela academia, podendo ser entendido como atores sociais que atravessam as fronteiras em busca de adquirir produtos em pequenas quantidades para uso próprio de forma incipiente. (FERREIRA, 2015, p. 25)

Ferreira (2015) entrevistou sujeitos a que denominou de contentores, funcionários públicos responsáveis pela repressão ao comércio formiga, como, também, entrevistou os próprios praticantes do comércio formiga fronteiriço, numa postura epistemológica muito

semelhante a que tomamos em nossa pesquisa, variando apenas na adoção de um viés weberiano por parte do pesquisador, contra um viés dialético histórico materialista de nossa parte.

Uma contribuição importante que podemos destacar na pesquisa de Max Ferreira é o quadro por ele reproduzido com os papéis que os “comerciantes formiga” podem adotar em sua tentativa de obterem lucro a partir do contrabando de combustíveis provenientes da Venezuela:

Logística do Comércio Formiga Fronteiriço – Combustíveis:

FORMIGA – Pessoa que passa o dia fazendo pequenas viagens até o posto de combustível onde abastece o veículo, vem para o Brasil, transfere a gasolina do tanque para galões (“carotes”) e vai novamente abastecer. Normalmente utiliza veículos velhos e em péssimas condições, minimizando prejuízo em caso de apreensão.

ENTREPOSTO – Local provisório onde os “formigas” depositam o combustível que vão trazendo da Venezuela. Normalmente utilizam casas nas imediações da BR-174, após o posto de fiscalização da Polícia Federal. O combustível normalmente é colocado em “carotes” e acumulado até formar quantidade suficiente para encher um veículo para transporte (em torno de 40 carotes em média – 1000 a 1200 litros). É comum que os donos das casas recebam em torno de R\$50,00 por veículo que sai carregado.

TRANSPORTADOR – É o responsável pelo transporte do combustível do entreposto até Boa Vista/RR, onde entrega o combustível para o verdadeiro dono da carga ou para pessoa responsável pela revenda. Normalmente utiliza veículos com motores mais fortes, imprimindo alta velocidade de tráfego pela rodovia para evitar abordagem.

OLHEIRO – Responsáveis por acompanhar a movimentação das equipes de fiscalização (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e outras), indicando para os “transportadores” e “formigas” se existe fiscalização no trecho da rodovia ou se o trânsito está livre. Além disso, em vários episódios acompanham as viaturas policiais para identificar o destino destas, retransmitindo as informações obtidas. Recebem normalmente em torno de R\$25,00 por veículo que passa pelo ponto de vigilância sem ser abordado.

REVENDEDOR – Normalmente atuando em Boa Vista (e algumas vezes em outras cidades do interior do Estado), recebe o combustível trazido pelo “transportador” e revende em Boa Vista a varejo para terceiras pessoas (das investigações é possível concluir que uma carga de 1200 litros de gasolina é revendida muito rapidamente, em torno de 3 a 4 horas ou até menos).

BATEDOR – Em muitos casos, os transportadores utilizam ainda um outro veículo se deslocando um pouco à frente servindo como “batedor”, ou seja, vai um pouco adiante na estrada para confirmar a existência de equipe de fiscalização. Chegando ao destino (ou a ponto intermediário) e tendo caminho livre, telefona para o transportador seguir viagem. (LIMA, 2013, apud FERREIRA, 2015, p. 118)

Passaremos, agora, a descrever nosso trabalho de campo realizado junto aos sacoleiros e laranjas, e os grupos que indiretamente se beneficiam da existência do circuito sacoleiro, que utiliza da cidade de Foz do Iguaçu e sua Fronteira com Ciudad del Este, e que constroem o cotidiano típico desta parte da fronteira nacional.

5.1 Entrevista com o Representante do Sindicato dos Mototaxistas de Foz do Iguaçu

No dia 14 de agosto de 2019 conseguimos realizar uma entrevista com o senhor Aramis Rodrigues dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Condutores de Veículos do Tipo Motonetas, Motocicletas, Bicicletas e Triciclo Motores de Foz do Iguaçu e Região, conhecido como Sintramotos Foz.

Tentamos um primeiro contato no dia anterior, 13 de agosto, quando percorremos as ruas do bairro Morenitas e adjacências, procurando alguém que soubesse onde se localizava a sede do sindicato, pois o endereço antigo indicava um endereço não mais utilizado pela organização sindical. Numa parada de mototaxistas obtivemos a direção correta, como também o nome do representante da categoria a quem deveríamos procurar. Andamos até lá, mas não havia ninguém naquele momento. Esperamos algumas horas e quando um mototaxista chegou (muito desconfiado de nossas intenções) conseguimos o contato do senhor Aramis. Marcamos no mesmo dia uma entrevista para o dia 14, às 14 horas, no endereço de seu ponto de mototáxi, que servia como sede do sindicato.

O presidente do sindicato dos mototaxistas de Foz do Iguaçu nos informou que é natural do município de Palmital, no Paraná, que tinha, à época da entrevista, 45 anos de idade, tendo completado 25 como morador de Foz do Iguaçu. Trabalhava como mototaxista desde o ano de 2006, sendo que seu mandato como representante de sua categoria funcional havia tido início no ano de 2015 e se encerraria em 2020. Também foi candidato a vereador, no mesmo município, no ano de 2016, pelo Partido Verde, quando obteve um total de 317 votos.

Nas palavras de nosso entrevistado, a atividade de mototaxista teve início na cidade de Foz do Iguaçu no ano de 1993, voltado prioritariamente ao transporte de sacoleiros para os dois lados da Ponte da Amizade, havendo disputa por parte dos mototaxistas paraguaios em relação aos passageiros em ambos os lados da fronteira. Ele nos informou, também, que a Associação de Moradores de Foz do Iguaçu (AMOFI) incentivou a criação do sindicato da categoria.

Nossa fonte no sindicato dos mototaxistas nos disse que com a lei municipal que regularizou a atividade da categoria (Lei nº 3529⁶³ de 15 de maio de 2009) fez com que a quantidade de mototaxistas na cidade fosse de 200 para cerca de 650 entre os anos de 2013-2015. De lá para cá estaria havendo um declínio nestes números, tanto que haveria na data da entrevista um total de 400 mototaxistas ativos na cidade.

Para o senhor Aramis, a competição dos membros de sua categoria funcional perante às demais categorias de transporte urbano de passageiros, como taxistas, empresas de ônibus, e os

⁶³ <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2009/352/3529/lei-ordinaria-n-3529-2009-dispoe-sobre-os-servicos-de-transporte-de-pequenas-cargas-mediante-a-utilizacao-de-motocicletas-motonetas-ou-triciclos-motorizados-denominado-moto-frete-e-da-outras-providencias>

novos serviços por aplicativos de smartphones, como o Uber e o 99, por exemplo, é muito desvantajosa, principalmente pelo fato de seu sindicato ser mais fraco que os demais.

A afirmação acima é corroborada pela constatação de os membros da categoria dos mototaxistas do município de Foz do Iguaçu pouco se interessarem pelas atividades do sindicato, ocorrendo este fato mesmo em datas de eleições sindicais (que ocorreram com chapa única). O resultado se verifica no caixa da organização que, segundo o seu presidente, trabalha no vermelho, pois não há recolhimento de contribuições mensais, tanto que as modificações recentes na lei que rege a atividade sindical no país não alteraram em nada o recolhimento de imposto sindical, já que não havia mesmo.

O sindicalista entrevistado defende que se deveria abrir mais vagas para a prática da atividade na cidade de Foz do Iguaçu, eliminando-se as licitações feitas pela prefeitura municipal. Para ele, mesmo se aumentasse o número de mototaxistas a renda não cairia, pois os custos para se manter no negócio são muito altos, tendo-se a obrigação de comprar uma moto nacional com menos de dez anos de fabricação, recolher taxas de alvará, autonomia, seguro obrigatório, INSS, diversas taxas ao FozTRANS, combustível, pintura padronizada, colete, manutenção do veículo, inclusive toucas descartáveis (caso o passageiro exija). Segundo o entrevistado, os custos para um trabalhador começar a trabalhar na atividade de mototaxista na cidade de Foz do Iguaçu, com uma motocicleta com uns cinco anos de fabricação, gire em torno de R\$ 10 mil.

Tivemos, em primeira mão, a informação de que partiu da categoria dos mototaxistas brasileiros, na fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, a iniciativa de disciplinar a forma de se trabalhar na Ponte da Amizade, levando e trazendo passageiros, inclusive os sacoleiros, onde apenas os mototaxistas do Brasil podem levar de Foz do Iguaçu até Ciudad del Este, invertendo-se a lógica quando se trata de trazer de Ciudad del Este a Foz do Iguaçu, que apenas pode ser feito com mototaxistas paraguaios (isto é burlável, quando alguns passageiros pegam carona na cabeceira da ponte, retornando ao Paraguai com mototaxistas paraguaios).

A implementação deste sistema de trabalho não foi bem recebida por parte dos trabalhadores paraguaios da categoria, que chegaram a fazer protestos contra a medida, com o tradicional fechamento da Ponte da Amizade. Houve represálias da parte da fiscalização, pois as autoridades da cidade vizinha chegaram a apreender motocicletas de trabalhadores brasileiros.

O senhor Aramis afirma que estava havendo, à época da entrevista, utilização de serviços de transporte por aplicativo (Uber e semelhantes) através da Ponte da Amizade, bastando desligar o smartfone quando da travessia. Assim, estaria havendo a utilização da

tecnologia antes aliada do mototaxista, o aparelho celular, para promover o lucro de seu concorrente, que prestava o mesmo serviço, só que com mais conforto e com preços compatíveis.

Nosso informante junto à categoria dos mototaxistas nos disse que muitos de seus companheiros de função têm um segundo emprego para ajudar a compor a renda. Que nos bairros da cidade a jornada de trabalho pode chegar de dez a doze horas por dia, com uma renda mensal que gira em torno de dois mil reais. Já na região da Ponte da Amizade a carga horária seria de umas oito horas diárias de trabalho, com uma renda que pode chegar a três mil reais por motorista.

Além dos demais serviços com os quais a cidade conta para o transporte público, que concorrem com o serviço prestado pelos mototaxistas, ainda há a concorrência desleal dos mototaxistas clandestinos, que têm sua clientela no interior dos bairros da cidade de Foz do Iguaçu, tendo o benefício financeiro de não ter que se adequar às exigências impostas pelo poder público à adesão funcional ao trabalho de mototaxista, além de poderem utilizar motos provenientes do Paraguai, muito mais baratas que as nacionais. O entrevistado avalia que haveria cerca de cinquenta mototaxistas clandestinos na cidade, localizados em bairros mais afastados, dificultando sua fiscalização pelo FOZTRANS.

Já o site de notícias G1 trouxe, em 19/03/2013, a informação de que também haveria mototaxistas clandestinos nas imediações da Ponte da Amizade. A notícia informa que houve uma manifestação por parte dos mototaxistas legalizados, próximo à aduana brasileira, pedindo providências ao FOZTRANS no sentido de coibir a prática do transporte clandestino no local⁶⁴.

Figura nº 07: Mototaxistas pedindo mais fiscalização na região da Ponte da Amizade

⁶⁴ <http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2013/03/mototaxistas-pedem-reforco-na-fiscalizacao-na-ponte-da-amizade.html>



Fonte: G1 PR, 19/03/2013.

Há outro grande inconveniente imposto pela legislação municipal, que exige que os mototaxistas estejam vinculados a um ponto fixo, ponto este que depende de alvará de funcionamento, que por sua vez, para ser concedido, depende de uma provação de fiscais do Corpo de Bombeiros local, mas como a maioria dos locais alugados por mototaxistas para se tornarem pontos fixos da atividade não têm conformidade para com a secretaria de habitação, cria-se um empasse. Há, segundo o entrevistado, em seu ponto de mototáxi uma despesa mensal por volta de quatrocentos reais de aluguel, acrescido de conta de luz, água e esgoto, telefone com internet etc., que são divididos entre os trabalhadores vinculados ao ponto.

Durante o decorrer da entrevista, cerca de noventa minutos, não houve a presença de nenhum passageiro que viesse utilizar os serviços de algum dos mototaxistas no local (havia três deles). Nossa recepção foi muito cordial e as respostas deixaram a impressão de serem diretas, sem dissimulação. O senhor Aramis, quando de nossa chegada, nos passou a cadeira que estava usando e apanhou outra para ele. Pôde-se observar que o ponto de mototáxi, que também é a sede improvisada da categoria dos mototaxistas da cidade de Foz do Iguaçu e região, é muito simples, espartana, bem masculina, sem decorações, havendo uma saleta, um banheiro, um aparelho de televisão, cadeiras, um sofá pequeno, um notebook, um bebedouro, um aparelho de telefone fixo com modem wireless de internet conjugado, uma mesa e uma Bíblia.

Figura nº 08: Ponto de Mototaxistas onde houve a entrevista



Fonte: Facebook.com.

5.2 Entrevista com um Representante do Grêmio de Taxistas em Ciudad del Este

Para conseguirmos marcar a entrevista com o presidente do grêmio de taxistas do microcentro de Ciudad del Este, no dia 12 de setembro de 2019, tivemos que percorrer vários pontos de táxi no local, buscando informações de com quem falar e onde ele se localizava. Indo de ponto em ponto, cada vez mais nos aproximávamos do final da rua, já com um nome em mente, o do senhor Derlis Roberto.

Nossa recepção foi cordial, quando conseguimos encontrar nosso entrevistado, e conseguimos marcar um horário para o dia seguinte, 13 de setembro, às dez horas da manhã, no mesmo local onde encontramos o entrevistado, seu ponto de táxi, localizado bem próximo à aduana paraguaia, quase em baixo de um viaduto da pista central do microcentro local.

Ao chegarmos ao ponto de táxi para a entrevista, no horário pré-agendado para tal, encontramos o senhor Derlis conversando com outros taxistas, da mesma forma que o dia anterior, só que neste momento ele pediu licença a seus companheiros de profissão e puxou uma cadeira para nós. A entrevista se deu na calçada, frente à casinha que simbolicamente representa e sinaliza o ponto de táxi do entrevistado, arranjo semelhante ao feito no caso da entrevista anteriormente descrita, com o presidente do sindicato dos mototaxistas de Foz do Iguaçu.

Confirmamos os dados do entrevistado, Derlis Roberto, e quando informamos o nosso nome ele disse que éramos “*tocachos*”, que é o mesmo que “chará” no Brasil, gíria que ele já conhecia, só não se lembrava, mas quando falamos ele se lembrou e confirmou. Fomos informados que o entrevistado vivia em Ciudad del Este desde 1994, tendo nascido e crescido em Coronel Oviedo, cidade entre sua atual morada e a capital de seu país, *Assunción*, estando na atividade de taxista já a mais de vinte e sete anos.

Sua organização sindical é comumente chamada de grêmio taxista, mas seu nome oficial é *Federación de Taxistas CDE* (FETACE). Nela, o senhor Derlis está como presidente já a quatro mandatos, desde o ano de 2010, sendo que ele considera que será este o seu último mandato no grêmio, que deve ter se encerrado no mês de março de 2020. O entrevistado acumula a função de taxista e de dirigente sindical ao mesmo tempo.

Questionado quanto a sua participação na política local de sua cidade, o presidente do grêmio nos informou que já fez campanha política para um candidato de oposição local em 2014, conhecido como “Manito”, indo contra a candidatura do grupo que dominava a política da cidade a mais de dezessete anos, o conhecido “clã” Zacarias. Este grupo acabou sendo denunciado por atos de corrupção no ano de 2018 e tiveram seus cargos destituídos por conta deste fato⁶⁵.

Nosso entrevistado nos informou que há, na cidade em que trabalha, dois grêmios de taxistas, o que ele representa, atuando no microcentro de Ciudad del Este, voltado às necessidades de turistas e de sacoleiros, e outro que atua nos bairros residenciais e administrativos da cidade, atendendo aos moradores da cidade em suas necessidades cotidianas. O grêmio que atua no microcentro conta com 860 membros, o segundo grêmio de taxistas tem por volta de 700 membros.

Nossa fonte nos informou que até o ano de 2007 havia apenas um grêmio, que reunia todos os taxistas do município, mas que neste ano o prefeito à época, Javier Zacarias Irún, forçou a divisão em dois grupos. Logo após este fato, o prefeito renunciou ao cargo, lançando-se como pré-candidato a vice-presidente da república do Paraguai, na chapa de Luis Castiglioni, legando à sua esposa, Sandra Mac Leod Zacarías, seu cargo na prefeitura.

Ao perguntarmos a respeito da percepção do entrevistado em relação ao fato de estar havendo ou não uma mudança na quantidade de turistas e de sacoleiros na cidade, em relação aos outros anos anteriores, fomos informados de que está havendo uma diminuição nos números de ambos os tipos de compradores na sua cidade, o que vem se agravando de ano a ano. O maior

⁶⁵ <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/prefeito-de-ciudad-del-este-sai-e-mulher-assume-o-cargo-ao2r999oszqer69h6cvqytlq/>

problema é que os clientes potenciais diminuem, mas a quantidade de taxistas permanece a mesma, o que acarreta na diminuição da renda média para a categoria.

Outro grande golpe para a categoria dos taxistas da cidade ocorreu no ano de 2002, quando a prefeitura legalizou a atividade de mototáxi na cidade, acarretando mais uma diminuição da renda da categoria, já que os mototáxis são mais baratos e mais ágeis que o táxi, sendo uma opção melhor quando há congestionamentos. O senhor Derlis avalia que haja cerca de 1200 trabalhadores na atividade de mototáxi na cidade.

Quase da mesma forma que aconteceu com os trabalhadores da categoria de mototaxistas, ocorreu com a categoria profissional de motoristas de vans paraguaias, onde a prefeitura autorizou que os motoristas passassem de 400 para 800 no total, o que acarretou mais um forte golpe na renda dos taxistas, pois houve mais disputa por clientes, segundo nosso informante.

Entretanto, o momento de maior impacto no movimento de passageiros nos taxis de Ciudad del Este, segundo o entrevistado, não veio da parte da política local, mas sim do outro lado da fronteira, quando em 2006 a aduana brasileira em Foz do Iguaçu⁶⁶ passou a controlar as cotas de importação por meio de um suporte informatizado, coincidindo com a inauguração das novas instalações da Receita Federal na cabeceira da Ponte da Amizade, no lado brasileiro. Por não poderem passar com mercadorias cujos valores ultrapassassem a cota máxima mensal, os sacoleiros optaram por adotar outras táticas para conseguirem burlar a fiscalização aduaneira⁶⁷.

Figura nº 09: Atuação na aduana da RFB na Ponte da Amizade

⁶⁶<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1340781-5598,00-NOVA+ADUANA+DE+FOZ+DO+IGUACU+PASSA+A+FUNCIONAR+HORAS.html>

⁶⁷ Para maiores informações a respeito: Táticas Aplicadas por Sacoleiros na Realização do Descaminho na Ponte da Amizade (COSTA; CARDIN, 2019).

/ BRASIL

07/11/2006 - 09h37m - Atualizado em 07/11/2006 - 13h49m

NOVA ADUANA DE FOZ DO IGUAÇU PASSA A FUNCIONAR 24 HORAS

Na primeira madrugada, policiais recuperaram carro roubado e agentes fiscalizaram todos os veículos, motos e pedestres



[RSS](#)

[Imprimir](#)

[Enviar por e-mail](#)

[Receber Newsletter](#)

Do G1, em São Paulo, com informações do Bom Dia Brasil

Fonte: G1, 07/11/2006.

Devido às novas medidas adotadas pelas autoridades fiscais no Brasil, os contrabandistas, praticantes de descaminho, traficantes de drogas, armas e munições, tiveram que buscar alternativas outras que não a passagem pela Ponte da Amizade, o que impactou, naquela época, a renda de todos os prestadores de serviços de transporte que faziam tal travessia internacional, tanto taxistas, mototaxistas, motoristas de vans, empresas de ônibus etc.

O senhor Derlis apontou-nos uma das táticas adotadas por alguns sacoleiros, na tentativa de fugir à fiscalização feita pela nova aduana brasileira, que passaram a utilizar a fronteira em dois outros pontos, um em Salto del Guairá e Pedro Juan Caballero, no Paraguai, atravessando para as cidades de Guaíra, no Paraná, e Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, respectivamente. No entanto, mesmo havendo um comércio de produtos importados, nos mesmos moldes dos de Ciudad del Este, nestes pontos da fronteira citados, os sacoleiros continuam indo à esta cidade devido a uma maior quantidade de produtos e o preço um pouco menor praticado pelas lojas.

Na dissertação de mestrado de Rafael Dolzan (2019), houve a proposição da hipótese de que uma acentuada diminuição na população da cidade de Foz do Iguaçu, a partir de uma maior efetividade da parte da Receita Federal e seus apoios no combate ao contrabando, ao

descaminho, ao tráfico de drogas e armas, no combate à pirataria, teria sua explicação justamente nestas medidas. O depoimento de nosso entrevistado, neste ponto da conversa, vem reforçar a validade desta hipótese e confirmar a força das ações do Estado nas vidas dos cidadãos comuns.

Outra tática utilizada por sacoleiros para evitarem as novas medidas do fisco nacional, foi a opção da passagem de suas mercadorias pelo rio Paraná, utilizando-se de barcos para tal fim. A partir desta iniciativa reforçou-se mais uma face do circuito sacoleiro, onde portos clandestinos foram estabelecidos às margens do rio, que recebiam os “barqueiros”, onde “mulas” carregavam e descarregavam mercadorias, onde motoristas retiravam os produtos e os levavam para os locais de armazenagem improvisados etc.

Figura nº 10: Porto Clandestino no Rio Paraná



Fonte: <https://istoe.com.br>, 02/12/2016.

Nosso entrevistado voltou a nos contar a respeito da competição, desta vez desleal, segundo sua visão do problema, implementada por vans de empresas brasileiras de turismo, que estariam fazendo propaganda negativa dos serviços de taxis de Ciudad del Este, acusando-os de desonestos e perigosos. O intuito seria o de induzir os turistas brasileiros a utilizarem apenas os serviços de transporte de tais empresas, que ao contrário dos taxistas, que apenas trazem do Paraguai ao Brasil, podem ir e vir pela Ponte da Amizade sem problemas, recebendo pelas duas viagens. Haveria, segundo o senhor Derlis, avisos em hotéis de Foz do Iguaçu recomendando a não utilização dos serviços de taxistas paraguaios, o que afastaria mais ainda o passageiro.

Outro obstáculo às atividades dos taxistas filiados ao FETACE é o fato de a FOZTRANS e a ANTT, responsáveis pela fiscalização do transporte em Foz do Iguaçu, estabelecerem regras bem restritas ao funcionamento dos serviços de transporte de passageiro internacionais, havendo um controle da parte dos agentes para verificarem se o passageiro irá voltar ao Paraguai para realizar mais compras após chegar ao Brasil pela ponte, havendo a necessidade de se carimbar um formulário controlando esta prática, caso ocorra.

Para o presidente do grêmio de taxistas (FETACE) não há impacto em sua atividade advinda da implementação, no Paraguai, dos serviços de transporte por aplicativo, que no caso do país vizinho é conhecido como MUV, pois o serviço que os taxistas do seu grêmio realizam é internacional, não podendo ser feito por aplicativo. Mas, pode ser que o outro grêmio de taxistas, o que atua nos bairros, tenha sentido alguma interferência em sua atividade.

Encontramos a menção, em um periódico nacional⁶⁸, a respeito do tema da interferência dos serviços por aplicativo em Ciudad del Este, indo contra a informação que o nosso entrevistado nos passou. No entanto, além de fornecer um nome diferente para o presidente do grêmio (acreditamos que possa se tratar do grêmio que atua nos bairros), o texto cita uma certa crise no comércio da cidade como fonte de problemas no setor de transporte. Mas, sabemos que (antes da pandemia que levou ao fechamento do comércio e da fronteira) o comércio de Ciudad del Este estava se recuperando, com muitas lojas se revitalizando, ao mesmo tempo que estava havendo uma modesta recuperação econômica no Brasil.

Figura nº 11: Notícia a respeito da concorrência entre taxistas e motoristas do MUV

⁶⁸ <https://www.radioculturafoz.com.br/2019/07/13/crise-em-ciudad-del-este-afeta-taxistas/>

Crise em Ciudad del Este afeta taxistas

De 2200 unidades, apenas 800 seguem trabalhando. MUV, versão paraguaia do Uber, também ameaça o serviço.

por **Josué Calebe** — 13 de julho de 2019 em **Fronteira** 1 min para ler



Fonte: www.radioculturafoz.com.br, 13/07/2019.

As atividades do grêmio de taxistas do microcentro se mantêm com a contribuição mensal da parte de seus membros, no valor de R\$ 5,00, cerca de G\$ 7.000,00 (sete mil guaranis, moeda oficial paraguaia), e sua sede está localizada em um endereço periférico do microcentro, que segundo o senhor Derlis fica em frente à Pizza Hut.

Ao ser questionado a respeito da relação dos membros do grêmio FETACE com os funcionários da Receita Federal do Brasil, o entrevistado nos informou que não há muitos problemas nesta relação, que quando algum passageiro é flagrado com mercadoria irregular este é detido e o taxista segue sem maiores problemas, não comprometendo o motorista do taxi.

No entanto, se não está havendo problemas hoje em dia, já houve problemas entre a FETACE e os agentes da Receita Federal, pois em uma reportagem, na Gazeta do Povo⁶⁹, do ano de 2006, há a informação de que a Ponte da Amizade foi fechada por taxistas insatisfeitos com o procedimento de tais agentes, que quando encontravam contrabando e descaminho em

⁶⁹ <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/paraguaios-fecham-ponte-da-amizade-em-protesto-contraprensao-de-taxis-9xbhsmjtj110m1r5u2u3gjt15a/>

algum veículo estavam fazendo a apreensão do mesmo, causando prejuízos aos trabalhadores do grêmio.

Figura nº 12: Conflito entre RFB e taxistas paraguaios

 ÚLTIMAS |
  LEITURÔMETRO |
  WISE UP NEWS

GAZETA DO POVO
Quarta-feira, 30 de Dezembro de 2020.

> **Vida e Cidadania**

| FRONTEIRA

Paraguaios fecham Ponte da Amizade em protesto contra apreensão de táxis

Por Denise Paro 08/03/2006 18:53

Fonte: Gazeta do Povo, 08/03/2006.

Para nosso entrevistado, a maior reivindicação do grêmio de taxistas de Ciudad del Este e seus membros é a adoção da mesma obrigatoriedade por que passam os taxistas e mototaxistas que trabalham de cada lado da fronteira, onde quem é paraguaio leva de Ciudad del Este a Foz do Iguaçu, e que é brasileiro faz o serviço no sentido inverso, aplicada às vans de turismo de empresas brasileiras, o que distribuiria o trabalho de forma mais homogênea e distribuiria a renda entre todos os serviços.

Quando questionamos sobre a forma de trabalho descrita acima, com a divisão da rota conforme a nacionalidade, o senhor Derlis no informou que no início houve resistência da parte dos taxistas do Brasil, mas que com o tempo acabaram aceitando a nova organização. Este fato é o contrário do relatado logo acima, pelo senhor Aramis, presidente do sindicato de mototaxistas de foz do Iguaçu, que informou que seus congêneres do país vizinho é que não gostaram da medida de se dividir as rotas por origem.

Com relação à prática, drástica e frequente, de se fechar o fluxo de veículos na Ponte da Amizade por parte de grupos de interesse descontentes com algum dos governos de um dos lados da fronteira, fomos informados que tal medida sempre traz algum bom resultado e que

não há uma organização prévia do que será feito, inexistindo uma centralização de ações e decisões, tudo se dando de forma espontânea.

Ao final da entrevista, o senhor Derlis, presidente da *Federación de Taxistas de CDE*, nos informou que após a queda do “clã” Zacarias do governo da prefeitura local⁷⁰, os sindicatos de trabalhadores que atuam em Ciudad del Este têm tido um maior acesso ao poder municipal, o que está dando aos trabalhadores melhores perspectivas futuras em seus negócios.

5.3 Entrevista com um Representante de uma Associação de Motoristas de Vans em Ciudad del Este

Na tentativa de um contato com um representante de motoristas de vans de transporte de passageiros, entre o Brasil e o Paraguai, que trabalham conduzindo turistas, trabalhadores paraguaios até Foz do Iguaçu, sacoleiros e laranjas, obtivemos a informação que deveríamos buscar pelo presidente da associação destes trabalhadores, chamado Dani Lopez, na verdade o nome é Daniel Lopez, conforme verificamos mais tarde. Para encontrá-lo fomos de ponto em ponto de vans – as que ficam na via principal que se liga à Ponte da Amizade – da mesma forma que procedemos ao tentar entrevistar o senhor Derlis Roberto, citado acima.

Quando finalmente encontramos o senhor Daniel Lopez, ele não nos recebeu bem, ao contrário das duas experiências precedentes, anteriormente relatadas, tentando se esquivar de conceder a entrevista, indicando outro motorista de van para tomar seu lugar, afirmando que ele já havia sido presidente da associação e que teria mais experiência. No entanto, nem este motorista estava disposto a falar conosco.

Para conseguirmos a entrevista com o senhor Daniel tivemos de usar de muita paciência, pois ele se levantava, andava à nossa volta, ia até sua van, retornava, perguntava a respeito de nossas intenções, levantava novamente, conversava com passageiros, com outros motoristas, voltava, enquanto nós conversávamos amenidades com alguns outros motoristas do ponto. Após vários minutos o entrevistado acalmou-se e sentou-se a nosso lado e começamos a conversa.

Começamos questionando qual seria o significado do nome de sua associação, que consta pintada ao lado de cada uma das vans de seus membros. Ele afirmou que A.T.A.C.A. significava “*asociación de transporte alternativo corredor A*”, sendo que sua associação apenas representava as vans que faziam ponto naquele local, em apenas uma das ruas – por

⁷⁰ <https://www.h2foz.com.br/noticia/depois-de-17-anos-de-cla-zacarias-ciudad-del-este-tem-avancos-contra-a-corrupcao>

sinal a mais importante do microcentro – e que há várias outras associações de motoristas de vans que atendem aos turistas e sacoleiros que visitam a cidade.

Figura nº 13: Distribuição de alimentos na sede da A.T.A.C.A.



Fonte: Facebook.com

Somos obrigados a reconhecer que, após alguns anos andando pelas ruas de Ciudad del Este, nunca havíamos observado da organização de seu transporte, nos pontos de táxi, mototáxis, de vans, todos sinalizados, bem distribuídos e organizados, com pintura padronizada, cobertura, inscrições, todos espalhados pelo microcentro.

O presidente da associação dos motoristas de vans que atuam no corredor A tinha, à época da entrevista, 45 anos e é natural de Pedro Juan Caballero, no Paraguai, cidade gêmea a Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, Brasil. Trabalhava, em sua cidade natal, como vendedor e a treze anos chegou a Ciudad del Este, indo direto a trabalhar como motorista de vans de transporte de passageiros.

O entrevistado nos pintou um quadro muito triste de sua chegada, onde as ruas estavam vazias, sem turistas ou sacoleiros, quando passava o dia sem transportar um único passageiro. Afirmou que tal fato se devia, naquele tempo, ao preço muito alto da cotação do dólar e ao fato de o Brasil estar passando por uma crise econômica muito grave.

Creemos que o senhor Daniel Lopez se utilizou de uma resposta padrão para se referir a um momento de dificuldades econômicas para a atividade sacoleira, citando problemas externos à fronteira, mas lembramos ao leitor que sua chegada a Ciudad del Este coincide com a inauguração das novas instalações da aduana da Receita Federal em Foz do Iguaçu, no ano de

2006⁷¹, fato já citado anteriormente, e o que pode ter ocorrido é o efeito das medidas mais fortes no combate ao contrabando, descaminho, tráfico de drogas, munições e armas, além da pirataria, adotadas pelo Estado brasileiro desde então.

Para confirmar o que dissemos acima, e confrontar as palavras do entrevistado, lembramos que a economia brasileira estava vivendo um bom momento àquela época, com um aumento no Produto Interno Bruto (PIB) de 4% em 2006⁷² e de 6,1% em 2007⁷³. Assim, aparentemente, a economia pode ser um grande “bode expiatório” nas explicações de problemas de um passado relativamente recente, sendo um lugar comum nos discursos de nossos entrevistados.

Para nossa fonte, que já viveu e presenciou muitos fatos em sua atividade como motorista de vans de transporte de passageiros em nossa fronteira de estudo, o comprador, em momentos de crise, precisa de um tempo para se acostumar à realidade dos novos preços e condições econômicas diversas, voltando a comprar com o passar do tempo, após uma espécie de regulação do mercado. Na visão do senhor Daniel Lopez, o número de turistas e de sacoleiros não tem variado muito nos últimos anos – ao contrário do que afirmou o senhor Derlis Roberto.

Fomos informados pelo presidente da associação A.T.A.C.A. que ele estava exercendo as funções de presidente da mesma havia oito dias da data da entrevista, recebendo cerca de setenta por cento dos votos de seus companheiros de profissão, tendo feito uma campanha com bastante apoio. Muitas das vans da associação têm coladas ao para-brisas o nome “Dani Lopez” e chegamos a pensar que se tratasse de um apoio político na disputa de um cargo oficial, sendo que ficamos sabendo que se tratava de uma eleição sindical apenas.

A associação dirigida por Daniel Lopez conta com a adesão de cerca de 250 sócios, todos possuindo permissão para fazerem ponto de embarque de passageiros em um local privilegiado do microcentro, chamado de “parada A”, em um arranjo espacial já citado anteriormente. Ao todo haveria um número de 800 motoristas de vans trabalhando no microcentro de Ciudad del Este, número que confirma as estimativas do senhor Derlis Roberto, presidente da FETACE, que estimou em 800 os motoristas de vans, em 1200 os mototaxistas e em 860 o número de taxistas trabalhando no microcentro.

⁷¹ <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1340781-5598,00-NOVA+ADUANA+DE+FOZ+DO+IGUACU+P+ASSA+A+FUNCIONAR+HORAS.html>

⁷² <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13565-asi-pib-cresceu-40-e-foi-de-r-237-trilhoes-em-2006>

⁷³ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13737-asi-em-2007-pib-atinge-r-27-trilhoes-e-cresce-61>

O nosso entrevistado informou-nos que não haveria conflito entre os trabalhadores de sua categoria funcional e as demais categorias de trabalhadores que transportam passageiros de Ciudad del Este a Foz do Iguaçu. Resposta semelhante foi dada ao mesmo questionamento a respeito do relacionamento entre os motoristas de vans e os funcionários da Receita Federal do Brasil e seus apoios na aduana do lado brasileiro.

Daniel Lopez nos informou que sua renda como motorista de vans de passageiros depende diretamente dos sacoleiros, que são a maioria de seus clientes – sabemos, por observação, que muitos dos sacoleiros tendem a utilizarem os mesmos meios de transporte para atravessarem a Ponte da Amizade, optando pelos mesmos motoristas, o que cria uma relação de confiança entre ambos com o passar do tempo.

O caixa da associação de motoristas de vans da “parada A” é abastecido com a contribuição mensal de seus membros, a exemplo do grêmio de taxistas, o FETACE, no valor de G\$ 2.000,00 (dois mil guaranis), o que ajuda na manutenção dos trabalhos de organização. Além desta informação acima, foi-nos contado que na gestão anterior a categoria era obrigada a fazer campanha política para o governo municipal de então, o já citado “clã Zacarias”⁷⁴.

Ao final da entrevista com o senhor Daniel Lopez, presidente da A.T.A.C.A., fomos surpreendidos com uma mudança súbita de humor, quando ele sacou do bolso um smartphone e começou a nos mostrar fotografias da sede social de sua associação. A sede mostrada nas fotos era muito bem construída, tendo área de lazer, banheiros, campos de futebol, de vôlei e churrasqueira. Para justificar tal estrutura, o senhor Daniel nos disse que a verba para a construção e a manutenção de tal espaço seria proveniente das propagandas que as lojas de Ciudad del Este fazem na lataria das vans de passageiros.

5.4 Entrevista com um Representante da Polícia Nacional do Paraguai em Ciudad del Este

No intuito de compreendermos melhor a organização das forças de segurança em nosso país vizinho, o Paraguai, destacaremos um trecho da dissertação de mestrado de Fabiano Bourdignon (2019), que fez algumas considerações a respeito do tema quando de sua pesquisa:

No Paraguai, a Constituição Federal de 1992, no artigo 175 faz referência à Polícia Nacional. A lei nº 222/93, sancionada em 29 de junho de 1993, dispõe sobre a organização da Polícia Nacional, vinculada ao Ministério da Segurança do Paraguai, única de nível nacional, com atribuições de controle de fronteiras, polícia de segurança (ostensiva) e de investigação (judiciária ou repressiva). A “Patrulla Caminera” que atua nas rodovias está vinculada ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações,

⁷⁴ <https://www.h2foz.com.br/noticia/depois-de-17-anos-de-cla-zacarias-ciudad-del-este-tem-avancos-contra-a-corrupcao>

sem representar uma Polícia no sentido estrito do termo. Posteriormente, o artigo 272 da Constituição Paraguaia permite a criação de uma Polícia Judicial, vinculada ao Poder Judiciário. Essa força policial, entretanto, não foi instituída naquele país. (BORDIGNON, 2019, p. 45)

Já havíamos descrito como chegamos a fazer a entrevista com o representante da Polícia Nacional del Paraguai (PNP), e passaremos a descrever a entrevista propriamente dita, tendo contado com a explicação do arranjo das forças policiais no Paraguai.

Quando fomos marcar uma entrevista com algum representante do PNP, para nossa surpresa o responsável pela anotação das ocorrências nos forneceu as informações que achou que queríamos. Isto ocorreu no dia 12 de setembro de 2019, na aduana paraguaia em Ciudad del Este, numa das salas ocupadas pela PNP naquele prédio, no segundo andar.

Nosso entrevistado, o soldado da PNP Eugenio Gilberto Villalba, após saber que não éramos “*periodistas*” ficou mais tranquilo e comunicativo. Ele começou a nos informar que sua corporação havia sido criada durante o governo de Fernando Lugo⁷⁵ (de 2008 a 2012), presidente que sofreu um rápido processo de Impedimento, aprovado em 22 de junho de 2012 (algo semelhante ao ocorrido no Brasil, com Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016⁷⁶).

A aparência do uniforme dos membros desta polícia paraguaia é o de um modelo mais antigo, como um uniforme da aeronáutica brasileira, um azul claro (*celeste*), com quepe e galonas, tudo muito bem limpo e alinhado. Este fardamento teria sido introduzido, segundo o soldado Villalba, entre os anos de 2012 e 2013.

Na visão de nosso entrevistado, sua corporação, como queria Lugo, deveria ser uma polícia mais obediente às leis, não tendo liberdade para deliberar como se comportar, que combatesse o costume policial anterior de se corromper perante os praticantes de ilícitos fronteiriços na cidade.

Para o Soldado Villalba o fluxo de turistas e de sacoleiros vinha diminuindo gradativamente nos últimos anos, o que estava preocupando as autoridades locais, pois (e isto é o mais importante para nós) haveria uma relação direta entre a quantidade de compristas nas lojas de Ciudad del Este e o combate ao crime na cidade. Uma relação diretamente inversa, pois quanto mais compristas, menor e a taxa de crimes locais.

A explicação se encontra no fato de os adolescentes (principalmente, conforme exemplo do entrevistado) têm como vender itens de pequeno valor nas ruas, prestar pequenos serviços, como o de guias informais ou carregadores, o que geraria renda e os afastaria dos crimes. No

⁷⁵ <https://exame.abril.com.br/mundo/lugo-o-primeiro-presidente-do-paraguai-cassado>

⁷⁶ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>

entanto, quanto menos compradores houver, mas estes jovens ficarão desocupados e aumentará a taxa de violência na cidade, acarretando sobrecarga aos membros da PNP.

Ao questionarmos o significado do curioso escudo da corporação a que o Soldado Eugenio está vinculado, que estava em um banner ao fundo de sua sala de trabalho, que traz um mapa do Paraguai inscrito sobre uma estrela de cinco pontas, dois ramos de vegetação ao lado e um curioso galo, parecido com um “galinho garnisé”, à frente, ele se levantou sorrindo e foi até o banner para nos apresentar uma explicação.

Para ele, a estrela simbolizava sua corporação, a PNP, que cobria o território paraguaio, representado pelo mapa, já os ramos de vegetação representavam dois tipos de planta, da região do Chaco paraguaio, que têm a fama de serem muito resistentes às adversidades (no caso ao clima inóspito da região de onde são endêmicas) e o galo simboliza a disposição do Paraguai à luta, mesmo sendo um país com território menor que o dos seus vizinhos. O curioso é o fato de o galo lembrar o formato do mapa do Paraguai, mais um motivo de sua escolha.

Figura nº 14: Distintivo da PNP



Fonte: www.policianacional.gov.py

Nos despedimos do Soldado que nos forneceu esta entrevista, agradecemos a gentileza (apesar de ter sido uma entrevista muito breve e tumultuada), partindo com a sensação de que poderíamos ter tido melhores informações se as tivéssemos obtido de um oficial responsável (que estava na sala em frente, vendo televisão e descansando). Mesmo assim, o fato de sabermos a respeito da visão local de que o que é ilegal para o Estado brasileiro se constitui em medida profilática contra o crime do outro lado da fronteira, já valeu a visita.

5.5 Entrevistas Realizadas com Sacoleiros, Laranjas e Outros Apenados da Justiça Federal em Foz do Iguaçu

Como já havíamos adiantado no capítulo dedicado às considerações referentes à metodologia de trabalho que nos propusemos a adotar nesta pesquisa voltada a uma dissertação de mestrado, havíamos efetuado vinte e uma entrevistas com apenados da Justiça Federal, que prestavam serviços à sociedade, como forma de pagar suas penas criminais, nas dependências do 14º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Paraná.

Antes de iniciarmos a descrição destas entrevistas teremos de tecer algumas considerações, já que temos que reconhecer o fato de estes sacoleiros, laranjas e afins, entrevistados por nós, poderem não representar de forma homogênea o comportamento ou ideias dos sacoleiros, não podendo ser tomados como uma média ou serem essencializados como uma espécie de padrão dos sujeitos que praticam os ilícitos penais de contrabando e descaminho na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

Desta forma, teremos que encarar cada história como única, mas mantendo a possibilidade de encontrarmos traços de comportamento e táticas comuns, que dentre os entrevistados sirvam de exemplo das possibilidades que encontraríamos se houvésssemos entrevistado todos os sacoleiros e laranjas atuantes em Foz do Iguaçu e região, sendo que semelhanças nas trajetórias destes vinte e um entrevistados já são dados relevantes para nós.

Outra consideração, que somos forçados a fazer, se refere ao local das entrevistas, pois dar uma entrevista, admitindo ilegalidades feitas, que os levaram a serem julgados e condenados, nas dependências de um batalhão de polícia militar, certamente pode ter tido alguma influência na seleção do que afirmar e do que silenciar. Tanto que alguns entrevistados começavam muito cautelosos e aos poucos iam se soltando, já outros apresentavam muita ousadia, como se quisessem desafiar a instituição onde cumpriam sua pena. Portanto, todas as

afirmações têm de ser consideradas não como verdade absoluta dos fatos, mas como versões possíveis da realidade por eles vivida.

Mais um fato, muito relevante, a ser considerado é o de que estes vinte e um entrevistados são, na verdade, os sacoleiros e laranjas que efetivamente foram pegos e processados pela justiça, ou seja, são os “perdedores” nesta disputa entre o ilícito fronteiriço e o Estado impositor de regras. Sendo assim, suas táticas aplicadas na tentativa de evadirem-se do controle e fiscalização aduaneira não foram suficientemente boas a ponto de se sobrepujarem às estratégias estatais de combate a seus atos infratores.

O fato de as entrevistas serem dadas a alguém que representa uma instituição estatal de ensino e pesquisa, mesmo que alguns dos entrevistados não tivessem a real dimensão de nossas funções naquele espaço, pode ter gerado um efeito inibitório em alguma medida não determinável, ou gerado uma postura de desafio (como citado acima e veremos no decorrer das descrições), sendo que a presença do pesquisador não pode ser desconsiderada como fonte de perturbação nos resultados da experiência.

Asseguramos que fizemos todo o possível para garantir o anonimato dos entrevistados, assim como preservar nossos encontros de olhares e ouvidos curiosos, buscando o isolamento em salas fechadas, modulação do tom de voz quando necessário, evitando comentários de informações fora dos ambientes de entrevista, como evitando comentário de dados obtidos de um entrevistado com os demais.

Mesmo assim, após todas estas considerações, podemos afirmar que o material obtido nas entrevistas foi, por nós, considerado muito rico e fundamental para a apresentação das considerações que poderemos fazer ao final do texto desta pesquisa de mestrado, já que traz, mais do que informações, trajetórias de vidas, e que poderemos comparar internamente as declarações, que têm entre si muito em comum.

Optamos, para facilitar o entendimento dos fatos, dividir cada uma das entrevistas em tópicos e apresentar em cada tópico o conjunto de informações recebidas dos entrevistados. Desta forma o leitor poderá ter em grupo os dados concernentes a cada conjunto de dados particionado e o estudo será mais fácil e direto, não sendo necessário recorrer à memória ou voltar em uma entrevista específica buscando dados já lidos acima. Esta medida visa também aumentar a impessoalidade e preservar melhor as reais identidades dos participantes.

Lembramos que o nome que aparecerá, para cada um dos entrevistados, foi escolhido pelo próprio participante de nossas entrevistas, não sendo possível para uma pessoa externa à entrevista saber qual é a real identidade do interlocutor em cada momento das vinte e uma entrevistas individuais. As idades destes entrevistados serão categorizadas em faixas de dez em

dez anos, para dificultar mais ainda sua identificação, e a idades de seus filhos não serão mencionadas com o mesmo objetivo.

Outro ponto a ser considerado é o fato de ter havido, durante as entrevistas, uma grande carga de assuntos paralelos ao tema principal e outras conversas sobre assuntos pessoais – que por si só já subsidiariam um projeto de pesquisa com características do campo próprio à Antropologia e seus métodos. Assim, tais informações, que não cabem nas categorias abaixo elencadas, serão de conhecimento apenas do pesquisador e seus entrevistados, individualmente, e farão apenas parte de nossas vidas particulares. Recomenda-se fortemente que quem puder ouvir e registrar as histórias de vida destes personagens fronteiriços que o faça, pois ganhará em qualidade de pesquisa e em experiência de vida.

Para podermos entender como se dá o pagamento da pena estabelecida pelo juiz a cada apenado temos que considerar a obrigatoriedade de se prestar serviços a um órgão público (em nosso caso no 14º BPM-PR), tendo de cumprir uma carga horária mensal de pelo menos 30 horas – como se para cada dia que se passaria na prisão, encarcerados, os apenados tivessem que dispendir uma hora de trabalho. Há também a obrigatoriedade de se pagar uma multa, o que se reverte a um fundo que está subsidiando as obras no próprio 14º BPM-PR, por exemplo.

5.5.1 Características

O intuito nesta seção é a de fornecer informações a respeito dos sujeitos que foram entrevistados por nós no 14º BPM-PR. Tal divisão foi feita para dificultar a identificação dos mesmos, não para os desumanizar. Tentamos agrupar por categorias os assuntos mais discutidos durante as entrevistas para facilitar pesquisas futuras neste material. Acreditamos ser a melhor forma de lidar com a grande quantidade de material obtido dos entrevistados.

Oliveira está na faixa dos 30 anos de idade, sendo natural de Pato Branco, no Paraná, no entanto foi criado em Curitiba. Veio morar em Foz do Iguaçu aos 15 anos. Iniciou sua vida laboral trabalhando como zelador, o que durou 8 meses. É casado e tem um filho. Possui segundo grau completo.

Wellington estava na faixa de idade dos 40 anos, sendo natural de Taguatinga-DF. Aos 8 anos foi para a Paraíba, e aos 13 anos de idade foi para São Paulo para morar e trabalhar de camelô (marreteiro) com um tio, vendendo balas e chocolates. Tem esposa e dois filhos. Estudou até o segundo ano do ensino fundamental.

Gabriel apresentava, à data da entrevista conosco, uma idade na faixa dos 40 anos de idade. É natural da cidade de Toledo, porém foi criado na região de Curitiba. Já vivia a 25 anos em Foz do Iguaçu. Possui o equivalente ao 1º ano do ensino médio.

Marlon tem idade para ser qualificado na faixa dos 30 anos. Nasceu em Foz do Iguaçu, onde tem esposa e três filhos. Parou seus estudos no primeiro ano do ensino médio devido ao seu casamento.

Festugato pode ser classificado no grupo de idades que varia dos 20 aos 30 anos, sendo natural da cidade de Chapecó-SC, e aos 6 anos de idade veio morar em Foz do Iguaçu, é casado e tem filhos. Seu nível de instrução é o superior incompleto, tendo cursado o direito. Foi emancipado aos 17 anos de idade.

José tem uma idade condizente com a faixa dos 50 anos, sendo natural da cidade de Ubitatã, no Paraná. Está morando a vinte anos em Foz do Iguaçu, onde tem esposa, dois filhos e até netos.

Rogério Ceni (não o famoso goleiro do São Paulo) é natural do oeste do Paraná (não especificaremos devido o conteúdo da entrevista ser comprometedor) e se encontra na faixa de idade dos 40 anos. É separado e tem filhos. Trabalhou, no início dos anos 2000 como agente de uma das forças de segurança que atuam na fronteira. Tem ensino superior incompleto (nos cursos de direito e de administração).

Canhoto se encontra na faixa de idade dos quarenta anos, sendo natural de Foz do Iguaçu. Tem esposa e dois filhos. Tem o ensino fundamental completo. Nascido de pai brasileiro e mãe paraguaia (que vivia em Coronel Oviedo, Paraguai, quando da entrevista). Entende bem o guarani e fala um pouco.

Marcelo nasceu e foi criado em Foz do Iguaçu, tendo idade compatível com a faixa dos trinta anos. É casado e tem dois filhos. Estudou até a antiga sétima série do primário (atualmente oitavo ano do ensino fundamental). Foi membro do grupo chamado de Guarda Mirim⁷⁷ em Foz do Iguaçu.

Bruno é natural do estado da Paraíba, de um município do interior do estado, e está na faixa de idade dos trinta anos. É morador de Foz do Iguaçu a oito anos, mas já vinha à cidade para atuar no circuito sacoleiro antes disto. Cursou até a 5ª série do primário (atual 6º ano do ensino fundamental), é casado e tem quatro filhos.

⁷⁷ <http://www.guardamirimfoz.org.br/>

João é paranaense, natural da cidade de Matelândia e se encontra na faixa de idade dos trinta anos. Mora em Foz do Iguaçu a três anos. Tem esposa e dois filhos. Possui formação universitária completa.

Pereira é natural de um município no interior de Rondônia, tendo idade compatível com a faixa dos trinta anos. É separado e tem um filho. Estudou até a 7ª série do antigo primário (8º ano do ensino fundamental). Aos 12 anos de idade foi para Cuiabá, no Mato Grosso. Aos 15 mudou-se para Umuarama, onde cortava cana-de-açúcar. Veio morar em Foz do Iguaçu com 18 anos.

Ana Livia se encontra na faixa de idade dos trinta anos, sendo natural de um município do interior do Paraná, no sudoeste do estado. É casada e tem dois filhos. Tem formação secundária completa (atual ensino médio). Veio morar em Foz do Iguaçu com a idade de quatro anos.

Ana Livia foi a única mulher que entrevistamos durante nosso trabalho de campo no 14º BPM-PR. Isto se deveu ao fato de que há realmente menos mulheres prestando serviços comunitários no batalhão, como também ao fato de que a maioria das mulheres que estavam cumprindo pena neste espaço estavam alocadas na cozinha, onde o trabalho era intenso. Apesar de termos pedido para entrevistá-las isto nunca ocorreu.

Lilico é natural de uma cidade do litoral cearense e tem idade na faixa dos trinta anos. Tem esposa. Com um ano de idade foi com a família para São Paulo, onde trabalhou como metalúrgico. Em 1992 veio para Foz do Iguaçu para trabalhar, na mesma atividade que exercia em São Paulo, na Usina Hidrelétrica de Itaipu. Tem ensino superior e especialização em educação.

Pedro se encontra na faixa de idade dos vinte anos, sendo natural de Sete Quedas, no Mato Grosso do Sul. Mudou-se para Pérola do Oeste aos cinco anos de idade e com sete passou a morar em Foz do Iguaçu. Tem esposa e um filho. Sua formação escolar parou no segundo ano do ensino secundário.

André, cuja idade se enquadra na faixa dos trinta anos, é natural de Capitão Leônidas Marques, sendo casado e tem três filhos. Veio morar em Foz do Iguaçu com cinco anos de idade. Possui ensino médio completo.

Dentinho é natural de Foz do Iguaçu e se encontra na faixa de idade compatível com a dos trinta anos. Parou seus estudos na sétima série do primário (atualmente 8º ano do ensino fundamental).

Cristian é natural de um município no interior de Rondônia e se encontra na faixa de idade dos trinta anos. Sempre esteve ativo economicamente, trabalhando em várias atividades

desde a infância, tendo sido vendedor ambulante de garapa de cana, servente de pedreiro, cobrador para uma metalúrgica, guarda/atendente/gerente de hotel, garimpeiro e representante comercial, tudo antes de chegar até Foz do Iguaçu a seis anos atrás. Tem esposa e cinco filhos. Estudou até a 7ª série do primário (8º ano do ensino fundamental).

Kalel se encontra na faixa de idade compatível com a dos trinta anos. É natural de Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul. Chegou a Foz do Iguaçu com dezoito anos de idade, sendo solteiro e sem filhos. Tem o ensino médio completo.

5.5.2 Ingresso no Circuito Sacoleiro

O contexto que serve como pano de fundo para o ingresso destes sujeitos descritos abaixo já foi tratado por nós nos trechos acima, mas podemos lembrar que o aumento da atividade no circuito sacoleiro coincidiu com o final dos governos do regime militar pós 1964, quando a inflação, aliada ao desemprego, aumentou o número de pessoas no chamado exército de reserva. Sem emprego e renda muitas pessoas, até famílias inteiras, encontraram na ilegalidade seu sustento, se aproveitando das vantagens de se viver na fronteira.

Os planos econômicos oriundos dos governos democráticos que se seguiram ao fim do regime militar apenas serviram para empobrecer ainda mais a população mais pobre, tornando a atividade no circuito sacoleiro uma alternativa mais atraente do que a indigência total, como se pôde ver nas capitais brasileiras nas décadas de 1990, por exemplo.

Oliveira começou a operar no circuito sacoleiro, aos 15 anos de idade, como laranja. Foi levado por conhecidos a fazer ponto em frente à loja Macedônia, no microcentro de Foz do Iguaçu. Recebia por cada vez em que passava na Ponte da Amizade R\$ 15,00, e destes ele tinha que tirar R\$ 5,00 para pagar uma van de passageiros (ou fazia um pacote com a van, para reduzir os custos para ele e para se manter cliente da van). Algumas vezes ia a pé mesmo.

Wellington iniciou suas atividades como sacoleiro no ano de 1994. Pagava R\$ 200,00 pelas passagens no ônibus de viagem que o transportava, mais R\$ 35,00 no hotel Vila, onde pernoitava, além de despesas de alimentação e de dois a três reais por travessia da Ponte da Amizade numa van – quando o medo era de ser parado na aduana brasileira em um dos chamados “chiqueirinhos”, onde ocorria a fiscalização da Receita Federal.

Gabriel ingressou nas atividades do circuito sacoleiro havia 10 anos, inicialmente fazendo “rapel” (descendo mercadoria por corda do alto da Ponte da Amizade até um carregador abaixo, evitando passar pela aduana no lado brasileiro da fronteira).

Marlon iniciou suas atividades no circuito sacoleiro já como motorista de veículo com mercadorias descaminhadas.

Festugato e alguns de seus irmãos foram introduzidos na atividade sacoleira seguindo o exemplo da própria mãe, que era laranja à época, sendo que no início ele comprava brinquedos, meias e camisetas em Ciudad del Este, transportava por conta própria pela Ponte da Amizade e revendia a clientes fixos.

José, como conhecia frentistas, pois exercia a profissão de mecânico de automóveis em Foz do Iguaçu, passou a exercer a função de motorista para terceiros, levando mercadorias descaminhadas e contrabandeadas.

Rogério Ceni, após ser expulso de sua corporação por aceitar propina (e como ele afirmou, por ser “boca dura”, por falar o que pensa e irritar os superiores), passou a fazer transporte de herbicida ilegalmente pela fronteira, vindo de Ciudad del Este a Foz do Iguaçu, indo para Cascavel.

Canhoto ingressou no circuito sacoleiro como laranja aos 16 anos de idade, tendo sido levado à atividade por conhecidos que já operavam no circuito. Passava a ponte a pé, e caso fosse de van de passageiros o patrão pagava a passagem. Levava uma bolsa com a cota de US\$ 150,00 contendo brinquedos.

Marcelo iniciou sua participação no circuito sacoleiro aos dez anos de idade como laranja, quando começou a passar cota pela Ponte da Amizade.

Bruno, que era camelô em São Paulo, onde vendia doces e refrigerantes, passou, aos 23 anos de idade, a trabalhar em ônibus de excursão de São Paulo a Foz do Iguaçu, como guia de viagem.

João, enquanto estudava numa faculdade em Foz do Iguaçu, onde comparecia semanalmente, aproveitava para ir à Vila Portes, perto da Ponte da Amizade, ou ia a Ciudad del Este, e comprava mídias gravadas com música, vídeos ou jogos de PlayStation 2.

Pereira ingressou no circuito sacoleiro com 18 anos exercendo a função de laranja, recebendo por cada vez que levava uma cota pela Ponte da Amizade R\$ 10,00, mais R\$ 5,00 para o mototaxista de confiança do grupo.

Ana Livia, cuja mãe já vendia produtos comprados no Paraguai, em uma banca de camelô, na cabeceira da Ponte da Amizade, em frente à rodovia BR-277 (que vendeu por R\$ 5.000,00 para se dedicar a atividade de laranja), foi levada ao circuito sacoleiro por duas de suas irmãs, que já exerciam a função de laranja e a engajaram numa rede informal de descaminho.

Lilico começou a atuar no circuito sacoleiro, convidado por amigos, como laranja (atividade que encarava como um bico) no ano de 1992.

Pedro ingressou no circuito sacoleiro com 15 anos, quando fazia os pacotes (cotas) de mercadoria nas lojas de Ciudad del Este para seu patrão. Aos 17 anos de idade passou a atuar como laranja para um tio/patrão, passando cota pela Ponte da Amizade.

André começou a trabalhar como engraxate aos doze anos, e aos quatorze já era ajudante de mecânico em veículos pesados (motores diesel). Embora ele gravitasse em torno do circuito sacoleiro com as atividades acima, apenas com 21 anos ele participou mais diretamente, assumindo a função de motorista de ônibus de viagem, indo de Foz do Iguaçu a São Paulo.

Dentinho foi convidado por amigos a transportar carga em um porto clandestino na barranca do rio Paraná, isto quando tinha dezessete anos de idade.

Cristian, após visitar como turista a Tríplice Fronteira, identificou possibilidades de ganhos financeiros, decidindo investir algum capital, cerca de R\$ 12 mil, na atividade sacoleira. Uma namorada, vendedora em uma loja de Ciudad del Este, o incluiu numa rede informal de descaminho.

Kalel foi introduzido no circuito sacoleiro por um parente que já vivia na cidade, quando começou a “passar cota”.

5.5.3 Mudança de Função Dentro do Circuito Sacoleiro

As mudanças de função no interior do circuito sacoleiro contam a dinâmica interna do próprio circuito frente às necessidades dos sujeitos envolvidos nele, como também respondem às mudanças táticas necessárias para a manutenção do circuito frente às mudanças de estratégia dos agentes estatais em sua função de fiscalizar e coibir os ilícitos fronteiriços típicos.

Assim, a busca de uma renda maior gera um efeito estimulante para se mudar de função. Ser laranja envolve baixo risco, mas paga menos, já ser motorista ou batedor de um grupo de contrabando ou descaminho remunera melhor, é mais desafiador, mais emocionante e dá um *status* especial, apenas alcançável pela função de patrão, o auge da “carreira” dentro do circuito sacoleiro.

Todo este processo é guiado por uma percepção, da parte do patrão, de que aquele sujeito é digno de alguma confiança, sendo que tal percepção é criada no decorrer do tempo, desde a confiança transferida da parte de quem apresenta o recém ingressado no circuito, a sua capacidade laboral, a sagacidade demonstrada durante possíveis problemas, a honestidade ao patrão mesmo em meio à ilegalidade, até a capacidade de assumir o cargo vago.

Oliveira passou a ser motorista no circuito sacoleiro aos 17 anos, dirigindo carros do tipo gol. Não tinha noção de qual mercadoria levava em cada viagem.

Wellington, embora negue ter exercido outra função além de comprista (sacoleiro) durante o tempo em que esteve no circuito sacoleiro, admitiu que dirigiu um carro com cigarros.

Gabriel passou a fazer o transporte de mercadorias através de moto, aproveitando do fato de ser um mototaxista.

Marlon não mudou de função durante sua participação no circuito sacoleiro, mas relata que seu patrão sim, pois passou de motorista de ônibus de viagem e dono de ônibus a praticante de descaminho, acumulando a função de patrão e de batedor.

Festugato apresentou mudanças de produtos, não de sistema de trabalho. Começou com itens descaminhados e migrou para a compra e venda de cigarros contrabandeados do Paraguai.

José, como dito acima, passou de mecânico de automóveis a motorista de transporte de mercadorias ilegalmente ingressadas no território nacional, isto no ano de 2005. Mais tarde, passou a ser sócio no negócio, entrando com mão de obra e um carro (no total de três veículos do grupo a que pertencia). Com isto, após aprender o ofício, passou a dirigir para si mesmo, contrabandeando cigarros.

Rogério Ceni, depois de transportar herbicidas pela Ponte da Amizade até Cascavel, passou a fazer a função de batedor, indo à frente de comboios ou de caminhões com carga ilegal.

Canhoto passou de laranja a motorista de carro do ano de 2010 em diante. Fazia uma rota diferente dos demais entrevistados, o que discutiremos na parte dedicada às táticas utilizadas pelos sacoleiros.

Marcelo passou da função de laranja para a de mototaxista, onde continuava a transportar mercadorias quando voltava de Ciudad del Este a Foz do Iguaçu, pois aproveitava que vinha sem passageiros de lá. Após, passou a ser motorista de carro, transportando pela BR-277, fazendo a entrega em São Paulo.

Bruno, após sua experiência como guia de viagem em ônibus de excursão, passou a motorista deste mesmo tipo de veículo, profissão que foi aprendendo na prática, com outros motoristas com quem trabalhava.

João não apresentou nenhuma mudança de função no circuito sacoleiro, sequer fez parte de algum grupo, uma rede informal para contrabando ou descaminho, pois atuava sozinho em seu próprio esquema de ação.

Pereira passou a levar, algumas vezes, cotas por ônibus de viagem até São Paulo, entregando a seu patrão nesta cidade. Mais tarde passou a carregar e descarregar carga de vans

até caminhões. Chegou, finalmente, a ser motorista de carro de transporte de contrabando para sua rede informal.

Ana Livia, que havia iniciado como laranja, transportando cota na Ponte da Amizade, passou a ser laranja em ônibus de viagem até São Paulo. Mais tarde, quando conseguiu poupar capital, passou a trabalhar para si mesma, comprando, transportando e revendendo.

Lilico passou da função de laranja na Ponte da Amizade, mudando para laranja em ônibus clandestino, depois para a de motorista, sendo que chegou a conciliar a função de motorista com a de patrão.

Pedro, após atuar como laranja passando cotas pela ponte, passou a levar, ainda como laranja, cotas via ônibus de turismo para Curitiba. Mais tarde ele passou a dirigir carro “com documento adulterado” transportando produtos eletrônicos descaminhados.

André, após ser motorista de ônibus, teve uma rápida passagem atuando como laranja, passando cota pela Ponte da Amizade. Voltando a ser mecânico, prestando serviços a empresas de turismo clandestinas de ônibus.

Dentinho passou da atividade de transportador de caixas na barranca do rio (mula) para ser motorista de van (paraguaia ou brasileira), também retirando produtos da barranca do rio até um hotel em Foz do Iguaçu. Após isto passou a dirigir carros “finan”, alienados ou “dublê” (com chassi clonado).

Cristian iniciou como transportador de mercadoria descaminhada, retirando produtos em portos clandestinos na barranca do rio Paraná e entregando-os em cidades próximas a Foz do Iguaçu. Conforme aprendeu como proceder no circuito sacoleiro, passou a atuar para si mesmo, sendo seu próprio patrão, junto com outro sócio.

Kalel foi de passador de cota para motorista de carros “finan”, sendo que sua mobilidade foi maior na relação com os produtos, não com a função em si.

5.5.4 Remuneração

A remuneração foi destacada como categoria em separado pois pode servir para dar maior visibilidade à renda que um destes sujeitos poderia conseguir tendo participado destas atividades descritas. Se compararmos com os salários mínimos das épocas citadas nas entrevistas, teremos uma informação para balizarmos nossas percepções de vantagens comparativas a um trabalhador regular, com carteira assinada, frente a estes entrevistados.

Oliveira recebia, para passar pela Ponte da Amizade, após pagar van, R\$ 10,00 por passagem; para levar contrabando e descaminho atuando como motorista ele recebia R\$ 500,00 indo até Cascavel e R\$ 1.000,00 para Ourinhos/SP, indo de uma a duas vezes por semana.

Oliveira alega não saber o que cada pacote que levava continha como carga, pois os recebia já embalados. Ele avalia que levava de R\$ 10 mil a R\$ 15 mil em mercadoria por viagem.

Wellington, como sacoleiro, trabalhando por conta própria, tinha como remuneração de sua atividade apenas os lucros da venda de mercadorias em São Paulo. Ele admitiu que operava com compras que excediam a cota máxima de gastos por mês, pois além dos custos com a mercadoria, há os de vir, se hospedar, se alimentar e retornar à sua cidade, o que já ultrapassavam a cota estabelecida pelo governo federal.

Gabriel não nos passou valores muito claros de renda na atividade, mas ele informou que conseguia por volta de R\$ 100,00 por dia como mototaxista, mas com a atividade de passar contrabando e descaminho conseguia até R\$ 4.000,00 mensais, levando os produtos até um depósito clandestino e informal.

Marlon quando ia até a cidade de Peabiru recebia um pagamento de R\$ 700,00 e quando ia até São Paulo R\$ 1.200,00. Fazia três viagens de transporte por semana no carro do dono da mercadoria.

Festugato, como sendo o cabeça de sua organização, tinha que bancar cada passo das atividades em sua rede informal de contrabando, que em cálculos rápidos no dia da entrevista gerava a ele, por cada entrega de carga, um valor que girava em torno de R\$ 5 mil.

José começou recebendo de R\$ 80,00 a R\$ 100,00 por entrega, apenas fazendo trechos curtos. Quando passou a entregar cargas em São Paulo passou a receber R\$ 700,00 por viagem, sendo que fazia por volta de três delas por mês. Suas entregas posteriores em Belo Horizonte, Minas Gerais, por volta de 2008-2009, passaram a render a ele um pagamento de R\$ 1.500,00.

Rogério Ceni agindo como batedor nos comboios recebia de R\$ 700,00 a R\$ 800,00 por viagem, isto no ano de 2007.

Canhoto apenas nos informou o quanto recebia como pagamento por cada vez em que atravessava a Ponte da Amizade (com brinquedos no valor não superior à cota máxima) que no seu caso eram R\$ 10,00. Inicialmente não quis nos informar o quanto recebia como motorista, mas com o decorrer da conversa disse se tratar de R\$ 150,00 por entrega.

Marcelo, quando era laranja, recebia R\$ 5,00 por cada vez em que passava a Ponte da Amizade com produtos, levando uma cota por vez, quando fazia cerca de quatro a cinco viagens por dia, a pé ou de ônibus (que custava R\$ 1,50, pagos pelo patrão), às quartas e aos sábados.

Quando passou a mototaxista passou a receber R\$ 20,00 a cada entrega realizada. Como motorista em carros de passeio ele começou recebendo R\$ 100,00 por entrega e já no final de sua participação no circuito sacoleiro recebia R\$ 300,00 pelo mesmo serviço, fazendo entregas duas vezes por semana.

Bruno não nos revelou o quanto recebia por seu trabalho como motorista, isto devido ao fato de não haver dias certos para seu trabalho, nunca podendo saber quanto conseguiria no final do mês.

João comprava um CD pirateado, com conteúdo protegido por leis de copyrights, pelo valor de trinta centavos de real, sendo que em sua cidade, Matelândia, os revendia por dois reais e cinquenta centavos. Como comprava semanalmente duzentos CDs seu lucro chegava a R\$ 440,00 por semana, e em um mês poderia chegar a R\$ 1.760,00 – isto em 2009, quando o salário mínimo oficial do governo federal era de R\$ 465,00⁷⁸ por mês trabalhado – sendo que só calculamos para CDs (Sabemos que os preços para DVDs e jogos para Playstation 2 eram maiores).

Pereira recebia, como dito anteriormente, R\$ 10,00 para atravessar a Ponte da Amizade com uma cota em produtos comprados em Ciudad del Este. Como laranja em ônibus, indo a São Paulo recebia R\$ 200,00, mais despesas. Carregando e descarregando caixas no depósito do grupo sacoleiro ele recebia R\$ 300,00 por semana. Já como motorista em carro de transporte, indo até São Paulo, fazendo até três viagens por semana, recebia R\$ 500,00 por viagem, mais despesas pagas pelo patrão.

Ana Livia recebia, como laranja, para passar com uma sacola contendo um Playstation 2, três reais, fazendo de 10 a 20 transportes deste tipo por dia, quatro dias por semana. Mais tarde conseguiu passar para um patrão que pagava dez reais na ponte. Quando passou a transportar, como laranja, as mercadorias até São Paulo, indo duas vezes por semana, passou a receber cem reais mais despesas. O trabalho de arrumar as mercadorias em bolsas de viagem para transporte em ônibus rendia trinta reais a mais.

Lilico recebia dez reais por cada passagem na ponte, vindo de taxi, van ou moto, quando passava com eletrônicos. Já em 2005 ele ia até São Paulo em ônibus clandestinos, onde recebia R\$ 300,00 pelo serviço, levando videogames e telefones sem fio, em um total de US\$ 5 mil. Como motorista, em seu carro, recebia R\$ 1.400,00 por viagem, tendo que retirar as despesas deste valor, sobrando cerca de R\$ 600,00 (caso não tivesse de pagar propina à PRF, o que consumiria de cem a duzentos reais).

⁷⁸ <http://www.oabsp.org.br/subs/saoluizdoparaitinga/noticias/valores-do-salario-minimo-nacional-desde-sua>

Pedro recebia dez reais a cada cota entregue do outro lado da ponte, que passava de dez a vinte vezes ao dia. Sendo laranja em ônibus de viagem até Curitiba ele recebia trezentos reais por viagem, mais despesas.

André, quando atuou na atividade de laranja, passando cotas pela ponte, afirmou receber dez reais por cada vez que levava mercadorias. Mas tinha que ajudar a embalar as cotas. Já como motorista de ônibus de viagem, indo até São Paulo, ele recebia R\$ 300,00, indo duas vezes por semana, muito mais do que os R\$ 800,00 a R\$ 1.000,00 por mês como mecânico.

Dentinho recebia como “mula” o salário semanal de R\$ 100,00 a R\$ 120,00 (atuando no circuito sacoleiro de segunda até sábado, com por volta de quatro horas diárias de atividade). Já um olheiro, segundo ele, recebia R\$ 150,00 semanalmente (sendo que esta atividade era ininterrupta, com olheiros 24 horas por dia, em um turno de também quatro horas para cada um deles). Já como motorista de carro, indo até Cascavel, ele recebia de R\$ 200,00 a R\$ 250,00 por viagem.

Cristian não nos confirmou nenhum valor de remuneração que recebeu durante sua passagem no circuito sacoleiro, mas disse que pagava R\$ 100,00 por dia para cada um de seus três “passadores” de mercadorias descaminhadas.

Kalel nos disse que recebia para passar a Ponte da Amizade com cotas para seu patrão um pagamento de R\$ 200,00 a R\$ 300,00 por dia. Levava eletrônicos, passando de mototáxi, van ou a pé, evitando os ônibus, que segundo ele apresentavam risco de assaltos. Como motorista de carros “finan”, levando carga para compristas de cigarro paraguaio alegou receber R\$ 3 mil, mais despesas, por cada viagem.

5.5.5 Táticas

Esta seção aglutina as táticas que nossos entrevistados citaram ter praticado durante suas passagens no circuito sacoleiro, sendo um dos materiais que mais nos chamaram a atenção nas entrevistas, tanto por sua variedade e riqueza de possibilidades, quanto por seu encaixe temporal, já que se encaixam na sequência de mudanças de estratégias por parte dos agentes do Estado, demonstrando a covariância e a interdependência destas variáveis.

Oliveira nos contou que o veículo para o transporte de mercadorias era adquirido no chamado esquema de “finan” (uma pessoa financiava ou alugava um veículo em outra cidade/estado e revendia para fins de contrabando, descaminho ou tráfico), custando à época, por volta de R\$ 2.500,00. O contratante, em caso de perda de mercadoria por parte do

transportador, exigia ver a ocorrência policial para ter certeza de que não houve roubo por parte do contratado.

Marlon nos passou algumas informações sobre como agiam dentro de sua rede de contrabando e descaminho com o fim de se furtarem à fiscalização. Nesta rede em particular o patrão fazia as vezes de batedor, indo à frente, antecipadamente (cerca de uns cinco minutos à antes dos outros carros), do comboio de seis veículos (com o batedor na frente, quatro no meio com mercadorias (dois de um dono e dois de outro) e um atrás fazendo a segurança). Citou também a instalação de rádios nos carros. Assim sua comunicação se dava por meio de rádios PX escondidos nos veículos (estes instalados em um eletricista especializado, na Vila Portes, próximo à Ponte da Amizade, no lado brasileiro da fronteira). Como conhecedor da rede viária da região em torno de Foz do Iguaçu em direção às cidades de destino de suas mercadorias, o batedor do comboio sabia como pegar estradas rurais, quando da ocorrência de bloqueios e fiscalizações, como também de operações mais estruturadas, desviando e saindo depois das mesmas. As mercadorias que transportava eram passadas pelo rio, através dos barqueiros, que cobravam por volume transportado, e que até ofereciam serviço de seguro, caso a fiscalização apreendesse os pacotes. Seus depósitos variavam com o tempo, mudando para evitar ficarem marcados, sempre utilizando-se de bairros afastados do centro, e com acesso à BR-277. Carregavam os veículos à noite, por volta das 22h e 30min, na barranca do rio Paraná e pegavam a estrada depois do almoço, por volta das 14h e 30min a 15h. Para não chamar a atenção da fiscalização os carros eram preparados em mecânicos locais, onde até três molas eram emaranhadas juntas, onde anteriormente só havia uma, para dar a impressão de estarem vazios quando estiverem com carga.

Festugato nos forneceu um bom exemplo do funcionamento de sua rede de contrabando, pois passou de comprador em Ciudad del Este (brinquedos, meias e camisas), passando pela ponte, utilizando vans de passageiros ou atravessando o percurso a pé, armazenando os produtos nos tradicionais guarda-volumes na Vila Portes (seis a sete bolsas por dia, com tudo desmontado para diminuir o volume), depois revendendo. Passou a um esquema onde ele comprava cigarros no Paraguai, desde outubro de 2015, retirava nas lojas (barraquinhas numa espécie de camelódromo, perto da aduana paraguaia), levava até os barcos, na barranca do rio – sempre as mesmas lojas e os mesmos barqueiros –, retirava na outra margem, no lado brasileiro e carregava um carro tipo sedan (carro com grande capacidade de carga interna e motor forte, caso tivesse que escapar da polícia) que era do tipo “finan” (conhecido como “para estouro”), cujo preço de mercado era de oito a nove mil reais à época, preparados com rádio para comunicação em rede. A carga era avaliada por ele em 25 a 27 mil reais em cigarros, em 39

caixas com dimensões de 60cm por 50cm. O barqueiro cobrava R\$ 15,00 por caixa transportada (R\$ 40,00 se passasse com seguro). O preço da caixa, na loja em Ciudad del Este, era de US 150,00 (contendo 500 maços de cigarro). Também pagava de R\$ 800,00 a R\$ 900,00 ao batedor (usando carro ou moto). Ficava em hotéis de beira de estrada se necessário. O batedor é quem era responsável por transportar o dinheiro do grupo.

José, em suas atividades no circuito sacoleiro, adotou e presenciou várias táticas empregadas para se conseguir lucro nas adversidades próprias às atividades deste circuito, como quando ainda era apenas mecânico colocava duas molas juntas em um veículo, para levantar a suspensão do mesmo e não arrear muito com a carga de mercadorias, tentando enganar a fiscalização. Também relata que com as operações que ocorriam em Santa Terezinha de Itaipu, no posto da PRF e no chamado “barracão” (perto de Medianeira), na rodovia BR-277, a tática de seu grupo era a de passar pequenas quantidades de mercadoria pelo local e carregar os ônibus, que antes vinham até Foz do Iguaçu, em Cascavel ou Corbélia. Mas os barqueiros tinham as suas táticas também, a de embalar tijolos e entregarem aos clientes do outro lado do rio Paraná. Os carros de José e seus sócios eram do tipo Monza e Belina, também “finan”, custando a eles de R\$ 5.000,00 a R\$ 8.000,00 cada. Quanto aos produtos, os CDs (comprados em Ciudad del Este a 14 centavos de real e vendidos a 35 centavos) foram substituídos por Pendrives, HDs e outros eletrônicos. A propina também foi elencada como tática desta rede informal, com o pagamento de R\$ 100,00 a R\$ 150,00 a agentes da ROTAM (Rondas Ostensivas Táticas Motorizadas) na região de Sertanópolis, Paraná. Outro grupo que tem suas táticas são os assaltantes, que esperavam os motoristas passarem nas estradas secundárias para assaltá-los, o que segundo José acontecia constantemente, sendo os locais mais perigosos na região de Céu Azul e Guaíra, e o ano mais perigoso o de 2014.

Rogério Ceni trouxe-nos uma quantidade consideravelmente grande de informações que poderemos enquadrar na categoria que estamos chamando de táticas. A primeira é o fato de se passar com herbicidas pela Ponte da Amizade, e o fato de haver mercado para este produto na região de Cascavel. Outra tática citada por ele diz respeito a como ele se comunicava com os demais carros de seu comboio, utilizando o celular, não o rádio PX, onde o código que usava para informar algum problema era o de comunicar os dois últimos números do quilômetro que deveriam evitar na rodovia onde estivessem. Afirmou que quando tinha que ajudar os carros do comboio ele tentava chamar a atenção das forças de fiscalização, agindo de forma a ser detido, enquanto seus protegidos se evadiam, para tal ele era “bandeiroso”, freando rápido e falando ao telefone. Outra informação é a de que ele, por já ter participado de uma corporação de segurança pública voltada ao combate ao contrabando e descaminho (entre outras atribuições), já conhecia

o fato de as placas dos carros à paisana, que patrulhavam as rodovias e estradas do Paraná, começarem com as letras AVM. Assim, quando via um destes veículos na pista contrária a que estava, ou quando ultrapassava um destes veículos, ele já avisava aos companheiros de viagem.

Rogério Ceni diz que nesta época lidavam com eletrônicos, sendo que a margem de lucro de produtos de informática caiu para 17%, não compensando mais todo o trabalho para revender tais itens. Além disso, em 2015, conforme ele ficava conhecido pelos policiais nos trajetos, principalmente quando passou a ser batedor para caminhão, ele teve que começar a pagar muita propina, chegando a R\$ 4.500,00 durante o trajeto, mais R\$ 15 mil se quisesse passar pela Ponte da Amizade com um caminhão cheio de mercadoria, podendo chegar a R\$ 45 mil por todo o trajeto desde a entrada na aduana brasileira, até chegar a Curitiba.

Rogério Ceni diz que não aceitou trabalhar com armas ou drogas durante seu tempo no circuito sacoleiro, mas com o contato com os cigarreiros chegou-se a aventar a hipótese de se construir uma fábrica ilegal de cigarros no interior de Goiás, para evitar todo o problema de passar pela fronteira, mas o projeto não foi à frente. Ele citou também a ação de ladrões de carga, no seu caso foi em 2014, no Rio Grande do Sul, quando a van que ele escoltava foi metralhada por ladrões e quando ele foi socorrer o motorista a PM local o prendeu.

Rogério Ceni citou durante toda a entrevista a participação de agentes do Estado em esquemas de propina, sendo que muitos demonstravam poder aquisitivo maior do que seus salários mensais, outros eram sócios em empresas junto com muambeiro da região (o entrevistado citou a Operação Carro Forte⁷⁹ como exemplo). Afirmou, também, que as propinas tinham que ser pagas antes que os veículos chegassem, tendo o batedor a obrigação de carregar o dinheiro com ele no caminho.

Rogério Ceni nos informou, por outro lado, como as forças do Estado ficam sabendo onde ir para encontrar as mercadorias ilícitas, como nas batidas policiais que vemos nos jornais diários. Ele disse que algumas vezes há denúncias, outras vezes há a utilização de grampos ilegais (a maioria das vezes, informou, citando as famosas maletas de interceptação de sinal de celular), além de ter alguns informantes fixos da PF. Ele não deixou de citar o tino policial como fonte de sucesso na apreensão de mercadorias contrabandeadas ou descaminhadas.

Canhoto, quando exercia a função de laranja, levava sua cota até algum hotel ou pousada próximos à cabeceira da Ponte da Amizade e retornava para buscar mais mercadorias. Já quando passou a dirigir para seus patrões, se utilizando de carros “finan”, fazia a rota informada pelo presidente do grêmio de taxistas de Ciudad del Este (FETACE), o senhor Derlis Roberto, indo

⁷⁹ <http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2012/maio/operacao-carro-forte-combate-irregularidades-em-foz-do-iguacu>

de ônibus até Pedro Juan Caballero, onde carregava um veículo com a carga comprada em Ciudad del Este e levada à outra cidade por alguma transportadora, então passando para Ponta Porã, no lado brasileiro da fronteira, indo sem a ajuda de batedor, até seu destino, os municípios de Alvorada do Sul ou Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. A comunicação era feita através de celulares Nokia, contando com uma rede de informantes que se ajudavam mutuamente, sendo que caso precisasse ficava em alguma casa ou hotel de beira de estrada.

Marcelo nos contou que quando era laranja chegava às 8 horas da manhã em Ciudad del Este, pegava a nota fiscal de seu patrão, retirava as mercadorias na loja e fazia as cotas (separava os produtos em um volume condizente com a cota máxima permitida à época), depois os laranjas iam levando aos poucos. Se algum deles era cadastrado ficaria trinta dias sem trabalhar na atividade. Como mototaxista ele aproveitava a volta do Paraguai e colocava produtos dentro do capacete destinado aos passageiros. Tanto como laranja ou mototaxista ele levava as cotas até algum hotel na região próxima à cabeceira da Ponte da Amizade e voltava. Ele informou que levava CDs, MP3 e celulares. Atuando como motorista, por volta dos anos de 2007 e 2008, ele levava videogames, celulares, pendrives, e memórias de computador. Ele continuava a retirar em Ciudad del Este, levava para sua casa e depois transportava tudo junto a São Paulo, seguindo pela BR-277 para sair de Foz do Iguaçu, sem a ajuda de um batedor. Ele afirmou que tudo acontecia na confiança, mas todas as despesas bancadas pelo patrão (alimentação, combustível, hotel etc.) tinham que ter nota fiscal para haver a devolução dos valores pagos. Afirmou que era parado algumas vezes, mas que os policiais ficavam com preguiça de perder tempo com a burocracia de fazer todo o processo de apreensão e o liberavam.

Bruno tem um ponto de vista privilegiado quando o assunto é o circuito sacoleiro, pois trabalha prestando serviços aos sacoleiros e laranjas, o que o coloca numa posição estratégica para entendermos as engrenagens do processo como um todo. Ele nos contou que as empresas de ônibus de viagem passaram a ter dois veículos, caso um fosse apreendido o outro fazia o trabalho, assim levantando o dinheiro para pagar a multa de R\$ 15 mil. Os ônibus saíam em comboio para dificultar a fiscalização. Outra prática era o pagamento de propina a agentes de fiscalização, sendo que a Receita Federal ficaria de fora desta ação, sendo a abordagem na estrada (longe dos pontos fixos de fiscalização) o que leva à corrupção. O guia era o responsável pelo pagamento da propina. Ele, como guia ou como motorista, levava uma cota (quantidade de mercadoria) para si, e revendia em São Paulo. O mesmo faz a empresa de ônibus, que dá a passagem grátis (ida e volta ao bairro do Brás – um custo de R\$ 250,00) para quem quiser assumir, como laranja, uma cota no ônibus. Outro evento interessante é o fato de haver sacoleiros nos dois sentidos da viagem ao Brás, pois cerca de metade dos passageiros de Bruno

vai a São Paulo para comprar no comércio de lá (para revender roupas em Foz do Iguaçu ou no Paraguai) e outra metade são os tradicionais sacoleiros e laranjas que levam produtos a São Paulo. Há a adoção da prática de se contratar escoltas para os ônibus, onde saem quatro deles, cada um pagando R\$ 250,00 pelo serviço de proteção. Segundo Bruno, haveria a prática de denúncia de uma empresa de transporte a respeito das atividades ilegais de outras.

João vinha pela manhã de Matelândia, descia do ônibus próximo à Ponte da Amizade, adquiria as mídias com conteúdo pirateado, ia assistir às suas aulas na faculdade local, e à tarde já embarcava de volta para sua cidade. Quando comprava em Ciudad del Este pagava a um laranja par atravessar para ele.

Pereira travou contato com muitas táticas no circuito sacoleiro. Atravessando a Ponte da Amizade, como laranja, levava cota se utilizando de mototaxista de confiança. Indo de ônibus até São Paulo, utilizava a tática de distribuir cotas entre laranjas, dificultando a fiscalização. Como ajudante de carga, viu as cargas chegando na barranca do rio Paraná, sendo transportadas por ajudantes paraguaios dos barqueiros, enchendo os barcos com até 50 caixas, depois da travessia os barcos eram descarregados por ajudantes paraguaios do lado brasileiro, onde as vans eram carregadas e partiam para um depósito clandestino na cidade. Estas vans eram roubadas no Paraguai (por paraguaios, mas nunca em Ciudad del Este) e revendidas para transporte clandestino no Brasil por R\$ 4 mil a R\$5 mil (sendo que custavam no Paraguai cerca de US\$ 7 mil a seus donos). Os produtos eram, em sua maioria, perfumes, cosméticos, eletrônicos (Playstation 2, telefones sem fio, babás eletrônicas, relógios). Mas, quando o lucro nestes produtos caiu o grupo passou a contrabandear cigarros feitos no Paraguai (isto ocorreu no ano de 2007).

Pereira informou que o patrão encomendava os cigarros direto com a fábrica, no Paraguai, e um caminhão com mil caixas do produto (custando por volta de US\$ 130,00 cada caixa) chegava até a barranca do rio Paraná para ser descarregado e a carga ser transportada por barqueiros, cinquenta caixas por vez. Do lado brasileiro, no bairro Porto Belo, o esquema se invertia, com o barco sendo descarregado, as vans sendo preenchidas com caixas, indo até um depósito e lá um outro caminhão era abastecido com as mil caixas de cigarro (nem o batedor ou o motorista do caminhão ajudavam no transporte, apenas olhavam e contavam, havendo um corte, uma especialização do trabalho, mesmo nesta escala ilegal). Os cigarros eram descarregados em um estacionamento em Jundiá/SP por cerca de vinte ajudantes (novamente sem a participação dos motoristas). Quando o esquema começou a ser conhecido, e houve perda de mercadoria, passaram a usar carros “finan” para o transporte – segundo o entrevistado o mesmo esquema continuou, com outros grupos, na região de Guaíra –, com um batedor à frente

e três veículos por vez. O grupo contava com treze carros no esquema, sendo que Pereira levava um deles para casa, como se fosse dele. Tais carros, todos com motores potentes (caso tivessem que fugir da polícia) e vidros “filmados” (com insulfilm, para escurecer o interior do veículo e dificultar a visão das caixas de cigarros), eram dos modelos Astra, Vectra ou Zafira (custando cerca de R\$ 7 mil a R\$ 8 mil cada), com molas duplas ou reforçadas.

Pereira também confirmou a informação de que há empresas de turismo, em Foz do Iguaçu, que oferecem passagens de ida e volta a São Paulo para quem servir como laranja, carregando produtos – uma cota – para os donos da empresa. Ele também revelou que os freiteiros cobravam 25% do valor da carga para levar a mesma até um comprador, mas este percentual caiu com o tempo, chegando a 20%. Quanto às vans de transporte no Porto Belo, ele nos informou que quando a Polícia Federal apreendia uma delas com carga, liberava o motorista e incendiava as vans e as mercadorias, evitando o trabalho burocrático da apreensão, mas causando prejuízos aos contrabandistas.

Ana Lívía presenciou e aplicou uma série de táticas na tentativa de burlar a fiscalização e conseguir entregar a mercadoria que transportava a seu destino. Quando passava cota pela Ponte da Amizade ia até o meio da mesma e pegava a bolsa com produtos lá, passava pela aduana e levava a sacola até um estacionamento na Vila Portes, onde guardava a mercadoria em armários. Quando a fiscalização foi intensificada na ponte, ela teve que ir até a aduana paraguaia e passou a pegar uma van (que cobrava R\$ 1,00 por viagem, pago pelo patrão). Tendo mudado para o transporte de ônibus até São Paulo, passou a arrumar as bolsas de viagem em um hotel próximo à Rodoviária Internacional de Foz do Iguaçu. As laranjas embarcavam em ônibus diferentes (caso um fosse parado, os demais seguiam com a carga), às 6:45h, às 7:00h e às 7:30h. O patrão ia em um dos ônibus até São Paulo, depois reunia a carga e ia para Recife, Pernambuco, sozinho, retornando de avião a Foz do Iguaçu.

Ana Lívía, quando passou a trabalhar para si, passou a vender controles de Playstation 2, começando com um capital de mil reais, levando a lojas de São Paulo. Durante a viagem de ônibus os passageiros faziam vaquinha para pagar propina, caso fossem parados no caminho. Com o tempo ela começou a contratar laranjas e tinha um quarto alugado em São Paulo para passar a noite. Mudou de produtos, passando a vender multimídia de carros e receptores de TV pirata.

Ana Lívía acrescentou que o fato de ser mulher facilitava na hora de passar na aduana, mesmo com o inconveniente de ser assediada durante a atividade que exercia, afirmando que sabia de algumas mulheres que aceitavam propostas de caráter sexual no circuito sacoleiro.

Outro dado importante é o fato de ela ter crédito em uma loja no Paraguai, onde tem uma dívida a ser paga ainda.

Lilico nos contou que, além das táticas já conhecidas de passagem pela Ponte da Amizade e os laranjas nos ônibus, quando tem alguma operação estruturada na região de Foz do Iguaçu a tática é passar carros com quatro ou cinco passageiros, cada um com sua cota, cada um recebendo de vinte a trinta reais por viagem e mais cem reais para o dono do carro, entregando a mercadoria após o bloqueio em algum lugar entre São Miguel do Iguaçu e Cascavel, tudo monitorado com comunicação via aplicativo de conversas.

Pedro revela táticas já bem conhecidas até aqui, como as de passar com cota pela ponte (indo de van ou mototáxi, mas não de ônibus de linha), em um grupo de 4 a 6 laranjas trabalhando para seu patrão, de levar cotas até outra cidade de ônibus de viagem e de se levar produtos descaminhados com carros ilegalmente adquiridos para tal fim. Os produtos levados por ele eram especializados, sendo videogames Playstation 1, 2 e 3. Revelou, também, que atualmente se trabalhasse ainda como laranja na Ponte da Amizade receberia R\$ 300,00 por semana, mais almoço.

André, quando dirigia ônibus clandestinos, viajava em comboio para dificultar a fiscalização. Disse, também, que os sacoleiros aprenderam a trabalhar com o aumento da repressão e das apreensões de mercadoria, aumentando a quantidade de laranjas, diminuindo as cotas, diminuindo os lucros por cota, mas voltando a ganhar na quantidade final. Acrescentou a informação de que há um fluxo de sacoleiros que vai de Foz do Iguaçu até o Brás, em São Paulo, sendo muitos moradores de Ciudad del Este, que compram roupas lá e revendem aqui na fronteira. Eles têm que trazer as notas fiscais dos produtos lá adquiridos. André citou que tais produtos são fabricados com trabalho escravo de bolivianos e haitianos.

Dentinho nos passou uma grande quantidade de informações a respeito do que viu e viveu durante sua participação no circuito sacoleiro. Confirmou que a entrada na atividade de uma rede informal é feita mediante indicação. Os portos, dos dois lados do rio Paraná eram improvisados, tendo cada um deles um chefe (patrão). O vendedor de uma loja em Ciudad del Este levava a mercadoria de carro até um porto no lado paraguaio, onde “mulas” paraguayos descarregavam o carro e carregavam um barco, o barqueiro ou “corta onda” passava a mercadoria para a outra margem do rio, no lado brasileiro da fronteira, quando “mulas” brasileiros descarregavam o barco e carregavam as vans ou carros (o entrevistado nos contou a curiosa ocorrência de uma reivindicação dos “mulas” do lado paraguaio do rio, que souberam que o pagamento aos “mulas” do lado brasileiro era maior e fizeram paralizações na busca de isonomia nos pagamentos).

Este sistema, segundo Dentinho quase acabou, tendo migrado para o lago de Itaipu. Os custos de passar mercadoria pelo rio são chamados de “passe”, havendo vínculo entre um porto no Paraguai e outro no Brasil, sendo o trabalho intensificado ao cair da noite.

Dentinho disse que as redes de olheiros eram usadas em vários portos, todos usando, à época, walkie-talkies, se comunicando em código. O barqueiro recebia pagamento de ambos os portos, sendo que alguns barqueiros eram donos de portos. Eram transportados cigarros, pneus, perfumes, brinquedos etc. Havia, também, seguranças armados com escopetas em todos os portos, mas não para enfrentar a polícia, isto era devido ao perigo de serem roubados por “piratas” (ladrões de carga). As vans ou carros financiados, alienados ou dublês eram carregados e as cargas iam para algum hotel. No início de sua experiência como motorista, Dentinho soube que a polícia apreendia a carga e liberava os motoristas, mas com o tempo passou a prendê-los.

Dentinho, quando começou a dirigir para seu patrão não usava batedor, mas com o tempo esta tática foi implementada por sua rede informal de contrabando e descaminho. O batedor seguia à frente de quatro a cinco veículos, carregados com cigarro, preparados com rádios na frequência da polícia, vidros escurecidos com película (insulfilm) e molas duplas reforçadas. Passaram também a utilizarem-se de dois batedores, um deles para contar as viaturas que estavam estacionadas no posto da PRF de Santa Terezinha de Itaipu e de Céu Azul, o outro seguia em comboio até Cascavel, levando o dinheiro para as despesas e “acerto”, descarregando em um depósito ou casa.

Cristian tinha seu próprio esquema de trabalho, onde fazia os pacotes na loja, levava os eletrônicos até algum porto clandestino, passava a ponte de carro vazio, retirando a mercadoria em um outro porto no lado brasileiro da fronteira. Contou que foi enganado por um barqueiro duas vezes, que alegou ter perdido sua carga para a Receita Federal. Mais tarde, passou a se utilizar de um CNPJ feito para emitir notas que facilitavam a postagem das mercadorias pelos correios ou transportadoras.

Kalel, além de fazer a conhecida passagem de cotas pela ponte, nos confirmou as táticas aplicadas por sacoleiros no transporte de mercadorias por carros “finan”, onde os sacoleiros se adaptavam às investidas da Receita Federal, indo cada vez mais longe para conseguirem passar as mercadorias pela fronteira, o que aumentava a necessidade de mais pessoas envolvidas no circuito, nas redes informais de contrabando e descaminho, aumentando a renda de seus participantes.

Kalel nos contou que um batedor ia à frente, se comunicando via aparelho celular, de um comboio de carros “finan” (para estouro, custando R\$ 5 mil), de 3 a 4 carros com cigarros

(produto que substituiu os eletrônicos com o tempo), cada carro de um patrão. Os cigarros eram comprados em um escritório de Ciudad del Este por US\$ 120,00 a caixa (tendo a possibilidade de crédito na loja), passava pela ponte ou pelo rio, era transportado por carro até São Paulo, onde cada caixa era vendida a R\$ 800,00.

5.5.6 Patrão

O intuito aqui neste trecho é o de posicionar o laranja/sacoleiro em sua relação de “trabalho” vinculado a um sacoleiro/patrão. Embora haja alguma dificuldade em se tratar o laranja/sacoleiro como sendo um trabalhador, há certas particularidades nesta relação que podem ser futuramente melhor estudadas se observarmos as descrições abaixo.

Oliveira não tinha patrão fixo, segundo ele, já que trabalhava para uma espécie de consórcio (cf. entrevistas com o representante da PM-PR) de sacoleiros/patrões.

Wellington não teria um patrão, pois trabalhava para si mesmo, fazendo por volta de duas viagens à Foz do Iguaçu por mês.

Gabriel afirmou trabalhar para três clientes regulares, fazendo a travessia pela Ponte da Amizade para eles.

Marlon teve apenas um patrão fixo durante o tempo em que exerceu sua atividade como motorista numa rede informal de ilícitos. Ele nos apontou as qualidades necessárias para ser um patrão: paciência, inteligência, experiência e dinheiro. As mercadorias podiam render até 100% do valor, mas que os custos são altos no processo, pois em cidades pequenas o patrão tem que pagar propina.

Festugato desde o começo de sua atividade no circuito sacoleiro sempre exerceu a função de patrão, aprendendo com tentativa e erro, afirmando não haver rotina nesta atividade, tendo-se que improvisar constantemente.

José começou sua participação no transporte de mercadorias ilegais trabalhando para um casal de sacoleiros/patrões. Tinham um bom relacionamento, tanto que ele frequentou a residência dos patrões algumas vezes. O acordo teve fim com o fim do casamento dos patrões. Como sócio, dono de um dos carros, e depois como seu próprio patrão ele passou a lucrar mais. Para a organização das entregas ele fazia pacotes com identificações de cada cliente.

Rogério Ceni, excetuando o período em que transportava herbicidas até Cascavel, sempre trabalhou para algum patrão, exercendo a função de batedor.

Canhoto nos contou a respeito de seus patrões, de quando era apenas laranja, que eram do Rio de Janeiro e de São Paulo, sempre os mesmos, pois havia uma relação de confiança entre

eles. Os do Mato Grosso do Sul não foram caracterizados por ele. Parece que o próprio Canhoto virou sócio na operação em que participava, pois afirmou que perdeu R\$ 13 mil numa abordagem policial.

Marcelo tinha patrão desde o início de sua participação na rede informal de contrabando e descaminho da qual fazia parte. Afirmou que pensou em ser sacoleiro/patrão, trabalhando para si mesmo, mas que não tinha capital para tanto.

Bruno teve apenas os donos de empresa de transporte como patrões, o que seria a terminologia normal para o caso de um funcionário de uma empresa.

João tinha um esquema de contrabando tão pouco estruturado que não cabe o termo patrão para ele, sendo que ele apenas se comportava como patrão ao contratar um laranja, esporadicamente, durante a travessia da Ponte da Amizade.

Pereira teve um patrão fixo durante sua participação no circuito sacoleiro, sendo este um lojista em São Paulo, que já havia sido sacoleiro, em nossa fronteira de estudos, e montara uma rede de contrabando bem estruturada.

Ana Livia teve dois patrões durante seu período na atividade sacoleira. O segundo inclusive namorou uma das laranjas do grupo, fato que mudou a dinâmica interna do mesmo, com esta namorada do patrão agindo como se fosse uma patroa das demais. Mais tarde Ana Livia passou a ser patroa, inclusive contratando outros laranjas.

Lilico teve dois patrões fixos durante seu tempo como laranja. Como motorista tinha uma patroa, que mesmo tendo uma vida confortável afirmava gostar da sensação de atuar no circuito sacoleiro (o mesmo foi confirmado por Lilico, que disse sentir emoção durante as ações de descaminho). Ele disse também que tudo é feito na base da confiança mútua nesta atividade. Ele também foi seu próprio patrão, pois se aproveitava do fato de levar mercadoria de carro para sua patroa e levava uma quantidade de produtos comprados com capital próprio. Assim, a patroa pagava todos os custos da viagem e o lucro com os produtos de Lilico eram todos para ele, sem custo nenhum a mais.

Pedro trabalhou para um patrão, seu tio, no início de sua participação no circuito sacoleiro, passando a outros patrões com o tempo. Revelou que se pode mudar de patrão em um mesmo dia, sem problemas, e que os grupos de laranjas são fechados em si mesmos, sem solidariedade com as demais redes de sacoleiros.

André não tinha patrão fixo quando era laranja. Já quando era motorista de ônibus de viagem ele disse que ser patrão, nesse tipo de atividade, pode ter muitos prejuízos quando tem o veículo apreendido (multa de R\$ 15 mil) ou quando um motor quebra (custo de reparo de até R\$ 20 mil).

Dentinho trabalhou para vários patrões, sendo o dono do porto clandestino no rio o primeiro, o segundo o contratou para levar os produtos do rio até um depósito em um hotel de Foz do Iguaçu, outro para levar produtos até Cascavel sem batedor e o último para levar cigarros produzidos no Paraguai até Cascavel. Para nosso entrevistado, o patrão também se especializava em um produto com o passar do tempo.

Cristian não chegou a ter um patrão fixo, indo rapidamente para um esquema seu, baseado no que viu sendo feito por outros sacoleiros na fronteira, sendo seu próprio patrão e contratando outros ajudantes.

Kalel passou do patrão na passagem pela ponte, para um patrão no transporte de eletrônicos e cigarros via carros “finan”.

5.5.7 Nomenclatura

No PPG em Sociedade, Cultura e Fronteiras há uma linha de pesquisa vinculada aos estudos linguísticos. Embora não seja nosso foco nesta dissertação falar a respeito deste tema, há um rico material oriundo das entrevistas com os apenados da Justiça federal, material que diz respeito à sua prática, à sua cultura laboral, às suas vivências cotidianas, que não pudemos nos furtar em descrever os termos utilizados e algumas de suas circunstâncias.

Oliveira considera que o nome da atividade por ele adotada para conseguir renda é a de “muambeiro”.

Wellington não se pronunciou a respeito de como chamava a si próprio no exercício de sua atividade laboral, exceto como camelô ou marreteiro, mas nada a respeito de sacoleiro, muambeiro ou algo mais comum para os demais.

Gabriel chamou o tipo de atividade que exercia, que o levou à condição de apenado da Justiça Federal, de “passador”. Chamou, também, o responsável por levar a mercadoria de Foz do Iguaçu até outra cidade (citou Matelândia e Cascavel, cidades próximas a Foz do Iguaçu, localizadas no oeste paranaense) como sendo “freteiro”. Em nossa conversa chegou a afirmar que os agentes participantes das etapas de retirar a mercadoria das lojas no Paraguai e entregar a seu destino, em algum ponto do território brasileiro, formariam uma espécie de “correntinha”.

Marlon citou os termos “bater estrada” para a atividade de “batedor”, o motorista que vai à frente de um comboio e comunica a tática que deve ser adotada por seus membros conforme as dificuldades do trajeto. Também surgiu o termo “pagé” para designar “patrão” e o termo “muambeiro”, além de se referir a “barqueiro” e a “carregador”, como a “dinão” e “finan” (ambos já citados no texto).

Festugato usou os termos “batedor” e “laranja” durante nossa conversa. Além disso, chamou sua atividade pelo nome tradicional: contrabando.

José usou os termos “fretista” para designar os motoristas que entregam as mercadorias ilegalmente ingressados pela fronteira no Brasil. Chamou também os motoristas de “muambeiros”.

Rogério Ceni usou os termos “muambeiro”, “boca dura” (já citado) e “batedor”, além de “propina” para designar suborno recebido por funcionário público ligado ao combate ao contrabando e ao descaminho.

Canhoto se utiliza de nomenclatura comum ao meio do circuito sacoleiro, já que usa os termos “laranja”, “patrão” como sinônimo de “sacoleiro” e “muambeiro”, “cota” para designar uma quantidade de produtos referentes a um preço não superior ao da cota máxima mensal estabelecida pelo governo federal para a importação via fronteiras, “batedor” para citar o membro da rede de contrabando e de descaminho que vai à frente de algum comboio com carga ilegal. Mas usou termo “carro alienado” no lugar de “finan”.

Marcelo utilizou alguns termos comuns à atividade sacoleira, como “laranja”, “passar cota”, “fazer cota” (separar a compra nas lojas do Paraguai em pequenas quantidades transportáveis dentro da cota máxima), “sacoleiro” (como sinônimo de “patrão”) e “batedor”.

Bruno cita termos como “guia”, “sacoleiro”, “cota” e o posto da PRF de Santa Terezinha de Itaipu é chamado de “mosquiteiro”.

João praticamente não falou da mesma forma que alguém que tenha participado do chamado circuito sacoleiro, utilizando-se de uma retórica compatível com seu grau de instrução, e a única menção a algum termo comum a atividade sacoleira foi dirigida a seus companheiros apenados, informando que saem do batalhão e vai trazer “muamba”.

Pereira usou os termos “laranja”, “lojista” para dono de loja em São Paulo, “sacoleiro” e “muambeiro”, “patrão”, “freteiro” para transportador de mercadorias.

Ana Livia usava os termos “patrão”, “muambar” (passar muamba), “laranja” e “caixinha” (propina paga a agente policial nas rodovias quando parados para a fiscalização).

Lilico usou os termos “laranja”, “patrão”, “bico”, “patroa” e “mosquiteiro” (se referindo ao posto da PRF em Santa Terezinha de Itaipu). Na dissertação de mestrado de Rosana Pinheiro-Machado este apelido não tem um significado óbvio, mas tem sim uma dose de humor da parte do sacoleiro, pois o posto da PRF de Santa Terezinha de Itaipu teria este apelido devido ser o local onde o sangue do sacoleiro era sugado, neste caso em forma de propina, pelos policiais.

Pedro usou os termos já conhecidos de “muambeiro”, “patrão”, “laranja”, mas acrescentou o termo “piranha” para designar os mototaxistas ilegais na cidade de Foz do Iguaçu.

André apenas usou os termos “laranja”, “patrão”, “guia” (em ônibus de turismo) e “comboio” em sua entrevista.

Dentinho usou os termos “mula”, “patrão”, “barqueiro”, “corta onda”, “passe” (custo de atravessar o rio), “olheiro”, “pirata” (assaltantes no rio), “finan”, “dublê”, “clone” e “batedor”.

Cristian se utiliza dos termos “mula”, “formiguinha” e “passador”.

Kalel se negou enfaticamente (ofendido) a usar o termo “laranja”, preferindo o de “passador de cota”, usando também os termos “patrão”, “comprista”, “batedor”, “finan” e “para estouro” (se referindo a carros).

5.5.8 Ocorrência que os Levou à Condenação e Pena

Aqui informamos os fatos que levaram os entrevistados a cumprir pena no 14º BPM-PR, lembrando que a justiça apenas pôde puni-los por uma ocorrência pontual, mas que há uma série de outras (do mesmo tipo ou não) às quais nunca haverá punição. As penas vão em tempo e em multa, mas são uma alternativa mais brandas do que a reclusão numa penitenciária federal (pelo menos para a maioria dos entrevistados).

Oliveira já havia sido processado por contrabando, mas foi absolvido. Após isto, foi detido para averiguação da fiscalização e posteriormente condenado a três anos e quatro meses de pena, comutados em serviços prestados à comunidade. A ocorrência que o levou à sua condenação se refere a contrabando de cigarros provenientes do Paraguai. Há a obrigatoriedade de ele pagar uma multa de R\$ 12 mil, pagas em sessenta vezes de R\$ 230,00 mensais. O cumprimento de sua pena o faz perder um dia de trabalho por semana, o que gera um prejuízo de R\$ 100,00 (seu pagamento por dia de trabalho). Ele afirmou que faltava de dois a quatro meses para ter sua pena paga ao sistema judiciário.

Wellington nos contou que, ao fazer um favor a um desconhecido, conduziu um veículo carregado de cigarros pela rodovia BR-277, quando foi abordado em Santa Terezinha de Itaipu/PR, em 2011, e teve que assumir a responsabilidade pelo ilícito. Diz ter sido condenado a dois anos e pouco a prestar serviços, e que já estava a pouco mais de um mês pagando sua pena.

Gabriel foi detido e teve de assumir a participação em atos de descaminho quando de uma batida de fiscalização, às cinco horas da manhã, em um estacionamento de um edifício habitacional na cidade de Foz do Iguaçu, no ano de 2012, enquanto ajudava a carregar mercadorias descaminhadas em um veículo modelo montana. Sua pena foi fixada em 500 horas de serviço à comunidade, mais uma multa no valor de R\$ 1.740,00.

Marlon foi detido pela Polícia Federal, em São Paulo, enquanto fazia o transporte de mercadorias descaminhadas e após processo judicial (que levou dez anos para chegar à sentença) foi condenado (um ano antes da entrevista) a 365 horas de serviços à comunidade.

Festugato teve seu produto apreendido, em 2016, e foi responsabilizado (após três anos do ocorrido) por contrabando, o que o levou a uma pena (não informada) e multa de mais de três mil reais. Além da perda de mercadoria houve o pagamento de fiança, acarretando um prejuízo de mais de R\$ 70 mil em quatro dias. Desde então, alega ele, deixou a atividade de contrabando e de descaminho.

José foi preso a primeira vez em 2007, no município de Presidente Prudente/SP, ficando quatro meses preso, saindo sob fiança. Foi inocentado alegando que apenas era um motorista fazendo um frete. Sua segunda ocorrência, durante a Copa do Mundo de Futebol da Fifa, ocorreu quando ia a Curitiba, na altura do município de Laranjeiras/PR, estando com dez caixas de cigarros (compradas a R\$ 210,00 e vendidas por R\$ 650,00). Foi detido e pagou R\$ 5.000,00 de fiança. Foi condenado a mais de mil horas de serviços à comunidade (não soube precisar quantas) e a fiança quitou a possível multa.

Rogério Ceni foi detido pela primeira vez pela PRF em Céu Azul, ainda como motorista, em seu próprio carro, transportando herbicida, ficando 5 dias preso, tendo que pagar R\$ 2 mil de fiança por esta ocorrência. Depois foi detido no Rio Grande do Sul, quando fazia as vezes de batedor para uma van com cigarros do Paraguai que se destinavam ao mercado ilegal no Uruguai. Afirma que teve de pagar uma fiança no valor de R\$ 40 mil. Sua pena ficou em 690 horas de serviços prestados à comunidade e mais R\$ 430 mil em multas (aparentemente o passado do entrevistado e a soma de ocorrências acresceram em sua pena). Para ele faltavam por volta de 190 horas a serem cumpridas à Justiça Federal.

Canhoto foi parado, no ano de 2014, próximo ao município de Campo Grande pela PRF, não sendo detido, mas sim responsabilizado pela carga que levava. Foi condenado no ano de 2019, em um julgamento por vídeo conferência, onde não conhecia o defensor público, numa vara da Justiça Federal de Mato Grosso do Sul, a 365 horas de serviços comunitários, sem pagamento de multa, dos quais já havia cumprido por volta de 190 horas, comparecendo duas vezes por semana ao 14º BPM-PR.

Marcelo foi parado no município de Marília, em São Paulo, no ano de 2015, transportando uma carga de relógios de segunda linha (pirateados, o que configura contrabando). Sua pena foi fixada em 365 horas de serviços à comunidade, não havendo multa para ele pagar. Destas horas já havia feito por volta de noventa.

Bruno nos contou que, quando de uma apreensão feita pela Receita Federal, assumiu uma carga que não seria sua, com videogames PlayStation, e que foi condenado a 1.000 horas de serviços à comunidade e uma multa de R\$ 11.900,00 (já havia pago cerca de 60 horas da pena).

João foi revistado em Medianeira por dois agentes da PRF, que entraram em Santa Terezinha de Itaipu no ônibus em que ele transportava duzentos CDs. Havia uma denúncia de transporte de drogas no veículo. Assim, como era uma operação, mesmo com um contrabando pouco significativo para os padrões da fronteira, ele foi fichado e condenado a uma pena de 720 horas de serviços comunitários (dos quais faltavam apenas 36 horas a cumprir) e multa de R\$ 3.000,00. Ele já havia passado por uma escola e pelo chamado Projeto Mosaico, que enfeitava as avenidas da cidade de Foz do Iguaçu.

Pereira não deu detalhes de seu processo, mas nos disse que sua pena foi fixada em 1.500 horas de serviços à sociedade, com uma multa de R\$ 4.900,00, que ele vem pagando em 24 vezes de pouco mais de R\$ 200,00 por mês.

Ana Livia foi responsabilizada por uma carga de produtos descaminhados quando em 2017 foi fiscalizada pela Receita Federal, em Cascavel, enquanto estava carregando um carro (de sua propriedade) em um hotel, para onde os laranjas haviam levado as cotas. Teve um prejuízo de R\$ 50 mil, teve carro apreendido, foi condenada a 365 horas de trabalhos servindo à sociedade, mas não teve de pagar multa.

Lilico foi condenado duas vezes, em uma recebeu a pena de 720 horas de serviços à comunidade e uma multa de 20 vezes R\$ 208,00. A segunda vez foi condenado a 365 horas, mas sem multa. No processo acabou perdendo um carro.

Pedro foi detido com mercadoria descaminhada em um veículo cuja documentação estava irregular, sendo, por este motivo, condenado a 720 horas de trabalhos voltados à sociedade, com um pagamento de R\$ 9 mil de fiança.

André afirma ter cometido o erro de assinar a ocorrência de apreensão de um ônibus que dirigia, o que o levou a uma pena de 365 horas de trabalhos à sociedade, só que sem multa.

Dentinho acumulou pena de dois processos por contrabando, recebendo um total de 1.118 horas de trabalho à sociedade, mas sem multa, pois alegou não ter bens em seu nome. Foi representado pela defensoria pública e elogiou muito o trabalho deste órgão.

Cristian foi detido em flagrante quando tentava postar uma caixa com eletrônicos descaminhados via uma transportadora em um município próximo a Foz do Iguaçu. A Receita Federal armou o flagrante, aguardando pela chegada do entrevistado. Ele foi condenado a 507 horas de serviços à comunidade, mais uma multa de R\$ 3.900,00.

Kalel teve três condenações, por processos dos anos de 2013, 2015 e 2016, passando um tempo detido em um presídio na cidade de Foz do Iguaçu, tendo de pagar uma fiança de R\$ 20 mil. Sua pena de serviços à sociedade é de 365 horas, com uma multa de R\$ 7 mil.

5.5.9 Movimento

Este trecho discute a percepção da parte dos entrevistados (já que eles foram parte integrante e cotidiana no espaço da fronteira) a respeito do aumento ou diminuição do movimento de compristas, laranjas e sacoleiros nas lojas de Ciudad del Este e na passagem pela fronteira, desde seu ingresso no circuito sacoleiro até a época da entrevista.

Oliveira considera que o movimento de compras estava decaindo com o tempo. Já Wellington afirmou que ouviu falar que de 1985 até o ano de 2003 o movimento de compradores entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este era muito grande, sendo que ele teria ingressado na atividade no ano de 1994.

Gabriel não teceu comentários a respeito do movimento de compradores na fronteira de nosso interesse.

Marlon também não relatou nenhuma opinião a respeito do aumento ou diminuição do movimento de compradores de mercadorias na fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. Ele apenas alegou que entrou para a atividade ilegal em uma época de crise.

Festugato não chegou a comentar a respeito do movimento de compras em nossa fronteira de interesse.

José também não teceu comentários a respeito do aumento ou diminuição do movimento de compristas na fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este.

Rogério Ceni afirmou que, antes de começar a repressão ao contrabando na fronteira, a quantidade de compristas era de sessenta mil pessoas por dia.

Canhoto afirmou que a economia da cidade de Foz do Iguaçu depende muito do Paraguai, tanto que quando há operações estruturadas (como a Operação Muralha, por exemplo) ela fica sem movimento financeiro.

Marcelo não acrescentou nenhuma informação a respeito do movimento de compristas na região de nosso interesse neste estudo.

Bruno informou que havia uma frota de mais de 1.200 ônibus de viagem dedicados a transportes em Foz do Iguaçu antes da fiscalização a este serviço, havendo hoje por volta de 20 deles. Antes, com os comboios, a Receita parava um ônibus, apreendia mercadoria e os demais passavam. Disse também que os agentes da Receita Federal, após começarem a portar pistolas,

passaram a tratar os sacoleiros mal, sem a educação que havia antes (falou este trecho com tom de revolta na voz). Para ele, muitos sacoleiros viraram traficantes após o aumento na fiscalização.

João acredita que de 2009, ano em que atuava com contrabando na fronteira, para 2019, ano da entrevista com ele, o movimento não havia mudado.

Pereira citou que o movimento de compras foi caindo aos poucos, conforme o lucro com as mercadorias também caía, isto devido à repressão à atividade sacoleira.

Ana Livia não teceu comentários a respeito da escala de compristas na cidade durante a entrevista.

Lilico se concentrou em sua história pessoal, não tecendo comentários a respeito do que ocorria a seu redor, nem sobre aumento ou decréscimo na quantidade de sacoleiros na região estudada.

Pedro afirmou que a repressão mais forte por parte da Polícia Federal e com o valor da cotação do dólar mais desfavorável ao comprador, o movimento de compras e conseqüentemente a quantidade de laranjas diminuíram muito nos últimos anos.

André afirmou que a repressão tem dois efeitos no movimento de compras no Paraguai: um é o de prejudicar a economia da cidade de Foz do Iguaçu e ao mesmo tempo aumentar a quantidade de laranjas, com a diminuição das cotas, multiplicando a necessidade de se contratar mais laranjas.

Dentinho não comentou a mudança do movimento de compristas na fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este.

Cristian afirmou que com a fiscalização mais forte, quem tinha condições mudou de ramo de atividade, ou estaria vivendo de juros de aplicações financeiras. Já os demais, os “formiguinhas” ficaram na atividade sacoleira por não terem opção.

Kalel não teceu comentários a respeito do movimento de compristas na fronteira de nosso estudo. Ao mesmo tempo afirma que quando começou o circuito sacoleiro em Foz do Iguaçu metade da população fazia contrabando e descaminho, mas agora acham ruim que se faça.

5.5.10 Avaliação da Experiência

Nesta seção o intuito foi o de dar voz aos sujeitos que foram apenados pela Justiça Federal em Foz do Iguaçu, para sabermos como eles avaliavam sua participação no circuito sacoleiro em relação às penas a eles imputadas. Estas questões foram apresentadas ao final das

entrevistas, quando os apenados entrevistados já estavam mais à vontade com nossa presença. No entanto, ainda houve a sensação de que nem todos foram francos ao responderem.

Oliveira considera que a atividade não compensa, pois há desgaste pessoal em passar por toda a fiscalização e o processo de punição. Tanto que pensou em pagar a pena recluso, pois haveria progressão da mesma, cerca de um sexto da pena. Julga que é bem tratado em seu trabalho no batalhão de polícia. Além disso, não acredita que agia errado em atuar como “muambeiro”, mas como cigarreiro sim, devido ao aumento acarretado à pena que recebeu (não compensou).

Wellington afirma que a pena recebida por ele foi maior do que ele esperava, que se sente envergonhado com a situação em que se encontra, mas considera o que fazia errado, sendo que prestar serviços é melhor do que ficar encarcerado.

Gabriel considerava a sua participação no circuito sacoleiro como sendo errada, mas não muito. Diz ser bem tratado pelos policiais do 14º Batalhão, mas que o serviço é muito pesado, isto comparando com o tempo em que esteve cumprindo sua pena no zoológico local, o Bosque Guarani.

Marlon não considera que a atividade que exercia no circuito sacoleiro, atuando como motorista em um comboio que transportava produtos eletrônicos comprados no Paraguai, como sendo errada. Acrescentou que se liberassem a passagem pela fronteira o contrabando acabaria.

Festugato considera o que fazia, o que acarretou em sua pena judicial, como sendo um trabalho como outro qualquer, sem nenhum drama de consciência, apenas evitou lidar com drogas e armas (pela moral e pela pena maior). Ao mesmo tempo, considera a punição justa, só que muito severa, e o tratamento da polícia no batalhão, em relação aos apenados, é também severo, mas seria o natural para este tipo de sujeito. Acredita que o sistema de punição não resolve o problema do crime, principalmente com os serviços prestados pelos apenados.

José acha a punição que recebeu justa, mas excessiva. Acredita que o serviço poderia ser prestado perto da residência do apenado.

Rogério Ceni afirma que fazer contrabando é errado, que considera o que fez ilegal, mas não imoral. Acredita, também, que a punição que recebeu é justa, mas que a forma de pagar a pena é errada, que deveriam mostrar os efeitos que o contrabando causa, ao haver a sonegação de impostos, a exemplo dos casos em que infratores de trânsito visitam hospitais e vêm as vítimas de acidentes com veículos. Ele chegou a afirmar que esta forma de punição seria humilhante. O entrevistado disse que se o Estado quisesse não haveria contrabando.

Canhoto diz que, enquanto participava das atividades que culminaram com sua condenação, não pensava muito nas implicações, mas agora pensa que o que fazia era errado e

acrescentou que quando fazia o transporte de mercadorias entre as fronteiras não tinha nenhuma espécie de satisfação com isto.

Marcelo considera que a atividade que fazia era realmente ilegal, tanto que há lei própria para isto, mas crê que há coisa pior, não sendo o seu crime tão prejudicial assim.

Bruno avalia que a atividade sacoleira não é errada. Afirma que sacoleiro não é o mesmo que contrabandista. Considera os policiais militares, no batalhão, muito rígidos. Afirma que não há empregos para todos na cidade e que a atividade sacoleira não dá dinheiro. O sacoleiro não é um criminoso, é sim um sobrevivente.

João não vê a atividade sacoleira como errada, pois a carga tributária é muito elevada, o que faz compensar tais atividades. Acredita ser penas como a sua absurda, principalmente comparadas a crimes mais graves, sendo que em seu caso pior, já que ele havia feito tais atos durante quatro meses apenas, antes de ser fichado.

Pereira informou que entrou para a atividade no circuito sacoleiro por não ter opção, não ter outra fonte de renda naquela época. Além disto, não considera a atividade como sendo errada, sendo a punição muito grande para tais delitos.

Ana Livia revelou a nós que não considerava a sua atividade como sendo errada, mas que hoje, após a condenação, veio a julgar como errada a atividade sacoleira.

Lilico nos informou que sua condição como apenado o deixa frustrado, pois embora saiba que o que fazia era errado, ao mesmo tempo não encontrava opção melhor para auferir renda, além de considerar a atividade sacoleira como sendo um trabalho. Acredita que ao invés de serem condenados a serviços à comunidade os apenados nos artigos 334 e 334A do código penal poderiam usar tornozeleiras eletrônicas.

Pedro apenas nos disse que considera sua pena excessiva em relação ao crime cometido por ele.

André considera a punição que recebeu justa, por ter agido errado, ao mesmo tempo diz que o sacoleiro não age errado, não por causa da justiça, mas por causa da economia local e a sobrevivência das famílias. Contou que teve receio de prestar serviços no 14 ° BPM-PR, mas que foi tudo tranquilo para ele.

Dentinho sente que fez algo de errado quando atuou no circuito sacoleiro, alegando que na época não tinha alternativa, se dizendo arrependido de seus atos. Além disso, afirmou que não teve receio de prestar serviços no 14° BPM-PR, pois outros conhecidos já haviam passado por lá e o tranquilizaram a respeito.

Cristian avalia que a justiça pesou na pena que deu a ele, sendo que para ele sua atividade não era errada, não havendo impacto na economia, não é como um roubo, não prejudicaria a

ninguém, principalmente porque todo mundo sonega. Para ele sempre vai haver contrabando, independentemente da repressão. Contou que não teve receio em trabalhar no 14º BPM-PR.

Kalel afirma que hoje sente que o que fazia era errado. Informou também que muitos dos apenados continuam na atividade no circuito sacoleiro para pagarem as multas que recebem, além do fato de a adrenalina associada à atividade é viciante. Acredita que as penas contribuíram para a mudança de avaliação dos sacoleiros pela sociedade local.

Kalel acrescentou que as penas que os condenados pela Justiça Federal recebem poderiam ser pagas com estudos, não com serviços. Mas afirma serem as penas atuais justas, além de não ter receado trabalhar no 14º BPM-PR e que não foi maltratado em nenhum momento.

5.5.11 Atividade Atual e Perspectivas Futuras

Este trecho tenta apontar para o futuro, já que em todo o processo olhamos o passado. Nossa intenção foi a de apresentar os entrevistados como seres humanos, não como apenas dados, como sujeitos que apenas reagem ao meio, mas sim como sujeitos históricos que fazem as suas escolhas e que podem vir a escolher um futuro para si e para suas famílias, seja o de se manterem atuantes no circuito sacoleiro ou afastarem-se dele.

Oliveira trabalha em um estabelecimento voltado a cuidados com veículos automotores, estando na atividade de mecânico atualmente.

Wellington afirma que veio para Foz do Iguaçu cumprir sua pena e que está ganhando sua subsistência com os chamados “bicos” – trabalhos temporários e esporádicos – sem vínculo empregatício.

Gabriel trabalha atualmente no setor de serviços automotivos e como autônomo. Deseja voltar à atividade de fotógrafo no futuro.

Marlon passou, após deixar sua ocupação como motorista, a trabalhar no setor moveleiro, tendo também a atividade de reparo de lataria de veículos automotores.

Festugato continua comprando no Paraguai, mas agora legalizado, utilizando-se do sistema de importação chamado de RTU⁸⁰ (Regime de Tributação Unificada), onde paga imposto de 33% (25% para o chamado vale cota e 7% de ICMS⁸¹ (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços)) sobre o valor da nota de compra em Ciudad del Este.

⁸⁰ <http://receita.economia.gov.br/orientacao/aduaneira/manuais/rtu-regime-de-tributacao-unificada/em-atualizacao>

⁸¹ <http://www.portaltributario.com.br/tributos/icms.html>

Sua família está investindo em formação profissional e em pequenos negócios pela cidade, seguindo o mesmo comportamento dele.

José, quando abandonou as atividades que o levaram a ser condenado pela Justiça Federal, passou a trabalhar como motorista de caminhões, mas como para algumas cargas não aceitam pessoas que cometeram crimes, ele se afastou da profissão, vendendo o veículo de transporte que havia adquirido para os fins profissionais. Hoje ele diz trabalhar com raiva, nos mostrando o documento que lhe permite ser caminhoneiro, e não deseja voltar aos estudos. Atualmente trabalha como mecânico de caminhões e faz chapeação (lanternagem).

Rogério Ceni estava trabalhando, como supervisor, em uma empresa terceirizada, que presta serviços a órgãos do governo.

Canhoto nos informou que exerce a função de autônomo no momento, e não acrescentou nenhum detalhe a isto.

Marcelo tem muitas atividades no setor moveleiro em Foz do Iguaçu no momento.

Bruno gostaria de estudar administração de empresas, além de ter seu próprio ônibus para trabalhar para si. A perspectiva mais realista é a de continuar como motorista mesmo.

João trabalha como representante comercial, além de prestar serviços de transporte, mas pretende se dedicar a algum pequeno negócio no futuro.

Pereira se encontra trabalhando em atividades relacionadas com o transporte de pessoas na cidade de Foz do Iguaçu.

Ana Livia passou a investir seu tempo na conclusão de um curso universitário, numa disciplina do campo das ciências sociais aplicadas.

Lilico afirma trabalhar no momento em um estacionamento na Vila Portes.

Pedro, que foi “piranha” por quatro anos, conseguiu um alvará como mototaxista a dois anos e pretende se estabelecer nesta função. Afirmou que desde o ano de 2017 não atua mais no circuito sacoleiro.

André voltou a trabalhar como mecânico de veículos pesados, com motores à diesel.

Dentinho trabalhava, à época da entrevista, como entregador informal, na cidade de Foz do Iguaçu. Tem o desejo de se formar como técnico em eletromecânica.

Cristian passou a trabalhar como caminhoneiro, fazendo transporte de gêneros agrícolas do Paraguai ao Brasil, nada muito diferente do que fazia antes com os eletrônicos.

Kalel trabalha no setor de serviços voltado à alimentação na cidade de Foz do Iguaçu, mas deseja ingressar no setor hoteleiro da cidade.

5.5.12 Pontos Fora da Curva

Durante nossas entrevistas com os apenados provenientes da Justiça Federal, em Foz do Iguaçu, que prestam serviços à sociedade trabalhando no 14º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Paraná, houve dois casos de entrevistados que não puderam ser encaixados nas categorias acima elencadas por nós, não sendo possível utilizá-las da mesma forma que o fizemos com os demais dezenove casos expostos.

No entanto, há informações nestas entrevistas, nas histórias destes apenados, que darão um contraponto à tendência dos depoimentos anteriores, ao mesmo tempo acrescentando algo a mais à realidade da fronteira em Foz do Iguaçu.

Começamos a descrição destes casos especiais por Peixe. Ele é natural de Cascavel e se encontra na faixa de idade dos trinta anos. Tem um filho e esposa. Completou o ensino médio e mora a vinte anos em Foz do Iguaçu.

O crime que levou Peixe ao tribunal e posterior condenação foi o de ser “laranja”. Só que não no mesmo sentido dos laranjas que fazem transporte de cotas pela Ponte da Amizade ou levam mercadorias em ônibus para outras cidades. Ele é “laranja” no sentido de quem assume a propriedade, e a responsabilidade, por uma pessoa jurídica.

Peixe foi trazido a Foz do Iguaçu por um familiar que trabalhava com produtos importados da Argentina, que como estava sem condições fiscais de abrir uma empresa, utilizou do CPF de Peixe para este fim.

O problema que ocorreu se deveu ao fato de este parente ter o hábito de subfaturar as notas de venda de seus produtos, não na importação, mas na revenda a outros estabelecimentos. Além disso, este parente de Peixe tinha o hábito de guardar a contabilidade real de movimento de seu caixa 2 junto com a contabilidade a ser apresentada à Receita Federal e à Receita Estadual. O processo teve início em 2009 e a cinco anos houve a sentença.

Peixe foi condenado a seis anos e meio de prisão, convertidos em duas mil e quatrocentas horas de serviços à comunidade, além de R\$ 28 mil de multa, faltando a ele o cumprimento de seiscentas horas.

Peixe considera sua condenação injusta. E quanto ao contrabando e o descaminho (crimes que não cometeu) tem a opinião de não serem crime, que as pessoas são levadas a eles por não haver empregos suficientes na cidade.

Peixe, no momento da entrevista, trabalhava no comércio e serviço locais, no mesmo ramo em que o seu parente (acima citado) trabalha, mas sem ligação com ele. Este parente tem arcado, a contragosto, com os custos das multas aplicadas a Peixe.

Nininho é outro ponto fora da curva, quando o assunto é uma entrevista com alguém apenado da Justiça Federal por ter atuado no circuito sacoleiro, só que ao contrário do caso de Peixe, Nininho participou sim do circuito sacoleiro, só não de forma a transgredir nenhuma lei brasileira, além de ter sua condenação ligada a crimes diferentes dos previstos nos artigos 334 e 334A do código penal brasileiro.

Nininho se encontra na faixa de idade compatível com a faixa dos sessenta anos, sendo natural do interior paulista. É casado e tem dois filhos. Tem formação como técnico em contabilidade, superior em contabilidade e superior incompleto em administração. Veio para Foz do Iguaçu para trabalhar numa empreiteira que prestava serviços à Itaipu, a Unicon (União de Construtoras Ltda.) no setor de contabilidade da empresa.

Nininho, em 1994, foi trabalhar numa loja de artigos de informática em Ciudad del Este, cujos donos eram de origem chinesa, onde exerceu o cargo de Gerente Administrativo numa empresa com mais de 300 funcionários. Ele conta que nesta época Foz do Iguaçu recebia até 1000 ônibus com compristas, a quem chamou de “muambeiros”, sendo que para os maiores compradores a loja dava crédito, vendendo na quarta-feira e recebendo no sábado. Disse que chegou a ter mais de um milhão de dólares no cofre da loja de um dia para o outro.

Nininho, no mesmo ano, foi encarregado de abrir um entreposto comercial da empresa em que trabalhava na cidade norte-americana de Miami, onde recebia e embarcava produtos de origem chinesa e norte-americana para Ciudad del Este, optando por aviões, que faziam em um dia o trajeto que os navios podiam levar até 45 dias para percorrer.

Nininho, em 1996, abriu (como “testa de ferro”) uma empresa importadora em São Paulo, onde mesmo tendo condições de trabalhar dentro da lei o patrão dele preferia gastar o mesmo agindo ilegalmente, tanto que segundo Nininho a propina para agentes da PF chegava a US\$ 10 mil por mês. Esta empresa que chegou a vender US\$ 5 milhões por ano em produtos foi fechada em 1998.

Nininho, no ano de 2000, com os conhecimentos adquiridos no ramo, abriu com mais três sócios uma importadora própria, um despachante aduaneiro, um “japonês” e um “judeu do bom retiro”. Os sócios teriam usado o CNPJ da empresa para importar três contêineres da china, com tecido, de forma ilegal. Esta ocorrência foi o que levou nosso entrevistado a ser condenado a prestar serviços à sociedade.

Nininho voltou, em 2005, a trabalhar com o antigo patrão numa importadora especializada em um único tipo de produtos, agora tudo legalizado, sem nenhum esquema. Com o tempo o “chinês” passou a aplicar engenharia reversa e passou a produzir o equipamento que importava, com marca própria, e até passou a exportar o produto.

Nininho sentiu a carga de trabalho, tanto que passou a exercer a atividade de consultor em uma empresa que é filiada ao sistema S.

Voltando a morar em Foz do Iguaçu, Nininho está pagando sua pena de 1.215 horas e mais R\$ 1.700,00 de multa, em 40 prestações. Ele acredita que sua punição é branda. Além disso, pudemos verificar que ele trabalha com seriedade e serenidade nas instalações da horta solidária no 14º BPM-PR, agindo como se estivesse na própria plantação, tanto que apenas nos forneceu a entrevista acima descrita após acabar uma parte do trabalho que estava fazendo quando o encontramos pela primeira vez.

6 A SÍNTESE

Chegamos ao ápice desta dissertação de mestrado, com a tarefa de compor uma síntese entre a tese apresentada, formada por dados e falas de entrevistados, retirados dentre os órgãos que têm como um de seus deveres o de combater o contrabando e o descaminho, fatos cotidianos na fronteira que circunscreve nosso estudo, o recorte territorial que separa Brasil de Paraguai, Foz do Iguaçu de Ciudad del Este, numa região que condensa e funciona como um microcosmo das ações de Estado em um dado ponto privilegiado da fronteira e a antítese estabelecida, com os dados provenientes dos agentes diretos e indiretos das atividades ilícitas que configuram o contrabando e o descaminho na região estudada.

Esta parte do trabalho é a mais delicada, não por ser a final, mas por ser a parte que apresenta a maior liberdade para o trabalho do pesquisador, já que tanto na tese, quanto na antítese, quem falava era sempre o outro, havendo uma fronteira epistemológica bem definida entre os papéis de cada um dos sujeitos no campo de pesquisa.

Agora temos o desafio de dar conta da união dos contrários, da harmonização dos conflitos, da explicitação das contradições, da construção de um cenário que demonstra o que se convencionou chamar de totalidade, uma unidade de explicação completa da realidade em uma dada escala de observação, sem recairmos em uma simplificação ou numa complexificação desnecessárias, apresentando o suficiente e o justo para que possamos ser compreendidos, caso cheguemos a ser lidos.

Para tanto, retornaremos às nossas considerações feitas na parte do estudo dedicada à abordagem metodológica, onde citamos o trabalho de Politzer (2004) como fonte de algum critério de observação e descrição dos dados colhidos à realidade de nosso objeto de estudos, onde o mesmo nos fornece quatro leis da dialética, nas quais poderemos usar um determinado viés, um ponto de vista especial, para que possamos chegar à tão desejada síntese dos resultados obtidos até então.

É possível que o termo lei não seja o mais adequado para lidarmos com algo tão plástico como a realidade da fronteira a que nos dedicamos nesta pesquisa, mas temos que respeitar a nomenclatura utilizada pelo autor, que ainda estava (possivelmente) sob a influência de um certo positivismo, tempo anterior ao nosso estado atual mais relativístico.

Entretanto, antes de partirmos para o trabalho de síntese propriamente dito, pediremos a ajuda de alguns outros autores que, com suas obras, poderão contribuir com as nossas considerações posteriores, pois têm suas pesquisas mais próximas do que proporemos como resultado final de nosso trabalho, o que dará o tom de nossas conclusões finais.

O primeiro autor a nos auxiliar será Rafael Dolzan, que em 2019 defendeu sua dissertação de mestrado *A relação entre a atuação do Estado no combate ao contrabando e ao descaminho na Tríplice Fronteira e a redução populacional de Foz do Iguaçu no início do século XXI*, onde tentou relacionar a mudança demográfica na região de fronteira, do estado do Paraná com o Paraguai, às ações do Estado no combate às ilegalidades típicas destas regiões.

Nas palavras do autor: “o objetivo é responder se o combate ao contrabando e ao descaminho realizado na região pelo Estado brasileiro, capitaneado pela Receita Federal do Brasil, foi fator preponderante na redução populacional de Foz do Iguaçu entre os anos de 2000 e 2010” (DOLZAN, 2019, p. 7).

Dolzan (2019) nos informa que há três zonas primárias de ação da Receita Federal no município de Foz do Iguaçu, locais alfandegados nas fronteiras onde a RFB realiza fiscalização de entrada e saída de bens. Há a aduana da Ponte Internacional da Amizade (fronteira Brasil-Paraguai), aduana da Ponte Tancredo Neves (fronteira Brasil-Argentina) e o Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu (voos). Estes são locais onde a autoridade da RFB é exercida com mais força. No entanto, em conjunto com demais órgãos de segurança e de fiscalização, a RFB tem agido em outras áreas do território fronteiriço da região.

Para o autor, os ciclos econômicos pelos quais passou Foz do Iguaçu, desde o extrativismo, até o momento atual de turismo de compras, têm influenciado decisivamente em sua composição demográfica. Desta forma:

A expansão ou a maturidade de um ciclo econômico pode atrair ou manter um grupo populacional em uma região. Assim como, o declínio ou o fim de um ciclo econômico pode estimular um deslocamento populacional de saída em busca de oportunidades em outras regiões. (DOLZAN, 2019, p. 21)

Segundo a prefeitura de Foz do Iguaçu, devido ao ciclo econômico de extração de madeira e cultivo de erva mate, entre 1870 e 1970, a população local chegou a 33.966 habitantes. Já com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, entre 1970 e 1980, a mesma população alcançou os 102.355 habitantes. Com o predomínio das exportações e o início do turismo de compras, entre 1980 e 1995, a população recuou a 74.861. Já entre o período de 1995 a 2008 (final da avaliação da prefeitura) este montante chegou a 108.007 habitantes, isto sob o predomínio do ciclo de comércio, turismo de compras e de eventos (PMFI, 2019, apud DOLZAN, 2019).

Neste caso pode-se perceber como as fronteiras estabelecidas pelos Estados, vivenciadas pelas pessoas que moram e têm seu cotidiano recortado pelas linhas imaginárias dos acordos internacionais, não coincidem umas com as outras. Mesmo assim, o motor desta formação

territorial alia Estado e capital em um processo de geração de fronteiras econômicas e políticas (MÉSZÁROS, 2002).

Dolzan (2019) nos lembra de uma importante modificação da função dos hotéis na cidade de Foz do Iguaçu quando da mudança de ciclo econômico, pois antes dos anos 2005 era comum o fato de haver muitos hotéis simples, mais baratos, onde os quartos eram utilizados por sacoleiros como depósito de mercadorias, sendo alugados por apenas uma noite. No entanto, quando a Receita Federal passou a fiscalizar este tipo de estabelecimento houve uma mudança perceptível, pois o número destes estabelecimentos diminuiu, passando a haver uma oferta maior de hotéis com maior luxo nos quartos, voltados agora para as necessidades dos turistas típicos, não os compristas/sacoleiros.

Novamente temos uma definição dos papéis de sacoleiro e laranja, desta vez derivada do trabalho de Davi (2008), citada por Dolzan (2019):

Os sacoleiros são pessoas que atuam, geralmente, em Ciudad del Este, revendendo e distribuindo as mercadorias para todo país. Estes sujeitos podem atuar individualmente ou com outras pessoas que fazem papel de atravessadores e distribuidores. O objetivo do sacoleiro e dos demais integrantes dessa rede é fazer com que os produtos adquiridos no Paraguai cheguem aos clientes localizados por todo Brasil. Os laranjas são contratados para transportar mercadorias vindas do país vizinho em troca de um valor previamente combinado. A função dos laranjas era primordial para todo sistema de entrada e distribuição de mercadorias ilegais, afinal, eles faziam a travessia da Ponte da Amizade e passavam pelos pontos de fiscalização para que, após isto, pudessem entregar as mercadorias para os seus patrões, que em geral eram os sacoleiros. (DAVI, 2018, p.14, apud DOLZAN, 2019, pp. 30-31)

O consumidor brasileiro é apontado como grande incentivador de todo o circuito sacoleiro, pois é ele quem compra os produtos contrabandeados ou descaminhados, que entram pelas fronteiras nacionais e geram todo um conjunto de respostas da parte do Estado, no intuito de coibir tais práticas ilícitas. Por sua vez os praticantes dos mesmos ilícitos têm que se adaptar às ações do Estado, procurando novas rotas de abastecimento deste mesmo circuito (SILVA; DOLZAN; COSTA, 2019).

Este comportamento dos sacoleiros, na tentativa de se sobrepor ao Estado, fez com que a fronteira entre o Paraguai e o Mato Grosso do Sul se tornasse mais interessante para a prática do contrabando e do descaminho, já que a presença da fronteira seca multiplicava as alternativas de rotas de passagem aos produtos ilegalmente ingressados no território nacional (DOLZAN, 2019).

O comércio no Paraguai também anteviu alternativas de lucro com a mudança de táticas adotadas por parte dos sacoleiros que atuavam em Foz do Iguaçu e migraram suas atividades para outras fronteiras mais ao norte. Como exemplo temos:

Em 1997 foi inaugurado o primeiro shopping em Salto del Guairá. Os comerciantes e o mercado imobiliário local previam um grande crescimento, alavancado pela construção da Ponte Ayrton Senna, inaugurada em 24 de janeiro de 1998, que ligava os estados do Mato Grosso do Sul e Paraná. Em uma propaganda distribuída no final dos anos 1990 em hotéis e restaurantes da região são trazidas as localizações das lojas patrocinadoras de Salto del Guairá, demonstrando a mobilização da região para explorar a venda de mercadorias no país vizinho como atrativo para região. (FIOROTTI, 2015, p. 224)

O fato de que com o passar dos anos o comércio de produtos voltados a alimentar o circuito sacoleiro cresceu nas proximidades da fronteira sul mato-grossense nos induz a pensar que houve uma adaptação no interior do próprio circuito sacoleiro, que passou a apostar na alternativa um pouco mais distante em troca de maior segurança e um menor potencial de prejuízo, ao mesmo tempo que as ações em Foz do Iguaçu e região eram intensificadas (DOLZAN, 2019).

Rafael Dolzan (2019, pp. 40-41) destaca alguns dados relevantes, publicados por Samuel de Jesus em 2016 e no jornal Campo Grande News no mesmo ano, que podem nos dar uma dimensão do território disputado entre Estado e sacoleiros durante suas ações de combate/evasão, conforme estamos descrevendo desde o início de nosso texto:

Apenas dois estados brasileiros, Paraná e Mato Grosso do Sul, fazem fronteira com o Paraguai. No caso do Paraná existem três pontos de fronteira mais movimentados: Foz do Iguaçu (PR) com Ciudad del Este (PY), Santa Helena (PR) com Puerto Indio (PY) e Guaíra (PR) com Salto del Guairá (PY). No caso do estado do Mato Grosso do Sul são seis cidades gêmeas, conurbadas ou semiconurbadas com cidades paraguaias e que possuem mais de dois mil habitantes. Os pontos de fronteira que se enquadram nestas características são: Mundo Novo (MS) com Salto del Guairá (PY), Paranhos (MS) com Ypejhú (PY), Coronel Sapucaia (MS) com Capitán Bado (PY), Ponta Porã (MS) com Pedro Juan Caballero (PY), Bela Vista (MS) com Bella Vista Norte (PY) e Porto Murtinho (MS) com Capitán Carmelo Peralta (PY). (JESUS, 2016, p.165) (...) Dentre estes, conforme estudos do Instituto Econômico e Social de Fronteiras (IDESF), seis municípios brasileiros se destacam como os principais entrepostos de mercadorias contrabandeadas do Paraguai que entram no Brasil: Foz do Iguaçu (PR), Guaíra (PR), Mundo Novo (MS), Paranhos (MS), Coronel Sapucaia (MS) e Ponta Porã (MS). (CAMPO GRANDE NEWS, 2016)

Há uma maior facilidade de fiscalização por parte da Receita Federal quando opera na região de Foz do Iguaçu, pois a BR-277 afunila o tráfego, deixando pouca margem de escape para o fluxo de veículos que saem da fronteira em direção às capitais economicamente mais importantes do país. Para tal fiscalização escolheu-se um ponto no município de Medianeira, no Paraná, para a realização das vistorias em veículos. O terreno escolhido foi doado pelo governo paranaense (Lei Estadual 13.745 de 27 de agosto de 2002), o que se seguiu à construção do chamado “barracão”, ou Posto Fiscal Bom Jesus, com a ajuda da prefeitura da cidade de Medianeira (DOLZAN, 2019). “Com este ponto de apoio, as operações puderam ser melhor organizadas e o aumento nos valores apreendidos foi considerável” (DOLZAN, 2019, p. 51).

No parágrafo acima está a constatação do fato que vínhamos chamando a atenção a algum tempo, o de que as três escalas de poder do Estado se uniram na região de Foz do Iguaçu, com o intuito de combaterem, cada um de sua forma, o contrabando e o descaminho, em um esforço conjunto, mais ou menos estruturado, que trabalha criando estratégias de ação sobre o território em estudo por nós.

Dolzan (2019) prossegue descrevendo os fatos posteriores às modificações implementadas a partir de novembro de 2003, após a assinatura da Medida Provisória 135, já discutida anteriormente, que influenciou decisivamente os rumos da economia na fronteira do Brasil com o Paraguai, confirmando o depoimento de nossos entrevistados:

Pode-se afirmar que 2005 foi um divisor de águas no combate ao contrabando na região da Tríplice Fronteira, pois neste ano foi a última vez que foram vistos grandes comboios que reuniam em torno de 400 ônibus saindo juntos de Foz do Iguaçu em direção aos grandes centros comerciais do país. Com a realização da operação Comboio Nacional e as apreensões constantes de ônibus realizadas em maior quantidade desde 2004, a logística de utilização dos ônibus para transporte de mercadorias foi sendo minada e, apesar dos ônibus ainda serem eventualmente utilizados neste transporte, os grandes comboios deixaram de existir. (DOLZAN, 2019, p. 56)

A Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu (ACIFI), a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (PMFI) e a Receita Federal se uniram para que fosse construída a nova aduana à cabeceira da Ponte da Amizade. Toda a construção totalizou um custo de 14 milhões de reais, tendo como resultado, logo no mês de novembro de 2006, após a implantação das novas instalações, um aumento na arrecadação de 181% no imposto de importação, alcançando R\$ 446,8 mil (DOLZAN, 2019).

Confirmando o que nossos entrevistados nos informaram no capítulo anterior, dedicado à antítese, o pesquisador Dolzan (2019) informou em sua dissertação que o “aperto” na fiscalização decorrente da inauguração das novas instalações da Receita Federal em 2006, em Foz do Iguaçu, teve como resultado a diminuição do uso de laranjas, com a adoção de novas táticas por parte dos sacoleiros, tendo o rio Paraná e o lago de Itaipu como alternativa, aquecendo o fluxo de barcos transportando mercadorias, além da mudança do local de passagem migrando para a região de Guaíra/PR e a fronteira seca entre Mato Grosso do Sul e Paraguai.

A informatização dos registros alfandegários como estratégia de controle dos fluxos na aduana da Ponte da Amizade em Foz do Iguaçu foi mais um golpe no circuito sacoleiro. No mês de setembro de 2007 a Receita Federal implantou o Sistema de Controle de Bagagens (SCB), tornando possível um controle maior das cotas de importação, fazendo com que os laranjas começassem a ser preteridos como tática de passagem pela fronteira, já que se fossem cadastrados no sistema, apenas poderiam passar mercadorias após 30 dias (DOLZAN, 2019).

Houve também um grande aporte de recursos para o melhoramento da logística da Receita Federal no trato das mercadorias apreendidas, que passaram a crescer em volume com as novas medidas de fiscalização e controle. Dois depósitos foram construídos, um com 6.000m² e outro com 2.200m², sendo que este volume era preenchido até três vezes por ano (DOLZAN, 2019).

Os efeitos das estratégias estatais aplicadas à região de Foz do Iguaçu tiveram resultados colaterais, que iam além dos sacoleiros, atingindo até a rede hoteleira local:

Em 2000, segundo informações da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, os meios de hospedagem em Foz do Iguaçu eram 184 unidades. Este número caiu até o ano de 2006, quando atingiu o patamar de 140 unidades. Finalmente, a partir de 2007, o número de meios de hospedagem subiu ano a ano até alcançar 161 unidades em 2010. (...) Em complemento a este raciocínio, segundo informações da Receita Federal do Brasil, houve uma diminuição dos meios de hospedagem mais simples que atendiam os sacoleiros, que vinham sozinhos e ficavam apenas uma noite, e um aumento dos meios de hospedagem mais luxuosos para atender os turistas que vinham para a região com suas famílias e ficavam hospedados por vários dias. (DOLZAN, 2019, p. 71)

Como mais uma confirmação do que pudemos ouvir de nossos entrevistados, houve mudança de tática quando da responsabilização das empresas de transporte pelas mercadorias por elas levadas, com a multa de R\$ 15 mil, ocorreu a migração para o transporte fluvial e a adoção dos carros “finan” no lugar dos ônibus de viagem, os “dinões”. Mesmo assim as apreensões aumentaram entre 2000 e 2010:

Essa mudança na logística do contrabando pode ser notada nas apreensões de veículos que cresceu muito em quantidade a partir de 2006, com uma média de 3.371 veículos apreendidos por ano até 2010, sendo que em 2010 esse número chegou a 3.801 veículos apreendidos. Nota-se que esse crescimento foi considerável, apesar da redução nas apreensões de ônibus a partir de 2006. No período estudado foram apreendidos 19.360 veículos, mostrando o grande prejuízo causado aos grupos que realizavam o transporte destas mercadorias. As apreensões de mercadorias passaram de um patamar de 27 milhões de dólares em 2000 para 118 milhões de dólares em 2010, o que significa dizer que as apreensões mais que quadruplicaram. Somando as apreensões, de 2000 a 2010 foram apreendidos 620 milhões de dólares em mercadorias trazidas ilegalmente do exterior. (DOLZAN, 2019, pp. 73-74)

Dolzan (2019) considera que os investimentos do Estado no combate ao contrabando e ao descaminho na fronteira entre Foz do Iguaçu e o Paraguai, na região de Ciudad del Este, afetaram severamente o ciclo econômico caracterizado pelo que chamamos de circuito sacoleiro. As consequências das estratégias estatais foram a migração das práticas ilegais para o Mato Grosso do Sul, com aumento do comércio na fronteira deste estado com o Paraguai e a redução populacional em Foz do Iguaçu, com um aumento concomitante nos municípios fronteiriços ao norte de Foz do Iguaçu, como a microrregião de Toledo/PR, as microrregiões de Iguatemi e Dourados no Mato Grosso do Sul.

Entretanto, todo este esforço por parte do Estado e seus representantes têm efeitos mais profundos, emocionais até, nas vidas dos participantes do circuito sacoleiro, principalmente nos economicamente mais frágeis, como os laranjas e os sacoleiros com pouco capital: “Como um sacoleiro me diria, mastigando a raiva pela extorsão de dois policiais federais: “Porra, a gente não é traficante. A gente não é criminal. A gente não traz armas nem drogas... Só mercadoria para vender.” (RABOSSI, 2004, nota 305, p. 259)

A lei aparece como a técnica privilegiada de inscrição dos limites. Sanciona e define espaços, entidades e ações – direitos e deveres – sobre outras entidades – coisas e pessoas. Se por um lado, os limites se desbordam apesar das sanções e as definições, uma vez que as definições foram sancionadas, traspasar o limite por ela traçado supõe fazer algo ilegal. As definições estão aí e então, a consciência delas – quando se tem consciência de essas definições – supõe uma decisão que implica questões morais, sempre sociais. (RABOSSI, 2004, p. 277)

De um certo ponto de vista as leis também constituem, na sociedade à qual se aplicam, uma espécie de fronteira. O legal e o ilegal partem do arbítrio de uma legislação composta nos espaços centrais de poder, muito longe das bordas da nação, longe das fronteiras físicas sinalizadas no espaço, sobrepondo a estas últimas aquelas primeiras, separando joio e trigo, quem pode passar e quem não pode, quem é chancelado e quem é marginalizado à margem do Estado, limitado no limite territorial, sobretaxado e cadastrado.

6.1 1ª Lei da Dialética

Na acepção de Politzer (2004), a primeira lei da dialética é chamada de a lei da mudança. Para este autor, tudo muda com o passar do tempo. Portanto, se quisermos abordar a totalidade dos fatos sociais na região de Foz do Iguaçu, articulando tais fatos com a natureza político-territorial da Tríplice Fronteira, precisamos conhecer as mudanças pelas quais tal espaço passou, sabermos a história do local estudado, para podermos ganhar em entendimento e podermos fazer a síntese desejada.

Para darmos conta da descrição dos acontecimentos e fases pelas quais esta porção do oeste paranaense passou nos utilizaremos ainda do trabalho de Rafael Dolzan (2019), que adiantou a análise histórica em sua dissertação de mestrado, não sendo necessário que criemos nada mais elaborado, já que para nossos fins seu esforço é suficientemente útil à nossa tarefa. Atentemos, no entanto, que seu recorte recai nos chamados ciclos econômicos, e o nosso nas mudanças de estratégias estatais e táticas no circuito sacoleiro, o que não necessariamente coincidirá em todos os casos.

A região que compreende a chamada Tríplice Fronteira era conhecida como Iguassu, sendo um local de trânsito para indígenas, espanhóis, argentinos, paraguaios e nos finais da década de 1880, de brasileiros. Não havia uma demarcação rígida do território e o império do Brasil não tinha um projeto bem definido para esta parte do território (DOLZAN, 2019).

O processo de ligar o oeste do Paraná ao litoral do estado, à leste, teve impulso maior com a construção de uma rodovia, que viria a ser conhecida como a BR-277, desde 1920, com seu asfaltamento de 1950 a 1969, tendo havido a construção da Ponte da Amizade entre 1959 e 1965, ligando de forma mais ágil Brasil e Paraguai, dinamizando as trocas de mercadorias entre estes países, como também as provenientes do norte da Argentina (DOLZAN, 2019).

A prefeitura municipal de Foz do Iguaçu afirma que o período compreendido entre 1870 e 1970 pode ser definido como sendo o do ciclo econômico do extrativismo, onde predominava a extração de madeira e o cultivo de erva mate na região. Ao mesmo tempo, com a aproximação entre os governos do Brasil e do Paraguai, principalmente os dos regimes militares brasileiros e o de Alfredo Stroessner no país vizinho, as décadas de 1960 e de 1970 registraram grande incremento no comércio exterior entre ambos os países. (DOLZAN, 2019).

Apesar da criação do Parque Nacional do Iguaçu desde 1939, apenas no ano de 1980 passou-se a fazer o registro do número de turistas nesta atração natural. Sendo reflexo da nova função da cidade de Foz do Iguaçu como cidade turística, uma rede hoteleira passou a dividir sua clientela entre visitantes, os turistas-turistas, e sacoleiros (DOLZAN, 2019).

A construção da hidrelétrica de Itaipu trouxe grande contingente de trabalhadores para a região de Foz do Iguaçu e com o fim das obras parte destes trabalhadores e suas famílias, durante uma crise econômica grave no Brasil, encontrou-se sem emprego e viu na atividade do contrabando e descaminho uma possibilidade de auferir renda, mesmo de modo informal, mesmo ilegalmente (DOLZAN, 2019).

As principais consequências dessas transformações foram: uma massa heterogênea vinda de todas as partes do Brasil e dos países vizinhos que passou a sobreviver, quando não absorvido pela economia local, de trabalhos informais ou de subempregos, sem a perspectiva de ver concretizado o sonho de enriquecimento ou independência financeira que os levou para aquelas paragens; a criminalização da atuação desse segmento da população pelas elites, com a anuência do Poder Público e com o devido controle e repressão pelas polícias que ali atuavam; um favelamento acelerado nas áreas periféricas da cidade e um vertiginoso aumento da especulação imobiliária; desorganização das áreas centrais com um trânsito caótico, acidentes constantes, formação de comércio paralelo de produtos diversificados nas principais ruas da cidade; alto índice de criminalidade (assaltos, arrombamentos, homicídios, furto de automóveis que eram levados para desmanche ou comercializados no Paraguai) e narcotráfico. (CATTÁ, 1995, p. 21)

Neste ponto, após uma brevíssima descrição histórica dos fatos ocorridos na região entre Foz do Iguaçu e seus vizinhos de além fronteira, voltamos a consultar Politzer (2004) observando sua sugestão para o estudo de objetos de pesquisa, dividindo a abordagem do mesmo em cinco partes.

a) *prestar atenção ao objeto, independentemente das questões sociais, pois nem tudo vem de conflitos ou da economia:*

Como nosso objeto é a relação dialética entre agentes do Estado e os sujeitos praticantes de atividades ilícitas dentro do chamado circuito sacoleiro, podemos ver que quando o Estado não tinha um interesse direto na região, até então chamada de Iguassu, o trânsito de pessoas, de diversas nacionalidades, desconhecia as fronteiras nacionais, indo e vindo conforme sua vontade (DERROSSO, 2018). Entretanto, quando o governo central passou a se projetar neste espaço, ocupando, colonizando, abrindo estradas, construindo pontes, gerando tráfego de pessoas, mercadorias e capitais, esta relação do Estado com os sujeitos passou a ocorrer de forma cada vez mais institucionalizada.

b) *observar os tipos sociais dos agentes do conflito, examinando suas ações:*

Há diversos tipos sociais que atuaram e que atuam hoje nesta fronteira, desde as populações indígenas que já habitavam a região, passando pelos exploradores europeus, chegando aos colonos e os militares, os primeiros povoados (DERROSSO, 2018), o município de Foz do Iguaçu, a criação do que viria a ser Ciudad del Este com a concessão de uma parte da cidade vizinha a uma empresa comercial norte-americana para a criação do chamado microcentro (RABOSSI, 2004), a implantação de um comércio voltado ao contrabando, os governos de Brasil e Paraguai construindo a Ponte da Amizade (DIAS JUNIOR, 2018), o surgimento do sacoleiro, o aumento do contrabando e do descaminho (CARDIN, 2011a), a ocupação do leste do Paraguai por colonos brasileiros, ocasionando o surgimento dos brasiguaios (COLOGNESE, 2012), os construtores da usina hidrelétrica de Itaipu (NAVA, 2018), os traficantes de drogas, armas e munições, o Estado com seus representantes, especialmente a Receita Federal do Brasil.

c) *quando localizar tais agentes, deve-se observar os motivos econômicos de suas ações:*

As populações indígenas viviam numa economia de subsistência, em relativo equilíbrio ecológico (PISSOLATO, 2016; MINEIRO SCATAMACCHIA, 2006), já os exploradores europeus tinham interesses diversos, desde os jesuítas tentando fundar missões e catequisar os indígenas locais, até bandeirantes e seus correlatos buscando minérios e joias preciosas (DE MESQUITA FILHO, 1971), os primeiros colonos e os militares tinham já o intuito de ocupar território, um ampliando a fronteira agrícola, o outro buscando reforçar os limites da fronteira política, culminando na implantação de uma colônia militar na região (FIOROTTI, 2015; CRESTANI, 2019; DOLZAN, 2019). Nas bordas destas fronteiras surgiram os povoados que vieram a ser as cidades de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazu e Ciudad del Este, consolidando o controle político e econômico de cada um dos Estados envolvidos na Tríplice Fronteira.

A criação do microcentro da atual Ciudad del Este pode ter partido da percepção das possibilidades que um comércio de fronteira poderia gerar em termos de fluxo de capitais, o que certamente atraiu a atenção de uma empresa investidora, a Foreign Markets Trading Corporation, que com a lei 640/60 do governo paraguaio, de 22 de agosto de 1960, recebeu incentivos fiscais que deram impulso ao desenvolvimento do comércio que conhecemos hoje, com preços um pouco mais baixos do que os praticados em outras cidades paraguaias (cf. Anexo 01).

A construção da Ponte da Amizade pelos Estados brasileiro e paraguaio aparentemente teve um objetivo comercial e outro político, afastando o Paraguai da esfera de influência da Argentina (DIAS JUNIOR, 2016).

O sacoleiro surge como o praticante do contrabando e do descaminho, se aproveitando das diferenças de preços possibilitados pela existência dos diferenciais cambiais entre os países fronteiriços, entrando na disputa com os grandes contrabandistas já estabelecidos (CARDIN, 2011a).

Os chamados brasiguaios contribuíram para o aumento da produção agrícola paraguaia nos moldes de uma agricultura voltada à exportação (ALBUQUERQUE, 2009, 2010, 2015; CARDIN, 2011b; COLOGNESE, 2012; PEREIRA CARNEIRO, 2020).

Os trabalhadores em Itaipu, se fixando na cidade tiveram que buscar alternativas de se manterem economicamente ativos (DOLZAN, 2019).

Os traficantes, também se aproveitando dos diferenciais entre países, podem ser confundidos com os sacoleiros, o que traz mais um peso ao rótulo da ilegalidade (ALBUQUERQUE; PAIVA, 2015).

O Estado, o macro agente social, definindo o que é ou não legal, cria o padrão ao qual responderão as ações de seus agentes, em especial a Receita Federal, que atua para controlar os fluxos econômicos permitidos e disciplinar os proibidos (EZEQUIEL, 2014).

d) *agora pode-se identificar os discursos, as ideias e sentimentos, a maneira de pensar das partes envolvidas:*

Muitos dos discursos dos agentes sociais elencados acima se perderam no tempo, a exemplo dos grupos indígenas que habitavam a região do Iguassu. Quanto aos demais, os textos que os descrevem não se importavam com seus discursos diretamente, o que nos força a não especular de forma leviana a respeito do tema. Assim, jesuítas, exploradores, colonos, militares e colonos fundadores de cidades, continuarão sem voz neste trabalho. Para dar conta destes agentes um pesquisador teria que aplicar um outro conjunto de ferramentas conceituais que garantissem um desvio menor do que poderíamos fazer hoje.

Quanto aos idealizadores do microcentro de Ciudad del Este, podemos especular que seu investimento foi feito na direção de controlar parte do fluxo de capitais que obrigatoriamente passaria pela Ponte da Amizade, como o faz alguém que compra um terreno às margens de uma rodovia em construção esperando a valorização do mesmo, A construção da Ponte da Amizade, junto com rodovias de cada um dos lados da fronteira, foi carregada do discurso desenvolvimentista, com um toque de política de boa vizinhança, disfarçando um golpe nas pretensões argentinas de manter o Paraguai como seu dependente (DIAS JUNIOR, 2019).

Infraestrutura instalada, população desempregada, diferenciais cambiais, comércio além fronteiras, mercado consumidor ávido por novidades que as tarifas de importação mantinham longe do alcance, bastava um personagem para ligar tudo em um fluxo de capitais constante, agindo como as formigas, trazendo dinheiro, levando mercadorias, vendendo-as e trazendo mais dinheiro.

Trabalhando à margem da lei, entre as margens do rio Paraná, o sacoleiro é o agente principal deste conflito de indivíduos com o Estado, sendo que o que o motiva é a necessidade de dinheiro, ocupação laboral, posicionamento na sociedade em que vive, inserção como consumidor, além de uma certa necessidade de adrenalina (conforme nossos entrevistados dentre os sacoleiros e laranjas nos informaram).

Os representantes do Estado neste conflito, a parte perceptível de uma organização (multifacetada e complexamente estruturada) que legisla, controla e julga as ações dentro de

um território, combatem – além de outras atividades ilícitas – o contrabando e o descaminho, agindo em conjunto para tentar controlar um fluxo subterrâneo que atravessa a fronteira há décadas, que criou um costume e um imaginário que se arraigou em parte da população da região de Foz do Iguaçu (ABREU, 2015), tendo estes agentes estatais separadamente – mesmo estando cada um em seu grupo, em seu local de trabalho – um discurso muito próximo de um padrão, onde o que foi definido como crime não é questionável, onde se cumpre um dever, onde há pouca margem para a negociação, onde o sacoleiro e seus ajudantes escolhem um meio mais fácil para conseguir dinheiro, apesar de todos os percalços possíveis desde a fronteira até o local de venda dos produtos ilegalmente ingressados no país.

e) *criar uma explicação do conflito, quais são suas causas históricas e sociais:*

Podemos especular que o fato de ter havido uma certa liberdade de deslocamento por este espaço geográfico, que veio a ser constituído como uma fronteira tríplice, onde trocas eram possíveis de serem feitas livremente, onde se extraía das florestas o que bem se entendesse para abastecer os mercados mais distantes, isto tendo durado, segundo a prefeitura de Foz do Iguaçu, até a década de 1970 (PMFI, 2019, apud DOLZAN, 2019), sendo que a concessão do microcentro à Foreign Markets Trading Corporation datava de 1960, ano seguinte ao início da construção da Ponte Internacional da Amizade, pode ter fornecido uma base cultural, baseada numa memória de séculos de pouca (ou nenhuma) vigilância, onde o Estado era apenas uma figura longínqua, mas que foi se aproximando e fixando seus ícones pelo território reivindicado aos praticantes do espaço.

Soma-se a tais fatos a vocação turística das cidades da Tríplice Fronteira, a construção de uma das maiores usinas hidrelétricas do mundo, contratando e demitindo funcionários em fases diversas da obra, em meio a crises econômicas sucessivas desde o final do regime militar iniciado em 1964 no Brasil, cria-se o cenário perfeito para o funcionamento do chamado circuito sacoleiro.

Com o posterior endurecimento das medidas de combate a este mesmo circuito, um jogo de gato e rato pelo controle econômico dos fluxos pelas fronteiras nacionais, as contradições inerentes às atividades humanas em conflito apenas se aprofundaram e alargaram-se, de modo a tornarem-se perceptíveis.

6.2 2ª Lei da Dialética

Esta, assim chamada, segunda lei da dialética é conhecida como a lei da ação recíproca, ou lei da ação e reação. A ideia básica aqui parece ser um transporte metafórico da segunda lei de Newton, que encerra em si uma ideia semelhante à qual Politzer (2004) alude, mas aplicada à dimensão da ação humana, não como maneira de se medir forças físicas, como é o caso da ideia que parece ter dado origem a esta.

Desta forma temos que para cada ação tomada no espaço social haverá alguma reação em resposta a esta. Assim, se pensarmos que há um arranjo espacial, social, comportamental, dos sujeitos em um dado espaço, quando algo muda nele é plausível que o arranjo precedente sofra alguma adaptação, rearrumação, e em alguma medida uma reação, justamente para tentar manter as posições anteriores à ação.

Quando Claude Raffestin (1993), em *Por uma Geografia do Poder*, nos afirma que o poder não aceita mudanças, pode ser uma ideia semelhante a isto que estamos tentando estabelecer. Portanto, se algum poder estabelecido, mesmo que precariamente, venha a ser ameaçado por alguma ação, haveria uma resposta dialética a tal ação, que não quer dizer que haveria um embate direto, uma luta, mas que algo tem de ser feito pelos atingidos pela ação para tentar recuperar seu *status* anterior ou minimizar os prejuízos advindos de tal ação. Sendo necessário sair de uma inércia para reagir de alguma forma.

Em nossa pesquisa encontramos um grande número de ações que impulsionaram reações posteriores, servindo de exemplo do que estamos tentando demonstrar neste trecho do texto. Como dividimos nossos entrevistados em dois grupos ideais podemos sintetizar suas ações (e reações) no tempo e no espaço que abrange nossa pesquisa.

Poderemos começar com o marco que consideramos o mais importante no combate do Estado ao contrabando e ao descaminho nesta parte da fronteira. Estamos nos referindo à edição da MP nº 135, em outubro de 2003, que deu ferramentas à Receita Federal para multar e apreender mercadorias não apenas de sacoleiros e seus representantes, mas também às empresas de transporte e seus veículos, que transportavam as cargas ilegalmente ingressadas no território nacional. Esta estratégia foi uma ação contundente para dismantlar a ocorrência dos chamados comboios, contando com centenas de “dinões”, cortando a BR-277, indo e vindo com capitais e mercadorias.

A reação veio na forma do abandono da tática de se usar os ônibus de viagens, passando-se a transportar as mercadorias ilegais em veículos de passeio, os chamados carros “finan” – que por si já eram mais uma ilegalidade – incentivando mais um braço do circuito sacoleiro, que agora carecia de abastecimento de veículos com baixo custo. Além disso, passou-se a ter a necessidade de haver motoristas para o transporte, encarecendo os custos para os sacoleiros.

Já com a inauguração das novas instalações da aduana à cabeceira da Ponte da Amizade do lado brasileiro, em 2006, e com a posterior informatização e registro de cotas, relacionando-as ao CPF dos laranjas e dos sacoleiros fiscalizados, o controle que a Receita Federal passou a ter sobre os fluxos de mercadorias que ingressavam no país via Ponte Internacional da Amizade cresceu muito, em uma estratégia mais asfixiante no combate ao contrabando e ao descaminho.

Neste caso, conforme as entrevistas que fizemos com os sacoleiros e laranjas no capítulo anterior, a tática adotada foi a de se fazer uso do rio Paraná e do lago de Itaipu, abastecendo portos clandestinos, usando barcos para atravessar as mercadorias, também levando as mesmas até Guaíra-PR ou até a divisa com o Mato Grosso do Sul, evitando assim a aduana e seus controles mais rígidos.

Tal medida modificou o arranjo dentro das redes insipientes de contrabando e de descaminho, já que criou vagas para tarefas adicionais, pagas pelo sacoleiro, adicionando uma complexidade maior ao cenário fronteiriço local, com a necessidade de mulas paraguaios (para descarregar as mercadorias no lado paraguaio do rio e recarregar os barcos), barqueiros (para pilotar os barcos de uma margem a outra), mulas brasileiros (para descarregar os barcos e carregar os carros e vans com as mercadorias atravessadas), donos de portos (que controlavam o fluxo, cobravam pelos serviços, pagavam aos mulas e demais ajudantes), olheiros (que vigiavam os movimentos de agentes do Estado, avisando quando da possibilidade de fiscalização), seguranças (pessoas armadas para defender os portos de ataques de ladrões), além dos piratas (ladrões de portos clandestinos – um efeito colateral da especialização maior no interior do circuito sacoleiro).

Em resposta à utilização de carros “finan” para o transporte de mercadorias pelas estradas que saíam de Foz do Iguaçu, as forças de segurança precisaram aprimorar suas estratégias de combate, passando a endurecer a fiscalização a carros suspeitos, aparentando terem a suspensão muito baixa (sinal de que carregavam peso), certos modelos com motor muito potente (que permitem a fuga em alta velocidade), com insulfilm nos vidros (o que pode esconder mercadorias no interior do veículo) etc.

A reação tática adotada por praticantes no interior do circuito sacoleiro foi o de aumentar a segurança e os disfarces dos veículos. Assim, passou-se a equipar os veículos com duas ou três molas na suspensão a fim de disfarçar o peso extra carregado nos mesmos. Os carros foram equipados com rádios comunicadores, em um primeiro momento, e com aparelhos celulares mais tarde, conforme a tecnologia foi se aprimorando. Houve a adoção dos batedores e a formação de comboios, muitos em consórcio, onde aqueles tinham várias funções, como as de guiar os veículos com as mercadorias, fazer a segurança dos mesmos (devido ao perigo de

assaltos), pagar as despesas do grupo (combustível, alimentação, hospedagem etc.), e a tática mais subversiva: o pagamento de propina a agentes do Estado.

Não esqueçamos da logística, pois os estacionamentos, os guarda volumes e os hotéis na Vila Portes eram os locais de armazenamento de mercadorias oriundas da passagem pela Ponte da Amizade. Com o uso do rio Paraná o armazenamento passou a ser feito também em bairros mais afastados, que davam acesso à BR-277, como o Portal da Foz e Três Lagoas, em casas ou armazéns alugados para este fim.

A prática de pagamento de propina foi descrita por alguns de nossos entrevistados, de ambos os grupos, ora para dar exemplo de como a força de segurança age quando descobre a prática em seu interior, ora com o sacoleiro e ajudantes contando suas experiências com tais ocorrências. É um tema delicado, pois envolve os dois grupos ideais que construímos em uma ilegalidade que ocorre simultaneamente, comprometendo ambos os sujeitos envolvidos, sendo tática do ponto de vista do sacoleiro, mas não sendo estratégia da parte do Estado (se praticado à revelia deste).

Em resposta às táticas empregadas oriundas do circuito sacoleiro elencadas acima, os agentes de segurança do Estado passaram a utilizarem-se do fato de haver em Foz do Iguaçu uma malha rodoviária pouco vascularizada, com praticamente uma entrada e saída, a BR-277, o que afunila o fluxo de veículos em certos pontos do trajeto na região dos municípios do entorno da cidade fronteiriça. Partindo desta constatação, tais forças de segurança e de fiscalização optaram pela estratégia de unir esforços para executar operações especiais de fiscalização, onde cada um dos envolvidos pode propor soluções e os demais apoiam com pessoal e logística. Como exemplo temos as já citadas Operações Muralha, que aproveitam o pedágio em São Miguel do Iguaçu para fiscalizarem todo o fluxo rodoviário de uma vez, em um só local, não importando se passaram mercadorias na Ponte da Amizade, pelo rio Paraná, pelo lago de Itaipu, pela Argentina etc.

Como alternativa a estas operações estruturadas e conjuntas, os sacoleiros passaram a adotar táticas diversas, como a de simplesmente desistir de passar mercadorias durante a ocorrência de tais operações, tirando uma espécie de férias forçadas pelas circunstâncias. Outra tática é a de mudar de cidade de operação, como descreveu Dolzan (2019), com a passagem das mercadorias pelas fronteiras secas, por exemplo. Também há o aproveitamento da política de cotas para passar as mercadorias, agora pelo pedágio de São Miguel do Iguaçu, quando da Operação Muralha, já que a cada pessoa é garantido uma cota máxima o sacoleiro enche o carro com quatro ou cinco pessoas, cada uma delas com uma certa quantidade de mercadorias com valor total dentro da cota, sendo que quando passam do pedágio cada um deles descarrega sua

mercadoria entre São Miguel do Iguazu e Cascavel, retornando para buscar mais uma cota (cf. entrevista com Lilico).

A tática de cotas é antiga, sendo utilizada desde a época em que os laranjas passavam pela Ponte da Amizade com mais facilidade, passando a sua utilização nos ônibus de viagem, chegando aos ônibus intermunicipais que saem da rodoviária de Foz do Iguazu (cf. entrevista com sacoleiros e laranjas no trecho que descreve as táticas).

Em meio ao tempo que levou desde os comboios de ônibus pela BR-277, passando pelas medidas apoiadas pela MP nº 135, a nova aduana, a informatização, as fiscalizações nas estradas, as operações e as táticas evasivas a tais medidas, houve a promulgação da chamada “Lei do Bem”. Citamos esta lei pois é um bom exemplo de ação e reação, que complementa os elencados acima.

Como é uma lei que barateou os produtos de informática no Brasil, sendo tais produtos um dos principais itens vendidos pelos sacoleiros até então, o lucro destes, nestes itens, teria caído para algo em torno de 17% (cf. entrevista com “Rogério Ceni”), levando os sacoleiros a adotarem um outro produto com lucro mais alto, o cigarro produzido no Paraguai, incentivo gerado por taxações sucessivas nos preços do mesmo produto fabricado no Brasil. Mesmo se estiverem pagando propinas desde a entrada no Brasil ou durante o percurso (cf. entrevista com “Rogério Ceni”) até Curitiba, por exemplo, o lucro de um caminhão carregado com cigarros contrabandeados do Paraguai tem coberto os custos, vide a continuidade de apreensões feitas nas estradas do Brasil.

6.3 3ª Lei da Dialética

Esta terceira lei da dialética, oriunda do trabalho de Politzer (2004), é conhecida como a lei da unidade dos contrários, onde o significado reside na admissão de que a contradição tende a parir as mudanças. Contradição esta, no nosso caso, pode ser encontrada no fato de que parece haver uma relação direta entre combate ao contrabando e ao descaminho e a manutenção mesma do contrabando e do descaminho, como se o fato de haver o combate alimentasse o circuito sacoleiro e o perpetuasse, o reproduzindo a cada mudança de estratégia dos órgãos de fiscalização e de segurança, incentivando uma mudança tática da parte dos praticantes destes ilícitos fronteiriços típicos, não havendo um fim visível à correlação mútua entre os sujeitos comprometidos com a contradição em si.

Podemos repetir um trecho de nosso próprio texto, citado num capítulo anterior, que cai como uma luva para explicar uma certa leniência da parte do estado quando o assunto é

contrabando e descaminho: cerca de 15 a 20 milhões de dólares em mercadorias eram mensalmente contrabandeados para o Brasil nesta fronteira, algo em torno de 20% das exportações paraguaias ao Brasil (RABOSSI, 2004). Assim, o que parece haver é que o fluxo de dinheiro que vai do Brasil ao Paraguai serve apenas para financiar as compras dos nossos vizinhos em nosso mercado.

Quando o Estado legisla a respeito do tema das fronteiras, permitindo algumas práticas e vedando outras tantas, cria uma distinção entre quem está dentro da lei e os que estão às suas margens, uma fronteira entre legal e ilegal, produzindo os rótulos de homem de bem, do contraventor ou do criminoso, do que é permitido se fazer ou não dentro de um território.

Paradoxalmente, neste momento o próprio Estado cria as regras ocultas, as possibilidades de se burlar tais leis, de se conseguir lucro com elas. Quando se proíbe o fluxo de mercadorias numa fronteira, taxando a atividade com impostos de importação, por exemplo, há o incentivo a se passar por esta fronteira sem pagar tal imposto, chegando ao mercado consumidor com uma vantagem comparativa de preços em relação a quem recolheu corretamente tais tributos.

Nossa posição como pesquisadores do tema não é defender, aderir ou criticar imotivadamente, a partir de uma opinião, o papel do Estado nesta contradição, sequer marginalizar mais ainda o praticante de ilícitos penais, nem o defender. Nosso papel, pelo que podemos apreender da atividade acadêmica, é o de colher informações, demonstrá-las, avaliá-las e as devolver à sociedade, sem julgamentos de valor ou reprodução de preconceitos.

O que podemos encontrar em campo e ao repassar uma extensa bibliografia a respeito do tema de nossa dissertação de mestrado é que há uma contradição no processo de combate ao contrabando e ao descaminho – não só destas atividades – que retroalimenta tanto o combate em si, quanto a atividade ilegal como um todo.

Como nos respondeu um dos sacoleiros entrevistados, quando o perguntamos se não seria melhor liberar as fronteiras para que cada um pudesse comprar o quanto quisesse em mercadorias no Paraguai, na quantidade que quisesse, ele nos disse que seria muito ruim, acabaria com os sacoleiros, que passariam caminhões na Ponte da Amizade cheios de produtos para vender no Brasil todo, e os sacoleiros e laranjas perderiam sua renda.

Atentemos para a lucidez deste entrevistado. Ele sabe que sua renda na atividade ilícita é diretamente dependente do fato de ser ilegal, do fato de haver uma fiscalização por parte da Receita Federal, de a Polícia Federal, a PM-PR, a PC-PR, a GMFI, a PRF, perseguirem os agentes que praticam ilícitos no circuito sacoleiro. Mesmo ao custo de sua mercadoria e sua liberdade. Sua atividade é lucrativa devido ao fato de não ser permitida. O que os agentes do

Estado parecem fazer, no fundo mais obscuro da contradição fronteiriça sobre a qual nos debruçamos, é impedir que grandes *players* joguem este jogo livremente, garantindo a perpetuação do circuito sacoleiro no tempo e no espaço, uma atividade que necessariamente tem de ser ilegal para ser lucrativa, e mesmo com o sacrifício de alguns sujeitos durante a tentativa de passar produtos pelas fronteiras a grande maioria acaba realizando seu objetivo principal: obter lucro no processo. Como formigas que se valem do número, mais do que da força individual, tendo em sua fraqueza, na surdina, na ocultação, na dissimulação, no logro, na baixa escala de operação, alcançam um sucesso calculado por nosso entrevistado na Receita Federal (cf. entrevista com representante da RFB) de por volta de 97% nas tentativas de passagem pela fronteira.

O próprio fato de haver o pagamento de propina em alguns casos – que a pesquisa mostrou serem menores do que o esperado – é um indício da relação contraditória, pois o agente de fiscalização ou segurança, ao ser pago pelo sacoleiro, inverte a lógica do combate aos ilícitos, sendo ele também beneficiado pela existência das proibições, da existência do circuito sacoleiro, tornando-se dependente das pessoas que deveria fiscalizar, ajuda a manter o processo em curso, as engrenagens funcionando, aderindo às táticas dos sacoleiros torna-se um dos seus auxiliares, entra no cálculo de preços finais dos produtos, participa dos lucros, não tendo interesse em que tal atividade tenha fim.

Podemos perceber que a complexificação das atividades dentro do circuito sacoleiro depende diretamente das estratégias adotadas pelos agentes do Estado durante o tempo em que o combate às atividades de tal circuito se desenvolveu na fronteira estudada por nós.

Um sacoleiro poderia ir a Ciudad del Este, comprar seus produtos, passar pela aduana e seguir para seu destino final. No entanto, o fato de haver fiscalização na Ponte da Amizade incentivou a criação da função de laranja, que ajudou na manutenção e talvez ampliação da função de mototaxista, a de taxista, de motorista de van de passageiros, a de motorista de ônibus internacional de linha etc.

A fiscalização nas estradas, amparada na MP nº 135, em 2003, prejudicou a atividade de motoristas de ônibus tipo “dinão”, ao mesmo tempo em que abriu um campo maior de vagas para motoristas de carros “finan”, que precisavam de instaladores de rádios, de instaladores de molas duplas ou triplas na suspensão, além de abrir um mercado de golpistas em outros estados do Brasil, para estelionatários que faziam financiamento de veículos, pagavam uma entrada e desapareciam com o mesmo, entre outras atividades econômicas legais ou ilegais.

A modernização da aduana, em 2006, com a informatização posterior, prejudicou os laranjas, ao mesmo tempo que criou a necessidade/possibilidade de haver carregadores, mulas,

barqueiros, donos de portos, mais agentes de segurança, mais motoristas, locais de estocagem, batedores etc.

A complexidade crescente das atividades ilegais por parte dos sujeitos dentro do circuito sacoleiro aparenta se dever, pelo que pudemos averiguar com nossas entrevistas, não ao capricho do sacoleiro, mas da necessidade de adaptação tática às estratégias dos agentes estatais. E o que vemos não é o desaparecimento de um tipo de tática, mas o enfraquecimento das anteriores frente às novas, mas sem que aquelas venham a desaparecer por completo, ocorrendo várias possibilidades ao mesmo tempo, o que dificulta ainda mais o trabalho das forças de combate. Formas iniciais de contrabando e descaminho convivem sincronicamente com todas as demais desenvolvidas durante as décadas de combate institucional destas atividades, se sobrepondo, integrando, concorrendo, recuando e avançando.

No final das contas, a impressão que temos é a de que a contradição que estudamos, como um sistema, se alimenta de si mesma, como uma serpente que come o próprio rabo. Como em um tango onde os parceiros ensaiam seus passos, indo à frente, recuando, sendo puxados, se abraçando, enquanto a música toca e o tempo passa.

6.4 4ª Lei da Dialética

A chamada quarta lei da dialética, segundo Politzer (2004), é conhecida como a lei dos progressos em saltos ou a da transformação da quantidade em qualidade. O foco desta abordagem está no fato de que alguns acontecimentos (qualitativos) ocorrem como se fossem espontâneos. No entanto, segundo esta lei, o que ocorreria seria uma transformação que um acúmulo quantitativo de ocorrências, de pressões, como ocorre quando uma barragem se rompe ao peso da água por ela contida. Esta água na barragem não apareceu do nada, não se acumulou em instantes, provocando o rompimento do exemplo. O normal nestes casos é que o nível da água suba aos poucos enquanto a barragem vai cedendo lentamente ao peso crescente, cada gota de água se somando silenciosamente numa integral que incrementa infinitesimalmente cada grama a mais de massa.

Entretanto, um observador apenas terá a percepção de que a barragem de nosso exemplo rompeu de repente, acreditando que houve uma mudança súbita, um salto entre duas condições fixas, a barragem íntegra e a barragem rompida, ignorando completamente o acúmulo hídrico incremental durante um período muito maior do que o de sua observação, em um exemplo, na natureza, de uma mudança de quantidade (de pressão na barragem) em qualidade (barragem rompida).

Um outro exemplo é o ponto de latência entre materiais nos estados sólidos e líquidos, sendo o caso do gelo o mais conhecido. Neste caso ao atingir um certo ponto de temperatura, tanto a água quanto o gelo, a 0°C, continuam em seu estado físico atual apenas recebendo mais ou menos aquecimento por um certo período de tempo, até um instante onde a água se torna gelo ou o gelo derrete. Esta mudança de estado físico é uma mudança de qualidade, que tem por traz um acúmulo quantitativo negativo ou positivo em aquecimento, ou seja, uma mudança quantitativa, que passa despercebida apenas para quem observa o fenômeno.

Retornando para nosso objeto de pesquisa poderemos aplicar o mesmo tipo de pensamento, o mesmo tipo de metáfora, tentando enxergar o que se acumulou a ponto de gerar uma mudança qualitativa. Tentaremos saber quais forças agiram de forma incremental a ponto de gerar mudanças perceptíveis, buscando entender as engrenagens por traz do movimento dos ponteiros.

Do ponto de vista da política internacional, da queda de braços em torno da hegemonia de uma zona de influência na região do chamado Conesul, o sul da América do Sul, era do interesse tanto do governo da Argentina quanto do governo do Brasil estabelecer sua influência sobre seus vizinhos, sendo o Paraguai um antigo aliado argentino. Com a ascensão de Alfredo Stroessner ao cargo de presidente daquele país, o governo brasileiro passou a se aproximar mais, política e economicamente, do governo paraguaio (CHEDID, 2010; DIAS JUNIOR, 2018).

O governo de Getúlio Vargas já tinha um plano estratégico anterior, voltado ao fortalecimento das relações com o Paraguai, tendo visitado Asunción em 1941, parte de sua “marcha para o oeste”, perdoa a dívida de guerra entre os dois países e em 1945 começam os estudos para a construção de uma rodovia que ligaria Asunción a Paranaguá-PR (SILVA, 2006).

A construção da Ponte Internacional da Amizade e da usina hidrelétrica de Itaipu são mais dois acréscimos ao aumento das relações entre os dois Estados vizinhos, que tiveram como resultados a implantação do microcentro na cidade que viria a ser Ciudad del Este, que veio a fornecer as mercadorias com as quais os sacoleiros vieram a ser conhecidos em todo o Brasil.

Assim, uma questão política regional aproximou dois países, resultou em obras de infraestrutura que os ligaram, incrementou o comércio, criou a percepção fronteiriça de um diferencial de câmbio, e propiciou as condições suficientes para o aparecimento e reprodução do circuito sacoleiro na região fronteiriça de Foz do Iguaçu.

Em consequência do aumento da pirataria, do contrabando e do descaminho, não só no Brasil, mais em vários países mundo afora, a OMC passou a ser palco de disputas comerciais, com ameaças de represálias contra países lenientes para com tais práticas. O grupo de países

detentores de patentes industriais e de *copyright* passou a exigir que o combate às ilegalidades fronteiriças se intensificasse (cf. entrevista com representante da RFB).

Como resposta a tais pressões internacionais o governo brasileiro tomou uma série de medidas, instrumentalizando a Receita Federal com a MP nº 135, atingindo diretamente as empresas de transporte que atuavam na fronteira, as que formavam os famosos comboios de “dinões” na BR-277.

Como resposta a atividade sacoleira migrou para a utilização de carros tipo “finan”, levando à reestruturação dentro do circuito sacoleiro com a criação de vagas para várias atividades especializadas no interior das redes insipientes de ilegalidade. No entanto, tais medidas por parte dos sacoleiros, somados às pressões da OMC e demais nações industrializadas detentoras de patentes (cf. entrevista com representante da RFB), incentivou a ampliação das operações da Receita Federal na aduana da Ponte da Amizade, controlando e cadastrando os CPFs dos compristas.

O transporte pelo rio Paraná, com a disseminação de portos clandestinos, multiplicou ainda mais a especialização das funções dentro do circuito sacoleiro, que pela escala das práticas ilegais inspirou as operações especiais por parte dos órgãos de fiscalização e segurança, a exemplo da Operação Muralha.

A mídia também tem de ser levada em consideração como sendo uma das partícipes em todo o cenário no combate ao contrabando e ao descaminho, sendo uma fonte de representações que mostram a fronteira como sendo um local perigoso, onde a população pratica ilegalidades, ajudando a formar um imaginário que pode levar o consumidor de tais informações a marginalizar os moradores de tais locais (ALBUQUERQUE, 2014).

Outra vertente observável é a gerada pela promulgação da chamada “Lei do Bem”, que diminuiu a taxa para a produção de bens de informática no Brasil, o que fez com que o lucro dos sacoleiros que se dedicavam a comprar, transportar e vender tais tipos de produtos industrializados, caísse para 17% (cf. entrevista com “Rogério Ceni”). Tal medida teve como consequência indesejada a mudança de atividade da parte de tais sacoleiros, migrando o tipo de produto contrabandeado anteriormente para o cigarro paraguaio, desenvolvendo todo um novo filão de atividades ilegais.

Este capítulo, dedicado à síntese entre os dois precedentes, se apresenta contendo um texto repetitivo, com vários assuntos sendo retomados em partes diferentes do mesmo. Tal fato

se deve à própria natureza da metodologia aqui aplicada por nós, pois quando se utiliza um método dialético, que tem por finalidade criar uma imagem da totalidade dos fatos ocorridos dentro de uma certa porção da realidade social, tem-se que examinar repetidamente o mesmo objeto por ângulos distintos, isto sequencialmente, fazendo cada faceta do problema interagir com as demais, desde as aparentemente mais fortemente relacionadas até as mais distantes.

O que temos, unindo vários acontecimentos, vários agentes sociais, várias instituições do Estado, todos interagindo no tempo em que começaram a se formar os conflitos em nossa fronteira, com a articulação do circuito sacoleiro, até nossos dias, e no espaço, com influências diversas competindo por hegemonia em diferentes escalas de observação, todos confluindo suas ações para conterem ou se aproveitarem das vantagens advindas da região de fronteira, convergem para este ponto que estivemos observando durante nossa tarefa de estudar as contradições inerentes ao combate ao contrabando e ao descaminho na região de Foz do Iguaçu, fronteira com Ciudad del Este.

A sensação que temos ao final desta trajetória é a de que tais ações de combate, onde a fiscalização na fronteira é feita por amostragem, e possivelmente apenas 3% do contrabando e descaminho que passam diariamente por ela são apreendidos ou tarifados pela Receita Federal (cf. entrevista na RFB), é a de que a fiscalização não tem o intuito de coibir o contrabando e o descaminho, sendo sim uma representação, um teatro, feito para satisfazer a opinião pública, os empresários brasileiros, os governantes, a mídia, as instituições mundiais que regulam o comércio etc. Não que os agentes de fiscalização e segurança, as pessoas físicas, os funcionários que representam as instituições, estejam atuando. Eles agem de acordo com um código de conduta (que é perceptível nos discursos colhidos em campo, estranhamente repetitivos, contendo um padrão subjacente de respostas) e não concorrem voluntariamente para este estado de coisas. Mas, a lógica interna deste conflito dialético parece indicar a necessidade de que haja motivos para reforçar a presença estatal nestes espaços fronteiriços, mesmo às custas de tanto esforço mútuo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final de nossa pesquisa, como informamos no começo dela, no capítulo dedicado aos conceitos de fronteira, nos encontramos com a sensação de que encerramos esta pesquisa sabendo menos do que sabíamos quando a iniciamos. Não que ela não tenha servido para nada, pois com ela nos enriquecemos com um conjunto de informações que ignorávamos (mesmo vivendo nesta parte do território brasileiro), mas que o que ficamos sabendo que não sabemos é muito mais significativo do que o que conseguimos apreender.

As pontas soltas, as entrevistas a se fazer, os personagens que foram citados e que não pudemos contactar, as vidas que se dedicaram a um dos grupos que idealizamos para poder enxergar os conflitos e das quais nunca conheceremos nenhuma parte, apenas os rótulos advindos de suas atividades principais. Micro histórias, que por acúmulo constroem a grande história, a parte visível do todo registrável.

Pesquisamos as contradições no conflito entre os praticantes do contrabando e do descaminho, sujeitos dentro de uma espécie de circuito, o circuito sacoleiro, e os agentes do Estado (e seus apoios: mídia, associações comerciais e industriais, órgãos internacionais de comércio etc.), tendo como fruto uma imagem da totalidade do conflito, conflito este complexo, pois articula várias décadas com várias escalas espaciais, todas desembocando na foz do rio Iguaçu, no rio Paraná, formando uma Tríplice Fronteira.

Acreditamos que o problema ao qual nos dedicamos elucidar, o de saber como se dão as ações no interior do circuito sacoleiro em contraste a como os agentes do Estado brasileiro agem para combater tais ações ilegais, foram respondidas a contento, não em um simples parágrafo, mas com o desenrolar de uma espécie de novelo emaranhado de realidade complexamente constituído. Tivemos de examinar várias faces do mesmo objeto lançando luz ora em uma, ora em outra, descrevendo o que percebíamos a cada mudança de ângulo.

Desta forma os objetivos a que nos propusemos desde o início de nosso trabalho puderam ser alcançados, já que pudemos desenvolver um texto que, desde sua estrutura, já trazia a marca da abordagem dialética dos fatos, sendo que o intuito sempre foi o de contrastar estes mesmos fatos, os dados e os discursos, com seus contrários, trazendo uma imagem não de questão solucionada, mas de conflito, de contradição, acontecimentos vivos ainda hoje nas fronteiras estudadas, fronteiras dialéticas, onde há um combate diuturno entre um leão, a Receita Federal e seus apoios, e milhares de formigas, os sujeitos que agem formando o circuito sacoleiro.

Outro objetivo foi o de explicitar a contradição fundamental nas fronteiras, no que tange ao combate ao contrabando e ao descaminho, com a interdependência entranhada nas ações de ambas as partes do conflito dialético descrito. Demos voz aos discursos dos sujeitos envolvidos nos conflitos estudados, unificando-os do lado dos agentes do Estado e os mostrando plurais no lado dos praticantes de ilícitos transfronteiriços.

Acreditamos termos tido êxito ao demonstrar como uma abordagem dialética histórica e materialista, por um lado, e uma abordagem interdisciplinar complexa simultaneamente dirigida, por outro, poderiam colaborar para criar a descrição de como víamos o modo como se poderia tratar as abordagens científicas nos estudos de fronteiras.

No entanto, enxergamos problemas ainda abertos no tecido constituinte do texto da pesquisa atual, principalmente o fato de que há uma série de outros agentes do conflito que ficaram de fora de nosso esforço para criar uma massa crítica de dados utilizáveis. Para nossa defesa, se é que é necessário pôr nestes termos, a ocorrência da chamada pandemia de Covid-19 prejudicou muito nossos esforços científicos (não só os nossos, prejudicou milhões de pessoas em todo o mundo), o que impediu por meses os trabalhos de campo, empobrecendo nosso conteúdo final. O impacto também foi pessoal, diminuindo nosso entusiasmo em prosseguir após meses de estagnação, sem saber também como tal hiato no ritmo normal da fronteira pôde interferir nos discursos e nas ações, sendo mais prudente partir para a finalização do texto.

Ao mesmo tempo há uma porta aberta para a continuação dos esforços de quaisquer pesquisadores, caso tenham aprovado nossa abordagem do tema, possam acrescentar esforços no sentido de enriquecer a discussão em torno do método e dos resultados, mesmo que seja para refutá-los, à bem da ciência e sua tradição de bom combate.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcos Araguari de. *Análise Criminológica da Subcultura Delinquencial em Foz do Iguaçu: Para Além da Fronteira Entre o Crime e a Repressão*. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Foz do Iguaçu, 2015.

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. *A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos 'brasiguaios' entre os limites nacionais*. Horizontes Antropológicos (UFRGS. Impresso), v. 15, p. 137-166, 2009.

_____. *A Produção das Fronteiras Nacionais no Telejornalismo Brasileiro: Análise de Algumas Séries Especiais de Reportagem Sobre as Fronteiras do Brasil*. Segurança, Justiça e Cidadania: Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública, v. 4, p. 53-70, 2014a.

_____. *Conflito e integração nas fronteiras dos 'brasiguaios'*. Caderno CRH (Online), v. v.23, p. 579-590, 2010.

_____. *Fronteiras: Entre os Caminhos da Observação e os Labirintos da Interpretação*, in COLOGNESE, Silvio Antônio; CARDIN, Eric Gustavo. *As Ciências Sociais nas Fronteiras: Teorias e Metodologias de Pesquisa*. Cascavel: JB, 2014b.

_____. *Fronteiras múltiplas e paradoxais*. Textos e Debates (UFRR), v. 22, p. 71-88, 2013.

_____. *Identidades em territórios de fronteira: os casos de Ceuta e Gibraltar na fronteira entre a África e a Europa*. Civitas: Revista de Ciências Sociais (Impresso), v. 18, p. 285-302, 2018.

_____. *Identidades Nacionais na Fronteira Entre Portugal e Espanha*. Tempo da Ciência (UNIOESTE), v. 23, p. 129-138, 2016.

_____. *Migração, Circulação e Cidadania em Território Fronteiriço: Os Brasiguaios na Fronteira Entre O Paraguai e o Brasil*. Revista Tomo, v. 1, p. 97-122, 2015.

_____. *Limites e paradoxos da cidadania no território fronteiriço*. Geopolítica(s): revista de estudios sobre espacio y poder, v. 3, p. 185-205, 2012.

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho; PAIVA, Juiz Fábio. *Entre Nações e Legislações: Algumas Práticas de 'Legalidade' e 'Ilegalidade' na Tríplice Fronteira Amazônica*. Revista Ambivalências, v. 3, p. 85-114, 2015.

ARAÚJO FILHO, Robson de. *Por uma linha imaginária a realidade se constrói: interações transfronteiriças e planejamento urbano entre Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai)*. Dissertação (Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos) – Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2020.

ARGENTINE-*Brasilian border incidents*. File No. 511.2 – CIA. 13 ago. 1952. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP08C01297R000800150004-6.pdf>. Acesso em: Acesso em 07 ago. 2020.

ARRIAGA-RODRÍGUEZ, Juan Carlos. *La Concepción de las Fronteras y los Límites Territoriales en el Pensamiento Geográfico de Jean Gottmann*, in COLOGNESE, Silvio Antônio; CARDIN, Eric Gustavo. *As Ciências Sociais nas Fronteiras: Teorias e Metodologias de Pesquisa*. Cascavel: JB, 2014.

BAUMGRATZ, Deise. *Brasil e Paraguai: Uma relação subimperialista?*. 2019. 118 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteira) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguacu, 2019.

BENETTA, Cláudio Dalla. *Depois de 17 Anos de Clã Zacarías, Ciudad del Este Tem Avanços Contra a Corrupção*. H2FOZ. Foz do Iguacu. 26 jan. de 2020. Seção Fronteira. Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/depois-de-17-anos-de-cla-zacarias-ciudad-del-este-tem-avancos-contra-a-corrupcao>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BORDIGNON, Fabiano. *As Cooperações Policiais Internacionais em Fronteiras, do Local ao Global: o Comando Tripartite na Tríplice Fronteira de Argentina, Brasil e Paraguai*. 2019. (149 p.). Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Foz do Iguacu, 2019.

BOURDIEU, Pierre. *Le Langage autorisé. Note sur les conditions sociales de l'efficacité du discours rituel*, in *La Recherche en Sciences sociales*, n.º 5-6, nov., 1975, p. 187.

BRASIL. *Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940*. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

_____. *Decreto Nº 18.323 – de 24 de julho de 1928. Approva o Regulamento para a Circulação Internacional de Automoveis, no Territorio Brasileiro e para a Signalização, Segurança do Transito e Policia das Estradas de Rodagem*. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/434822/publicacao/15798309>. Acesso em: 26 mar. de 2020.

_____. *Lei Nº 6.634, DE 2 DE MAIO DE 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6634.htm. Acesso em: 28 dez. de 2020.

_____. *Lei Nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009. Institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11898.htm. Acesso em: 25 abr. de 2020.

_____. *fecha fronteiras com 8 países da América do Sul*. Revista Veja. São Paulo. 19 mar. de 2020. Seção Mundo. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/brasil-fecha-fronteiras-com-8-paises-da-america-do-sul/>. Acesso em: 20 mar. de 2020.

_____. *Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998. Cria a Carreira de Policial Rodoviário Federal e dá Outras Providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9654.htm. Acesso em: 26 mar. de 2020.

_____. *Lei Nº 4.729, de 14 de jul. de 1965. Define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4729.htm#art5. Acesso em: 23 mar. de 2020.

_____. *Lei Nº 10.833, de 21 de nov. de 2005.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.833.htm. Acesso em: 25 mar. de 2020.

_____. *Lei Nº 11.196, de 29 de dez. de 2003. “Lei do Bem”.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11196.htm. Acesso em: 25 mar. de 2020.

_____. *Lei Nº 13.008, de 26 de jun. de 2014.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13008.htm. Acesso em: 23 mar. de 2020.

_____. *Medida Provisória Nº 135, de 30 de out. de 2003.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2003/135.htmimpressao.htm. Acesso em: 03 ago. 2019.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CARDIN, Eric Gustavo. *A Expansão do Capital e as Dinâmicas das Fronteiras.* Tese (Doutorado em Sociologia). UNESP: Araraquara, 2011a.

_____. *A expansão agrícola e a formação das identidades: os 'brasiguaios' na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.* *Perspectiva Geográfica*, v. 06, p. 01, 2011b.

_____. *Teoria das Fronteiras e Totalidade*, in COLOGNESE, Silvio Antônio; CARDIN, Eric Gustavo. *As Ciências Sociais nas Fronteiras: Teorias e Metodologias de Pesquisa.* Cascavel: JB, 2014.

CARDIN, Eric Gustavo; CAMAL-CHELUJA, Tania Libertad; ARRIAGA-RODRIGUEZ, Juan Carlos. *Fronteiras e Dinâmicas Fronteiriças em América Latina.* Chetumal/México: UNQroo, 2015.

CASO Ademir: *familiares de homem que morreu na Ponte da Amizade contestam conclusão de inquérito da PF.* G1. 10 de dez. de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2018/12/10/caso-ademir-familiares-de-homem-que-morreu-na-ponte-da-amizade-contestam-conclusao-de-inquerito-da-pf.ghtml>. Acesso em: 24 de mar. de 2020.

CASTANHO, Sérgio E. M. *Atualidade do Método Dialético.* Revista da Faculdade de Educação, PUCCAMP. Campinas. V. 1. n. 1, p. 13-21, agosto/1996.

CATTA, Luiz Eduardo. *O cotidiano de uma Fronteira: a Criminalidade e Controle Social.* Revista Esboços, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 51-59, 1994.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano.* Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

CHEID, Daniele Reiter. *Aproximação Brasil-Paraguai: A Missão*. Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados – MS, 2010.

COLOGNESE, Silvio Antônio. *Brasiguaios: Uma Identidade na Fronteira Brasil/Paraguai*. Tempo da Ciência, volume 19, número 38, 2º semestre, 2012.

COSTA, Roberto Rigaud Navega. *Conflito de Fronteira entre Argentina e Brasil em 1952*, In: *Anais...Latinidades – Fórum Latino-Americano de Estudos Fronteiriços*, 2020a, Foz do Iguaçu/PR: Editora CLAEC, 2020. v.1. p.1 – 15.

_____. *Dialética multiescalar contra a pirataria-da OMC até Foz do Iguaçu*. Contribuciones a las Ciencias Sociales, n. noviembre, 2020b.

COSTA, Roberto Rigaud Navega; CARDIN, Eric Gustavo. *Táticas Aplicadas por Sacoleiros na Realização do Descaminho na Ponte da Amizade*. Revista Alamedas, v. 7, n. 1, p. 77, 2019.

COSTA, Roberto Rigaud Navega; COSTA, Tatiane dos Santos Navega. *O combate ao descaminho em Foz do Iguaçu na Letra Fria da Lei*. Revista Caribeña de Ciencias Sociales. Dezembro de 2019a.

_____. *Fronteiras do Capital entre Brasil e Paraguai*. Revista Alamedas, Vol. 7, n. 2, 2019b.

_____. *Relatório de Campo de Visita Frustrada à Federación de Mototaxistas de Ciudad del Este*. Alamedas, v 8, nº 1, pp. 284-291, 2020.

CRISE em Ciudad del Este Afeta Taxistas. Rádio Cultura. Foz do Iguaçu. 13 jul. 2019. Seção Fronteira. Disponível em: <https://www.radioculturafoz.com.br/2019/07/13/crise-em-ciudad-del-este-afeta-taxistas/>. Acesso em: 10 mar. 2020.

DAVI, Elen. *Trabalhadores na “fronteira”: experiências dos sacoleiros e laranjas em Foz do Iguaçu – Ciudad Del Este (1990/2006)*. Dissertação (Mestrado em História). Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2008.

DE MESQUITA FILHO, Júlio. *Índios, jesuítas e bandeirantes*. Revista de História v. 42 nº 86, pp. 463-473. 1971.

DERROSSO, Giuliano Silveira. *Vivências nas Territorialidades Transfronteiriça do Iguassu (TTI)*. 2018. 221 p. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Foz do Iguaçu, 2018.

DIAS JUNIOR, Waldson De Almeida. *A Ponte da “Modernidade” Representações e Relações Brasil-Paraguai Durante a Construção da Ponte da Amizade (1956-1965)*. Dissertação (Mestrado em História). Foz do Iguaçu: Unila, 2018.

DOLZAN, Rafael Rodrigues. *A Relação Entre a Atuação do Estado no Combate ao Contrabando e ao Descaminho na Tríplice Fronteira e a Redução Populacional de Foz do Iguaçu no Início do Século XXI*. 2019. 79 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu.

DORFMAN, Adriana. *A condição fronteiriça diante da securitização das fronteiras do Brasil*. In: NASCIMENTO, Durbens Martins e PORTO, Jadson Luis Rebelo. (Orgs.). *Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa da Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2013. p. 97-124.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Formação do Estado e civilização*. v.2, 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

_____. *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. v.1, 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.

ESTUDO *liga contrabando à violência e pobreza em quatro cidades de MS*. Campo Grande News, 27 de outubro de 2016. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/estudo-liga-contrabando-aviolencia-e-pobreza-em-quatro-cidades-de-ms>. Acesso em: 17 ago. 2020.

EZEQUIEL, Márcio. *Receita Federal: história da administração tributária no Brasil*. Receita Federal do Brasil, 2014.

FERRARI, Maristela. *As noções de fronteira em geografia*. Perspectiva Geográfica v. 9, nº 10, 2014.

FERREIRA, Max André de Araújo. *O Comércio Formiga na Fronteira Brasil – Venezuela*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras – Universidade Federal de Roraima, UFRR. Boa Vista, 2015.

FIGUEIRA SOBRINHO, Nelson. *Da “meca do contrabando” ao “tigre guarani” – o novo Paraguai nas páginas de Veja: mudança de enfoque ou defesa da hegemonia?* 2019. 177 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE campus Foz do Iguaçu, 2019.

FIGUEIREDO, Alessandro. *Euroregiões e Políticas Regionais – A dinâmica Política das Regiões de Fronteira da Europa*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense. 2008.

FIOROTTI, Cíntia. *História de trabalhadores e do trabalho na fronteira Brasil-Paraguai (1960-2015)*. Tese (Doutorado em História). UFU: Uberlândia, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir – Nascimento da Prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes. 20ª Edição. 1999.

FOZ DO IGUAÇU. *Comparativo da oferta turística 1987 a 2014*. Secretaria Municipal de Turismo. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=95082>. Acesso em: 17 out. 2019.

_____. *Guarda Municipal – GMFI*. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/?idMenu=450>. Acesso em 15 mai. De 2020.

_____. *Lei Nº 1370, de 23 de novembro de 1987. Institui a Guarda Municipal de Foz do Iguaçu e Dá Outras Providências*. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/1987/137/1370/lei-ordinaria-n-1370-1987-institui-a-guarda-municipal-de-foz-do-iguacu-e-da-outras-providencias>. Acesso em 26 set. de 2019.

_____. *Lei Nº 2362, de 23 de janeiro de 2001. Dispõe Sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná e Dá Outras Providências*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2001/236/2362/lei-ordinaria-n-2362-2001-dispoe-sobre-a-reestruturacao-organizacional-da-prefeitura-do-municipio-de-foz-do-iguacu-estado-do-parana-e-da-outras-providencias>. Acesso em 15 mai. de 2020.

_____. *Lei Nº 3297, de 11 de dezembro de 2006. Dispõe Sobre a Criação da Corregedoria da Secretaria Municipal de Cooperação para Assuntos de Segurança Pública, e Dá Outras Providências*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2006/329/3297/lei-ordinaria-n-3297-2006-dispoe-sobre-a-criacao-da-corregedoria-da-secretaria-municipal-de-cooperacao-para-assuntos-de-seguranca-publica-e-da-outras-providencias>. Acesso em 15 mai. de 2020.

_____. *Lei Nº 3298, de 11 de dezembro de 2006. Cria a Ouvidoria da Secretaria Municipal de Cooperação para Assuntos de Segurança Pública, e Dá Outras Providências*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2006/329/3298/lei-ordinaria-n-3298-2006-cria-a-ouvidoria-da-secretaria-municipal-de-cooperacao-para-assun-tos-de-seguranca-publica-e-da-outras-providencias>. Acesso em 15 mai. de 2020.

_____. *Lei nº 3529 de 15 de maio de 2009*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2009/352/3529/lei-ordinaria-n-3529-2009-dispoe-sobre-os-servicos-de-transporte-de-pequenas-cargas-mediante-a-utilizacao-de-motocicletas-motonetas-ou-triciclos-motorizados-denominado-moto-frete-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 21 ago. 19.

_____. *Lei Nº 4069, de 14 de fevereiro de 2013. Define a Estrutura Administrativa do Município de Foz do Iguaçu e Dá Outras Providências*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2013/406/4069/lei-ordinaria-n-4069-2013-define-a-estrutura-administrativa-do-municipio-de-foz-do-iguacu-e-da-outras-providencias>. Acesso em 15 mai. de 2020.

_____. *Lei Nº 4438, de 22 de dezembro de 2015*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2015/443/4438/lei-organica-foz-do-iguacu-pr>. Acesso em 26 set. de 2019.

_____. *Sessão Solene de Posse do Prefeito e Vice-prefeito*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2015/443/4438/lei-organica-foz-do-iguacu-pr>. Acesso em 09 dez. de 2020.

FRIEDRICH, Luciane Neitzel. *Formas de controle e de individualização do preso: uma via possível para compreensão do exame criminológico nas penitenciárias I e II de Foz do Iguaçu*. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteira) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu, 2014.

GAUDÊNCIO, Frigotto. *A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais*. In: *Ideação*. v 10, n. 1, 2008. p. 41-62.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIDDENS, Anthony. *Capitalismo e Moderna Teoria Social*. Barcarena: Editorial Presença, 2005.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6ª ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GODOI, Rafael; CASTRO, Sérgio. *Fronteiras abertas: um retrato do abandono da aduana brasileira*. Sindireceita/Gráfica Stephanie, 2011.

GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. Tradução de Luiz Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e fordismo*. São Paulo: Hedra, 2008.

IBGE. *PIB Cresceu 4,0% e Foi de R\$ 2,37 Trilhões em 2006*. Agência de Notícias IBGE. 05 nov. 2008. Seção Notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13565-asi-pib-cresceu-40-e-foi-de-r-237-trilhoes-em-2006>. Acesso em: 11 mar. 2020.

_____. *Em 2007, PIB Atinge R\$ 2,7 Trilhões e Cresce 6,1%*. Agência de Notícias IBGE. 04 nov. 2009. Seção Notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13737-asi-em-2007-pib-atinge-r-27-trilhoes-e-cresce-61>. Acesso em: 11 mar. 2020.

ICMS – *Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços*. Portal Tributário. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/tributos/icms.html>. Acesso em: 01 ago. 2020.

IDESF, Instituto de desenvolvimento econômico e social de fronteiras. *A Lógica Econômica do Contrabando*. Foz do Iguaçu, 2017. Disponível em: <<http://www.idesf.org.br/v3/>>. Acesso em 10 jul. 2020.

_____, Instituto de desenvolvimento econômico e social de fronteiras. *Impacto das Operações de Segurança nas Áreas de Fronteira*. Foz do Iguaçu, 2015a. Disponível em: <<http://www.idesf.org.br/v3/>>. Acesso em 15 jul. 2020.

_____, Instituto de desenvolvimento econômico e social de fronteiras. *O custo do contrabando*. Foz do Iguaçu, 2015b. Disponível em: <<http://www.idesf.org.br/v3/>>. Acesso em 17 jul. 2020.

IMPEACHMENT *de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil*. Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 25 de mar. de 2020.

JESUS, Samuel de. *As fronteiras sul-mato grossenses no contexto da política nacional de defesa (2016)*. In: BARROS, L.; LUDWIG, F. (Re)Definições das fronteiras: os desafios para o século XXI. Foz do Iguaçu: IDESF, 2019. P. 163-176.

KLEINSCHMITT, Sandra Cristiana. *As Mortes Violentas na Tríplice Fronteira: Números, Representações e Controle Social: Estudo Comparativo Entre Brasil, Paraguai e Argentina*. Tese (Doutorado em Sociologia). UFRGS: Porto Alegre, 2016.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LARA, Adriana Stormoski. *Presos estrangeiros na Fronteira: uma análise dos dispositivos de segurança e da violação aos direitos humanos*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu. 2017.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.

LOIS, María. *Apuntes Sobre los Márgenes: Fronteras, Fronterizaciones, Órdenes Socioterritoriales*, in COLOGNESE, Silvio Antônio; CARDIN, Eric Gustavo. *As Ciências Sociais nas Fronteiras: Teorias e Metodologias de Pesquisa*. Cascavel: JB, 2014.

LUGO, o primeiro presidente do Paraguai cassado. Revista Exame. Sessão Mundo. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/lugo-o-primeiro-presidente-do-paraguai-cassado>. Acesso em: 18 de mai. de 2020.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*. Boitempo editorial, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. – São Paulo: Atlas 2003.

MARINHA DO BRASIL. *Capitania Fluvial do Rio Paraná inicia “Operação Ágata”*. 17 de set. 2019. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/capitania-fluvial-do-rio-parana-inicia-operacao-agata>. Acesso em: 27 de mar. de 2020.

MARQUES, Josiel Alan Leite Fernandes. *Integração e Cooperação Territorial da Tríplice Fronteira de Foz do Iguaçu (Brasil), Puerto Iguazú (Argentina) e Ciudad del Este (Paraguai)*. 2017. 171 p. Dissertação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu, 2017.

MARQUET-WASSELOT, J. J. *L’Ethmographie des Prisons*, 1841, p. 9.

MARTINS, José de Souza. *O Tempo da Fronteira. Retorno à Controvérsia Sobre o Tempo Histórico da Frente de Expansão e da Frente Pioneira*. Tempo social, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, junho de 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&p id=S0103-20701996000100025&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 jun. 2020.

MARTINS, L. M. *As Aparências Enganam: Divergências Entre o Materialismo Histórico Dialético e as Abordagens Qualitativas de Pesquisa*. In: Anais da 30a Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Cd-rom. Caxambu: ANPED, 2007c.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Boitempo editorial, 2015.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo, livro primeiro, vi. 1, ed. 8, Ed. DIFEL, 1982.

MARX, Karl. *O capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAZUR, Bianca de Freitas. *Os tipos de contrabando e descaminho como capítulo do direito penal*. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito das Relações Sociais) – UFPR. Curitiba.

MÉSZÁROS, István. *O conceito de dialética em Lukács*. Boitempo editorial, 2013.

_____. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINEIRO SCATAMACCHIA, Maria Cristina. *O sistema de subsistência desenvolvido pelas sociedades tribais de filiação linguística tupi-guarani*. Revista de Arqueologia Americana, 175-205, 2006.

MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. *Introdução ao Pensamento Complexo*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MUSELLA, Silvana. *A Vida Quotidiana in ECO, Umberto. Idade Média – Bárbaros, Cristãos e Muçulmanos*. Alfragide: Publicações Dom Quixote. 2010.

NAVA, Josiane. *Migração, Memória e Literatura: lembranças de um barrageiro de Itaipu*. 2018. 94 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu.

NOVA *Administração do Lar do Velhinhos Visita o Projeto Horta Solidária*. Disponível em: <http://www.projetohortasolidaria.social/2019/08/30/nova-administracao-do-lar-do-velhinhos-visita-o-projeto-horta-solidaria>. Acesso em: 15 de mai. de 2020.

NOVA *Aduana de Foz do Iguaçu Passa a Funcionar 24 Horas*. G1. São Paulo. 07 nov. 2006. Seção Brasil. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1340781-5598,00-NOVA+ADUANA+DE+FOZ+DO+IGUACU+PASSA+A+FUNCIONAR+HORAS.html>. Acesso em: 10 mar. 2020.

OABSP. *Valores do Salário Mínimo Nacional desde sua instituição até o dia de hoje*. Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/subs/saoluizdoparaiteinga/noticias/valores-do-salario-minimo-nacional-desde-sua>. Acesso em: 17 de jul. de 2020.

OLIVEIRA, Nara Regina Olmedo de. *Foz do Iguaçu intercultural: cotidiano e narrativas da alteridade*. 2012. 151 p. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Foz do Iguaçu, 2012.

ORSI, Bibiana. *NEPOM Policia Federal – Foz do Iguaçu. Sindicato dos Policias Federais no Estado do Paraná*. 17 de ago. de 2017. Disponível em: <https://sinpefpr.org.br/nepom-policia-federal-foz-do-iguacu/?v=19d3326f3137>. Acesso em: 25 de mar. de 2020.

ORTIZ, Renato. *Cultura e Modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PARAGUAI *fecha Ponte da Amizade com Brasil*. Jornal Estado de Minas. Belo Horizonte. 17 mar. de 2020. Seção Internacional. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/03/17/interna_internacional,1129845/paraguai-fecha-ponte-da-amizade-com-brasil.shtml. Acesso em: 20 mar. de 2020.

PARANÁ. *Polícia Militar. Campanha do Contestado*. Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Campanha-do-Contestado>. Acesso em: 01 abr. de 2020.

_____. *Polícia Militar. Guerra do Paraguai*. Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Guerra-do-Paraguai>. Acesso em: 31 mar. de 2020.

_____. *Polícia Militar. Revolução de 1924*. Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Revolucao-de-1924>. Acesso em: 01 abr. de 2020.

_____. *Polícia Militar. Revolução de 1930*. Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Revolucao-de-1930>. Acesso em: 01 abr. de 2020.

_____. *Polícia Militar. Revolução de 1932*. Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Revolucao-de-1932>. Acesso em: 02 abr. de 2020.

_____. *Polícia Militar. Revolução Democrática de 1964*. Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Revolucao-Democratica-de-1964>. Acesso em: 02 abr. de 2020.

_____. *Polícia Militar. Revolução Federalista*. Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Revolucao-Federalista>. Acesso em: 31 mar. de 2020.

_____. *Lei nº 7 de 10 de ago. de 1854*. Disponível em: https://pt.wikisource.org/wiki/Lei_n._7_%E2%80%93_de_10_de_Agosto_de_1854. Acesso em: 21 de set. de 2019.

_____. *Leis e Decretos da Administração Provincial de 1854*. Tomo I. Curitiba: Typ. Paranaense de C M Lopes. 1855. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/Leis_e_decretos_Adm_Prov/1854.pdf. Acesso em: 21 de set. de 2019.

_____. *Criação da Polícia Militar do Paraná*. 2018. Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/>. Acesso em: 21 de set. de 2019.

PEIXOTO, Magda S.; BARROS, Laécio C.; BASSANEZI, Rodney C. *Um modelo Fuzzy Presa-Predador em citros: pulgões e joaninhas*. Biomatemática, v. 14, p. 29-38, 2004.

PEREIRA CARNEIRO, Camilo et al. *Os brasiguaios e sua influência política e econômica no Paraguai: racismo e nacionalismo no Mercosul do Século XXI*. In: Revista Geonorte, V. 11, N.37, p.132 – 153, 2020.

PF. *Operação Carro Forte combate irregularidades em Foz do Iguaçu*. Disponível em: <http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2012/maio/operacao-carro-forte-combate-irregularidades-em-foz-do-iguacu>. Acesso em: 01 ago. 2020.

PIMENTA, Carlos. Contributos para a Elaboração de uma Tese Interdisciplinar. In: *Ideação*, v. 10, n. 1, 2008. p. 63-77.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *A garantia soy yo: etnografia das práticas comerciais entre camelôs e sacoleiros nas cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai)*. 2004. 143 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

PISSOLATO, Elizabeth. *Trabalho, subsistência e dinheiro. modos criativos na economia mbya (guarani) contemporânea*. Horizontes Antropológicos, nº 45, pp. 105-125, 2016.

POLÍCIA *Federal deflagra operação Dupla Face em Foz do Iguaçu e região*. H2Foz. 24 de out. de 2013. Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/policia-federal-deflagra-operacao-dupla-face-em-foz-do-iguacu-e-regiao-32523>. Acesso em: 25 de mar. de 2020.

POLÍCIA *recupera dois carros roubados e acha miguelitos*. Portal da Cidade. 9 de jul. 2018. Foz do Iguaçu. Disponível em: <https://foz.portaldacidade.com/noticias/policial/policia-recupera-dois-carros-roubados-e-acha-miguelitos>. Acesso em: 27 de mar. de 2020.

POLITZER, Georges. *Principios Elementales y Fundamentales de Filosofía*. Madrid: Ediciones Akal, 2004.

POMBO, Olga. *Epistemologia da Interdisciplinaridade*. In: *Ideação*, v. 10, n. 1, 2008. p. 9-40.

PONTE *da Amizade ganha sistema de monitoramento inteligente*. CBN Curitiba. 17 de dez. de 2019. Disponível em: <https://cbncuritiba.com/ponte-da-amizade-ganha-sistema-de-monitoramento-inteligente/>. Acesso em: 24 de mar. de 2020.

PRF *apreende 63 toneladas de drogas no Paraná em 2019 e bate recorde histórico*. Agência PRF. 26 mar. 2020. Disponível em: <https://www.prf.gov.br/agencia/prf-apreende-63-toneladas-de-drogas-no-parana-em-2019-e-bate-recorde-historico/>. Acesso em: 26 mar. de 2020.

PROJETO *K9 da Guarda Municipal de Foz do Iguaçu é referência no Paraná*. Portal da Cidade. Foz do Iguaçu. 21 dez. de 2014; atualizado em 08 jul. de 2018. Disponível em: <https://foz.portaldacidade.com/noticias/educacao/projeto-k9-da-guarda-municipal-de-foz-do-iguacu-e-referencia-no-parana>. Acesso em 15 mai. de 2020.

RABOSSO, Fernando. *Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteira*. Rio de Janeiro. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática. 1993.

RECEITA FEDERAL. *Quantitativo de Cargos – Distribuição por grupos de Cargos – Posição em outubro de 2018 – Visão por Exercício*. Disponível em: <http://receita.economia.gov.br/sobre/servidores/quantitativo-de-cargos>. Acesso em: 24 de mar. de 2020.

_____. *Receita Federal lança nova fase da Operação Muralha*. *Receita Federal*. 5 de nov. de 2018. Disponível em: <http://receita.economia.gov.br/noticias/ascom/2018/novembro/receita-federal-lanca-nova-fase-da-operacao-muralha>. Acesso em: 24 de mar. de 2020.

_____. *Receita Federal divulga balanço final da Operação Muralha*. *Receita Federal*. 11 de set. de 2019. Disponível em: <http://www.receita.economia.gov.br/noticias/ascom/2019/julho/receita-federal-divulga-balanco-final-da-operacao-muralha>. Acesso em: 24 de mar. de 2020.

REIMANN, Valdirene. *As Crianças da Ponte: o trabalho de Crianças e adolescentes no comércio fronteiro de Foz do Iguaçu – Paraná*. 2013. 134 f. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Foz do Iguaçu, PR, 2013.

RENOLDI, Brígida. *Fronteras que Caminan: Relaciones de Movilidad en un Límite Trinacional*. *Revista Transporte y Territorio*, v. 9, p. 123-140, 2013.

RFB. *Informações Gerais – RTU*. Disponível em: <http://receita.economia.gov.br/orientacao/aduaneira/manuais/rtu-regime-de-tributacao-unificada/em-atualizacao>. Acesso em: 01 ago. 2020.

ROCHA, Alberto Alves da. *Uma análise do crescimento econômico na faixa de fronteira: o caso do Paraná*. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus/Toledo. 2013.

SANTOS, Orlando Bispo dos. *O Exército Brasileiro-34º Batalhão de Infantaria Mecanizado e as Territorialidades na Tríplice Fronteira Entre Brasil, Paraguai e Argentina*. Número de páginas, 120. Dissertação. Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu, 2016.

SARTRE, Jean Paul. *Crítica da Razão Dialética*. Tomo I. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.

SEMERARO, G. Gramsci e a Sociedade Civil. *Cultura e Educação para a Democracia*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

SEMINÁRIO Interno do LAFRONT: Sexto Encontro. Produção de LAFRONT - Fronteiras, Estado e Relações Sociais. 2020, 2h13min27seg, son., color. Disponível em: <<https://youtu.be/FFKTr0FG5Dc>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

SILVA, Luiz Carlos Eichenberg (Coordenador). *O Que Mostram os Indicadores Sobre a Pobreza na Década Perdida. Repositório do Conhecimento do Ipea*. 1992. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1561>. Acesso em: 25 de mar. de 2020.

SILVA, Micael Alvino da; DOLZAN, Rafael Rodrigues Dolzan & COSTA, Alexandre Barros da. *O custo triangular: reexportação e descaminho nas relações Brasil Paraguai*. In: BARROS, L.; LUDWIG, F. (Re)Definições das fronteiras: os desafios para o século XXI. Foz do Iguaçu: IDESF, 2019. P. 49-64.

SILVA, Ronaldo Alexandre do Amaral e. *Brasil – Paraguai: Marcos da Política Pragmática na Reaproximação Bilateral, 1954-1973: Um estudo de caso sobre o papel de Stroessner e a importância de ITAIPU*. 2006. P.113. Dissertação. Mestre em Relações Internacionais – Instituto de Relações Internacionais – UnB, Brasília.

SIMMEL, Georg. *Puente y puerta, em G. Simmel: El individuo y la libertad*. Barcelona: Ediciones Península, 2001.

SOBREIRA, Abner Barbosa. *A Dialética Enquanto Método Científico e Postura Gnosiológica: Uma Abordagem Reflexiva*. 2007. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)-Escola Superior do Ministério Público do Ceará, Curso de Especialização em Filosofia Moderna do Direito, em parceria com a UEC, Fortaleza, 2007.

SINDPRFPB. *História da PRF*. Disponível em: <https://www.sinprfpb.com/historia-da-prf>. Acesso em: 26 de mar. de 2020.

VILLAVERDE, João; FERNANDES, Adriana. *As ‘pedaladas fiscais’ do governo Dilma*. jornal O Estado de São Paulo. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/economia/pedaladas-fiscais/>. Acesso em: 25 de mar. de 2020.

WASHINGTON *Luís inaugura a primeira rodovia asfaltada do país, a Rio-Petrópolis*. O Globo. 17 out. de 2017. Seção: Rio de Histórias. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/rio-de-historias/washington-luis-inaugura-primeira-rodovia-asfaltada-do-pais-rio-petropolis-8849272>. Acesso em: 26 mar. de 2020.

WELTER, Viviane da Silva. *A hospitalidade e o controle na fronteira entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina sob a perspectiva do turista brasileiro*. 2018. 119 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Foz do Iguaçu, 2018.

Wu Z, McGoogan JM. *Characteristics of and important lessons from the coronavirus disease 2019 (COVID-19) outbreak in China: summary of a report of 72 314 cases from the Chinese Center for Disease Control and Prevention*. JAMA. 24 fev. de 2020. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jama/article-abstract/2762130>. Acesso em: 20 mar. de 2020.

WURMEISTER, Fabiula. *Ponte da Amizade completa 50 anos com reforma e melhoria na estrutura*. 27 mar. de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2015/03/ponte-da-amizade-completa-50-anos-com-reforma-e-melhoria-na-estrutura.html>. Acesso em: 23 mar. de 2020.

ZATTI, Carlos. *A História do Sul na Linha do Tempo*. Curitiba: IHGPR, 2017.

ANEXO 1 – Ley 624/60**H. Cámara de Representantes****LEY N° 624**

POR LA CUAL SE CREA APRUEBA Y RATIFICA EL CONVENIO DE CONCESION DE ZONA FRANCA FIRMADO ENTRE LA COMISION DE ADMINISTRACION DE PUERTO PRESIDENTE STROESSNER Y FOREIGN MARKETS TRADING CORPORATION.

La Honorable Cámara de Representantes de la Nación Paraguaya, sanciona con fuerza de

LEY:

Artículo 1°.- Apruébase y ratifícase el Convenio de Concesión de Zona Franca en Puerto Presidente Stroessner y Foreign Markets Trading Corp., en la ciudad de Asunción, el veinte y seis de febrero de mil novecientos sesenta.

Artículo 2°.- Comuníquese al Poder Ejecutivo.

Dada en la sala de sesiones de la Honorable Cámara de Representantes de la Nación, a diez y ocho de agosto del año un mil novecientos sesenta.

Pedro C. Gauto Samudio
Secretario

J. Euljio Estigarribia
Presidente de la H.C.R.

Asunción, 22 de agosto de 1960.

Téngase por Ley de la República, publíquese e insértese en el Registro Oficial.

Edgar L. Insfrán

Alfredo Stroessner